

Estudo Técnico Preliminar 3/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 21000.023966/2023-90

2. Descrição da necessidade

2.1 Necessidade a Ser Atendida

Este documento trata da necessidade de prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, nas instalações do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás – LFDA-GO, unidade que integra a Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários do Departamento de Serviços Técnicos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes, materiais e Equipamentos de Proteção Individual adequados à execução dos trabalhos, conforme previamente estimado no Documento de Formalização de Demandas nº 6/2024 (Anexo I).

O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás - LFDA-GO é um dos seis laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa, cujas atribuições incluem, entre outras, a realização de estudos e análises oficiais, a atuação como referência nacional em assuntos laboratoriais e a realização de auditoria em laboratórios credenciados, bem como a atuação na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação em métodos analíticos, conforme informações disponíveis no site institucional do MAPA (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/laboratorios/lfda>). Para o desenvolvimento das mencionadas atividades, conforme estabelece o Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, e o Regimento Interno da SDA vigente, aprovado pela Portaria Mapa nº 562, de 11 de abril de 2018, o LFDA-GO possui em sua estrutura unidades organizacionais estruturadas. Identifica-se aquelas em que, pela natureza de suas atividades, é indispensável o apoio em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares, viabilizado por meio de contratação de serviços terceirizados, com profissionais habilitados para prestar o suporte necessário ao desenvolvimento dos trabalhos, permitindo que os servidores se dediquem às atividades que não podem ser objeto de terceirização, como a fiscalização e gestão de contratos, a condução de processos administrativos e as atividades analíticas.

O LFDA-GO localiza-se em Goiânia-GO, e está instalado em um terreno de 80.967,01 metros quadrados, sendo destes 75.280,41 metros quadrados de área verde, 5.273,16 metros quadrados de área asfaltada e 1.437,50 metros quadrados de calçamento /cimento. A contratação dos serviços de limpeza e conservação de forma contínua dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos e ainda com a devida observância às recomendações aceitas pelas normas e legislações aplicáveis, tem como objetivo garantir a preservação das condições necessárias de trabalho, propiciando aos servidores, prestadores de serviço e visitantes um ambiente limpo e organizado para o efetivo desenvolvimento das funções institucionais.

Trata-se de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a higienização das instalações e a saúde das pessoas, impactando o funcionamento regular da instituição, tornando-se imprescindível a contratação de empresa para execução dos serviços. Assim, a aludida contratação visa atender às demandas de conservação e limpeza, visando manter a conservação das unidades, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e a saúde de servidores, visitantes e prestadores de serviço. Neste aspecto, é válido ressaltar os preceitos estabelecidos na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, que prevê os requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, sobretudo ao que tange ao item 6.3 Instalações e condições ambientais, devendo estarem adequadas às atividades de laboratório e não podem afetar adversamente a validade dos resultados, assim sendo, o órgão deve adotar medidas de controle e monitoramento, tais como prevenção de contaminação, interferências ou influências adversas nas atividades de laboratório.

A contratação pretendida deve ocorrer em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, pelas normas e legislações aplicáveis, de forma continuada. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários ao órgão, e cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venha comprometer a ordem e causar prejuízos para a Administração.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Atualmente, encontra-se em vigência o Contrato nº 6/2018, celebrado com a empresa INTERATIVA FACILITIES LTDA, CNPJ 05.058.935/0001-42, a partir do Pregão nº 8/2017, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários e com previsão de encerramento contratual em 06/08/2024. Evidencia-se que o citado Contrato foi prorrogado excepcionalmente, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cuja vigência abrange o período de 07/08/2023 a 06/08/2024, ou até a celebração de novo contrato com o mesmo objeto, decorrente de novo processo licitatório, o que ocorrer primeiro.

Conforme o art. 52 do Regimento Interno da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, aprovado pela Portaria MAPA nº 562, de 11 de abril de 2018, cabe ao Núcleo de Atividades Gerais, a promoção, acompanhamento, execução e orientação das atividades de limpeza e conservação das instalações, bem como a programação da contratação desses serviços.

2.2. Justificativa

A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, se justifica pela natureza continuada desses serviços, os quais são essenciais ao adequado funcionamento da instituição, principalmente no que concerne à manutenção de sua estrutura física de acordo com as condições de higiene e limpeza. Destaca-se que a não contratação do serviço em questão pode acarretar prejuízos altamente significativos às atividades ora desenvolvidas pelo LFDA-GO, vez que a contratação dos serviços terceirizados é necessária e imprescindível para garantir a limpeza e conservação, bem como proporcionar um ambiente saudável aos servidores, colaboradores e prestadores de serviços, sendo que a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades, visto a necessidade de limpeza constante, principalmente em relação as áreas laboratoriais que respondem a altos padrões de exigência sanitárias.

A contratação de única empresa justifica-se em razão de o gerenciamento centralizado dos serviços facilitar a administração do contrato, o acompanhamento, a fiscalização e a própria logística da empresa envolvida. Além disso, pondera-se vantagens econômicas no caso de contratação de única empresa, que ficaria responsável pela serviços em toda área do Laboratório.

2.3 Previsão Legal de Terceirização

Os serviços a serem contratados devem ser objeto de execução indireta e enquadrar-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, assim como às disposições da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, pois referem-se à execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, relacionadas aos assuntos que constituem área de competência legal da instituição no cumprimento de sua missão institucional.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no § 7º do art. 10º, prevê que "a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução".

Sabe-se que a terceirização é uma ferramenta de administração que transfere a terceiro a responsabilidade pela execução de tarefas específicas. Um dos benefícios é contar com um corpo de profissionais especializados na execução da atividade objeto de terceirização.

A Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece um rol exemplificativo de serviços a serem executados preferencialmente mediante terceirização. Dentre estes, inclui-se os serviços de limpeza, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Deve-se observar que o art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, estabelece vedações à terceirização na Administração pública, com destaque a impossibilidade de terceirização das atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. No mesmo sentido, a Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, prevê em seu art. 7º, que a Administração pode terceirizar as atividades dos cargos extintos ou em extinção, conforme previsto na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998. Dessa forma, enfatiza-se que os postos objeto da terceirização pretendida não se confundem com os cargos públicos vigentes, encontram-se elencados entre os que foram extintos ou em extinção e que o LFDA-GO não dispõe de mão de obra, no seu quadro de pessoal, para execução dos referidos serviços.

Desta forma, considerando a legislação vigente, a terceirização é medida que se impõe.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Atividades Gerais	Humberto Alves Valadão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Natureza e Classificação do Serviço

A contratação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, visa atender as necessidades de manutenção e conservação das condições de higienização e limpeza das dependências internas e externas das unidades administrativas e laboratoriais do LFDA-GO, inclusive em outros imóveis que venham a ser futuramente ocupados.

Os serviços de limpeza e conservação, de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais e equipamentos necessários, observando as recomendações aceitas pela boa técnica e pelas normas e legislações aplicáveis, torna-se necessária para a manutenção das condições apropriadas ao desempenho das funções institucionais do LFDA-GO.

A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com funções de características e atribuições para realização das tarefas supracitadas.

A prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação é considerada de natureza continuada por estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades técnicas administrativas e o cumprimento da missão institucional.

Os serviços enquadram-se na classificação de serviços comuns, tendo em vista que podem ser enquadrados no conceito do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, que define como serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Catálogo Eletrônico de Padronização

A Lei nº 14.133, de 2021, traz a previsão da institucionalização do Catálogo Eletrônico de Padronização de compras, serviços e obras, o qual foi instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. O Catálogo Eletrônico de Padronização é uma ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos destinado a permitir a padronização de itens (bens e serviços) a serem contratados pela Administração disponíveis para a licitação cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou de maior desconto, bem como nas contratações diretas de que tratam os incisos I do caput do art. 74 e os incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, ainda, tem o seu procedimento de padronização definido no art. 5º do Portaria Seges/ME nº 938, de 2022.

A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, no entanto, os serviços objeto desta contratação não estão contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização - Itens padronizados, que no momento possuem somente água mineral natural sem gás, café e açúcar.

4.3. Prazo de Vigência Inicial da Contratação

Segundo o art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração pode celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos. O art. 107 da citada Lei estabelece ainda que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos podem ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão no instrumento contratual e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Dessa forma, a presente contratação foi concebida para ter prazo inicial de 1 (ano) anos, permitindo a prorrogação por até 10 (dez) anos.

4.4. Horário e Local de Prestação do Serviço

Os serviços de limpeza e conservação devem ser prestados nas dependências do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás, situado na Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, Goiânia-GO, CEP 74.674-025, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, no período compreendido entre as 07:00h e às 17:00h.

A jornada de trabalho de no máximo 44h semanais atende ao interesse público e às necessidades do Laboratório, considerando que o Mapa possui horário de trabalho flexibilizado, conforme previsto na Portaria Mapa nº 461, de 23 de fevereiro de 2017, com funcionamento compreendido entre 7 (sete) e 20 (vinte) horas. Não há previsão de reposição de empregado ausente em intervalo intrajornada.

Os horários de prestação dos serviços podem ser alterados a depender da necessidade da Administração ou do empregado, desde que aprovado pela Administração, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto.

4.5. Perfil da Força de Trabalho a Ser Alocada

A seleção do profissional deve ficar inteiramente a cargo da prestadora. A Administração pode ser consultada pela prestadora do serviço a respeito, mas em hipótese alguma pode direcionar a contratação de pessoas. A substituição de profissional a pedido da Administração, no entanto, deve ser realizada.

Para a execução dos serviços são estimados postos de Encarregado de Serviço (CBO 4101-05) e Servente de Limpeza (CBO 5143-20). As descrições das atividades foram elaboradas com base na Classificação Brasileira de Ocupações, conforme consolidado no Anexo II - Relatório Família CBO, estão mencionadas abaixo:

CBO 4101-05 - Encarregado de Serviço	
Descrição Sumária	Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.
Formação /experiência	Requer-se ensino médio completo e três a quatro anos de experiência profissional em trabalhos administrativos.
Condições gerais de exercício	Esses trabalhadores atuam nas mais diversas áreas de empresas públicas ou privadas. São assalariados celetistas ou estatutários. Trabalham em equipe, com supervisão ocasional, em ambiente fechado e em horário diurno. Eventualmente, trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos.
Atribuições	Encarregado de supervisionar rotinas administrativas, como distribuir e delegar serviços, criar e implantar rotinas, orientar sua execução, analisar o funcionamento, supervisionar cronogramas e propor melhorias. Além disso, deve coordenar serviços gerais, como malote, mensageiro, cartório, transporte, manutenção, serviços terceirizados e limpeza, bem como supervisionar a segurança patrimonial e serviços de fotocópia. A administração de bens patrimoniais e material de consumo também está entre suas atribuições, incluindo verificação de estoque, solicitação de compra, seleção de fornecedores, compra e armazenamento, bem como a vistoria e compra de bens patrimoniais. Adicionalmente, ele gerencia equipes, desde a requisição e seleção de pessoal, treinamento, definição de escalas e avaliação de desempenho até o gerenciamento de benefícios e segurança do trabalho, assegurando a eficiência operacional e o bem-estar organizacional.
Habilidades	Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho; Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas; Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.
Atitudes	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
Recursos de	Equipamentos de Proteção Individual - EPI Telefone Recursos de informática Calculadora Fotocopiadora

Trabalho	Material de escritório (mobiliário) Material de consumo Legislação Material bibliográfico
Requisitos Adicionais	Ter experiência de no mínimo 3 (três) anos de atividade compatível comprovados em Carteira de Trabalho ou declaração de pessoa(s) jurídica(s); Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; Ensino médio completo ou curso técnico equivalente.

CBO 5143-20 - Servente de Limpeza	
Descrição Sumária	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Formação /experiência	Requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.
Condições gerais de exercício	São empregados com carteira e se organizam em equipe, tendo supervisão ocasional. O ambiente de trabalho é fechado e o horário é diurno.
Atribuições	Encarregado de limpar recintos e acessórios, realizando tarefas como lavagem de fachadas e vidros, remoção de resíduos e pichações, limpeza de móveis, superfícies e pisos, aspiração de pó, enceramento e secagem de pisos, além de cuidar da limpeza de cortinas, persianas e recolhimento de lixo. Ele também deve preparar o trabalho, controlando o estoque de materiais, verificando a validade e qualidade de produtos químicos, avaliando superfícies e níveis de sujeira, selecionando e preparando os produtos e solicitando equipamentos e materiais necessários. Além disso, a segurança é uma preocupação essencial, incluindo o uso de uniforme e EPI, a inspeção e isolamento de áreas, montagem de andaimes e cadeirinhas, operação segura de equipamentos e busca por capacitação e qualificação adequadas. Essas atividades visam garantir um ambiente de trabalho seguro e eficiente para o profissional responsável pela limpeza e preparação dos ambientes.
Habilidades	Demonstrar paciência, iniciativa, prudência, equilíbrio físico, agilidade e destreza manual; Trabalhar em equipe; Reconhecer limitações pessoais e demonstrar controle emocional; Contornar situações adversas.
Atitudes	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
Recursos de Trabalho	Equipamentos de Proteção Individual - EPI Produtos químicos Produtos de limpeza Aspirador de pó/ enceradeira
Requisitos Adicionais	Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; Ensino Fundamental incompleto.

4.6. Condições Ambientais

Conforme Acórdão TCU nº 1.496/2023 - Plenário, a Administração contratante deve elaborar ou contratar a elaboração de laudos periciais que identifiquem os casos de incidência dos adicionais de insalubridade ou periculosidade, nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra em ambientes possivelmente sob condições insalubres ou perigosas, de maneira prévia à contratação.

Para elaboração do laudo, deve-se seguir, por analogia, a Instrução Normativa SGP/ME nº 15, de 16 de março de 2022, que especificamente quanto à elaboração do laudo menciona:

Art. 10. A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, ou na hipótese do parágrafo único do art. 9º desta

Instrução Normativa, dar-se-ão por meio de laudo técnico elaborado nos termos das NR nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 1978.

§ 1º O órgão ou a instituição poderá contratar serviços de terceiros para a dosagem e medição de agentes físicos e químicos ou para a identificação de agentes biológicos, com a finalidade de auxiliar o profissional competente na expedição de laudo técnico, desde que o levantamento dos dados seja supervisionado por servidor da área de saúde e segurança do trabalho.

§ 2º O laudo técnico deverá:

I - ser elaborado por servidor público da esfera federal, estadual, distrital ou municipal, ou militar, ocupante de cargo público ou posto militar de médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou de arquiteto com especialização em segurança do trabalho;

II - referir-se ao ambiente de trabalho e considerar a situação individual de trabalho do servidor;

III - identificar:

a) o local de exercício ou o tipo de trabalho realizado;

b) o agente nocivo à saúde ou o identificador do risco; c) o grau de agressividade ao homem, especificando:

1. limite de tolerância conhecida, quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo; e

2. verificação do tempo de exposição do servidor aos agentes agressivos;

d) classificação dos graus de insalubridade e de periculosidade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade examinados; e

e) as medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos.

§ 3º O laudo técnico não terá prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração do ambiente ou dos processos de trabalho ou da legislação vigente.

§ 4º Compete ao profissional responsável pela emissão do laudo técnico caracterizar e justificar a condição ensejadora do adicional de insalubridade, de periculosidade, da gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas e do adicional de irradiação ionizante.

§ 5º Na hipótese do inciso I do § 2º deste artigo, demonstrado o esgotamento das possibilidades de celebrar instrumentos de cooperação ou parcerias com os órgãos da esfera federal, estadual, distrital ou municipal, o órgão ou entidade poderá promover a contratação de serviços de terceiros para emissão do laudo técnico, desde que possuam habilitação de médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho. (g.n.)

Desse modo, cabe inicialmente verificar a possibilidade de o laudo técnico, quando inexistente ou se alteradas as condições de trabalho ou a legislação, ser elaborado por profissional indicado no inciso I do § 2º do artigo 10 da Instrução Normativa SGP/ME nº 15, de 2022, ou se demonstrado o esgotamento das possibilidades de celebrar instrumentos de cooperação ou parcerias com os órgãos da esfera federal, estadual, distrital ou municipal, o órgão ou entidade pode promover a contratação de serviços de terceiros para emissão do laudo técnico, desde que possuam habilitação de médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho.

No caso em tela, a contratada que presta serviços ao Laboratório atualmente elaborou Laudo de Insalubridade e Periculosidade em outubro de 2023 (Anexo III), concluindo que não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade, tanto no caso do posto de Encarregado de Serviço, quanto para os postos de Serventes de Limpeza.

4.7. Uniformes, Materiais e Equipamentos a Serem Disponibilizados

A demanda compreende, além da mão de obra, o fornecimento dos recursos de trabalho, incluindo Equipamento de Proteção Individual - EPI, uniformes e materiais necessários para a execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

Os materiais para execução do serviço devem ser fornecidos mensalmente, podendo ser estocados em local a ser disponibilizado pela Administração, cuja guarda deve ficar sob a responsabilidade da prestadora.

O contratado deve fornecer todas as substâncias destinadas a execução dos serviços de limpeza, higienização e desinfecção, equipamentos e utensílios necessários à execução do contrato, inclusive os produtos de higiene, que se justificam pela necessidade de se manter a limpeza e asseio, prevenção de doenças e a manutenção da saúde de todos os servidores e demais usuários, devendo o contratado utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

Os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, papel higiênico, sabonete líquido, papel toalha e equipamentos, ferramentas e utensílios, devem ser fornecidos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes.

São considerados saneantes domissanitários substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo: desinfetantes destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes; e detergentes destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

A Administração pode realizar alterações contratuais com o fim de ajustar a quantidade e qualidade dos produtos fornecidos.

Quando da entrega dos materiais, deve ser verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês anterior. Caso haja materiais não utilizados, deve ser feita a reposição apenas do quantitativo que faltar para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado. Não deve ocorrer a falta de execução das tarefas por ausência de material em estoque.

Os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços devem ser mantidos em perfeitas condições de uso, sendo os danificados substituídos imediatamente. Os equipamentos devem ser de propriedade da pessoa jurídica a ser contratada e devem ser apenas disponibilizados ao contratante para a execução dos serviços, de modo que deve ser admitida somente a cobrança dos custos mensais referentes à manutenção e à depreciação dos citados equipamentos, os quais encontram-se incluídos na Planilhas de Custos e Formação de Preços. A responsabilidade pela guarda, em local a ser reservado pela Administração, e pelo manuseio dos equipamentos é do contratado.

A relação de insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) necessários, nas quantidades estimadas e qualidades mínimas aceitáveis, a serem fornecidos e disponibilizados pelo contratado encontra-se descrita em item específico deste Estudo Técnico Preliminar.

Os quantitativos de materiais constantes são meramente estimados e foram informados com o intuito de auxiliar as proponentes, no momento de elaboração de suas propostas, na formação dos custos. Durante a execução dos serviços, por terem sido estimados, os quantitativos podem variar para mais ou para menos, de maneira que o contratado deve fornecer os quantitativos necessários à perfeita execução dos serviços, devendo o contratado arcar inteiramente com os custos no caso de necessidade de quantitativos maiores que os estimados, quando decorrer de equívoco no dimensionamento de sua proposta, exceto nas hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro legalmente previstas.

A entrega dos insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) deve obedecer à programação a ser previamente estabelecida, devendo o contratado se responsabilizar pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação em todos os locais de execução dos serviços, cabendo à Administração realizar o devido acompanhamento.

Com relação ao fornecimento de insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) devem ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental relacionados nas obrigações do contratado e demais normas e legislações vigentes.

4.8. Representante da Pessoa Jurídica a Ser Contratada

A prestadora dos serviços deve indicar preposto, que deve comparecer ao órgão com frequência mínima semanal, e que deve ser responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

4.9. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

O órgão tem como objetivo a efetiva aplicação de boas práticas de sustentabilidade nas contratações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da Constituição e ao art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratação deve ainda atender ao disposto no art. 7º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, estimulando práticas sustentáveis na contratação dos serviços, especialmente aquelas previstas no Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária - PLS/MAPA.

Em consulta ao Guia de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 6ª Edição, Versão setembro/2023, foram identificadas as seguintes recomendações:

- Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - Item de obrigações da contratada:

“nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

- a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
 - a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.
- b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

O contratado deve ainda realizar programa de treinamento com seus funcionários nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, visando a ensiná-los a reduzir o consumo de energia elétrica, água e a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, bem como capacitá-los para a separação de resíduos recicláveis descartados.

O Caderno de Logística de Prestação de Serviços Limpeza, Asseio e Conservação, versão 1.0 de abril de 2014, disponível no Portal de Compras Governamentais (endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_limpeza.pdf), apresenta boas práticas sustentáveis para os serviços de limpeza. Segundo o Caderno, as escolhas dos materiais e da gestão na produção, podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de limpeza, diminuindo os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial. O Caderno ainda recomenda que o órgão exija do contratado a implementação de ações que reduzam a exposição de ocupantes do edifício e funcionários de manutenção a contaminantes de partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

A contratação dos serviços de limpeza deve prever, nas especificações técnicas ou obrigações do contratado, mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

As medidas abaixo podem ser adotadas com base nas recomendações do Caderno de Logística de Prestação de Serviços Limpeza, Asseio e Conservação, versão 1.0 de abril de 2014:

- Os serviços devem ser acompanhados por Instrumento de Medição de Resultados - IMR, com o propósito de delimitar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade definidos;
- Deve ser cumprida a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando o IMR, nos termos do da Instrução Normativa Seges/ME nº 5, de 2017;
- Devem ser disponibilizados equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação;
- Deve ser observada a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;
- Devem ser treinados e capacitados periodicamente os empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;
- Devem ser fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços;
- Devem ser mantidos equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas;
- Devem ser observadas as recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.;
- Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento;
- Devem ser adotadas medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização;
- O consumo de energia elétrica deve ser racionalizado com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, conforme regulamentações, para os casos possíveis;
- Só deve ser admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama e observações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;
- Devem ser adotadas práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;

- Devem ser respeitadas as Normas Brasileiras - NBRs sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Devem ser utilizadas apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis;
- As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade do contratado, devem possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008;
- Devem ser recolhidas as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica;
- Deve ser apresentada a composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado;
- É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução RDC/Anvisa Nº 59, de 17 de dezembro de 2010, na prestação dos serviços;
- É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução RDC/Anvisa nº 694, de 13 de maio de 2022, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução RDC/Anvisa nº 682, de 2 de maio de 2022;
- Deve ser assegurada a não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;
- É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados - OGM ou de plantas em risco de extinção;
- É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais;
- É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações;
- O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado do Instrumento de Medição de Resultados - IMR que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores: a) utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental; b) ausência de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros; c) esvaziamento de lixeiras em 2/3 por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos; d) disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado; e) utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas. f) ausência de defeito em torneiras e válvulas de descarga que economizem água; g) reuso da água de limpeza para ambientes externos; h) uso de equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica; i) uso de equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários; j) ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço; k) número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

4.10. Garantia de Execução

Deve ser exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento), em vista do expressivo valor estimado do contrato (vide item 8), nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

4.11. Transição Contratual

Devem ser adotados procedimentos para início e finalização do contrato, nos quais se incluem:

- Devem ser realizados os procedimentos de fiscalização administrativa previstos no Anexo VIII-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017;
- Devem ser disponibilizados todos os uniformes aos empregados antes do início da prestação dos serviços;

- Devem ser disponibilizados todos os materiais e equipamentos nos locais antes do início da prestação dos serviços e recolhidos os equipamentos após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias, após os quais, não sendo estes recolhidos, a Administração poderá deles dispor;
- Devem ser concedidos os acessos a áreas internas controlados por meio biométrico ou senha estritamente aos empregados responsáveis pela limpeza e conservação dos locais, sendo tais acessos revogados no caso de desligamento ou após o último mês de prestação dos serviços.

4.12. Antinepotismo

Devem ser observadas as disposições da Portaria Mapa nº 155, de 26 de maio de 2021, que aprova as declarações e os fluxogramas de prevenção e reação à prática de nepotismo no âmbito do Mapa. As declarações dos Anexos I e II da Portaria devem ser exigidas, respectivamente, dos empregados terceirizados que assumirem os postos de trabalho e da pessoa jurídica contratada.

4.13. Disposições Contratuais Obrigatórias

O Decreto nº 9.507, de 2018, prevê em seus arts. 8º e 9º uma série de disposições que obrigatoriamente devem constar no contrato celebrado, dentre as quais destaca-se a adoção de um dos dois mecanismos de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

- Pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes a férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados efetuado somente na ocorrência do fato gerador; ou
- Pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes a férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados por meio de depósito em conta vinculada específica, aberta em nome da pessoa jurídica contratada, e com movimentação autorizada pelo contratante.

A operacionalização desses mecanismos deve observar os Cadernos de Logística próprios disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). Incumbe ao Administrador, apenas, escolher entre uma das duas opções. No caso, a operacionalização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação conta com maior agilidade e possui módulo com cálculo automático por meio do Sistema Compras.gov.br Contratos, reduzindo a chance de erros nas retenções e liberações. Tal ponto justifica sua adoção em face do mecanismo de pagamento com base na ocorrência do fato gerador, de custo administrativo maior para operacionalização.

4.14. Vistoria

Deve ser facultado às interessadas realizar visita técnica de vistoria às dependências da unidade, com o intuito de conhecer as características do local onde devem ser prestados os serviços, as condições e as peculiaridades dos serviços a executar, bem como para reunir outros consistentes subsídios para a formulação de sua proposta.

É obrigatória ao interessado a apresentação da declaração de que conhece as dependências, características e condições da unidade onde deve ser prestado o objeto.

4.15. Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

A comprovação da qualificação econômico-financeira também é salutar na contratação dos serviços de que tratam o presente Estudo, considerando se tratar de serviço com emprego de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de incontestável importância para a Administração, cuja contratação deve ser fixada pelo prazo de 1 (um) ano, situação em que a inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar graves prejuízos para alcance dos objetivos do Laboratório.

4.16. Requisitos de Qualificação Técnico-Operacional

A comprovação de capacidade técnica, por meio da exigência de atestado de capacidade técnica em nome da matriz ou da filial da empresa, parece salutar na contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização, considerando a natureza do serviço, o que demonstra a necessidade de que a seleção de fornecedor recaia em empresa minimamente organizada e capaz de executar o objeto, com prévia demonstração de que opera no mercado em prazo suficiente. Trata-se de um serviço com emprego de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de incontestável importância para a unidade, compondo força de trabalho de apoio tanto para as atividades administrativas quanto da área técnica.

O risco de se contratar empresa incapaz para a execução do objeto de forma adequada parece suficientemente atendido pela exigência de comprovação de execução do objeto nas mesmas condições, pelo prazo de 1 (um) ano, estando inclusive de acordo com as orientações da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Contratação Anterior

O Contrato nº 6/2018, celebrado com a empresa INTERATIVA FACILITIES LTDA, CNPJ 05.058.935/0001-42, a partir do Pregão nº 8/2017, encontra-se vigente e tem como objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.

5.2. Contratações Similares de Outros Órgãos e Entidades

Foram identificados e tomados como referência os seguintes procedimentos licitatórios para a contratação do objeto por outros órgãos públicos:

- Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Estado de Goiás - PR-GO - Termo de Contrato nº 2/2022 - Pregão Eletrônico nº 2/2022 - Uasg 20066 (Anexo IV);
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - Termo de Contrato nº 17/2022 - Pregão Eletrônico nº 2/2022 - Uasg 925401 (Anexo V); e
- Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - Termo de Contrato nº 49/2022 - Pregão Eletrônico nº 23/2022 - Uasg 70023 (Anexo VI).

Nota-se que a Administração pública opta pela terceirização dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários. Verifica-se que esta é uma solução comum na contratação deste objeto pelos órgãos públicos. Além disso, é necessário frisar que as contratações se deram por licitação, na modalidade pregão, visto que o objeto se enquadra no conceito de serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Participação de Consórcio, Cooperativas, Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público, Empresários Individuais e Pessoas Físicas

Não deve ser admitida a possibilidade de empresas reunidas em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

A execução compartilhada ou em rodízio ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade.

Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário).

Deve ser admitida a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta contratação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

Não deve ser permitida a participação de pessoas físicas, com fundamento no parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme requisitos estabelecidos no tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

5.4. Subcontratação

A subcontratação é adequada quando os fornecedores não possuem o conhecimento técnico necessário para realizar todas as etapas do processo. Nesses casos, recorrem-se a serviços de terceiros, mantendo-se a responsabilidade integral do contratado pela execução perfeita do objeto. Cabe ao contratado supervisionar e coordenar as atividades dos subcontratados, bem como responder perante a Administração contratante pelo cumprimento rigoroso das obrigações contratuais.

A subcontratação apresenta vantagens em muitos casos. Entretanto, quando se trata de serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, sua aplicação deve ser considerada com cautela, uma vez que esse tipo de contrato exige um controle mais rigoroso da Administração quanto ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da prestadora dos serviços perante seus empregados.

No caso em análise, com o paradigma de contratação de serviços de limpeza por metragem de área a ser limpa, conforme definido pela Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, é possível que alguns serviços especializados de limpeza, que não são realizados diariamente, sejam executados por empresas subcontratadas, sem a necessidade de profissionais em regime de dedicação exclusiva de mão de obra para essas tarefas.

Embora essa situação possa aumentar a complexidade da gestão e fiscalização contratual, também apresenta o potencial de aumentar a competitividade do certame sem comprometer a economia de escala ou causar complicações decorrentes do parcelamento do objeto. Portanto, deve ser cuidadosamente avaliada quanto à sua implementação na presente contratação.

5.5. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Nos termos do item 8.1, a contratação está inicialmente estimada em **R\$ 531.613,69 (quinhentos e trinta e um mil e seiscentos e treze reais e sessenta e nove centavos)**. Considerando que o valor está acima do limite previsto no inciso I do caput do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a contratação não deve ser destinada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Resta ainda avaliar o disposto no inciso II do caput do art. 48 da mesma Lei Complementar, de que a Administração pode exigir a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte no caso de serviços. Levando em consideração o que consta no item 5.4, não se revela prudente exigir a subcontratação, razão pela qual tal exigência não deve ser adotada no presente caso.

5.6. Forma de Seleção do Fornecedor

A contratação deve ser realizada por licitação, na modalidade pregão eletrônico, que é a forma comumente adotada para a realização da contratação de objetos da mesma natureza pela Administração Pública.

No mais, o art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021, permite à Administração adotar o orçamento de caráter sigiloso, que não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, conforme § 1º do art. 12 da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022. Em geral, a aplicação do orçamento sigiloso é recomendada quando se verifica grande oscilação nos preços encontrados para o objeto a ser licitado. No presente caso, entende-se que tal instituto não deve ser adotado, pois a orçamentação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra é realizada de forma bastante criteriosa e detalhada pela Administração, conforme destacado no tópico 7 deste Estudo Técnico Preliminar.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, de execução indireta, de forma continuada e com o emprego de mão de obra exclusiva, com o fornecimento de todos os uniformes, materiais e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar a continuidade do atendimento dos serviços de higienização e limpeza das dependências internas e externas do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás - LFDA-GO, inclusive em outras instalações que venham a ser futuramente ocupadas.

Os serviços devem ser executados em:

- Áreas Internas - Pisos Frios: áreas constituídas ou revestidas de mármore, cerâmica e similares;
- Áreas Internas - Laboratórios: áreas destinadas exclusivamente para trabalhos de pesquisa e/ou análises laboratoriais;
- Áreas Internas - Almoxarifados /Galpões: áreas utilizadas para depósito, estoque ou guarda de materiais diversos;
- Áreas Internas - Banheiros: áreas destinadas ao uso sanitário, incluindo vasos sanitários, pias, chuveiros e demais instalações sanitárias;

- Áreas Externas - Pisos Pavimentados Adjacentes/Contíguos às Edificações: áreas circundantes aos prédios administrativos, revestidas de cimento, lajota, cerâmica e similares;
- Áreas Externas - Varrição de Passeios e Arruamentos: áreas destinadas a estacionamentos, passeios, alamedas, arruamentos e demais áreas circunscritas nas dependências do contratante;
- Áreas Externas - Pátios e Áreas Verdes Alta Frequência: áreas sem pavimentos, de pedregulhos, jardins e gramados, que necessitam de limpeza quinzenal;
- Áreas Externas - Pátios e Áreas Verdes Média Frequência: áreas áreas sem pavimentos, de pedregulhos, jardins e gramados, que necessitam de limpeza mensal;
- Esquadrias Internas - Face Interna: áreas compostas de vidros, face interna.
- Esquadrias Externas - Face Externa Sem Exposição à Situação de Risco: áreas compostas de vidros, sem exposição à situação que necessita para execução dos serviços de limpeza, a utilização de equipamento especial tais como balancins manuais ou mecânicos, ou andaimes.

Os serviços devem ser prestados de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, em horário entre 7h e 18h.

Os horários de prestação dos serviços podem ser alterados conforme necessidade da Administração ou, em casos excepcionais, do empregado, com aprovação prévia da Administração.

Os serviços devem ser executados por profissionais especializados e capacitados, dentro das categorias da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) de Encarregado de Serviço (CBO 4101-05) e Servente de Limpeza (CBO 5143-20).

A jornada de trabalho dos empregados deve ser de no máximo 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

O quantitativo de profissionais necessários deve ser apurado pela prestadora dos serviços com base na área física a ser limpa e nos índices de produtividade de sua mão de obra, devendo, para a execução de eventuais serviços adicionais contemplados na rotina de execução, adaptar os contratos de trabalho e a remuneração de seus empregados, se for o caso, observada a legislação trabalhistas e o Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria. A relação adotada deve ser de um encarregado para cada 30 (trinta) serventes, ou fração. A seleção do profissional é responsabilidade da prestadora, podendo a Administração ser consultada.

A substituição de profissional a pedido da Administração deve ser realizada pela prestadora dos serviços.

A realização de horas excedentes só deve ocorrer se houver interesse da Administração e somente deve ser permitida caso exista, por força do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, a previsão de que o excesso de horas em um dia possa ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia sem que haja acréscimo de remuneração, na forma e limites estabelecidos pelo art. 59, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de maneira que em nenhuma hipótese a Administração deve arcar com de hora extra.

O controle de frequência dos empregados da prestadora dos serviços deve ser realizado conforme Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, adotando-se o registro de frequência por meio de biometria.

Os uniformes devem ser fornecidos aos empregados, devendo ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

Os uniformes ser substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgastes independentemente do prazo estabelecido para fornecimento, sem qualquer custo adicional para a Administração ou mesmo para os empregados.

Não deve haver distinção entre o uniforme utilizado pela profissional do sexo feminino e pelo profissional do sexo masculino, exceto em caso de gravidez, situação em que os uniformes devem ser apropriados, devendo ser substituídos sempre que estiverem apertados.

Os materiais para execução do serviço devem ser fornecidos mensalmente, estocados em local disponibilizado pela Administração, com guarda sob responsabilidade da prestadora dos serviços.

Quando da entrega dos materiais, deve ser verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês anterior e, caso haja materiais não utilizados, deve ser feita a reposição apenas do quantitativo que faltar para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado.

Não deve ocorrer a falta de execução das tarefas por ausência de material em estoque.

Os equipamentos e utensílios devem ser mantidos em perfeitas condições de uso, sendo substituídos imediatamente quando danificados.

Os equipamentos utilizados na execução dos serviços são de propriedade da prestadora e apenas devem ser disponibilizados para a execução dos serviços.

A entrega dos uniformes, materiais e equipamentos deve obedecer à programação estabelecida, sendo a prestadora responsável pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação, e a Administração realizando o devido acompanhamento.

O pagamento dos valores referentes a férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados deve ser feito por depósito em conta vinculada específica, aberta em nome da pessoa jurídica contratada, com movimentação autorizada pela Administração, para garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

A contratação deve atender às práticas de sustentabilidade, conforme art. 170 da Constituição, art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 7º da Lei nº 12.305, de 2010, estimulando práticas previstas no Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Programa de treinamento aos empregados deve ser realizado nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, visando a ensiná-los a reduzir o consumo de energia elétrica, água e a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, bem como capacitá-los para a separação de resíduos recicláveis descartados.

A prestadora dos serviços deve implementar ações que reduzam a exposição de ocupantes do edifício e funcionários de manutenção a contaminantes de partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

As escolhas de materiais e gestão na produção devem melhorar a sustentabilidade na contratação de serviços de limpeza, diminuindo efeitos adversos ao meio ambiente.

Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

- Os serviços devem ser acompanhados por Instrumento de Medição de Resultados - IMR, com o propósito de delimitar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade definidos;
- Deve ser cumprida a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando o IMR, nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 5, de 2017;
- Devem ser disponibilizados equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação;
- Deve ser observada a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;
- Devem ser treinados e capacitados periodicamente os empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;
- Devem ser fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços;
- Devem ser mantidos equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas;
- Devem ser observadas as recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.;
- Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento;

- Devem ser adotadas medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização;
- O consumo de energia elétrica deve ser racionalizado com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, conforme regulamentações, para os casos possíveis;
- Só deve ser admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama e observações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;
- Devem ser adotadas práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;
- Devem ser respeitadas as Normas Brasileiras - NBRs sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Devem ser utilizadas apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis;
- As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade do contratado, devem possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008;
- Devem ser recolhidas as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica;
- Deve ser apresentada a composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado;
- É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução RDC/Anvisa Nº 59, de 17 de dezembro de 2010, na prestação dos serviços;
- É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução RDC/Anvisa nº 694, de 13 de maio de 2022, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução RDC/Anvisa nº 682, de 2 de maio de 2022;
- Deve ser assegurada a não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;
- É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados - OGM ou de plantas em risco de extinção;
- É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais;
- É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações;
- O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado do Instrumento de Medição de Resultados - IMR que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores: a) utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental; b) ausência de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros; c) esvaziamento de lixeiras em 2/3 por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos; d) disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado; e) utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas. f) ausência de defeito em torneiras e válvulas de descarga que economizem água; g) reuso da água de limpeza para ambientes externos; h) uso de equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica; i) uso de equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários; j) ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço; k) número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Área física a ser limpa

De acordo com o Anexo VI-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, os serviços devem ser contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas as peculiaridades, produtividade, periodicidade, jornadas de trabalho e a frequência de cada tipo de serviço e local/ambiente objeto da contratação.

Segundo o Anexo retrocitado, são estabelecidos os seguintes parâmetros:

- 3.1. Áreas Internas:
 - a) Pisos acarpetados: 800 m2 a 1200 m2;
 - b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m2;
 - c) Laboratórios: 360 m² a 450 m2;
 - d) Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m2;
 - e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m2;
 - f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m2; e
 - g) Banheiros: 200 m² a 300 m².
- 3.2. Áreas Externas:
 - a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m2;
 - b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m2;
 - c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m2;
 - d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m2;
 - e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m2; e
 - f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m2.
- 3.3. Esquadrias Externas:
 - a) face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
 - b) face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e
 - c) face interna: 300 m² a 380 m².
- 3.4. Fachadas Envidraçadas: 130 m2 a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico; e
- 3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m2.

Nesse sentido, houve avaliação da área total do Laboratório a partir das Plantas disponíveis (Anexo VII - Plantas LFDA-GO), resultando na Planilha Estimativa Área Física a Ser Limpa (Anexo VIII). A avaliação consistiu em criteriosa análise de todas as áreas do Laboratório, visando uma nova categorização dos tipos de serviço das áreas internas para se alinhar a forma de ocupação atual, considerando que as Planilhas foram confeccionadas por Arquiteta da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários em 2020 e, desde então, houve algumas mudanças na ocupação dos prédios.

O Laboratório possui aproximadamente **80.967,01 metros quadrados**, sendo destes **75.280,41 metros quadrados** de área verde, **5.273,16 metros quadrados** de área asfaltada e 1.437,50 metros quadrados de calçamento/cimento.

A área interna engloba o somatório das áreas administrativas, laboratoriais, almoxarifados e depósitos, 22 (vinte e dois) banheiros em uso, e 1 (uma) copa principal e 7 (sete) copas auxiliares.

A área externa é formada por áreas verdes que demandam limpeza e manutenção de média frequência (uma vez por quinzena) e de alta frequência (uma vez por semana), além de áreas de passeios e arruamentos.

Além das áreas acima, deve ser considerada a limpeza de esquadrias, tanto a face externa sem exposição de risco.

A estimativa da metragem das áreas internas e externas por tipo de serviço está resumidamente apresentada abaixo:

Tipo de Serviço	Área Aproximada (metros quadrado)
Áreas Internas - Pisos Frios	830
Áreas Internas - Laboratórios	1.382
Áreas Internas - Almoxarifados /Galpões	685

Áreas Internas - Banheiros	124
Áreas Externas - Pisos Pavimentados Adjacentes/ Contíguos às Edificações	590
Áreas Externas - Varrição de Passeios e Arruamentos	6.711
Áreas Externas - Pátios e Áreas verdes com Alta Frequência	33.237
Áreas Externas - Pátios e Áreas Verdes com Média Frequência	42.199
Esquadrias Externas - Face Externa sem Exposição a Situação de Risco	460
Esquadrias Externas - Face Interna	460

7.2. Mão de obra

Os serviços devem ser executados por profissionais especializados e capacitados, sendo que as categorias profissionais que empregadas nos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupação - CBO, são: **CBO 4101-05 - Encarregado de Serviço e CBO 5143-20 - Servente de Limpeza.**

O quantitativo de profissionais necessários para a execução dos serviços deve ser apurado levando-se em consideração os índices de produtividade mínima da mão de obra definidos pela Administração, que consideram a frequência e peculiaridades das áreas a serem limpas, conforme orientações da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

Sendo assim, a empresa interessada em ofertar os serviços deve definir o quantitativo de pessoal com base na área física a ser limpa e a produtividade de sua mão de obra.

Para o encarregado de serviço, a relação definida é de um encarregado para cada 30 (trinta) trinta serventes, ou fração.

A título de estimativa, a definição do quantitativo de pessoal e produtividade mínima de referência teve por base o histórico de contratações anteriores para o serviço pretendido, considerando a experiência adquirida com o Contrato nº 6/2018, celebrado com a empresa INTERATIVA FACILITIES LTDA, a dimensão das áreas e a frequência diária, semanal, quinzenal e mensal de limpeza dos ambientes, as peculiaridades dos locais quanto ao quantitativo, disposição de móveis e utilização para as diversas atividades, e o redimensionamento das áreas que ocorreram ao longo do contrato, haja vista que houve alterações das áreas ocupadas no Laboratório durante a vigência contratual. Essas informações estão sintetizadas na tabela abaixo:

Tipo de Serviço	Área Aproximada (metros quadrado)	Quantidade Serventes de Limpeza	Produtividade do Anexo VI-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017 (metros quadrados)	Quantidade Serventes de Limpeza conf. Produtividade Mínima do Anexo VI-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017	Estimativa da Produtividade de Referência Adotada no LFDA-GO (metros quadrados)	Quantidade Serventes de Limpeza conf. Produtividade de Referência Adotada no LFDA-GO
Áreas Internas - Pisos Frios	830	0,6	800 a 1200	1,0375	800	1,0375
Áreas Internas - Laboratórios	1.382	2,7	360 a 450	3,8389	380	3,6368
Áreas Internas - Almoarifados /Galpões	685	0,1	1500 a 2500	0,4567	1500	0,4567
Áreas Internas - Banheiros	124	0,4	200 a 300	0,6200	200	0,6200
Áreas Externas - Pisos Pavimentados Adjacentes/ Contíguos às Edificações	590	0,2	1800 a 2700	0,3278	9000	0,0656
Áreas Externas - Varrição de Passeios e Arruamentos	6.711	2,4	1800 a 2700	3,7283	9000	0,7457
Áreas Externas - Pátios e Áreas verdes com Alta Frequência	33.237	1,1	1800 a 2700	18,4650	16000	2,0773
Áreas Externas -						

Pátios e Áreas Verdes com Média Frequência	42.199	1,3	1800 a 2700	23,4439	30000	1,4066
Esquadrias Externas - Face Externa sem Exposição a Situação de Risco	460	0,6	300 a 380	0,0081	400	0,0061
Esquadrias Externas - Face Interna	460	0,6	300 a 380	0,0081	400	0,0061
TOTAL				51,9343		10,0584

Diante do presente contexto, e considerando a natureza similar dos postos ora demandados e a relação direta da necessidade dos materiais, ferramentas e equipamentos nos serviços envolvidos, e com a finalidade de propiciar uma melhor sistemática de controle e fiscalização dos serviços prestados, reduzindo recursos e, assim, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de expor a riscos a qualidade destes serviços, entende-se que a melhor solução, que viabiliza de forma adequada o atendimento às necessidades, o quadro de pessoal contratado deve ser composto da seguinte forma:

Categoria profissional	Carga Horária/Mês	Quantitativo
ENCARREGADO DE SERVIÇO	220 H	1
SERVENTE DE LIMPEZA	220 H	10

Importa esclarecer que o número de postos adotado é a quantidade média necessária para viabilizar os trabalhos de limpeza, conservação e higienização, seja na área administrativa ou na área técnica, permitindo que os servidores se dediquem às atividades que não podem ser objeto de terceirização, como a fiscalização e gestão de contratos, condução de processos administrativos e execução de atividades finalísticas de competência do Laboratório.

No caso de se verificar aumento ou redução da demanda, podem ser necessários aditivos contratuais a fim de acrescentar ou suprimir quantitativos, nos termos do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Uniformes

Os uniformes devem ser fornecidos pela pessoa jurídica terceirizada a seus empregados, devendo ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

Tendo por base, a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 GO000091/2022, para cada profissional, devem ser fornecidos 2 (dois) uniformes completos, novos e confeccionados, por ano. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade. O fornecimento dos 2 (dois) conjuntos completos de uniformes novos deve ser realizado no início da execução do contrato. Após a entrega dos primeiros uniformes, o contratado deve substituí-los a cada 12 (doze) meses, por novos, de acordo com as tabelas respectivas para cada posto apresentadas acima, independentemente do estado em que se encontrem.

Os itens, conforme condições, quantidades por empregado e exigências estão pormenorizados na tabela a seguir:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade Anual por Empregado
ENCARREGADO DE SERVIÇO	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRENTE ABERTA COM BOTÕES E CASEADOS, TIPO CAMISA: SOCIAL, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO	PAR	4

	LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.		
	TÊNIS; MATERIAL: COURO/COURO SINTÉTICO; MATERIAL SOLA: BORRACHA; TAMANHO: SOB MEDIDA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALCANHEIRA COM GEL, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: COM CADARÇO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, PALMILHA ACOLCHOADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA	PAR	2
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1
SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: MALHA PIQUET, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	TOUCA REDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA EM TECIDO OXFORD, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	SAPATO SEGURANÇA, MATERIAL: EVA (ETIL VINIL ACETADO), MATERIAL SOLA: ANTIDERRAPANTE, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHADO NA REGIÃO CALCANHAR, PALMILHA DESTACÁVEL, ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA	UNIDADE	1
SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: MALHA PIQUET, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MANGUITO PROTEÇÃO UV 50, COMPOSIÇÃO: 94% POLIAMIDA E 6% ELASTANO; PROTEÇÃO UV, ANTIMICROBIAL, SEAMLESS DRY, PROTEÇÃO SOLAR: COM FPS; COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	BOTINA SEGURANÇA, MATERIAL: VAQUETA LIXADA, MATERIAL SOLA: POLIURETANO (PU) BI-DENSIDADE, MODELO: COM ELÁSTICO NAS LATERAIS, TIPO SOLA: ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIQUEIRA AÇO, CANO CURTO, ACOLCHOADO, TAMANHO: VARIADO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	1
	BOTA SEGURANÇA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA LÁTEX ALTA RESISTÊNCIA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, TIPO CANO: LONGO, TIPO USO: PROTEÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO, ANTIDERRAPANTE, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	1
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1

	BONÉ, MATERIAL CORPO: BRIM, MATERIAL ABA: POLIETILENO, MATERIAL REGULADOR ABERTURA: VELCRO MODELO: TOUCA ÁRABE, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO COM PROTEÇÃO PARA PESCOÇO E OMBRO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: MALHA PIQUET, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	TOUCA REDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA EM TECIDO OXFORD, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	SAPATO SEGURANÇA, MATERIAL: EVA (ETIL VINIL ACETADO), MATERIAL SOLA: ANTIDERRAPANTE, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHADO NA REGIÃO CALCANHAR, PALMILHA DESTACÁVEL, ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA	UNIDADE	1

7.4. Equipamentos de Proteção Individual - EPI

O contratado deve disponibilizar também os Equipamentos de Proteção Individual - EPI que se fizerem necessários para a perfeita execução do serviço com preservação da saúde e segurança dos trabalhadores, segundo normas de higiene e segurança do trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, independentemente da previsão de pagamentos destes pelo contratante. Cabe à pessoa jurídica contratada orientar seus empregados quanto ao uso correto dos EPI, bem como tornar seu uso obrigatório.

Todos os EPI a serem utilizados devem ter Certificado de Aprovação emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e dentro do prazo de validade.

Os itens, conforme condições, quantidades por empregado e exigências estão pormenorizados na tabela a seguir:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Previsão de Fornecimento por Empregado	Quantidade Anual por Empregado
SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	LUVA BORRACHA, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANATÔMICA, ANTIDERRAPANTE, TIPO: CANO LONGO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL E MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DOMISSANITÁRIOS, RESISTENTE À ABRASÃO, CORTES, RASGOS E PERFURAÇÕES, ESPESSURA: 0,70MM, REFORÇADA COM NEOPRENE	PAR	2 por mês	24
	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	6 por mês	72
	PROTECTOR AURICULAR, TIPO CONCHA: DUPLA, MATERIAL: SILICONE, MATERIAL HASTE: PLÁSTICO FLEXÍVEL, MATERIAL ALMOFADA: ESPUMA,			

	TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÍVEL DE RUÍDO IGUAL OU SUPERIOR A 25 DB, MATERIAL INTERNO: ESPUMA	UNIDADE	1 por ano	1
	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO: PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS E RÁIOS ULTRAVIOLETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AJUSTE POR TIRANTE ELÁSTICO APRESILHADAS NAS LATERAIS, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1 por ano	1
SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	6 por mês	72
	PROTECTOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO: UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO: FATOR 60, FORMA FARMACÊUTICA: GEL CREME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	FRASCO 200 ML	1 por bimestre	6
	PROTECTOR AURICULAR, TIPO CONCHA: PLUGUE, MATERIAL: ELASTÔMERO SINTÉTICO, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORDÃO PVC. ACOMPANHA CAIXA PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO	UNIDADE	1 por ano	1
	PROTECTOR AURICULAR, TIPO CONCHA: DUPLA, MATERIAL: SILICONE, MATERIAL HASTE: PLÁSTICO FLEXÍVEL, MATERIAL ALMOFADA: ESPUMA, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÍVEL DE RUÍDO IGUAL OU SUPERIOR A 25 DB, MATERIAL INTERNO: ESPUMA	UNIDADE	1 por ano	1
	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO: PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS E RÁIOS ULTRAVIOLETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AJUSTE POR TIRANTE ELÁSTICO APRESILHADAS NAS LATERAIS, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1 por ano	1
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	LUVA BORRACHA, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANATÔMICA, ANTIDERRAPANTE, TIPO: CANO LONGO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL E MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DOMISSANITÁRIOS, RESISTENTE À ABRASÃO, CORTES, RASGOS E PERFURAÇÕES, ESPESSURA: 0,70MM, REFORÇADA COM NEOPRENE	UNIDADE	2 por mês	24
	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	6 por mês	72
	PROTECTOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO: UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO: FATOR 60, FORMA FARMACÊUTICA: GEL CREME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	FRASCO 200 ML	6 por mês	6

7.5. Materiais

Os materiais adequados à execução dos serviços deve ser fornecido pela pessoa jurídica contratada.

A lista abaixo representa uma estimativa de materiais a serem fornecidos para cada categoria profissional, considerando o consumo anual do contrato, ou seja, os quantitativos não estão segregados por empregado:

Categoria		Unidade de	Previsão de	Quantidade
-----------	--	------------	-------------	------------

Profissional	Descrição	Fornecimento	Fornecimento	Anual por Categoria
	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, CONCENTRAÇÃO: 70%, APLICAÇÃO: LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, TIPO: ETÍLICO. CONTENDO CERTIFICADO DE ANÁLISE OU DOCUMENTO SIMILAR QUE ATESTE A CONCENTRAÇÃO DE ETANOL NA FAIXA DE 63 A 77%	LITRO	32 por mês	384
	DESODORANTE / AROMATIZANTE DE AMBIENTE, TIPO: AEROSOL, AROMA: VARIADO, USO: GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INGREDIENTE ATIVO, SOLUBILIZANTE, COADJUVANTE, SPRAY. ODORIZADOR AEROSOL QUE ELIMINE RAPIDAMENTE OS ODORES DESAGRADÁVEIS DO AMBIENTE, COM AÇÃO RÁPIDA E DURAÇÃO DO PERFUME DE UMA HORA. COMPOSIÇÃO: COADJUVANTES, ESTABILIZANTES, CORANTE E FRAGRÂNCIA	FRASCO 400 MILILITROS	20 por mês	240
	FLANELA, MATERIAL: ALGODÃO, COMPRIMENTO: 40 CM, LARGURA: 60 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACABAMENTO NAS BORDAS. 100% ALGODÃO DE 1ª QUALIDADE, MACIA, COM ALTO GRAU DE ABSORÇÃO E SEM DESPRENDIMENTO DE PARTÍCULAS	UNIDADE	10 por mês	120
	DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA. DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM AROMA, PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO + TENSIOATIVOS, TEOR ATIVO EM TORNO DE 0,4%	LITRO	21 por mês	262
	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AQUILBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO USO: LIMPEZA, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, COR: INCOLOR. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO; TENSOATIVO NÃO IÔNICO; ALCALINIZANTE; SEQUESTRANTE; SOLUBILIZANTE; ÉTER GLICÓLICO; ÁLCOOL; PERFUME E ÁGUA. O PRODUTO DEVE SER LÍMPIDO, LEVEMENTE AMARELADO, ODOR CARACTERÍSTICO DA VERSÃO, PH DE 10,7 11,4, DENSIDADE: 0,992 A 1,007 G/ML, SOLÚVEL EM ÁGUA. DEVE ACOMPANHAR FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO (FISPQ). REFERÊNCIA: VEJA MULTIUSO	FRASCO 500 MILILITROS	10 por mês	120
	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL: ESPUMA / FIBRA SINTÉTICA, FORMATO: RETANGULAR, ABRASIVIDADE: ALTA, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, COMPRIMENTO MÍNIMO: 110 MM, LARGURA MÍNIMA: 75 MM, ESPESSURA MÍNIMA: 20 MM	UNIDADE	10 por mês	120
	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO. COM GLICERINA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE USO GERAL, ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO, PH: 5,5 A 8,0, MATÉRIA ATIVA ANIÔNICA: 6,50 A 7,90%, PESO MOLECULAR MÉDIO: 342, VISCOSIDADE MÍNIMA DE 200 CPS.	LITRO	25 por mês	300
	PASTA LIMPEZA COMPOSIÇÃO: ÓLEO GRAXO, HIDROXINA E ESSÊNCIA EUCALIPTO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MULTI-USO, BIODEGRADÁVEL	EMBALAGEM 500 GRAMAS	1 por mês	24
	SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁGUA, PIGMENTO, COADJUVANTE, EMOLIENTE, SEQUESTRANTE, PESO: 200 G, FORMATO: RETANGULAR, COR: AMARELA. DEVE CONTER AGENTE ANTIREDEPOSITANTE E ÁGUA, ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO, PH: 9 A 10 (SOLUÇÃO 1%), DENSIDADE: 1,0 A 1,05 G/CM3 A 25°C	BARRA 200 GRAMA	10 por mês	120
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 40 L, COR: PRETA, LARGURA: 65 CM, ALTURA: 75 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 4 MICRA, APLICAÇÃO: RESÍDUOS			

SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	COMUNS DIVERSOS, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	5 por mês	60
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 L, COR: PRETA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	5 por mês	60
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 110 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 12 MICRA MICRA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	1 por mês	24
	SAPONÁCEO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTES, AGENTE, APLICAÇÃO: LIMPEZA PISOS, PAREDES E LOUÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO: PÓ. ASPECTO (ESTADO FÍSICO, FORMA E COR): LÍQUIDO VISCOSO, ODOR E LIMITE DE ODOR: CARACTERÍSTICO, PH: < 10,8, QUIMICAMENTE ESTÁVEL NAS CONDIÇÕES DE MANUSEIO, ARMAZENAMENTO E UTILIZAÇÃO.	FRASCO 300 GRAMA	7 por mês	84
	PANO LIMPEZA, MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 70 CM, LARGURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVADO, ALVEJADO, BAINHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO. APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA. ALTO GRAU ABSORÇÃO, SEM DESPRENDIMENTO DE PARTÍCULAS. COR BRANCA	UNIDADE	10 por mês	120
	HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 5% DE CLORO ATIVO. O PRODUTO FORNECIDO DEVE SER EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL. COMPOSIÇÃO: CADA 100 ML DA SOLUÇÃO DEVERÁ CONTER HIPOCLORITO DE SÓDIO 10% P/V 50%, ÁGUA DEIONIZADA Q.S.P. 100%, ASPECTO: LÍQUIDO, COR: LÍMPIDO AMARELO PÁLIDO ESVERDEADO, ODOR: CARACTERÍSTICO DE CLORO, PH: 10,00 A 13,00 DENSIDADE (G/CM³): 1,000 A 1,100 DOSEAMENTO (%): MAIOR OU IGUAL A 5,0. DEVERÁ SER FORNECIDO JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA DE SEGURANÇA PARA PRODUTO QUÍMICO.	LITRO	30 por mês	360
	PAPEL HIGIÊNICO MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO: 300 M, LARGURA: 10 CM, QUANTIDADE FOLHAS: DUPLA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EXTRAMACIO, NÃO PICOTADO. PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO: 300 M LARGURA: 10 CM, QUANTIDADE FOLHAS: DUPLA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EXTRA MACIO, NÃO PICOTADO. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: COM ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, RESISTENTE E HOMOGÊNEO. DENSIDADE: 14-16 G/M²	ROLO 300 METROS	12 por mês	144
	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL: 100% FIBRA CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 22 CM, LARGURA: 21,60 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA. AS TOALHAS DEVEM SER ULTRA ABSORVENTES, POSSUINDO PREFERENCIALMENTE TECNOLOGIA AIRFLEX COM TEXTURA DE TECIDO E FIBRAS DE ALGODÃO QUE PROPORCIONAM UMA SECAGEM MAIS AGRAVÁVEL E DELICADA. GRAMATURA MÍNIMA: 40 G/M2, LARGURA DA FOLHA: 223 MM, COMPRIMENTO: 241 MM.	PACOTE 1000 UNIDADES	30 por mês	360
	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO PEROLADO, COR: VARIADA, ACIDEZ: 8 A 9,50, APLICAÇÃO: INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEOR ATIVO 14 A 16 PORCENTO, AROMA: VARIADO. ASPECTO: LÍQUIDO VISCOSO, PH: 6,0 A 8,0, ODOR: CARACTERÍSTICO DA ESSÊNCIA, DENSIDADE A 20°C:	LITRO	10 por mês	120

1,010 A 1,030 G/CM3, VISCOSIDADE 2440 A 3170 MPAS. DEVE SER GLICERINADO, LIVRE DE PARABENOS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO E NÃO TESTADO EM ANIMAIS.			
ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO: ETÍLICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70%	LITRO	10 por mês	120
REMOVEDOR, TIPO: ALCALINIZANTES E SOLVENTES ESPECIAIS, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: REMOÇÃO CERA ACRÍLICA E SUJEIRAS EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEOR DE NÃO VOLÁTEIS MÍNIMO DE 17%, TEOR ACIDEZ: PH DE 13 A 14%, DILUIÇÃO: 1 LITRO PARA 6 LITROS DE ÁGUA	LITRO	2 por mês	24
LIMPADOR BASE ÁCIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁCIDO SULFÔNICO, FLUORÍDRICO E MURIÁTICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL	LITRO	2 por mês	24
CERA ACRÍLICA - CERA ACRÍLICA AUTO BRILHO PARA ACABAMENTO E PROTEÇÃO DE PISOS E LAMINADOS. ASPECTO: LÍQUIDO LEITOSO, PH (TAL QUAL): 7,5 – 8,8, TEOR DE SÓLIDOS NÃO VOLÁTEIS: 20%. COMPOSIÇÃO: AGENTE FORMADOR DE FILME, PLASTIFICANTE, ADITIVO, ADJUVANTE, COADJUVANTE, AGENTE NIVELADOR, CONSERVANTE E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: POLÍMERO ACRÍLICO 15%	LITRO	10 por mês	120
BLOQUEADOR DE ODORES SANITÁRIOS, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SOLVENTE, EMULSIFICANTE, CONSERVANTE, ÓLEOS ESSENCIAIS, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. ASPECTO: LÍQUIDO SPRAY. REFERÊNCIA: FREECÔ, SECAR MOMENTO SECRETO, COALA E SIMILARES	UNIDADE	20 por mês	240
LIMPADOR BASE ÁCIDA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO DE MISTURA AQUOSA BIODEGRADÁVEL. LIMPADOR PARA PORCELANATO QUE ATUE SEM AGREDIR OU MANCHAR A SUPERFÍCIE DE PISOS FINOS. APLICAÇÃO: PISOS FRIOS COM BAIXA POROSIDADE. ASPECTO: LÍQUIDO CONCENTRADO LÍMPIDO, COR E ODOR: CARACTERÍSTICOS DA VERSÃO, PH: 10,5 A 11,5, DENSIDADE: (G/ML): 1,020 A 1,040	LITRO	10 por mês	120
CERA SEMI-SINTÉTICA, ORIGEM: A BASE DE EMULSÃO DE SEBO BOVINO, APRESENTAÇÃO: ÓLEO, TIPO USO: HIDRATAÇÃO E SATURAÇÃO DE COUROS, APLICAÇÃO: ARTEFATOS DE COURO EM GERAL. PH NEUTRO E RESERVA ALCALINA CONTENDO FUNGICIDA	FRASCO 250 GRAMAS	5 por mês	60
ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS. ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO, ASPECTO: LÍMPIDO, COR: AMARELO, ODOR: CARACTERÍSTICO, PH: 11,50 – 13,00, TEOR DE CLORO ATIVO (%): 2,00 – 2,50, DENSIDADE: 1,030 – 1,045 G/ML (25°C), PONTO DE EBULIÇÃO INICIAL E FAIXA DE TEMPERATURA DE EBULIÇÃO: 110°C. REFERÊNCIA: QBOA OU SIMILAR.	LITRO	2 por mês	24
DESENGRIMPANTE, COMPOSIÇÃO: DESTILADO ALIFÁTICO, ÓLEOS DE PETRÓLEO/MINERAL, APRESENTAÇÃO: SPRAY, APLICAÇÃO: USO GERAL. SPRAY COM BICO INTELIGENTE E CANUDO EXTENSOR. REFERÊNCIA: WD-40 FLEXTOP OU SIMILAR.	FRASCO 500 ML	1 por mês	12
DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO/HIPOCLORITO DE SÓDIO/DISPERSANTE, APLICAÇÃO: DESENTUPIR PIAS, RALOS E VASOS SANITÁRIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESINCRUSTANTE PH (PURO) 12,5 A 13,5, DENSIDADE, ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	QUILOGRAMA	1 por mês	12
POLIDOR DE METAIS - POLIDOR, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO BRANCO AMARELADO, SUSPENSÃO LEITOSA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE METAIS	EMBALAGEM 200 ML	1 por bimestre	6
SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 40 L, COR: PRETA, LARGURA:			

SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	65 CM, ALTURA: 75 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 4 MICRA, APLICAÇÃO: RESÍDUOS COMUNS DIVERSOS, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	3 por mês	36
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 L, COR: PRETA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	3 por mês	36
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 110 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 12 MICRA MICRA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191: 2008.	PACOTE 100 UNIDADE	2 por mês	24
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO. COM GLICERINA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE USO GERAL, ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO, PH: 5,5 A 8,0, MATÉRIA ATIVA ANIÔNICA: 6,50 A 7,90%, PESO MOLECULAR MÉDIO: 342, VISCOSIDADE MÍNIMA DE 200 CPS.	LITRO	5 por mês	60
	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BUTIL ÉTER-TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ETANOL 14 %.	FRASCO 500 ML	10 por mês	120

Os quantitativos de materiais constantes foram estimados com o intuito de auxiliar as proponentes, no momento de elaboração de suas propostas, na formação dos custos. Durante a execução dos serviços, por terem sido estimados, os quantitativos podem variar para mais ou para menos, de maneira que o contratado deve fornecer os quantitativos necessários à perfeita execução dos serviços, devendo o contratado arcar inteiramente com os custos no caso de necessidade de quantitativos maiores que os estimados, exceto nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro definidos na legislação.

Quando da entrega dos materiais, deve ser verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês, trimestre ou ano anterior. Caso haja materiais não utilizados, deve ser feita a reposição apenas do quantitativo faltante para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado. Não deve ocorrer a falta de execução das tarefas por ausência de material em estoque, devendo ser disponibilizado estoque mínimo.

7.6. Equipamentos

Os equipamentos adequados à execução dos serviços devem ser fornecidos pela pessoa jurídica contratada.

Os equipamentos devem permanecer como propriedade da pessoa jurídica contratada e devem ser disponibilizados para a prestação dos serviços, sendo os custos expressados em Planilha de Custos e Formação de Preços por meio do valor de depreciação. Tal metodologia foi utilizada no Pregão nº 1/2023 do próprio LFDA-GO, cujo objeto foi a contratação de serviços de apoio administrativo, recepção, copeiragem e motorista de automóveis, compreendendo o fornecimento de mão de obra, uniformes e equipamentos adequados à execução dos trabalhos. Desse modo, para o cálculo desse custo, deve ser considerado o período de vida útil dos equipamentos e o valor ou percentual residual. Ou seja, a Administração não paga o preço integral de eventual equipamento, mas somente o custo da depreciação desses bens durante a vigência do contrato, pois ao final da vigência contratual, esses equipamentos podem ser retirados, visto serem de propriedade da terceirizada contratada. A referência utilizada para depreciação se encontra abordada no tópico 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

A lista abaixo representa uma estimativa de equipamentos e ferramentas para cada categoria profissional, considerando o consumo anual do contrato, ou seja, os quantitativos não estão segregados por empregado:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade por Categoria
	CARRINHO TRANSPORTE MATERIAL: METAL, CAPACIDADE: 200 A 280 KG, ALTURA: 126 CM, LARGURA: 41 CM, PROFUNDIDADE: 26 CM, QUANTIDADE RODAS: 2, MATERIAL		

SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	RODAS: PNEU COM CÂMARA DE AR, TIPO: PLATAFORMA , APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE MATERIAIS	UNIDADE	1
	ESCADA MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: ARTICULADA, QUANTIDADE DEGRAUS: 12 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEGRAUS ANTIDERRAPANTE, CARGA MÍNIMA 100KG, CALÇO	UNIDADE	1
	ESCADA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: DOBRÁVEL, QUANTIDADE DEGRAUS: 6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PATAMAR EMBORRACHADO/ ANTIDERRAPANTE, CALÇO, BORRACHA	UNIDADE	1
	ENCERADEIRA TIPO: INDUSTRIAL, POTÊNCIA MOTOR: 800 W, TIPO MOTOR: MONOFÁSICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, DIÂMETRO ESCOVA: 380 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCOVA DE PÊLO, SUPORTE MADEIRA E LIXA	UNIDADE	1
	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA, MATERIAL: PLÁSTICO INJETADO, CAPACIDADE: 20 L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOCAIS, PROLONGADOR E FILTRO DE PAPEL, POTÊNCIA: 1.200 W	UNIDADE	1
	CAVALETE SINALIZAÇÃO, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, COMPRIMENTO: 0,90 M, LARGURA: 0,62 M, ALTURA: 1,05 M, PESO: 4,30 KG, COR: AMARELA COM LEGENDA PRETA. TIPO SINALIZADOR: ADVERTÊNCIA PISO ESCORREGADIO	UNIDADE	10
	CONE SINALIZAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO SEMIFLEXÍVEL, ALTURA: 95 CM, LARGURA BASE: 40 X 40 CM, COR: LARANJA COM 2 FAIXAS CINZAS REFLETIVAS, ACESSÓRIOS: BASE REMOVÍVEL EM BORRACHA	UNIDADE	10
	DISPENSER HIGIENIZADOR, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, CAPACIDADE: 800 ML, TIPO FIXAÇÃO: PAREDE, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR FRONTAL PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNIDADE	90
	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - DISPENSER PAPEL TOALHA, INTERFOLHADA, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FIXAÇÃO POR BUCHA E PARAFUSOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 32 X 27 X 14 CM	UNIDADE	60
	DISPENSER PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL BASE: PLÁSTICO ABS, TIPO: DE PAREDE, COR: BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRAVA PARA ROLO DE ATÉ 300 M, ALTURA: 27 CM, LARGURA: 27 CM, PROFUNDIDADE: 12,50 CM	UNIDADE	30
	ESPÁTULA MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: MASSA E RASPAGEM, COMPRIMENTO: 135 MM, LARGURA: 100 M	UNIDADE	5
	BALDE MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: MÉDIO, MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE: 12 L, COR: PRETA	UNIDADE	18
	BALDE MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: EXTRA, MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE: 20 L, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO APLICÁVEL	UNIDADE	18
	BORRIFADOR MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR, CAPACIDADE: 500 ML, APLICAÇÃO: ACONDICIONAR SOLUÇÃO REVELADORA	UNIDADE	76
	DESENTUPIDOR PIA MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR: PRETA, ALTURA: 7 CM, DIÂMETRO: 11 CM, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO: 10 CM	UNIDADE	2
	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR: PRETA, ALTURA: 10 CM, DIÂMETRO: 16 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 50 CM	UNIDADE	2
	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO: VASO SANITÁRIO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: COMPRIMENTO: 40CM, LARGURA: 15CM, ALTURA: 15CM	UNIDADE	22
	ESPANADOR MATERIAL: PENA AVESTRUZ, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 40 CM	UNIDADE	5
	PÁ COLETORA LIXO MATERIAL COLETOR: ALUMÍNIO ZINCADO, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 80 CM, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 20 CM, APLICAÇÃO: LIMPEZA	UNIDADE	6
	RODO MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 65 CM, COM MANOLA, ALTURA MÍNIMA 1,50 M	UNIDADE	36
	VASSOURA MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL CEPA: MADEIRA , COMPRIMENTO CEPA: 40 CM, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO , TIPO: GARI	UNIDADE	6
	VASSOURA MATERIAL CERDAS: SISAL, MATERIAL CABO: MADEIRA, TIPO: VASCULHO, APLICAÇÃO: LIMPEZA TETO, COMPRIMENTO CABO: 300 CM	UNIDADE	20

	ESCOVA LIMPEZA GERAL MATERIAL CORPO: PLÁSTICO MATERIAL CERDAS: NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRA LIMO, COMPRIMENTO: 19 CM, LARGURA: 2,50 C	UNIDADE	24
SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	ROÇADEIRA MANUAL TIPO MOTOR: GASOLINA, POTÊNCIA MOTOR: 1,7 KW, TIPO CORTADOR: LÂMINA 3 PONTAS, ROTAÇÃO: 12.50, RPM, TIPO EMPUNHADEIRA: ALÇA REGULÁVEL /CINTURÃO DUPLO, ERGONÔMICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TANQUE COMBUSTÍVEL: 0,58 L /IGNIÇÃO ELETRÔNICA	UNIDADE	2
	LAVADORA ALTA PRESSÃO, PRESSÃO:500 PSI, VAZÃO:26 L /MIN, TENSÃO:220 V, POTÊNCIA CONSUMIDA:3 HP, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:3 PISTÕES COM MANGUEIRA COMPLETA E ACESSÓRIOS, TIPO:LAVAJATO, MODELO: PROFISSIONAL, ACESSÓRIOS: 10 METROS DE MANGUEIRA COM ESGUICHO REGULÁVEL	UNIDADE	1
	ROÇADEIRA MANUAL, TIPO MOTOR:ELÉTRICO, POTÊNCIA MOTOR:1 HP, TIPO CORTADOR: FIO NÁILON E /OU LÂMINA AÇO, ROTAÇÃO: 9.000 RPM, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, PESO APROXIMADO: 5 KG, TIPO EMPUNHADEIRA: GUIDÕES AJUSTÁVEIS, COR: VERMELHA	UNIDADE	1
	SOPRADOR TIPO: PORTÁTIL, ACIONAMENTO: GASOLINA, POTÊNCIA: 2.5 HP, VOLUME AR: 29 M3/MIN, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE FOLHAS DE ÁRVORES , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOTOR 2 TEMPOS, VELOCIDADE: 7.200 RPM SOPRADOR TIPO: PORTÁTIL, ACIONAMENTO: GASOLINA, POTÊNCIA: 2.5 HP, VOLUME AR: 29 M3/MIN, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE FOLHAS DE ÁRVORES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOTOR 2 TEMPOS, VELOCIDADE: 7.200 RP	UNIDADE	1
	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO: CABO PP PLANO, COMPRIMENTO: 40 M, TENSÃO: 250 V, CORRENTE: 10 A, SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM , ACESSÓRIOS: 5 TOMADAS FÊMEAS E PLUGUE TERRA	UNIDADE	1
	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO: PP CARRETEL , COMPRIMENTO: 20 M, COMPONENTES: 3 TOMADAS, 2P+T., SEÇÃO NOMINAL: 2,50 MM , NÚMERO PÓLOS: 2, 2 FORMAÇÃO DO CABO: DUPLA ISOLAÇÃO, 20A, BIVOLT V F. MM2, COR: PRETO, POTÊNCIA MÁXIMA: 110V-1.650 W / 220V-3.300W W	UNIDADE	1
	CARRINHO MÃO MATERIAL CAÇAMBA: CHAPA AÇO GALVANIZADO , MATERIAL PÉS: FERRO , QUANTIDADE RODA: 1 UN, TIPO RODA: PNEU COM CÂMARA, CAPACIDADE CAÇAMBA: 100	UNIDADE	1
	ASPIRADOR MATERIAL: TERMOPLÁSTICO, DIÂMETRO: 1 POL, QUANTIDADE SAÍDA: 2, TIPO: IMPACTO, PRESSÃO: 16 A 35 MCA, VAZÃO: 1,44 A 1,86 M3/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO IRRIGADO 20 A 24 M	UNIDADE	1
	COMPRESSOR DE AR, PRESSÃO MÁXIMA: 40 LBF /POL2, POTÊNCIA MOTOR: 1/4 HP, VAZÃO: 16 L/MIN, TENSÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PORTÁTIL, COM MANGUEIRA ESPIRAL 3M E DESLOCAMENTO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE AR: 2,3 PCM, ROTAÇÃO (RPM): 1.750/MIN, CONEXÃO DE SAÍDA: 1/4" NPT MACHO, FREQUÊNCIA: 60 HZ, MASSA APROXIMADA (PESO): 9.77 KG.	UNIDADE	1
	VASSOURA JARDINAGEM TIPO: REGULÁVEL, MATERIAL CERDAS: AÇO SAE 1070, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO CABO: 120 CM/CERDAS REDONDAS , QUANTIDADE LÂMINAS: 22 U	UNIDADE	1
	FERRAMENTA PADRÃO: FERRAMENTA COMBINADA, TIPO: RASTELO, MATERIAL: AÇO, CABO: MADEIRA, USO: CAPINA E LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENXADA: LÂMINA 24,75 CM; RASTELO: 6 DENTES DE 9 CM	UNIDADE	5
	PÁ MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: JARDINAGEM, MATERIAL: AÇO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÁ MANUAL PRA JARDINAGEM	UNIDADE	1
	ENXADA MATERIAL: AÇO CARBONO, LARGURA: 296 MM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 150 C	UNIDADE	5
	ESTROVENGIA MATERIAL: AÇO CARBONO, TIPO: LEVE, COMPRIMENTO: 215 MM, COMPRIMENTO OLHO: 60 MM, DIÂMETRO: 35 MM, MATERIAL CABO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA	UNIDADE	1
	ANCINHO JARDINAGEM MATERIAL: AÇO, QUANTIDADE DENTES: 14 UN, ALTURA DENTES: 92 MM, LARGURA TOTAL: 35 MM, ESPESSURA DENTES: 3,75 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO MADEIRA	UNIDADE	1
	TESOURA PODA MATERIAL LÂMINA: AÇO SAE 1.060, MATERIAL CABO: MADEIRA, PESO: 660 G, COMPRIMENTO CABO: 21,50 CM, TIPO USO: PARA CERCA VIVA, APLICAÇÃO: JARDINAGEM	UNIDADE	1
	FOICE MATERIAL: AÇO, COMPRIMENTO LÂMINA: 40 CM, COMPRIMENTO CABO: 1,50	UNIDADE	1
	MANGUEIRA JARDIM MATERIAL: PVC E POLIÉSTER TRANÇADO , DIÂMETRO: 3/4 POL,		

	PRESSÃO MÁXIMA: 10 BAR., COMPRIMENTO: 50 M, COR: CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRÊS CAMADAS INTERMEDIARIA DE PVC TRANSPARENTE	UNIDADE	2
	ESPÁTULA MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: MASSA E RASPAGEM, COMPRIMENTO: 135 MM, LARGURA: 100 M	UNIDADE	1
	ADAPTADOR MANGUEIRA MATERIAL: PLÁSTICO ABS, BITOLA: 1/2 PO	UNIDADE	5
	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO - ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE 120 KG, TIPO SAPATA BORRACHA ANTIDERRAPANTE, TIPO DEGRAUS (2 X 6) PLANO ESTRIADO, QUANTIDADE DEGRAUS 12 UN,ALTURA FECHADA 2,10 M, ALTURA ABERTA 1,90 M, MATERIAL ALUMÍNIO, ALTURA ESTENDIDA 3,30 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RODÍZIOS NA PARTE SUPERIOR	UNIDADE	1
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	LIMPADOR VIDRO MATERIAL CABO: PVC, MATERIAL BASE: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO CABO: 45 CM, COMPRIMENTO BASE: 20,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 LADOS: BORRACHA ESPECIAL E ESPONJA SINTÉTICA: COM EXTENSOR	UNIDADE	5

Eventualmente, pode ser necessária para a perfeita execução dos serviços a utilização de equipamentos não relacionados, de modo que o contratado deve providenciar a disponibilização sem ônus para a Administração.

A pessoa jurídica contratada deve providenciar, durante a execução contratual, a substituição de qualquer equipamento defeituoso no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, admitida a prorrogação deste mediante apresentação de justificativa a ser analisada, e se for o caso, aceita pela fiscalização do contrato.

O contratado deve identificar seus equipamentos a fim de não se confundirem com bens pertencentes à Administração.

No caso de encerramento do contrato, o contratado deve providenciar a retirada de seus equipamentos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 668.808,55

8.1. Procedimento de Pesquisa de Preços

A contratação está inicialmente estimada em R\$ 531.613,69 (quinhentos e trinta e um mil e seiscentos e treze reais e sessenta e nove centavos), conforme Documento de Formalização de Demandas nº 6/2024. Esse valor foi refinado por meio de procedimento de pesquisa de preços, para fins de determinação do preço de referência ou preço máximo aceitável de **R\$ 668.808,55 (seiscentos e sessenta e oito mil oitocentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).**

No procedimento de pesquisa de preços, foram seguidas as orientações disciplinadas na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Essa norma orienta a aplicação do disposto na Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, para serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra e, no que couber, a própria Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021. O Anexo V da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, estabelece diretrizes para elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência da contratação, dentre as quais inserem-se aquelas relativas à estimativa de preços e preços referenciais mencionadas no item 2.9:

- 2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:
- a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

O preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços a que se refere o subitem b.1 se mostra a medida mais acertada, pois considera fatores como a região de prestação dos serviços e o planejamento financeiro do projeto. A decomposição do preço final em planilhas torna possível o controle por parte da Administração em relação ao custo do contrato, permitindo a identificação de indícios de inexecuibilidade nas propostas, e evitando o sobrepreço de custos unitários ou a prática do chamado "jogo de planilha". O Anexo VII-D da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, apresenta um Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, no qual os órgãos e entidades podem realizar as adaptações julgadas necessárias, observados os preceitos do Decreto nº 9.507, de 2018.

8.2. Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

Para a decomposição dos custos da solução tratada no presente Estudo Técnico Preliminar, foi utilizada a Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo IX). Sobre este documento, faz-se necessário registrar as considerações a seguir:

- A Portaria Seges/ME nº 21.262, de 23 de setembro de 2020, estabelece procedimentos referenciais para a composição da Planilha de Custos e Formação de Preços para as contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. A eficácia da norma, no entanto, está vinculada a publicação de Cadernos de Logística no Portal de Compras do Governo Federal, conforme previsto no art. 2º. O Caderno de Logística para serviços de limpeza, conservação e higienização apresenta versão 1.0 de abril de 2014, sendo avaliado por esta Administração como defasado. Diante disso, no que tange à produção do modelo anexo de Planilha de Custos e Formação de Preços, foi utilizada como referência as diretrizes da Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR (Anexo XI).
- Cabe esclarecer que a Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR é uma iniciativa da Coordenação-Geral de Auditoria Contínua da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República para "orientar o gestor na elaboração da sua própria planilha de custos, que poderá ser utilizada como método subsidiário para definir o custo máximo de uma respectiva categoria profissional, bem como de demonstrar em quais módulos há as maiores distorções nas propostas encaminhadas pelos fornecedores".

Nesse sentido, todos os percentuais e bases de cálculo tiveram como referência os parâmetros mencionados na referida Nota Técnica, a exceção dos seguintes casos:

- Nos itens "Adicional Noturno" e "Adicional de Hora Noturna Reduzida" do Módulo 1, considerou-se o cálculo proporcional sobre o salário base e o adicional de periculosidade e não o divisor de horas 220 sobre o salário base e o adicional de periculosidade. A metodologia empregada é a mesma do Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites de Serviços de Vigilância para o Estado de Goiás (2019), divulgado pela Seges/ME, sendo adotadas as seguintes fórmulas para adicional noturno e adicional de hora noturna reduzida, respectivamente: $(\text{salário base} + \text{adicional de periculosidade}) \times (\text{nº de horas da jornada de trabalho diária sobre as quais incide adicional noturno} / \text{nº de horas da jornada de trabalho}) \times \% \text{ adicional noturno}$ e $(\text{salário base} + \text{adicional de periculosidade}) \times \{((60/\text{duração da hora noturna em minutos}) \times \text{nº de horas da jornada de trabalho diária sobre as quais incide adicional noturno}) - \text{nº de horas da jornada de trabalho diária sobre as quais incide adicional noturno}\} / \text{nº de horas da jornada de trabalho} \times (1 + \% \text{ adicional hora noturna reduzida})$. Ainda que esta contratação não preveja a realização de serviço em período noturno, entendeu-se por bem realizar o ajuste.
- A Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR orienta a utilizar 9,075% e 3,025%, respectivamente, para os itens férias e adicional de férias do Módulo 2 - "Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários". No entanto, a título de estimativa, o último Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites de Serviços de Limpeza para o Estado de Goiás da Seges/ME (2019), provisiona, no Módulo 2 - "Benefícios Mensais e Diários", 8,33% para férias e 33,33% x 8,33% (aprox. 2,78%) para adicional de férias (p. 8-9). Iguais percentuais são sugeridos no Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça - STJ (2022) (p. 42-3). Válido mencionar que tal valor não se confunde com o percentual de 9,075% para retenção na conta vinculada bloqueada para movimentação.
- Com a publicação da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, a contribuição social de 10% (dez por cento) sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS foi extinta a partir de 1º de janeiro de 2020. Sendo assim, no Módulo 3 - "Provisão para rescisão", no item "Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado", em que é indicada a fórmula $[0,08 \times (0,40 + 0,10) \times 0,9] \times (1 + 0,0833 + 0,09075 + 0,03025)$ 4,35% para a apuração do percentual que incide sobre a base de cálculo, foi utilizada fórmula $[0,08 \times (0,40) \times 0,9] \times (1 + 0,0833 + 0,09075 + 0,03025)$ 3,47%, que desconsidera o percentual da contribuição extinta.

- Pelas mesmas razões mencionadas acima, no Módulo 3 - "Provisão para rescisão", e também devido as lições do Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça - STJ (2022) (p. 66), o item "Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado", em que é indicada a fórmula " $[0,08 \times (0,4 + 0,1)] \times [\% \text{ Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2}] = 0,03 \%$ " para a apuração do percentual que incide sobre a base de cálculo, foi utilizada fórmula " $[0,08 \times (0,4)] \times [\% \text{ Aviso Prévio Trabalhado no item D do Módulo 3}] = 0,06 \%$ ", que desconsidera o percentual da contribuição extinta e substitui " $[\% \text{ Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2}]$ " por " $[\% \text{ Aviso Prévio Trabalhado no item D do Módulo 3}]$ ".
- A Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR orienta a utilizar o total do Módulo 1 como base de cálculo do Módulo 4, com a indicação para inclusão de uma rubrica referente à "Incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição". Tal orientação decorre do fato de que, embora não constar o item "Incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição", a "Nota 2" do Módulo 4 do próprio Anexo VII-D da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, indicava sua inclusão. Ocorre que a Nota 2 foi revogada pela Instrução Normativa Seges/MP nº 7, de 20 de setembro de 2018. Como referência, em verificação ao último Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites de Limpeza para o Estado de Goiás (2019), divulgado pela Seges/ME, observa-se que a base de cálculo apontada para o Módulo 4 é "Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3" (p. 20). Essa foi a base de cálculo no Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços anexa a este documento, visto que a não incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição com essa base de cálculo se justifica diante de o custo do Submódulo 2.2 estar integrado à base de cálculo.
- Ainda sobre o último ponto, impende destacar que a seção de perguntas frequentes relacionadas à Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/instrucao-normativa-de-servicos-in-no-5-de-2017>, traz a informação de que deve ser provisionado no Módulo 4 todos os direitos que o repositor possui: remuneração, encargos, benefícios, e inclusive, provisão de férias proporcionais ao período em que ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em lei.
- Ainda sobre a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme alertado pela Controladoria-Geral da União - CGU ao Distrito Sanitário Estadual Indígena Minas Gerais e Espírito Santo - DSEI-MG-ES e orientado pela Consultoria Jurídica da União, não deve ser prevista a incidência de despesas indiretas, tributos e lucros sobre o pagamento de diárias aos empregados, independentemente do valor. Sendo assim, o cálculo dos itens do Módulo 6 - "Custos indiretos, tributos e lucro" deve desconsiderar eventual valor estimado para pagamento de diárias, pois os acertos de valores relativos ao pagamento de diárias mostram-se como simples ressarcimento, não se confundindo com geração de receitas tributáveis, ou fato gerador de lucros e custos indiretos. Esse entendimento é corroborado por decisões favoráveis do STJ, como no caso dos Recursos Especiais nº 618.772-RS e nº 788.594-MG. Entretanto, mostra-se de fundamental importância esclarecer que não há previsão de pagamento referente às despesas com diárias na presente demanda.

Adicionalmente, devido a se tratar de serviços de limpeza por área a ser limpa, foram efetuados os seguintes arranjos:

- A quantidade total a contratar de empregados em razão da área a ser limpa é calculada a partir da produtividade por servente em metros quadrados, ou seja, é calculada pela expressão "Área em Metros Quadrados / Produtividade por Servente em Metros Quadrados".
- Foi utilizada a quantidade de 1 (um) encarregado para 30 (trinta) serventes ou fração do total de serventes de limpeza, sendo o quantitativo de encarregado por área calculado em razão do quantitativo total.
- Considerando que há diferenças significativas entre uniformes, Equipamentos de Proteção Individual - EPI, materiais e equipamentos para uso nos serviços de limpeza e conservação das áreas internas, áreas externas e esquadrias externas, os postos de Serventes de Limpeza foram separados nessas três tipologias de serviço, ou seja, Servente de Limpeza I (Áreas Internas), Servente de Limpeza II (Áreas Externas) e Servente de Limpeza III (Esquadrias Externas).
- O item "Material" do Módulo 5 - "Insumos Diversos" foi calculado sobre o valor total estimado de materiais para todos os empregados de cada categoria separados por tipologia de serviço (Encarregado de Serviço, Servente de Limpeza I, Servente de Limpeza II e Servente de Limpeza III). Para cálculo do valor por empregado, no caso de Encarregado de Serviço, esse somatório foi dividido pela quantidade total de empregados e, no caso de Servente de Limpeza, pela quantidade de serventes para cada uma das tipologias de serviços (I, II e III).
- O item "Equipamentos" do Módulo 5 - "Insumos Diversos" foi calculado com base na depreciação. Conforme item 7.5 deste Estudo Técnico Preliminar, a Administração não paga o preço integral de eventual equipamento à pessoa jurídica contratada, mas somente o custo da depreciação do bem durante a vigência do contrato. Para o cálculo da depreciação de equipamentos, indicou-se o seguinte critério adotado por outros órgãos federais: "Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 anos e valor residual de 20%. Assim, Depreciação Mensal = $[\text{Valor total dos equipamentos} \times (1,00 - 0,20)] / (12 \times 5)$ ". Considerando que o valor dos equipamentos não foram

separados por posto, no caso de Encarregado de Serviço, o valor total dos equipamentos foi dividido pela quantidade total de empregados e, no caso de Servente de Limpeza, pela quantidade de serventes para cada uma das tipologias de serviços (I, II e III).

- O quantitativo de postos de Servente de Limpeza III (Esquadrilhas Externas) deve obedecer a proporção de 16h por mês, devido à frequência destes serviços. Sendo assim, o quantitativo calculado em razão da produtividade ofertada deve ser multiplicado por 16/188,76 para a prestação de serviço de limpeza e conservação de esquadrilhas externas (tanto face interna, quanto face externa). De igual modo, no cálculo dos itens "Materiais" e "Equipamentos" do Módulo 5 - "Insumos Diversos" para o Servente de Limpeza III (Esquadrilhas Externas) foi incluída a divisão por 16/188,76. O objetivo é que os valores dos materiais e equipamentos (calculados por posto de 188,75h considerando o estimado para toda essa categoria) não sofram redução indevida pelo ajuste proporcional.

8.3. Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços

Para compor os custos, a Administração não se valeu do procedimento de encaminhar planilhas de custos em branco a empresas do ramo, para devolução devidamente preenchidas, pois, a olhos vistos, tal prática dá a possibilidade às empresas de encarecimento proposital de custos diretos, visando lucro sobre o que deveria ser custo direto. Assim, para evitar essa distorção, foi feita investigação acerca da relação de cada custo (direto) unitário, pesquisando o preço médio da mão de obra que deve ser empregada, dos uniformes e materiais, a partir das mesmas fontes de pesquisa que seriam utilizadas caso a Administração fosse adquirir tais itens de forma direta. Para a realização desse procedimento, foram verificados:

- **a Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho devidamente registrado no Sistema Mediador do Ministério da Economia (<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>)**

Para fins de obtenção de referência para o salário base, auxílio alimentação e outros benefícios, foi adotada como fonte primária a **Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 nº GO000832/2023, com valores definidos pelo Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 nº GOGO000009/2024 (Anexo XII)**, com vigência a partir de 01/01/2024. O salários dos postos de Encarregado de Serviço (CBO 4101-05) e Servente de Limpeza (CBO 5143-20), que constam da **Certidão de Demonstração de Pisos Salariais CCT 2023 (Anexo XIII)**, emitida pelo sindicato patronal fornecida às empresas filiadas, foram atualizados com os percentuais indicados na CCT e em seu Termo Aditivo.

Todos os documentos, com a exceção da Certidão de Demonstração de Pisos Salariais 2022/2024, foram obtidos a partir de consulta no sistema Mediador.

- **o ato da autoridade municipal que definiu o reajuste da tarifa do transporte público**

A tarifa do transporte público considerou a **Deliberação nº 85, de 17 de abril de 2019, da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia - CDTC-RMG (Anexo XIV)**, que estabeleceu a tarifa vigente atualmente.

- **os valores dos benefícios previstos em Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho, quando estimados, utilizados em outras planilhas de custos e formação de preços de licitações de serviços de limpeza e conservação na cidade de Goiânia-GO**

Auxílio alimentação, no valor de R\$ 20,00 por dia trabalhado, em razão da previsão da Cláusula 13ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, sendo previsto o desconto de 11% do valor do auxílio concedido no mês de competência.

Assistência médica e familiar, previsto o recolhimento de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) na Cláusula 18ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025.

Seguro de vida, previsto na Cláusula 17ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, sendo verificada a média dos valores desse item nas Planilhas de Custos e Formação de Preços das seguintes contratações públicas:

Encarregado de Serviço:

Contratações Públicas Identificadas	Seguro de Vida (R\$)
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - UASG 158153 - Dispensa Eletrônica nº 90001/2024	0,00
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/GO - UASG 250021 - Pregão 5/2023	2,54
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO - UASG 153052 - Pregão 130/2023 - UASG 153052	2,54

Média (R\$)	1,69
--------------------	-------------

Servente de Limpeza:

Contratações Públicas Identificadas	Seguro de Vida (R\$)
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - GO - UASG 170195 - Pregão 90001/2024	2,54
PROCURADORIA DA REPUBLICA/GO - UASG 200066 - Pregão 90001/2024	0,00
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - UASG 158153 - Dispensa Eletrônica nº 90001/2024	0,00
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/GO - UASG 250021 - Pregão 5/2023	2,54
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - UASG 130080 - Pregão 6/2023	2,54
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - UASG 413008 - Pregão 5/2023	2,54
INMETRO - SUPERINTENDENCIA REGIONAL - UASG 183025 - Pregão 3/2023	2,54
Média (R\$)	1,81

- pesquisa de preços para estimativa dos custos unitários de uniformes, materiais e equipamentos, sendo que, no caso dos últimos, devem ser considerados apenas os custos de depreciação

Os valores totais de uniformes, de materiais e de equipamentos foram obtidos a partir da média dos valores desses itens previstos nas Planilhas de Custos e Formação de Preços das seguintes contratações públicas:

Encarregado de Serviço:

Contratações Públicas Identificadas	Uniformes (R\$)	Materiais (R\$)	Equipamentos (R\$)
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - UASG 158153 - Dispensa Eletrônica nº 90001/2024	100,00	0,00	0,00
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/GO - UASG 250021 - Pregão 5/2023	52,67	0,00	0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO - UASG 153052 - Pregão 130/2023 - UASG 153052	34,69	0,00	0,00
Média (R\$)	62,45	0,00	0,00

Servente de Limpeza:

Contratações Públicas Identificadas	Uniformes (R\$)	Materiais (R\$)	Equipamentos (R\$)
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - GO - UASG 170195 - Pregão 90001/2024	40,94	746,78	8,48
PROCURADORIA DA REPUBLICA/GO - UASG 200066 - Pregão 90001/2024	119,54	301,77	45,12
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - UASG 158153 - Dispensa Eletrônica nº 90001/2024	100,00	800,00	200,00
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/GO - UASG 250021 - Pregão 5/2023	42,67	311,60	42,89
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - UASG 130080 - Pregão 6/2023	72,88	480,30	73,47
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - UASG 413008 - Pregão 5/2023	21,50	538,87	33,69
INMETRO - SUPERINTENDENCIA REGIONAL - UASG 183025 - Pregão 3/2023	22,27	453,88	31,95
Média (R\$)	59,97	519,03	62,23

- percentuais praticados para os itens "Custos Indiretos" e "Lucro" do Módulo 6 em outras Planilhas de Custos e Formação de preços de licitações de serviços de limpeza, conservação e higienização, prestados na cidade de Goiânia-GO, devendo se limitar ao máximo de 5% (cinco por cento), no caso dos custos indiretos

Utilizou-se o percentual máximo de 5% (cinco por cento) para custos indiretos.

O percentual do lucro foi obtidos a partir da média dos percentuais desses itens previstos nas Planilhas de Custos e Formação de Preços das seguintes contratações públicas:

Encarregado de Serviço:

Contratações Públicas Identificadas	Lucro (%)
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - UASG 158153 - Dispensa Eletrônica nº 90001/2024	10,00
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/GO - UASG 250021 - Pregão 5/2023	3,40
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO - UASG 153052 - Pregão 130/2023 - UASG 153052	1,92
Média (%)	5,11

Servente de Limpeza:

Contratações Públicas Identificadas	Lucro (%)
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - GO - UASG 170195 - Pregão 90001/2024	2,58
PROCURADORIA DA REPUBLICA/GO - UASG 200066 - Pregão 90001/2024	2,51
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - UASG 158153 - Dispensa Eletrônica nº 90001/2024	10,00
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/GO - UASG 250021 - Pregão 5/2023	3,40
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - UASG 130080 - Pregão 6/2023	10,00
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - UASG 413008 - Pregão 5/2023	1,26
INMETRO - SUPERINTENDENCIA REGIONAL - UASG 183025 - Pregão 3/2023	2,16
Média (%)	4,56

Ressalta-se que as médias de valores dos itens acima referenciados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços das contratações públicas utilizadas como parâmetro não são superiores às medianas desses mesmos val. Sendo assim, foi atendido o art. 6º, §6º, da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021, que prevê que o valor estimado não deve ser superior à mediana do item nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nesses sistemas.

8.4. Redução de custos não renováveis

Após o transcurso dos 12 (doze) primeiros meses de vigência, se houver prorrogação contratual, o contrato deve ser revisado com o intuito de reduzir custos não renováveis. Esta previsão deve constar claramente no contrato para evitar qualquer discussão acerca de tal providência. Dentre os custos não renováveis, destacam-se os citados a seguir:

- **O percentual do item "Férias" do Submódulo 2.1 deve ser zerado caso não haja dispensa de profissional nos primeiros 12 (doze) meses.** Conforme a seção de perguntas frequentes relacionadas à Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/instrucaonormativa-de-servicos-in-no-5-de-2017>, o custo de "Férias" do Submódulo 2.1 deve ser utilizado para pagamento de férias do empregado residente, após 12 (doze) meses de trabalho (período aquisitivo). Após esse período, as férias devem ser custeadas pelo valor provisionado no item "Salário Base" do Módulo 1. Ainda que o contrato tenha vigência inicial de 60 (sessenta) meses, o valor deve ser desembolsado durante os primeiros 12 (doze) meses para pagamento de férias proporcionais quando de eventual dispensa dos empregados ao final da vigência limite do contrato administrativo, que é de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Deve-se observar que, havendo dispensa de profissional e nova contratação para o posto no período, a pessoa jurídica contratada pode solicitar a manutenção do custo.
- **Os percentuais para os itens "Aviso Prévio Indenizado" e "Aviso Prévio Trabalhado" do Módulo 3 devem ser reduzidos a 10% do percentual da proposta inicial (percentual inicial x 10%).** A Nota Técnica nº 652/2017-MP apresenta o raciocínio para redução dos custos não renováveis de "Aviso Prévio Indenizado" e "Aviso Prévio Trabalhado", concluindo que, caso no primeiro ano do contrato não haja incidência de tais custos, estes devem ser excluídos e contabilizados somente mais 3 (três) dias, até o limite de 42 (quarenta e dois) dias. Isso representa o percentual de 10% (dez por cento) dos valores provisionados inicialmente na proposta.

8.5. Encaminhamento de Propostas

Para viabilizar a identificação de inexecuibilidade e sobrepreço, além de permitir maior transparência, todas as licitantes devem encaminhar suas planilhas de custos e formação de preços utilizando a mesma referência anexa ao instrumento convocatório. Tendo em vista os diversos métodos para aferir os custos, propõe-se que haja uma padronização no que tange às bases de cálculo e às fórmulas, podendo as licitantes arbitrar os percentuais e demais informações pertinentes, nos termos da Nota Técnica nº 2 /2018/CGAC/CISSET/SG-PR.

Para que a Planilha de Custos e Formação de Preços utilizada com base no modelo anexo não apresente erros, o instrumento convocatório da licitação deve prever:

- O licitante deverá utilizar exclusivamente o Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Anexo do Edital, que possui metodologia de cálculo detalhada nos Estudo Técnico Preliminar. O encaminhamento de Planilha de Custos e Formação de Preços em modelo diverso ou com alterações de fórmulas ou bases de cálculo será considerado erro de preenchimento de planilha.
- Para que não sejam apresentados erros, todas as células com fundo cinza da Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser preenchidas, ainda que o custo ou percentual incidente seja zerado.
- Na Planilha de Custos e Formação de Preços, o campo "Fundamento" deverá ser preenchido com a informação de que se trata da "Proposta Inicial" e o campo "Data de início dos efeitos" deverá ser preenchido com a data limite para a apresentação da proposta no pregão, ou seja, a data marcada para o início da etapa de lances.

Essa padronização visa também permitir que haja celeridade na verificação de pedidos de repactuação, com o fim de que seja cumprido a previsão do § 3º do art. 57 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, que estabelece o prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da solicitação e entrega dos comprovantes de variação dos custos para que seja proferida a decisão sobre o pedido.

Sendo assim, em relação ao Termo de Referência, na parte relativa às regras de repactuação devem ser previstas as seguintes disposições:

- Para cada parcela da repactuação, o contratado deverá apresentar junto ao pedido a nova Planilha de Custos e Formação de Preços, utilizando exclusivamente o Anexo do Edital, que possui metodologia de cálculo detalhada no Estudo Técnico Preliminar;
- Para que não sejam apresentados erros, todas as células com fundo cinza da Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser preenchidas, ainda que o custo ou percentual incidente seja zerado;
- O campo "Fundamento" deverá ser preenchido com o fundamento do pedido de repactuação (por exemplo: "Convenção Coletiva de Trabalho 2023") e o campo "Data de início dos efeitos" deverá ser preenchido com a data em que os novos valores estiveram vigentes;
- Excepcionalmente, mediante justificativa aceita pela Administração, o contratado poderá solicitar a repactuação utilizando outro modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, caso o modelo anexo ao Edital não seja habilitado a demonstrar a variação de custos pretendida; e
- Não serão concedidas repactuações em desacordo com as orientações deste instrumento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 47, inciso II, c/c o art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021, convergem ao parcelamento das contratações, com vistas à eficiência na utilização dos recursos por meio da ampliação da competitividade.

Entretanto, o objeto em questão não é passível de parcelamento. Dessa forma, a licitação deve ser feita em um único grupo, tendo em vista que os serviços em apreço devem ser prestados no mesmo local e considerando a possível economia de escala, bem como porque seria demasiadamente oneroso para essa Administração a manutenção de vários contratos, por não possuir efetivo para fiscalização adequada.

Ademais, a eventual divisão do procedimento licitatório para cada tipo de área, ou ainda, a divisão entre o fornecimento dos serviços e materiais causaria uma inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda da economia de escala. Os materiais incluídos nesta contratação estão intrinsecamente relacionados com a execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização. Na hipótese da retirada dos materiais, não haveria como avaliar o desempenho da empresa contratada, porquanto o resultado das suas atividades dependeria em grande parte da Administração, a quem caberia fornecer regularmente os insumos indispensáveis à prestação dos serviços.

Trata-se da contratação de um serviço continuado. Neste caso, a contratação é única e indivisível, envolvendo a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de todos os materiais de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, o que proporciona melhor acompanhamento de problemas e soluções, em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidades, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos, favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.

Formato, este, mais adequado para atender às necessidades do órgão de modo que o parcelamento não se comprove técnica e economicamente viável, atendendo ao disposto no art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não deve ser considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do ano de 2024, conforme consta abaixo identificado:

- Título da contratação: Contratação de Serviço de Limpeza e Conservação; e
- Documento de Formalização de Demandas nº 6/2024 (vide Anexo I).

O objeto da contratação está alinhado ao atendimento de objetivos do Mapa Estratégico da Rede LFDA (Anexo XVI), entre os quais podemos destacar: "Aprimorar a capacidade de fornecedor ao MAPA e à sociedade, informações, garantias e resultados analíticos, confiáveis e tempestivos, subsidiando as decisões relativas à Defesa Agropecuária" e "Adequar infraestrutura e equipamentos, com foco em automação de processos laboratoriais".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a presente contratação, o LFDA-GO almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, que as demandas rotineiras de serviços considerados acessórios da instituição sejam supridos com a contratação de empresa terceirizada, de forma que a Administração possa envidar esforços nas atividades finalísticas a que se destina.

De forma específica, seguem outros resultados pretendidos:

- que as atividades dos serviços de limpeza, asseio e conservação visem a obtenção das adequadas condições de salubridade e higiene, de maneira eficiente em todas as suas unidades, embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- que seja garantida a desinfecção, higienização e conservação do ambiente laboral com o intuito de proporcionar o bem-estar dos servidores e usuários, como também a conservação e manutenção do patrimônio público; e
- que seja permitido a alocação dos servidores para atividades típicas institucionais, de forma que colaboradores terceirizados executem as atividades necessárias ao suporte daquelas.

Para aferição da qualidade na prestação dos serviços devem ser avaliados os seguintes aspectos: fornecimento de EPIs, uniformes e demais materiais de serviço, alocação de mão-de-obra especializada, conduta dos empregados e uso adequado de uniformes e EPIs, dentre outros.

A aferição da qualidade dos resultados deve ser realizada por meio de indicadores de desempenho, conforme prática da Administração prevista na Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017. Em caso de resultados insatisfatórios, os percentuais de desconto devem incidir unicamente sobre o lucro, a fim de evitar que empresa contratada não tenha condições de arcar com despesas trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS. Dessa forma, a soma de tais percentuais deve se manter próxima ao percentual de lucro previsto em Planilha de Custos e Formação de Preços de referência, obtida em pesquisa de preços (deve-se dividir o percentual de lucro pelo número de indicadores e, ainda, fracionar esse resultado para composição das faixas de desempenho). No caso de utilização do mecanismo da conta-vinculada bloqueada para movimentação, os percentuais de provisionamento devem incidir sobre o valor total da remuneração mensal dos empregados, desconsiderados os eventuais descontos decorrentes de resultado aferido nos indicadores mínimos de desempenho, sob pena de a aplicação de tais descontos se mostrar inócua e, ainda, de impactar no montante a ser depositado na conta vinculada.

13. Providências a serem Adotadas

Devem ser adotadas as seguintes providências para que a contratação de serviço de limpeza, conservação e higienização possa ocorrer de forma adequada:

- Disponibilização de local físico para guarda dos materiais e equipamentos solicitados para os postos de trabalho; e
- Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção, podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de limpeza. Portanto, as especificações socioambientais encontram-se de acordo com os manuais de boas práticas sustentáveis, para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, além da legislação vigente aplicada ao contexto.

O processo de compra deve obedecer ao estabelecido no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, bem como às normativas internas do LFDA-GO em relação às práticas sustentáveis. Vale ressaltar que o conceito de sustentabilidade abrange aspectos ambientais, econômicos e sociais, que devem estar em equilíbrio.

Em consonância com o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Mapa, os empregados terceirizados devem ser orientados para ações envolvendo:

- Redução/economia do consumo de energia elétrica;
- Redução/economia de utilização dos recursos de impressão;
- Redução/economia do uso de copos descartáveis;
- Economia de água; e
- Segregação adequada de resíduos sólidos para coleta adequada ou seletiva

Ademais, os critérios de sustentabilidade segue conforme descrito nos requisitos deste Estudo Técnico Preliminar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos do art. 6º da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, a equipe de planejamento da contratação atesta a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HUMBERTO ALVES VALADAO

Chefe do Núcleo de Atividades Gerais



Assinou eletronicamente em 26/06/2024 às 15:02:36.

ARTHUR BARBOSA FERREIRA

Chefe do Serviço Administrativo



Assinou eletronicamente em 26/06/2024 às 14:39:54.

Despacho: Aprovo os Estudos Técnicos Preliminares.

ROSELI CHELA FENILLE

Coordenadora do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás



Assinou eletronicamente em 26/06/2024 às 14:48:05.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Documento de Formalização de Demanda 6-2024.pdf (42.97 KB)
- Anexo II - Relatório da Família CBO.pdf (24.52 KB)
- Anexo III - Laudo Insalubridade e Periculosidade.pdf (1.49 MB)
- Anexo IV - Contrato 2-2022 - MPF-GO.pdf (419.86 KB)
- Anexo V - Contrato 17-2022 - TCE-GO.pdf (611.55 KB)
- Anexo VI - Contrato 49-2022 - TRE-GO.pdf (485.18 KB)
- Anexo VII - Plantas LFDA-GO.zip (4.41 MB)
- Anexo VIII - Planilha Estimativa Área Física a Ser Limpa.xlsx (30.84 KB)
- Anexo IX - Planilha de Custos e Formação de Preços.xlsx (85.06 KB)
- Anexo X (sigiloso)
- Anexo XI - Nota Técnica 2-2018-CGAC-CISET-SG-PR.pdf (989.42 KB)
- Anexo XII - Convenção Coletiva de Trabalho 2024-2025 GO000832-2023 e Aditivos.pdf (697.22 KB)
- Anexo XIII - Certidão Demonstração Pisos Salariais - INTERATIVA.pdf (542.52 KB)
- Anexo XIV - Deliberação 85-2019 - RMTC.pdf (80.57 KB)
- Anexo XV - Pesquisa de Preços.zip (8.15 MB)
- Anexo XVI - Mapa Estratégico Rede LFDA.pdf (578.92 KB)

Anexo I - Documento de Formalização de Demanda 6-2024. pdf

Número do Documento de Formalização da Demanda: 6/2024

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Núcleo de Atividades Gerais	06/08/2024 00:00	130032	HUMBERTO ALVES VALADAO
Descrição sucinta do objeto			
Contratação de serviço de limpeza, conservação, higienização e asseio diário, com fornecimento de mão de obra			
Justificativa da prioridade			

2. Justificativa de necessidade

A limpeza do local de trabalho se faz necessária para preservar a saúde e o bem-estar de colaboradores e demais usuários. O não atendimento da necessidade inviabiliza a manutenção de um meio ambiente de trabalho organizado e saudável, contribuindo com a produtividade. Ademais, considerando as funções desempenhadas pelo LFDA-GO, a higienização dos ambientes é medida indispensável ao desenvolvimento das atividades do laboratório.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA		1,00	531.613,69	531.613,69

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HUMBERTO ALVES VALADAO
Chefe do Núcleo de Atividades Gerais

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Anexo II - Relatório da Família CBO.pdf

Relatório da Família

Código	Títulos
4101	Supervisores administrativos

Títulos

4101-05 - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO - Agente administrativo supervisor, Chefe administrativo, Chefe de departamento de pessoal, Chefe de escritório, Chefe de expediente - no serviço público, Chefe de serviço de limpeza, Chefe de serviços de coordenação de contratos, Chefe de setor - exclusive no serviço público, Chefe de setor - no serviço público, Chefe de seção - no serviço público, Chefe de seção de expedição, Chefe de seção de serviços administrativos, Chefe de seção de serviços gerais - exclusive no serviço público, Coordenador administrativo, Encarregado administrativo, Encarregado de escritório - exclusive no serviço público, Encarregado de serviço - exclusive no serviço público, Subencarregado de escritório, Supervisor administrativo de escritório, Supervisor administrativo de pessoal, Supervisor administrativo interno, Supervisor de administração, Supervisor de administração e arquivo técnico, Supervisor de seção de serviços gerais

Descrição sumária

Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

Formação e experiência

Para ingressar nessa ocupação é exigido o ensino médio completo e três a quatro anos de experiência profissional em trabalhos administrativos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

Condições gerais de exercício

Esses trabalhadores atuam nas mais diversas áreas de empresas públicas ou privadas. São assalariados celetistas ou estatutários. Trabalham em equipe, com supervisão ocasional, em ambiente fechado e em horário diurno. Eventualmente, trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos.

Esta família não compreende

- 3513 - Técnicos em administração
- 4102 - Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

Consulte

- 3513 - Técnicos em administração
- 4102 - Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

Código internacional CIUO88

- 4122 - Empleados de servicios estadísticos y financieros

Notas

Gacs

A - SUPERVISIONAR ROTINAS ADMINISTRATIVAS

- A.1 - Distribuir serviços
- A.2 - Delegar funções
- A.3 - Criar rotinas administrativas
- A.4 - Implantar rotinas administrativas
- A.5 - Implementar rotinas administrativas
- A.6 - Orientar a execução das rotinas administrativas
- A.7 - Orientar cumprimento de normas e ordens de serviço
- A.8 - Analisar o funcionamento das rotinas administrativas
- A.9 - Supervisionar cronogramas
- A.10 - Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas

B - COORDENAR SERVIÇOS GERAIS

- B.1 - Coordenar serviço de malote
- B.2 - Coordenar serviço de mensageiro
- B.3 - Coordenar serviço de cartório
- B.4 - Coordenar serviço de transporte
- B.5 - Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações
- B.6 - Controlar ligações telefônicas
- B.7 - Coordenar serviços terceirizados
- B.8 - Coordenar serviço de limpeza
- B.9 - Supervisionar serviço de segurança patrimonial
- B.10 - Coordenar serviço de fotocópia

C - ORGANIZAR DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIA

- C.1 - Receber documentos e correspondência
- C.2 - Analisar documentos e correspondência
- C.3 - Classificar documentos e correspondência
- C.4 - Registrar documentos e correspondência
- C.5 - Conferir documentos e correspondência
- C.6 - Encaminhar documentos e correspondências
- C.7 - Organizar arquivos

D - ADMINISTRAR BENS PATRIMONIAIS E MATERIAL DE CONSUMO

- D.1 - Verificar estoque de material de consumo
- D.2 - Solicitar compra de material de consumo
- D.3 - Selecionar fornecedores
- D.4 - Pesquisar preços
- D.5 - Comprar material de consumo e suprimentos
- D.6 - Requisitar compra de material de consumo
- D.7 - Conferir material de consumo
- D.8 - Armazenar material de consumo
- D.9 - Distribuir material de consumo
- D.10 - Vistoriar bens patrimoniais
- D.11 - Comprar bens patrimoniais

E - GERENCIAR EQUIPE

- E.1 - Requisitar pessoal
- E.2 - Selecionar pessoal
- E.3 - Treinar equipe
- E.4 - Definir escala de trabalho
- E.5 - Gerenciar escala de trabalho
- E.6 - Avaliar desempenho da equipe
- E.7 - Remanejar pessoal
- E.8 - Apurar frequência ao trabalho
- E.9 - Gerenciar benefícios

E.10 - Gerenciar segurança do trabalho

F - MANTER ROTINAS FINANCEIRAS

F.1 - Controlar fundo fixo (pequeno caixa)

F.2 - Controlar verbas

F.3 - Pedir autorização de pagamento

F.4 - Controlar contas a pagar

F.5 - Controlar fluxo de caixa

F.6 - Emitir notas fiscais e recibos

F.7 - Controlar contas a receber

F.8 - Conferir notas fiscais

F.9 - Reembolsar despesas

F.10 - Acertar contas de adiantamento

F.11 - Preparar balancete

F.12 - Prestar contas

F.13 - Controlar conta bancária

F.14 - Conciliar contas

F.15 - Recolher impostos

G - COMUNICAR-SE

G.1 - Triar informações

G.2 - Divulgar informações

G.3 - Esclarecer dúvidas

G.4 - Intermediar equipes

G.5 - Elaborar comunicados

G.6 - Elaborar documentos

G.7 - Elaborar relatórios

G.8 - Elaborar correspondência

G.9 - Preencher formulários

G.10 - Redigir contratos

G.11 - Instruir processos

Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Z.1 - Demonstrar organização

Z.2 - Trabalhar em equipe

Z.3 - Contornar situações adversas

Z.4 - Demonstrar liderança

Z.5 - Demonstrar responsabilidade

Z.6 - Demonstrar iniciativa

Z.7 - Demonstrar discernimento

Z.8 - Demonstrar flexibilidade

Z.9 - Demonstrar honestidade

Z.10 - Operar recursos de informática

Z.11 - Demonstrar fluência verbal e escrita

Z.12 - Dominar legislação

Recursos de trabalho

Fax e telefone

Recursos de informática

Calculadora

Fotocopiadora

Máquina de escrever

Material de escritório (mobiliário)

Material de consumo

Cofre

Legislação

Material bibliográfico

Ocupações e seus Recursos

Supervisor administrativo

Participantes da descrição

Especialistas

Célia Pires De Araújo

Denise Stuber Silva

Dirce Yasuda

Mara Lucia Fernandes Marinho

Marco Antonio Gomes De Almeida

Maria Aparecida Dos Santos

Rosario Sieiro Gonzalez

Instituições

5 A Sec Do Brasil Franchising Ltda.

Clube De Criação De São Paulo

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP (HC-FMUSP)

Hochtief Do Brasil S.A.

Novartis Consumer Health Ltda.

Prefeitura Do Município De São Paulo (Pmsp)

Secretaria De Economia E Planejamento

Instituição conveniada responsável

Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas - Fipe - Usp

Glossário

Benefícios : vale-transporte; vale-alimentação ; plano de saúde. Pequeno caixa : fundo fixo. Conciliação de contas : comparar o que foi solicitado com o que foi realizado. Instruir processo : equivale a dizer montar processo.

Relatório da Família

Código	Títulos
5143	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações

Títulos

5143-05 - LIMPADOR DE VIDROS - Cordeiro - limpeza de vidros, Lavador de fachadas, Lavador de vidros, Limpador de janelas

5143-10 - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL - Auxiliar de manutenção de edificações, Auxiliar de manutenção elétrica e hidráulica

5143-15 - LIMPADOR DE FACHADAS - Conservador de fachadas, Cordista, Limpador de fachadas com jato, Operador de balancim

5143-20 - FAXINEIRO - Auxiliar de limpeza, Servente de limpeza

5143-25 - TRABALHADOR DA MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES - Auxiliar de conservação de barragens, Auxiliar de conservação de obras civis, Auxiliar de manutenção de edifícios, Oficial de manutenção, Oficial de manutenção predial, Oficial de serviços diversos na manutenção de edificações, Oficial de serviços gerais na manutenção de edificações, Trabalhador de manutenção de edifícios, Trabalhador na conservação de edifícios

5143-30 - LIMPADOR DE PISCINAS - Piscineiro

Descrição sumária

Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Formação e experiência

Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

Condições gerais de exercício

Trabalham em companhias e órgãos de limpeza pública, em condomínios de edifícios, em empresas comerciais e industriais, como assalariados e com carteira assinada; as atividades são realizadas em recintos fechados ou a céu aberto. Trabalham individualmente ou em equipe, com ou sem supervisão permanente. O horário de trabalho é variado, ou em regime de rodízio de turnos. Algumas das atividades podem ser exercidas em grandes alturas, ou em posições desconfortáveis por longos períodos, com exposição a ruído intenso e a poluição dos veículos.

Esta família não compreende

Consulte

Código internacional CIUO88

7143 - Limpiadores de fachadas y deshollinadores

9132 - Limpiadores de oficinas, hoteles y otros establecimientos

9141 - Conserjes

Notas

Gacs

A - EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA

A.1 - Verificar funcionamento de equipamentos e instalações elétricas e de iluminação

A.2 - Reparar equipamentos de iluminação

A.3 - Reparar instalação elétrica

A.4 - Relatar avarias nas instalações

A.5 - Fazer instalação elétrica

A.6 - Trocar instalação elétrica

A.7 - Trocar equipamentos de iluminação

A.8 - Instalar equipamentos elétricos

A.9 - Instalar equipamentos de iluminação

A.10 - Soldar objetos

B - EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA

B.1 - Classificar equipamentos e tubulação

B.2 - Verificar funcionamento de instalação hidráulica

B.3 - Limpar equipamentos hidráulicos

B.4 - Consertar instalação hidráulica

B.5 - Trocar instalação hidráulica

B.6 - Limpar filtros

B.7 - Trocar areia do filtro

B.8 - Trocar filtros

B.9 - Desentupir ralos, pias e vasos sanitários

C - REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA

C.1 - Vedar fendas e emendas

C.2 - Reparar trincas e rachaduras

C.3 - Impermeabilizar superfícies

C.4 - Recuperar pinturas

C.5 - Repor cerâmica (azulejos, pastilhas e pisos)

C.6 - Recolocar pastilhas ou litocerâmica

C.7 - Consertar móveis

C.8 - Substituir portas

C.9 - Ajustar portas e janelas

C.10 - Reparar divisórias

C.11 - Consertar forros

D - LIMPAR RECINTOS E ACESSÓRIOS

D.1 - Lavar fachadas

D.2 - Limpar vidros

D.3 - Remover resíduos dos vidros

D.4 - Remover pichações

D.5 - Limpar móveis e equipamentos

D.6 - Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..)

D.7 - Aspirar pó

D.8 - Lavar pisos

D.9 - Encerar pisos

D.10 - Remover sujeira

D.11 - Varrer pisos

D.12 - Secar pisos

D.13 - Passar pano

D.14 - Limpar cortinas e persianas

D.15 - Recolher lixo

E - TRATAR PISCINAS

- E.1 - Aspirar fundo da piscina
- E.2 - Medir ph, cloro, dureza e alcalinidade da água
- E.3 - Avaliar turbidez e cor da água
- E.4 - Adicionar produtos químicos a água
- E.5 - Esfregar borda, paredes e fundo da piscina
- E.6 - Penejar água da piscina
- E.7 - Registrar parâmetros de qualidade da água
- E.8 - Medir temperatura da água
- E.9 - Verificar nível da água
- E.10 - Cobrir piscina

F - PREPARAR TRABALHO

- F.1 - Controlar o estoque de material
- F.2 - Verificar validade de produtos químicos e de limpeza
- F.3 - Verificar qualidade de produtos químicos e de limpeza
- F.4 - Avaliar tipo de superfície a ser trabalhada
- F.5 - Avaliar grau de sujidade
- F.6 - Avaliar tipo de sujeira
- F.7 - Selecionar produtos e material
- F.8 - Preparar produtos
- F.9 - Diluir produtos (químicos e de limpeza)
- F.10 - Dosar produtos químicos
- F.11 - Solicitar equipamentos e materiais
- F.12 - Solicitar compra de produtos químicos e de limpeza

G - TRABALHAR COM SEGURANÇA

- G.1 - Usar uniforme
- G.2 - Utilizar epi
- G.3 - Inspecionar local a ser trabalhado
- G.4 - Isolar área para manutenção e limpeza
- G.5 - Montar andaime
- G.6 - Montar balancim
- G.7 - Montar cadeirinha
- G.8 - Operar equipamentos
- G.9 - Submeter-se a cursos de capacitação e qualificação

Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

- Z.1 - Demonstra resistência física
- Z.2 - Demonstra paciência
- Z.3 - Trabalhar em equipe
- Z.4 - Demonstrar iniciativa
- Z.5 - Demonstrar prudência
- Z.6 - Demonstrar equilíbrio físico
- Z.7 - Reconhecer limitações pessoais
- Z.8 - Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas
- Z.9 - Contornar situações adversas
- Z.10 - Demonstrar agilidade
- Z.11 - Demonstrar controle emocional
- Z.12 - Demonstrar destreza manual

Recursos de trabalho

Peneira/ escova/ bucha/ pano

Cabo telescópico

Multímetro

Epi
Conjunto de aspiração
Produtos químicos (cloro)
Kit limpa vidro (rodo, extensor, bucha)
Balde
Alicate/martelo/chave de fenda/chave inglesa
Produtos de limpeza
Vassoura
Cadeirinha/balancin
Corda/ escada
Aspirador de pó/ enceradeira
Kit de medição de ph

Ocupações e seus Recursos

Limpador de vidros
Auxiliar de manutenção predial
Limpador de fachadas
Faxineiro
Trabalhador da manutenção de edificações
Limpador de piscinas

Participantes da descrição

Especialistas

Ananias Alves De Oliveira
Francisco Euzimar Oliveira Da Silva
Josiane Alves Da Silva
José Adminson Da Silva
Nerivaldo Américo Filho
Pascoal Santos De Castro
Reinaldo Luis De Faria
Walmir Alves Cruz

Instituições

Beach Park
Beach Park
Boto Azul Piscinas
Boto Azul Piscinas
Clube Paineiras
Clube Paineiras

Gr-garantia Real

Gr-garantia Real

Internacional Clean System

Internacional Clean System

Serra Azul Water Park S/a- Wet'n Wild

Serra Azul Water Park S/a- Wet'n Wild

Instituição conveniada responsável

Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas - Fipe - Usp

Glossário

Anexo III - Laudo Insalubridade e Periculosidade.pdf

LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES INSALUBRES E PERIGOSAS


FRENTE DE SERVIÇO:

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO -
REDE LFDA – LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA
AGROPECUARIA**

ADMINISTRAÇÃO DA FRENTE DE SERVIÇO:



Outubro/2023

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 2/38	

Histórico de revisões

Versão	Data	Histórico	Elaborado	Verificado	Aprovado
00	08/2023	Elaborado	Daiane Coelho	Amanda Litwak	Paloma Barbosa
01	10/2023	Atualização/ Revisão	Daiane Coelho	Amanda Litwak	Paloma Barbosa

O presente Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade foi elaborado à luz da Norma Regulamentadora nº 15 e nº 16, que trata das atividades e operações insalubres e perigosas, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, e sob responsabilidade técnica de Daiane Coelho Benedito Rosa, Engenheira de Segurança do Trabalho, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, CREA-DF, sob o nº 21327/D-DF.

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	4
2	ATIVIDADE DA EMPRESA	6
3	INTRODUÇÃO	6
4	OBJETIVOS	6
5	DADOS DA PERÍCIA	7
6	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
7	IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS AGENTES AGRESSIVOS	10
8	FUNDAMENTO CIENTÍFICO	11
9	FUNDAMENTO LEGAL	11
10	DEFINIÇÃO DE INSALUBRIDADE	12
11	METODOLOGIA	13
12	OPERACIONAL	16
13	TABELA DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE 32	
14	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	34
15	ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	35

1 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:		CNPJ:	
INTERATIVA FACILITIES LTDA		05.058.935/0003-04	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
R MIRACEMA QUADRA43A LOTE 006		VILA BRASILIA	
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:	TELEFONE:
APARECIDA DE GOIANIA	GO	74.911-440	(62) 3225-0232
CNAE PRINCIPAL:	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:		
78.10-8-00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra		
CNAE SECUNDÁRIO:	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS PREPONDERANTE:		
CNAE: 56.20-1-02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê		
CNAE: 78.20-5-00	Locação de mão-de-obra temporária		
CNAE: 78.30-2-00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros		
CNAE: 80.20-0-01	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico		
CNAE: 80.20-0-02	Outras atividades de serviços de segurança		
CNAE: 81.11-7-00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais		
CNAE: 81.21-4-00	Limpeza em prédios e em domicílios		
CNAE: 81.22-2-00	Imunização e controle de pragas urbanas		
CNAE: 81.29-0-00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente		
CNAE: 82.99-7-99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente		
GRAU DE RISCO (NR-04):	JORNADA DE TRABALHO:		
03	12x36 / 44h semanal		

ENDEREÇO DA FRENTE DE SERVIÇO:

REDE LFDA – LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA


Rua da Divisa, s/n

MUNICÍPIO:

Goiânia/GO

BAIRRO:

Setor Jaó

 <p>GRUPO INTERATIVA SEGURANÇA E SERVIÇOS</p>	<p align="center">Laudo de Insalubridade e Periculosidade</p>	
<p>Elaboração: Outubro/2023</p>	<p align="right">Nº de páginas: 6/38</p>	

2 ATIVIDADE DA EMPRESA

A Interativa Facilities LTDA., está localizada no endereço R. MIRACEMA QUADRA 43A LOTE 006, Bairro Vila Brasília em Aparecida de Goiânia/GO, no qual desenvolve sua atividade econômica principal de seleção e agenciamento de mão-de-obra (CNAE: 78.10-8-00). As suas atividades secundárias e preponderantes consistem em 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária (CNAE: 78.20-5-00) e limpeza em prédios e em domicílios (CNAE: 81.21-4-00) no ramo da prestação de serviços e gestão de facilities.

3 INTRODUÇÃO

A análise para fins de caracterização das condições ambientais deve considerar:


- Inspeção no local de trabalho;
- Análise das tarefas executadas;
- Identificação e Qualificação dos possíveis agentes agressivos;
- Conclusão.

4 OBJETIVOS

Apresentar o levantamento técnico e identificar ou não condições de trabalho insalubre nos ambientes de trabalho das empresas contratantes ou atividades perigosas, que possibilitem ou não a caracterização do pagamento do adicional de insalubridade e/ou periculosidade, conforme estabelece a legislação vigente:

Considerar: NR 15 – Atividades e operações insalubres e seus anexos constantes da Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16), e seus anexos, que tratam das atividades e operações perigosas. Decreto nº 93.412/86, que trata sobre os riscos com energia elétrica. As situações laborativas não previstas na legislação e, portanto, omissas, não podem ser objeto de conclusão pericial, quer em juízo, quer a serviço da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, sob pena de nulidade jurídica.

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 7/38


5 DADOS DA PERÍCIA

A empresa contratada se dedica a prestação de serviços de terceirização e facilities compreendendo as seguintes atividades: limpeza, higienização de ambientes e conservação de áreas externas, caracterizados como serviços comuns e de natureza contínua, para atenderem às necessidades do LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA - REDE LFDA no qual os trabalhadores da Interativa Facilities LTDA. prestam serviços em seus diversos setores, no endereço: Rua da Divisa, s/n, esquina com Setor Jaó, Goiânia/GO.

As atividades de prestação de serviço de limpeza e conservação são realizadas em toda a dependência do estabelecimento que consistem em: áreas administrativas, copas, depósito e unidades laboratoriais, laboratórios de análises, escritórios dos técnicos, banheiros de uso dos funcionários e também áreas verdes e calçadas, recepção de amostras e portaria. Todas as áreas foram alvo de perícia pela equipe de segurança do trabalho.

No dia 09 de outubro de 2023, membros da equipe do SESMT do Grupo Interativa visitaram o local fim de verificar as atividades, entrevistar os responsáveis pelos laboratórios sobre o serviço prestado, realizar a análise preliminar das atividades de trabalho, realizar o reconhecimento dos riscos ambientais, identificar os agentes e formas de exposição, fazer o levantamento das funções redistribuídas informadas pela operação e quantitativo de funcionários e fazer o levantamento preliminar dos riscos. Seguindo os mesmos princípios, foi realizada uma segunda visita com mesmo foco e objetivos, a pedido da contratante, na data do dia 20 de outubro de 2023 pela equipe do SESMT do grupo Interativa.

Na ocasião foram prestados os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada e assim como o enquadramento legal que norteia a aplicação da insalubridade/periculosidade e então uma reavaliação dos serviços prestados. Os responsáveis pelos laboratórios foram entrevistados novamente sobre as atividades executadas por eles e possíveis riscos ambientais e fontes geradoras que os colaboradores terceirizados estariam expostos, também foi feita a análise das atividades e do ambiente de trabalho. Sendo assim, foi realizado o reconhecimento dos riscos ambientais decorrentes da tarefa executada, identificação dos agentes e formas de

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 8/38

exposição, levantamento dos equipamentos e produtos utilizados, assim como, a verificação das medidas de controle existentes. Com base em todos os dados e avaliações, o presente laudo técnico foi elaborado.

6 DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Ambiente interno

As áreas edificadas consistem em construções em alvenaria distribuídos em blocos onde abrigam as áreas administrativas e onde os colaboradores na função de auxiliar de serviços gerais executam suas atividades. Foram verificados os blocos administrativos, salas/escritórios de apoio a equipe terceirizada, escritórios, copas e banheiros além de 4 laboratórios em pleno funcionamento (fotos em anexo, fig. 01 a 11), são eles: o Laboratório de Microbiologia de Alimentos, Laboratório Análise de Fertilizantes, RCA - Resíduos de Contaminantes em Alimentos, uma vez que o Laboratório oficial de sementes está inoperante por motivos de reforma. Sendo assim, este local será vistoriado e avaliado em momento posterior.

As unidades internas laboratoriais têm estrutura e layout apropriado para desenvolvimento das atividades com equipamentos, bancadas e sistema de segurança como: exaustores, capelas, equipamento de combate a incêndio, e existe procedimento de respostas a acidentes executados pelos técnicos habilitados dos laboratórios. Profissionais estes que ficam responsáveis por todas as atividades relativas a análises químicas e biológicas.

Os procedimentos de limpeza e higienização dos ambientes seguem o plano de trabalho estabelecido pela contratante assim como estabelecido pela Interativa Facilites seguindo as recomendações de segurança e cronograma predefinido. É realizada a limpeza diária, semanal, quinzenal e mensal e não há utilização de aspirador na área analítica. As copas e banheiros são de uso comum dos profissionais do LFDA e são limpos com e existe o recolhimento de resíduos duas vezes ao dia. Os produtos utilizados na limpeza e conservação são caracterizados como domissanitários e os Equipamentos de segurança individual são suficientes e apropriados para a proteção.

Os pisos, mesas, bancadas de equipamentos, computadores e acessórios, retirada de resíduos comuns são limpos diariamente. Já a limpeza de prateleiras, geladeira e sujidades persistentes são realizadas semanalmente e/ou quinzenalmente. Segundo relatos, geralmente uma vez por mês é executada a limpeza profunda. Cabe destacar que, a limpeza da bancada do laboratório de microbiologia é atribuição da equipe do laboratório, com a aplicação de ácido peracético a 0,02%, haja visto que é um desinfetante com ação efetiva contra os microrganismos e esporos bacterianos.

Os colaboradores da Interativa na função de auxiliar de serviços gerais efetuam, em regra, a limpeza diária antes das atividades do laboratório iniciarem, por recomendação de segurança e para não atrapalhar o andamento das análises. Nesse sentido, os profissionais que ficam expostos diretamente de forma habitual ou permanente com os produtos químicos e microrganismos provenientes das amostras analisadas ou decorrentes do processo analítico são apenas os técnicos habilitados do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Nesse sentido, não foram encontradas evidências que justifiquem avaliação quantitativa de agentes químicos para a equipe de limpeza.

Ambiente externo

No espaço que compreende a área verde verifica-se a presença de árvores de portes variados e arbustos (Fig, 12 a 16 – anexo). As atividades de corte de grama, rastelo, podas, varrição de folhas, limpeza de calhas, entre outras especificadas na descrição da função, são atribuição dos colaboradores na função de auxiliar de manutenção de vias permanentes. Diariamente é realizado a conservação e limpeza das calçadas e retirada de folhas, já o corte de grama é realizado de forma sazonal, também é executada a atividade de limpeza de calha e telhados de forma eventual pelos profissionais treinados e com os equipamentos adequados para a atividade. O controle de pragas e ervas daninhas é realizado por meio de inseticida e herbicida respectivamente.

7 IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS AGENTES AGRESSIVOS

Agente Físico

NR 15 – Anexo nº 1

Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente

NR 15 – Anexo nº 2

Limites de tolerância para ruídos de impacto

NR 15 – Anexo nº 3

Limites de tolerância para exposição ao calor

NR 15 – Anexo nº 5

Radiações ionizantes

NR 15 – Anexo nº 6

Trabalho sob condições hiperbáricas

NR 15 – Anexo nº 7

Radiações não-ionizantes

NR 15 – Anexo nº 8

Vibração

NR 15 – Anexo nº 9

Frio

Agente Químico

NR 15 – Anexo nº 11 – Quadro nº 1

NR 15 – Anexo nº 12 – Limites de tolerância para poeiras minerais

NR 15 – Anexo nº 13 – Agentes químicos

NR 15 – Anexo nº 13A – Benzeno

Agente Biológico

NR 15 – Anexo nº 14 – Agentes biológicos

Inespecífico

NR 15 – Anexo nº 10 – Umidade

8 FUNDAMENTO CIENTÍFICO

Se o intuito da insalubridade pressupõe o risco de adquirir doença ou de sofrer um acidente a partir da exposição a elementos agressores oriundos do processo operacional ou dele resultante, o perito tem que demonstrar, obrigatoriamente, toda a cadeia de relação causa e efeito existente entre o exercício do trabalho periciado com a doença ou o acidente. O fundamento científico compreende, então, as vias de absorção e excreção do agente insalubre, o processo orgânico de metabolização, o mecanismo de patogenia do agente no organismo humano e as possíveis lesões.

9 FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal é aquele estritamente previsto na legislação brasileira, através das normas regulamentadoras em segurança e medicina do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovadas pela Portaria nº 3.214/78 e regulamentada pela Lei nº 6.514/77, a saber:

Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), e seus anexos, que tratam das atividades e operações insalubres.

Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16), e seus anexos, que tratam das atividades e operações perigosas.

As situações laborativas não previstas na legislação e, portanto, omissas, não podem ser objeto de conclusão pericial, quer em juízo, quer a serviço da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, sob pena de nulidade jurídica.

10 DEFINIÇÃO DE INSALUBRIDADE

A palavra “insalubre” vem do Latim e significa “não salubre”; que origina doença. Já “insalubridade” vem do Latim “insalubritate”, que designa a qualidade de insalubre (ambas as definições retiradas do “Novo Dicionário Aurélio”). Legalmente a conceituação de insalubridade é dada pelo artigo 189 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:

“Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Para se analisar tecnicamente a insalubridade deve-se recorrer a Higiene do Trabalho.

HIGIENE DO TRABALHO - é a ciência e a arte dedicadas a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de fatores e riscos ambientais originados nos postos de trabalho e que podem causar enfermidade, prejuízos para a saúde ou bem-estar dos trabalhadores, também tendo em vista possível impacto nas comunidades vizinhas e no meio ambiente em geral.

No campo da saúde ocupacional, unindo-se os conceitos de “agentes nocivos à saúde”, advindo da CLT e os “fatores de riscos ambientais”, advindo da definição de Higiene do Trabalho, temos os Agentes Ambientais, estabelecidos na NR-15 da Portaria MTb nº 3214, de 8 de junho de 1978, a qual regulamenta o Capítulo V do Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Riscos Ambientais - são os agentes Físicos, Químicos e Biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

Agentes Físicos - são as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como, ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não ionizantes, bem como infrassom e ultrassom.

Agentes Químicos - são as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeira, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade e da exposição, possam ter contato ou ser absorvidas pelo organismo através da pele ou por ingestão.

Agentes Biológicos - consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus entre outros.

11 METODOLOGIA

As avaliações quantitativas e/ou qualitativas serão baseadas na formação de Grupos Homogêneo de Exposição ao Risco – GHE, que corresponde a um grupo de trabalhadores que fazem parte da mesma exposição, de forma que o resultado fornecido pela avaliação da exposição de parte do grupo seja representativo da exposição de todos os trabalhadores que compõem o mesmo grupo. No entanto, o paradigma avaliado será conforme a definição do Exposto de Maior Risco – EMR, que representa o trabalhador de um grupo homogêneo de risco que possui a maior exposição relativa em seu grupo.

O exposto de maior risco será determinado por possuir uma ou mais das seguintes características:

Exercer suas atividades mais próximas da fonte do agente;

Exercer suas atividades em região do ambiente onde ocorre maior concentração ou intensidade aparente do agente;

Exercer suas atividades de maneira a se expor por mais tempo ao agente;

Exercer as rotinas operacionais de forma a se expor mais ao agente.

O tempo de exposição será conforme a definição de atividade Permanente, Habitual e Eventual.

Conceitualmente, os textos legais estabelecem que “contato permanente” é a prestação de serviços, não eventuais. O dicionário “Aurélio Buarque de Holanda” define a palavra “EVENTUAL”, como “... acontecimento fortuito, ao acaso, incerto...”.

Ainda sob a esfera conceitual, nos cabe buscar uma definição técnico-legal para “condição de risco acentuado”, visto que a legislação é omissa. Com isso, recorreremos a conceituação do pesquisador Willie Hammer (Handbook of System), onde temos:

RISCO - é uma ou mais condições de uma variável, com potencial necessário para causar danos a pessoas, estragos a equipamentos ou estruturas, perda de material em processo ou redução de capacidade de desempenho de uma função.

PERIGO - expressa uma exposição relativa a um risco que favorece sua materialização em danos.


Trazendo estes conceitos para a atividade laboral, temos que o risco é a potencialidade de um agente em gerar efeitos/danos à saúde e/ou integridade física dos trabalhadores; e perigo é a situação favorável a materialização destes efeitos, ou seja, um risco sem controle técnico adequado. Desta forma é possível concluir que a condição de risco acentuado, referida na legislação, nada mais é do que a exposição a um risco sem adequado ou suficiente controle técnico (condição de Perigo).

Sendo assim, será utilizada a definição de atividade Habitual e Ocasional conforme abaixo:

- a) Habitual e Eventual: exposição que se processa de forma frequente e acima de 30 minutos da jornada de trabalho;
- b) Habitual e Intermitente: exposição que se processa de forma frequente e acima de 30 minutos e abaixo de 6 horas da jornada de trabalho;
- c) Habitual e Permanente (Contínua): exposição que se processa de forma frequente e acima de 6 horas da jornada de trabalho;
- d) Ocasional: exposição que não faz parte do descritivo da função e ou da atividade.

A Classificação dos agentes ambientais será conforme a NR-9 consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

Para os fins deste trabalho, adotamos as seguintes definições para os graus de riscos, que podem ser classificados em cinco níveis conforme a sua categoria:

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 15/38	

Quadro 1: Grau de Risco

Grau de Risco	Categoria	Significado
0	Insignificante	Fatores do ambiente ou elementos matérias que não constituem nenhum incômodo e nem risco para a saúde ou integridade física
1	Baixo	Fatores do ambiente ou elementos matérias que constituem um incômodo podendo ser de baixo risco ou integridade física.
2	Moderado	Fatores do ambiente ou elementos matérias que constituem um incômodo podendo ser de baixo risco para a saúde ou integridade física.
3	Alto ou Sério	Fatores do ambiente ou elementos matérias que constituem um risco para a saúde e integridade física do trabalhador, cujos valores ou importâncias estão notadamente próximos dos limites regulamentares.
4	Muito Alto ou Crítico	Fatores do ambiente ou elementos matérias que constituem um risco para a saúde e integridade física do trabalhador, com uma probabilidade de acidente ou doenças, elevada.

12 OPERACIONAL

LOCAL – REDE LFDA – LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA

GHE 01 OPERACIONAL– EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

EFETIVO: 06

Descrição do ambiente de trabalho: Paredes em alvenaria, teto em laje, e iluminação artificial. Realiza as atividades nas partes internas do estabelecimento realizando as atividades de limpeza dos laboratórios, Escritórios – sala dos técnicos e banheiros.

FUNÇÕES

SETOR – OPERACIONAL– EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Laboratório – Microbiologia de alimentos

Laboratório – Análise de fertilizante

Laboratório – RCA – Resíduos e contaminantes em alimentos

Laboratório – Biologia Molecular – BIOMOL

**AUXILIAR DE SERVIÇOS
GERAIS**

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição da atividade: Realizar a higienização, organização e conservação em geral nas dependências internas do estabelecimento por meio de varredura e limpeza de pisos, limpeza de vidros, remoção de pó de móveis, bem como a higienização dos banheiros e recolhimento de lixo comum, utilizando Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletivo - EPC, conforme Procedimento Operacional Padrão - POP; Descartar o lixo comum da empresa mediante o depósito em local específico para cada segmento de acordo com as particularidades existentes, de acordo com orientações e com a normas ambientais; Abastecer e reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas de papel e sabonetes, conforme desabastecimento e/ou cronograma diário; Auxiliar na reposição de materiais, utensílios e equipamentos de uso contínuo, sinalizando os níveis do estoque e reportando a necessidade de reposição de suprimentos; Executar serviços de carregamento e descarregamento de cargas leves, auxiliando na remoção de móveis e equipamentos, utilizando os materiais e EPI e EPC e cumprindo rotinas previamente definidas.

Risco Ocupacional Específico

Grupo

Umidade

Inespecífico

Não se aplica

Físico

Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)

Biológico

Produtos domissanitários: Água sanitária, Álcool 70°, detergente, hipoclorito de sódio, etc

Químico


Laudo de Insalubridade e Periculosidade

Elaboração: Outubro/2023

Nº de páginas: 17/38

Agente	Umidade	Grupo	Inespecífico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (x) Intermitente Ocasional – (x) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades permanentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição acima de 31 a 400 min por dia		
Classificação do Efeito	Leve		
Fonte Geradora	Atividades de limpeza de chão, bancadas, paredes, em contato com água.		
Efeito	Doenças de pele e alergia sem o uso do calçado de segurança fechado		
Orientação	Palestras e treinamentos sobre uso dos EPI's e importância das inspeções por parte do controle do uso dos EPI's para todos os colaboradores		
Fundamentação Legal	NR 15 - Anexo nº 10		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Intermitente: exposição ao perigo acima de 470 minutos da jornada de trabalho por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
Conforme inspeção realizada no local de trabalho, não foram encontrados locais alagados ou enxarcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme determina a NR 15 - Anexo nº 10. Conclui-se que não há risco ambiental que possa ser caracterizado como insalubre ou perigoso.			

Agente	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Grupo	Biológico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (x) Intermitente Ocasional – (x) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades intermitente durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição de 31 até 400 min por dia		
Classificação do Efeito	Moderado		
Fonte Geradora	Limpeza e higienização das áreas comuns, laboratórios e banheiros de pequena circulação.		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades nas áreas não críticas envolvendo a limpeza e higienização designadas aos escritórios, corredores, laboratórios e banheiros de pequena circulação, dentre outros, com exposição intermitente não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 14 como insalubres. Conclui-se que não há risco ambiental que possa ser caracterizado como insalubre ou perigoso.			

 <p>GRUPO INTERATIVA SEGURANÇA E SERVIÇOS</p>	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	
	Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 18/38

Agente	Produtos domissanitários: Água sanitária, Álcool 70º, detergente, hipoclorito de sódio, etc	Grupo	Químico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	(X) Habitual – () Permanente, () Intermitente Ocasional – (X) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades permanentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição 31 até 400 min por dia		
Classificação do Efeito	Leve		
Fonte Geradora	Limpeza e higienização das áreas comuns laboratórios e banheiros de pequena circulação		
Efeito	Doenças de pele e alergia sem o uso de EPI		
Orientação	Palestras e treinamentos sobre uso dos EPI's e importância das inspeções por parte do controle do uso dos EPI's para todos os colaboradores Diluição dos produtos antes do uso e aplicação		
Fundamentação Legal	NR 15 - Anexo nº 11,12,13		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Permanente: exposição ao perigo 31 até 400 min da jornada de trabalho por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades envolvendo a utilização de produtos domissanitários não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 11, 12 e 13 e na NR 16 e seus anexos, como insalubres ou perigosos. Produtos domissanitários são as substâncias ou preparações destinadas a higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar em ambientes. Desta forma, não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade			

ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS					
SETOR	FUNÇÕES	RISCO	ENQUADRAMENTO	JUSTIFICATIVA	GRAU DA INSALUBRIDADE
OPERACIONAL – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS Laboratório – Microbiologia de alimentos Laboratório – Análise de fertilizante Laboratório – RCA – Resíduos e contaminantes em alimentos Laboratório – Biologia Molecular – BIOMOL GHE 01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Inespecífico Umidade	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 10. Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Biológico Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 14 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Químico - Produtos domissanitários	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 11, 12 e 13 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica

ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS

CONCLUSÃO

As atividades nas áreas envolvendo a limpeza e higienização das áreas internas, escritórios, corredores, laboratórios e banheiros de pequena circulação (GHE 1), com exposição intermitente, não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 14 e na NR 16 e seus anexos, como insalubres ou perigosos. As atividades e operações insalubres que envolvem agentes biológicos são caracterizadas quando há contato permanente e por meio de avaliação qualitativa.

Produtos domissanitários são as substâncias ou preparações destinadas a higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar em ambientes. Desta forma, **não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade.**

LOCAL – REDE LFDA – LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA

GHE 02 OPERACIONAL - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

EFETIVO: 02

Descrição do ambiente de trabalho: paredes em alvenaria, teto em laje, e iluminação artificial. Realiza as atividades nas partes internas e externas do estabelecimento realizando as atividades de limpeza e conservação das áreas comuns.

FUNÇÕES

SETOR – OPERACIONAL - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

**AUXILIAR DE SERVIÇOS
GERAIS**

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição da atividade: Realizar a higienização, organização e conservação em geral nas dependências internas e externas do Grupo Interativa por meio de varredura e limpeza de pisos, limpeza de vidros, remoção de pó de mobílias, bem como a higienização dos banheiros e recolhimento de lixo, utilizando Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletivo - EPC, conforme Procedimento Operacional Padrão - POP; Descartar o lixo da empresa mediante o depósito em local específico para cada segmento de acordo com as particularidades existentes, de acordo com orientações e com a normas ambientais; Abastecer e reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas de papel e sabonetes, conforme desabastecimento e/ou cronograma diário; Auxiliar na reposição de materiais, utensílios e equipamentos de uso contínuo, sinalizando os níveis do estoque e reportando a necessidade de reposição de suprimentos; Executar serviços de carregamento e descarregamento de cargas leves, auxiliando na remoção de móveis e equipamentos, utilizando os materiais e EPI e EPC e cumprindo rotinas previamente definidas.

Risco Ocupacional Específico

Grupo

Umidade

Inespecífico

Radiação não ionizante (Radiação UV)

Físico

Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)


Biológico

Produtos domissanitários: Água sanitária, Álcool 70º, detergente, hipoclorito de sódio, etc

Químico

Agente	Umidade	Grupo	Inespecífico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (x) Intermitente Ocasional – (x) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades permanentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição acima de 31 até 400 min por dia		
Classificação do Efeito	Leve		
Fonte Geradora	Atividades de limpeza de chão, bancadas, paredes, em contato com água.		
Efeito	Doenças de pele e alergia sem o uso do calçado de segurança fechado		
Orientação	Palestras e treinamentos sobre uso dos EPI's e importância das inspeções por parte do controle do uso dos EPI's para todos os colaboradores		
Fundamentação Legal	NR 15 - Anexo nº 10		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Intermitente: exposição ao perigo acima de 470 minutos da jornada de trabalho por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
Conforme inspeção realizada no local de trabalho, não foram encontrados locais alagados ou enxarcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme determina a NR 15 - Anexo nº 10. Conclui-se que não há risco ambiental que possa ser caracterizado como insalubre ou perigoso.			

Agente	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, prions, parasitas e outros)	Grupo	Biológico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (x) Intermitente Ocasional – (x) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades intermitente durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição de 31 até 400 min por dia		
Classificação do Efeito	Moderado		
Fonte Geradora	Limpeza e higienização das áreas comuns		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades nas áreas de conservação e jardinagem envolvendo a limpeza e higienização das áreas comuns, manutenção e limpeza de áreas externas, com exposição intermitente não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 14 como insalubres. Conclui-se que não há risco ambiental que possa ser caracterizado como insalubre ou perigoso.			

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	
	Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 22/38

Agente	Produtos domissanitários: Água sanitária, Álcool 70º, detergente, hipoclorito de sódio, etc	Grupo	Químico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	(X) Habitual – () Permanente, () Intermitente Ocasional – (X) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades permanentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição 400 até 470 min por dia		
Classificação do Efeito	Leve		
Fonte Geradora	Limpeza e higienização das áreas comuns e banheiros		
Efeito	Doenças de pele e alergia sem o uso de EPI		
Orientação	Palestras e treinamentos sobre uso dos EPI's e importância das inspeções por parte do controle do uso dos EPI's para todos os colaboradores Diluição dos produtos antes do uso e aplicação		
Fundamentação Legal	NR 15 - Anexo nº 11,12,13		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Permanente: exposição ao perigo 31 até 400 min da jornada de trabalho por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades envolvendo a utilização de produtos domissanitários não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 11, 12 e 13 e na NR 16 e seus anexos, como insalubres ou perigosos. Produtos domissanitários são as substâncias ou preparações destinadas a higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar em ambientes. Desta forma, não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade			

Agente	Radiação não ionizante (Radiação UV)	Grupo	Físico
Meio de Propagação	Ar / Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (X) Intermitente () Ocasional – (X) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades intermitentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição por de 31 a 400min por dia.		
Fonte Geradora	Execução das atividades ao ar livre com exposição ao sol		
Efeito	Moderado		
Orientação	Cumprir as Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, implantar treinamentos e palestras de conscientização e precaução dos riscos existentes, conforme cronograma descrito no PGR.		
Fundamentação Legal	Conforme NR 15 - Anexo nº 01.		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente.		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
<p>Conforme análise das atividades do Auxiliar de serviços Gerais (área externa e interna), as atividades são realizadas com a utilização de equipamentos de proteção individual relacionado ao risco bem como medidas de controle para atenuação conforme indicado no Item b), cumprindo a exigência da NR 15 - Anexo nº 7, item: 2. <i>As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.</i></p> <p>Conforme a NR 15 Atividades e operações insalubres, seguem as medidas adotadas para controle do risco:</p> <p>15.4 A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.</p> <p>15.4.1 A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:</p> <p>a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;</p>			

- b) com a utilização de equipamento de proteção individual.
- a) Medidas de controle
- Treinamento de NR 06;
 - Exames médicos – acompanhamento e afastamento em casos de alterações significativas;
- b) Equipamento de proteção individual
- Periodicidade de troca;
 - EPI adequado com fator de proteção atribuído ao risco;
 - Boné árabe; Protetor Solar; Óculos de proteção UVB 95% e UVA 50%.

ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS					
SETOR	FUNÇÕES	RISCO	ENQUADRAMENTO	JUSTIFICATIVA	GRAU DA INSALUBRIDADE
OPERACIONAL– EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA GHE 02	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Inespecífico Umidade	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 10. Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Biológico Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, prions, parasitas e outros)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 14 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Químico - Produtos domissanitários	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 11, 12 e 13 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Físico (Radiação não ionizante)	Conforme NR 15 - Anexo nº 07.	Medidas de controle para proteção contra o risco, vide interpretação dos resultados	
CONCLUSÃO					
As atividades nas áreas externas de conservação e limpeza envolvendo a higienização limpeza das áreas comuns e banheiros, manutenção e de áreas externas (GHE 2), com exposição intermitente, não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 14 e na NR 16 e seus anexos, como insalubres ou perigosos. Produtos domissanitários são as substâncias ou preparações destinadas a higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar em ambientes. Desta forma, não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade.					

LOCAL – REDE LFDA – LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA

GHE 03 OPERACIONAL - CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM

EFETIVO: 02

Descrição do ambiente de trabalho: Áreas externas, jardins, canteiros, gramado. Realizando atividade de limpeza e conservação de calçadas, canteiros retirando folhas de calhas, telhados e áreas verdes, podas e corte de grama.

FUNÇÕES

SETOR – **OPERACIONAL - CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM**

**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE
VIAS PERMANENTE**

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VIAS PERMANENTE

Descrição da atividade: Realizar a manutenção geral em vias, através do manejo de áreas verdes, recomposição de aterros e recuperação de obras de arte.; Controlar atividades de conservação e limpar vias permanentes e conservar bueiros e galerias de águas pluviais; Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Risco Ocupacional Específico

Grupo

Não se aplica

Inespecífico

Ruído intermitente

Físico

Radiação não ionizante (Radiação UV)

Físico

Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (fungos)

Biológico

Benzeno - Combustível (gasolina)


Químico

Herbicidas não seletivos - Sal de Isopropilamina de Glifosato

Químico

Pesticidas/ inseticida Propoxur/Caulim

Químico

	<h2 style="margin: 0;">Laudo de Insalubridade e Periculosidade</h2>
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 25/38

Agente	Ruído intermitente	Grupo	Físico
Meio de Propagação	Ar / Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, () Intermitente (X) Ocasional – () Diário, (X) Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades intermitentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição por até 30min por dia.		
Fonte Geradora	Máquinas e Equipamentos: Roçadeira e trator de cortar grama		
Efeito	Moderado		
Orientação	Cumprir as Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, implantar treinamentos e palestras de conscientização e precaução dos riscos existentes, conforme cronograma descrito no PGR.		
Fundamentação Legal	Conforme NR 15 - Anexo nº 01.		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente.		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
Conforme análise das atividades do Auxiliar de manutenção de Vias, a exposição ao risco é ocasional, as atividades são realizadas com a utilização de equipamentos de proteção individual relacionado ao risco bem como medidas de controle para atenuação conforme indicado. Protetor auricular tipo concha CA 14235			

Agente	Radiação não ionizante (Radiação UV)	Grupo	Físico
Meio de Propagação	Ar / Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (X) Intermitente () Ocasional – (X) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades intermitentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição por de 31 a 400min por dia.		
Fonte Geradora	Execução das atividades ao ar livre com exposição ao sol		
Efeito	Moderado		
Orientação	Cumprir as Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, implantar treinamentos e palestras de conscientização e precaução dos riscos existentes, conforme cronograma descrito no PGR.		
Fundamentação Legal	Conforme NR 15 - Anexo nº 01.		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente.		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
conforme análise das atividades do Auxiliar de manutenção de vias permanentes, as atividades são realizadas com a utilização de equipamentos de proteção individual relacionado ao risco bem como medidas de controle para atenuação conforme indicado no Item b), cumprindo a exigência da NR 15 - Anexo nº 7, item: 2. <i>As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.</i>			
Conforme a NR 15 Atividades e operações insalubres, seguem as medidas adotadas para controle do risco:			
15.4 A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.			
15.4.1 A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:			
a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;			
b) com a utilização de equipamento de proteção individual.			
a) Medidas de controle			
- Treinamento de NR 06;			
- Exames médicos – acompanhamento e afastamento em casos de alterações significativas;			

b) Equipamento de proteção individual

- Periodicidade de troca;
- EPI adequado com fator de proteção atribuído ao risco;
- Boné árabe; Protetor Solar; Óculos de proteção UVB 95% e UVA 50%..

Agente	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (fungos)	Grupo	Biológico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, (x) Intermitente Ocasional – (x) Diário, () Semanal, () Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades intermitente durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição de 31 até 400 min por dia		
Classificação do Efeito	Moderado		
Fonte Geradora	Contato com o solo durante as atividades de manutenção de jardins		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades nas áreas de conservação e jardinagem envolvendo a limpeza e higienização das áreas comuns, manutenção e limpeza de áreas externas, com exposição intermitente não são classificadas na NR 15 – Anexos nº 14 como insalubres. Conclui-se que não há risco ambiental que possa ser caracterizado como insalubre ou perigoso.			

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

Elaboração: Outubro/2023

Nº de páginas: 27/38

Agente	Benzeno - Combustível (gasolina)	Grupo	Químico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, () Intermitente (X) Ocasional – () Diário, () Semanal, (x) Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Atividades permanentes durante a jornada de 8 horas de trabalho com período de exposição até 30 min		
Classificação do Efeito	Moderado		
Fonte Geradora	Abastecimento trator de cortar grama e roçadeira.		
Efeito	Irritação de pele e olhos, náuseas e cefaleia sem o uso do EPI		
Orientação	Manusear em área ventilada ou com sistema geral de ventilação/exaustão local. Evitar formação de vapores ou névoas. Evitar exposição ao produto. Utilizar equipamento de proteção individual. Lavar as mãos e o rosto cuidadosamente após o manuseio e antes de comer, beber, fumar ou ir ao banheiro. Roupas contaminadas devem ser trocadas e lavadas antes de sua reutilização. Remover a roupa e o equipamento de proteção contaminados antes de entrar nas áreas de alimentação.		
Fundamentação Legal	NR 15 - Anexo nº 13ª, NR 16 – Anexo nº2		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Ocasional: exposição ao perigo acima de até 30 min da jornada de trabalho por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
<p>Conforme NR 15 – Anexo nº 13-A, item 2.1. <u>O presente anexo não se aplica às atividades de armazenamento, transporte, distribuição, venda e uso de combustíveis derivados de petróleo.</u> Com isto, as atividades de abastecimento de máquinas envolvendo a utilização de produtos combustíveis derivados de petróleo <u>não são classificadas como insalubres.</u> Sendo assim, não faz jus ao adicional de insalubridade.</p> <p>Conforme NR 16 - Anexo nº 2, item 4 - Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional:</p> <p>4.1 - O manuseio, a armazenagem e o transporte de líquidos inflamáveis em embalagens certificadas, simples, compostas ou combinadas, desde que obedecidos os limites consignados no Quadro I abaixo, independentemente do número total de embalagens manuseadas, armazenadas ou transportadas, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma NBR 11564/91 e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.</p>			

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

Elaboração: Outubro/2023

Nº de páginas: 28/38

Agente	Pesticidas/ inseticida - Propoxur /Caulim	Grupo	Químico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	()Habitual – () Permanente, () Intermitente (x)Ocasional – () Diário, () Semanal, (x) Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Exposição ao perigo por até 30 minutos por dia		
Classificação do Efeito	Moderado		
Fonte Geradora	Combate de formigas (saúvas e quenquéns), cupins, pulgas		
Efeito	Irritação/lesão de pele e mucosa gastrointestinal		
Orientação	Manter o equipamento de proteção individual em boas condições de higiene. Lavar as mãos antes de interrupções e no final do dia de trabalho. Não comer, beber ou fumar durante o uso		
Fundamentação Legal	Conforme NR 15 - Anexos nº 11, 12 e 13		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Ocasional: exposição ao perigo por até 30 minutos por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades envolvendo a utilização de produtos Propoxur - Caulim não são classificadas como insalubres de acordo com o disposto na NR 15 – Anexo nº 11. Conclui-se que não há risco ambiental que possa ser caracterizado como insalubre ou perigoso.			

Agente	Herbicidas não seletivos - Sal de Isopropilamina de Glifosato	Grupo	Químico
Meio de Propagação	Contato		
Frequência	() Habitual – () Permanente, () Intermitente (x) Ocasional – () Diário, () Semanal, (x) Mensal Ausência de agente nocivo ()		
Tempo de Exposição	Exposição ao perigo por até 30 minutos por dia		
Classificação do Efeito	Severo		
Fonte Geradora	Combate a ervas daninhas com defensivos agrícolas		
Efeito	Irritação/lesão de pele e mucosa gastrointestinal		
Orientação	Manter o equipamento de proteção individual em boas condições de higiene. Lavar as mãos antes de interrupções e no final do dia de trabalho. Não comer, beber ou fumar durante o uso		
Fundamentação Legal	Conforme NR 15 - Anexos nº 11, 12 e 13		
Análise do Risco	Controle da exposição ocupacional ao agente. (Tempo de exposição caracterizado como, Ocasional: exposição ao perigo por até 30 minutos por dia).		
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS			
As atividades envolvendo a utilização de produtos organofosforados, Glifosato são classificadas como insalubres de acordo com o disposto na NR 15 – Anexo nº 13.			
Insalubridade de grau médio – 20%			
Emprego de defensivos organofosforados.			

ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS					
SETOR	FUNÇÕES	RISCO	ENQUADRAMENTO	JUSTIFICATIVA	GRAU DA INSALUBRIDADE
OPERACIONAL - CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM (GHE 3)	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VIAS PERMANENTE	Físico Ruído intermitente	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 01.		Não se aplica
		Físico (Radiação não ionizante)	Conforme NR 15 - Anexo nº 07.		Medidas de controle para proteção contra o risco, vide interpretação dos resultados
		Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (fungos)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 14 Não há enquadramento. Conforme NR 16		Não se aplica
		Benzeno - Combustível (gasolina)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 13 A Conforme NR 16 - Anexo nº 2		Não se aplica
		Químico (Sal de Isopropilamina de Glifosato Herbicidas não seletivos)	Conforme NR 15 - Anexo nº 13.	Emprego de defensivos organofosforados.	Grau médio de 20%
		Pesticidas/ inseticida Propoxur	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 13 A Conforme NR 16 - Anexo nº 2		Não se aplica
CONCLUSÃO					
<p>Conforme análise das atividades do Auxiliar de manutenção de vias permanente, a exposição ao risco é ocasional ao risco químico- Benzeno, as atividades são realizadas com a utilização de equipamentos de proteção individual relacionado ao risco bem como medidas de controle para atenuação conforme indicado. Apenas uma pequena quantidade de combustível utilizada, não ultrapassando 20 litros/mês.</p> <p>Conforme NR 15 – Anexo nº 13-A, item 2.1. <u>O presente anexo não se aplica às atividades de armazenamento, transporte, distribuição, venda e uso de combustíveis derivados de petróleo.</u> Com isto, as atividades de abastecimento de máquinas envolvendo a utilização de produtos combustíveis derivados de petróleo <u>não são classificadas como insalubres.</u> Sendo assim, não faz jus ao adicional de insalubridade.</p> <p>Conforme NR 16 - Anexo nº 2, item 4 - Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional:</p> <p>4.1 - O manuseio, a armazenagem e o transporte de líquidos inflamáveis em embalagens certificadas, simples, compostas ou combinadas, desde que obedecidos os limites consignados no Quadro I abaixo, independentemente do número total de embalagens manuseadas, armazenadas ou transportadas, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma NBR 11564/91 e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.</p> <p>Desta forma, não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade, conforme NR 15 e 16 e seus anexos.</p>					

Já as atividades envolvendo a utilização de produtos organofosforados, Sal de Isopropilamina de Glifosato são classificadas como insalubres de acordo com o disposto na NR 15 – Anexo nº 13. Conclui-se que as atividades desenvolvidas no setor Jardim/área externa, na função de Auxiliar de manutenção de vias permanente são enquadradas como insalubres conforme diretrizes constantes na NR 15 – Anexo nº 13.

Insalubridade de grau médio – 20%

Emprego de defensivos organofosforados

Conforme inspeções realizadas no local de trabalho, conclui-se que neste local **não há agentes** que possam ser enquadrados como **perigosos** de acordo com a **NR 16 e seus anexos**.

LOCAL – REDE LFDA – LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA

GHE 04 OPERACIONAL - SUPERVISÃO OPERACIONAL –
ACOMPANHAR - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

EFETIVO: 02

Descrição do ambiente de trabalho: Paredes em alvenaria, teto em laje, e iluminação artificial. Realiza as atividades nas partes internas e externas do estabelecimento supervisionando as atividades executadas pela equipe de higienização e limpeza.

FUNÇÕES

SETOR – OPERACIONAL - SUPERVISÃO

ENCARREGADO

CARGO: ENCARREGADO

Descrição da atividade: Supervisionar e orientar os colaboradores quanto a limpeza e arrumação, conforme procedimento padrão; planejar e coordenar limpezas semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais de todas as áreas sociais e de serviço; Selecionar os materiais, utensílios e equipamentos a serem utilizados pela equipe de limpeza, monitorando a qualidade e reportando a necessidade de aquisição e/ou manutenção; Acompanhar o consumo de material, assegurando que todas as recomendações técnicas sejam seguidas para o uso adequado dos produtos; Garantir o recebimento e a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs da equipe que supervisiona, bem como o uso adequado de uniforme; Orientar os colaboradores quanto às normas e regras da empresa, monitorando o preenchimento de documentos, registro de ponto, férias, sanções administrativas e demais assuntos pertinentes.

Risco Ocupacional Específico

Grupo

Não se aplica

Inespecífico

Não se aplica

Físico

Não se aplica

Biológico

Não se aplica


Químico

ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS

SETOR	FUNÇÕES	RISCO	ENQUADRAMENTO	JUSTIFICATIVA	GRAU DA INSALUBRIDADE
SUPERVISÃO OPERACIONAL – ACOMPANHAR EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (GHE 04)	ENCARREGADO	Não se aplica	Não se aplica		Não se aplica


CONCLUSÃO

Não foram encontrados riscos químicos, físicos e biológicos envolvendo as atividades no GHE 4, na função de Encarregado. Sua atividade consiste em fiscalizar, orientar, organizar e coordenar as atividades da equipe de limpeza e conservação. Desta forma, **não há enquadramento para insalubridade e/ou periculosidade, conforme NR 15 e 16 e seus anexos.**


	Laudo de Insalubridade e Periculosidade
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 32/38

13 TABELA DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE

ENQUADRAMENTO GERAL DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS					
SETOR	FUNÇÕES	RISCO	ENQUADRAMENTO	JUSTIFICATIVA	PERICULOSIDADE
OPERACIONAL – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS Laboratório – Microbiologia de alimentos Laboratório – Análise de fertilizante Laboratório – RCA – Resíduos e contaminantes em alimentos Laboratório – Biologia Molecular – BIOMOL GHE 01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Inespecífico Umidade	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 10. Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Biológico Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 14 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Químico - Produtos domissanitários	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 11, 12 e 13 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
OPERACIONAL – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA GHE 02	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Inespecífico Umidade	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 10. Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Biológico Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 14 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Químico - Produtos domissanitários	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 11, 12 e 13 Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 16		Não se aplica
		Físico (Radiação não ionizante)	Conforme NR 15 - Anexo nº 07.		Medidas de controle para proteção contra o risco, vide interpretação dos resultados

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 33/38	

ENQUADRAMENTO GERAL DAS OPERAÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS					
SETOR	FUNÇÕES	RISCO	ENQUADRAMENTO	JUSTIFICATIVA	PERICULOSIDADE
OPERACIONAL - CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM (GHE 3)	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VIAS PERMANENTE	Físico Ruído intermitente	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 01.		Não se aplica
		Físico (Radiação não ionizante)	Conforme NR 15 - Anexo nº 07.		Medidas de controle para proteção contra o risco, vide interpretação dos resultados
		Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (fungos)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexos nº 14 Não há enquadramento. Conforme NR 16		Não se aplica
		Benzeno - Combustível (gasolina)	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 13 A Não há enquadramento. Conforme NR 16 - Anexo nº 2		Não se aplica
		Químico (Sal de Isopropilamina de Glifosato Herbicidas não seletivos)	Conforme NR 15 - Anexo nº 13.	Emprego de defensivos organofosforados.	Grau médio de 20%
		Pesticidas/ inseticida Propoxur	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 13 A Não há enquadramento. Conforme NR 16 - Anexo nº 2		Não se aplica
SUPERVISÃO OPERACIONAL – ACOMPANHAR EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (GHE 04)	ENCARREGADO	Não se aplica	Não há enquadramento. Conforme NR 15 - Anexo nº 13 A Não há enquadramento. Conforme NR 16 - Anexo nº 2		Não se aplica

	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	
Elaboração: Outubro/2023	Nº de páginas: 34/38	

14 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Brasília/DF, 06 de outubro de 2023.

Daiane Coelho Benedito Rosa
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA 21327/D-DF

15 ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

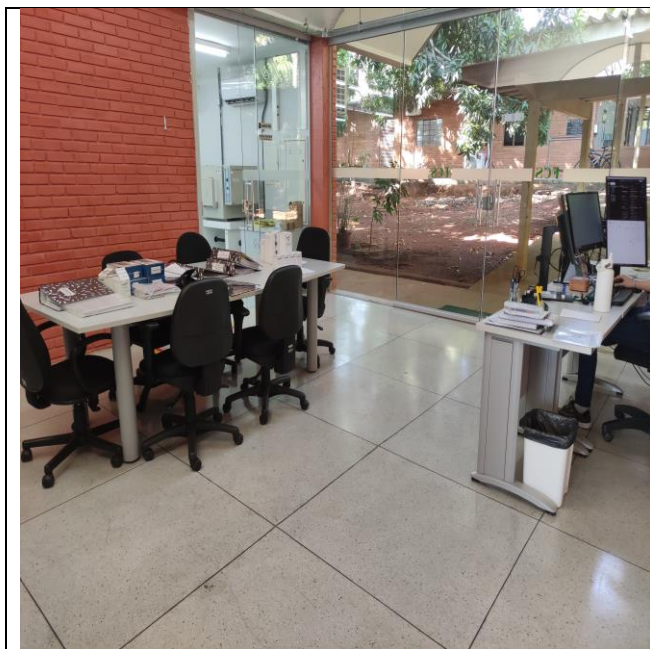


Fig. 01 Sala de técnicos - laboratório de análise de fertilizantes



Fig. 02 Laboratório de análise de fertilizantes

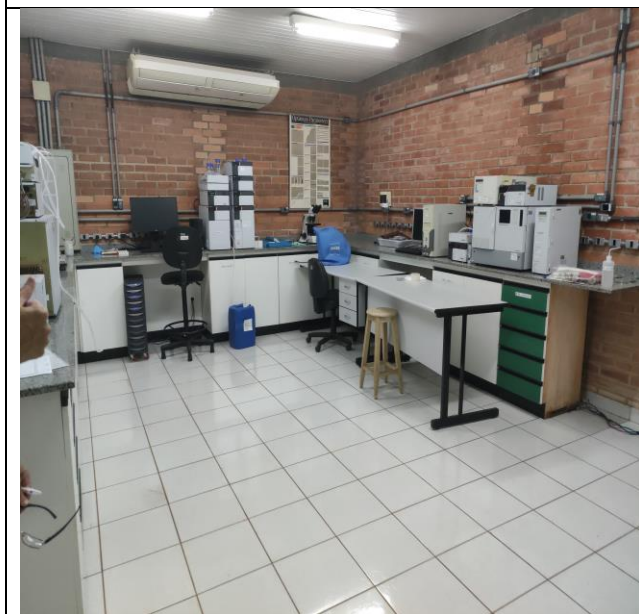


Fig. 03 Laboratório de análise de fertilizantes



Fig. 04 Laboratório de análise de fertilizantes



Fig. 05 BIOMOL



Fig. 06 BIOMOL



Fig. 07 BIOMOL



Fig. 08 BIOMOL



Fig. 09 Identidade e qualidade de alimentos



Fig. 10 Copa e banheiro – área da qualidade de alimentos



Fig. 11 Laboratório de resíduos contaminantes de alimentos



Fig. 12 Área verde



Fig. 13 Área verde



Fig. 14 Área verde



Fig. 15 Área verde



Fig. 16 Área verde

Anexo IV - Contrato 2-2022 - MPF-GO.pdf



CONTRATO Nº 02/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ASSEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO – POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS – PR-GO - E A EMPRESA SAMA SERVIÇOS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS – PR-GO**, CNPJ nº 26.989.715/0014-27, situada na Avenida Olinda, nº 500, *Park Lozandes*, em Goiânia – GO., neste ato representada por sua Secretária Estadual, **GINA LOBRÍGIDA MENDES**, brasileira, casada, Cédula de Identidade nº 2048-945, 2ª Via, SSP/GO e CPF nº 425.147.971-87, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 34 e art. 41, XXIII, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR /MPF nº 382 de 05/05/15, combinado com a Portaria PR/GO nº 232 de 23/12/2021, em sequência designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **SAMMA SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 21.419.761/0001-52, estabelecida na Estação Ferroviária, nº 14, Centro, em Goiandira – GO., CEP 75.740-000, Telefax nº (64) 3411-5500, Tel. nº 3411-6121 e Cel. nº (64) 9 9965-5877, E-mail fabiano@sammaservicos.com.br, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Sr. **FABIANO FIRMINO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 5032826, Órgão emissor DGPC-GO, inscrito no CPF sob o nº 017.558.261-09, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, nº 500, Bairro Jardim Brasília, em Goiandira – GO., conforme documentos apresentados, sendo o Contrato Social, arquivado na JUCEMG sob nº 31210898513, em 21/10/94 e arquivado na JUCEGO sob o nº 52204608778, em 08/08/2017, e a 6ª Atualização Contratual, de 08/06/2021, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o Decreto nº 2.271, de 07/07/97 e com o **Procedimento de Gestão Administrativa – e-PGEA nº 1.18.000.001406/2021-52**, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ASSEIO**, cujo regime é o de execução indireta, empreitada por preço global, conforme definido no **Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto



O presente Instrumento tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, bem como o fornecimento de materiais de consumo (por demanda) atinentes à prestação dos serviços, que compreenderá ao fornecimento de mão de obra, uniformes, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução do serviço nas dependências da unidade do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no município de Anápolis – PRM - Anápolis – GO**, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência, que constitui o Anexo I do **Edital do Pregão Eletrônico 02/2022** e diretrizes dispostas para a contratação de **serviços continuados** da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Parágrafo primeiro - Do posto de serviço

POSTO DE SERVIÇO	CATSER	QUANTITATIVO
Servente de Limpeza	24023	01

a) Da jornada de trabalho

PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	EXPEDIENTE DIÁRIO
Servente de Limpeza	44 horas	Das 7:30h às 16:30h de segunda a sexta-feira (com horário de almoço das 11h às 12h ou 12 às 13h, conforme rodízio) das 8h às 12h, e aos sábados, quando necessário.

b) Do local de execução dos serviços

Cidade	Endereço – Sede da PRM-Anápolis
Anápolis/GO	Rua Engenheiro Portela, nº 634. (esquina com a Rua Senador Sócrates Diniz), Centro – Anápolis/GO. CEP 75023-085.

Parágrafo segundo

A **CONTRATANTE** poderá a qualquer tempo e de acordo com o interesse do serviço, conveniência e oportunidade administrativa, alterar os horários de início e término da jornada diária de trabalho dos postos de serviço, inclusive redefinindo o horário e a duração do intervalo para descanso e alimentação

Parágrafo terceiro



As especificações dos serviços, materiais, equipamentos e uniformes a serem fornecidos estão relacionados no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Parágrafo quarto - Da documentação complementar

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do **Pregão Eletrônico nº 02/2022**, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela **CONTRATADA** em **29 de março de 2022**, e tudo quanto consta do **Procedimento nº 1.18.000.001406/2021-52**, que, independentemente de transcrição, faz parte integrante e complementar deste contrato.

Parágrafo Quinto

Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas a serem estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos e materiais, com observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicáveis. Constituem atribuições das categorias:

a) Do perfil exigido - Auxiliar de limpeza

1. Estar cursando ou ensino fundamental completo (1º grau);
2. Demonstrar competências pessoais tais como:
3. Manter-se disciplinado;
4. Contornar situações adversas;
5. Demonstrar cordialidade, ética profissional, paciência e educação;
6. Demonstrar capacidade de organização;
7. Manter-se atento;
8. Demonstrar discrição;
9. Sugerir melhorias.
10. As características do imóvel e as rotinas de execução dos serviços de limpeza e conservação são as contidas nos Anexos B, do Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato;

b) Das obrigações do funcionário

1. Cumprir outras orientações oriundas da empresa CONTRATADA e da CONTRATANTE;
2. Manter o sigilo de informações que porventura venha a tomar conhecimento em decorrência de suas atribuições;
3. Guardar sigilo sobre a rotina de membros e servidores do Órgão;
4. Ao iniciar suas atividades, verificar se há alguma orientação especial a ser atendida quanto a restrições;
5. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
6. Assumir diariamente o posto de trabalho com aparência adequada, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;
7. Ao chegar ao posto, receber e passar o serviço, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
8. Tratar a todos com urbanidade e respeito;



9. Observar a disciplina e horário de trabalho;
10. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, cumprindo o horário de trabalho que lhe tenha sido determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) ou quando autorizado pelo fiscal do Contrato;
11. Manter-se concentrado nas tarefas diárias;
12. Comunicar, PRIMEIRAMENTE, à empresa CONTRATADA a impossibilidade de chegada ao ambiente de trabalho, a fim de que seja providenciada a troca;
13. Comunicar ao fiscal do contrato em que estiver lotado, após comunicação à empresa, a impossibilidade em comparecer ao ambiente de trabalho;
14. Evitar o uso de aparelhos celulares durante o horário de expediente;
15. Não realizar venda nas dependências do Órgão;
16. Zelar pela preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção quando necessário;
17. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto, no caso de servidor, se este for membro da comissão de fiscalização;
18. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
19. Levar ao conhecimento do supervisor, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
20. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à segurança, com o devido registro;
21. Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
22. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao fiscal do contrato, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
23. No âmbito das instalações da CONTRATANTE, não espalhar boatos ou tecer comentários deselegantes ou desrespeitosos relativos a outras pessoas;
24. Comunicar ao gestor do contrato na empresa e ao fiscal do Contrato no Órgão eventuais saídas do trabalho para ir ao médico ou consulta médica, a fim de que seja providenciada a substituição.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das obrigações da Contratante

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, consoante seção III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência – Anexo I do Edital 2/2022:

Caberá à PR/GO, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Instrumento contratual, as previstas no Termo de Referência e no Edital Pregão Eletrônico 02/2022:



1. Exercer a fiscalização dos serviços contratados por intermédio de servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, procedendo ao atestado das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
2. Essa fiscalização, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, inclui primar pela boa aparência das pessoas e pela manutenção da higiene no ambiente de trabalho, por intermédio do uso do uniforme padrão limpo, sem adaptações;
3. Proporcionar à CONTRATADA meios para que possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas, para execução dos serviços;
4. Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro das condições estabelecidas no Contrato;
5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
6. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo;
7. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços;
8. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato, devendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
9. Examinar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, para comprovar o registro da função profissional;
10. Verificar, em relação aos empregados da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;
11. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário;
12. Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
14. Manifestar-se oficialmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, na aplicação de sanções e em suas alterações e repactuações;
15. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;
16. Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
17. Conferir, vistoriar e aprovar os materiais entregues pela empresa, acompanhados de relatório discriminando quantidade, espécie, peso e volume;



18. Vistoriar o estoque de material periodicamente, conferindo a existência do estoque mínimo acordado;
19. Estabelecer local apropriado para guarda dos materiais e equipamentos, devendo a empresa disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, armários, prateleiras ou outro meio necessário para a guarda dos materiais e equipamentos;
20. Disponibilizar instalações sanitárias e vestiários para colocação de armários e guarda-roupa para uso dos empregados, que deverão ser fornecidos pela empresa sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
21. Disponibilizar local apropriado para que os empregados da empresa possam efetuar suas refeições, devidamente equipado com mesas e cadeiras;
22. Emitir pareceres motivados em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.
23. Zelar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
24. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- 24.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados desta, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 24.2. Promover ou aceitar o desvio de funções dos empregados, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e da função específica para a qual foram contratados;
- 24.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais da Procuradoria da República no Estado de Goiás;
- 24.4. Exercer qualquer relação com a CONTRATADA que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das obrigações da contratada

A **CONTRATADA**, além do fornecimento da mão de obra, material e equipamentos necessários para a perfeita execução do contrato, referente aos serviços contratados, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência – Anexo I do Edital 2/2022, obriga-se a:

1. Indicar um preposto à PRM-ANÁPOLIS no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da celebração do contrato, para representar a **CONTRATADA**, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos contratados, devendo tal preposto manter meios de contato hábeis (telefone, aplicativo de mensagens, e-mail etc.) para rápida comunicação, quando houver necessidade, para tomar as providências



pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas porventura detectadas.

- 1.1. O preposto poderá ser um empregado da empresa, gerente ou proprietário, que manterá contato direto com os fiscais a serem designados, na unidade PRM Anápolis (vinculada à PR/GO), visando resolver problemas que porventura venham surgir no dia a dia.
- 1.2. Visando a efetividade da comunicação, **deverá ser disponibilizado um telefone celular para contato direto, bem como aplicativo de mensagem** a ser convencionado entre as partes, cuja confirmação de recebimento servirá para efeitos de contagem de prazos, sem prejuízo de outras modalidades de comunicação.
2. O preposto será responsável por:
 - 2.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados na dependência da unidade **CONTRATANTE**, garantindo o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;
 - 2.2. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade dos empregados, inclusive repondo os faltantes;
 - 2.3. Estar sempre em contato com o Fiscal do Contrato, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;
 - 2.4. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
 - 2.5. Cuidar da disciplina.
3. Implementar adequadamente o planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma execução correta e eficaz do contrato, executando-o de forma a manter sempre em perfeita ordem as dependências da **CONTRATANTE**;
4. Interagir com os fiscais de contrato, a fim de fornecer e manter estoque de material de consumo e equipamentos, conforme disposto neste Termo, em perfeito estado de conservação, em local a ser indicado pela Administração, em quantitativo suficiente para a continuidade dos serviços, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**;
5. O referido material e os equipamentos utilizados no serviço deverão ser recebidos e controlados por funcionário designado para tal fim, sem qualquer vínculo com a **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA** toda a responsabilidade pelo transporte e distribuição diária, bem como por eventual perda ou dano, devendo, nestes casos, substituí-los, sempre que se mostrarem impróprios para a execução do serviço contratado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação pela **CONTRATANTE**;
6. Os quantitativos contidos no referido termo são meramente estimativos, não representando um compromisso de aquisição pela **CONTRATANTE**.
 - 6.1. O faturamento deverá incluir os itens entregues no mês de referência, devidamente atestados pelo fiscal do contrato, para fins de pagamento.



7. Apresentar previamente à **CONTRATANTE** a relação dos empregados indicados para a execução dos serviços;
8. Orientar seus funcionários para que se comportem sempre de forma cordial com os demais e se apresentem sempre dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
9. Manter os empregados uniformizados e devidamente identificados através do uso de crachás e de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes em quantidades suficientes para se apresentarem dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis;
10. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelos fiscais do contrato, de modo a atender prontamente todas as reclamações pertinentes à execução do contrato;
11. Coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidar da disciplina e controlar a assiduidade e pontualidade dos empregados, bem como a sua apresentação pessoal, mantendo-se sempre em contato com o gestor do contrato, indicado pela PRM-ANÁPOLIS, o qual terá acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário;
12. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos, bem como a correta destinação dos resíduos passíveis de reciclagem (lixo);
13. Manter efetivo de pessoal previsto para execução dos serviços, sem interrupção e independentemente de quaisquer motivos, tais como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Ministério Público Federal, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais. No caso de falta ao trabalho, a empresa deverá apresentar empregado substituto no prazo de 2 (duas) hora após a comunicação do gestor do contrato, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;
14. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios;
15. Responsabilizar-se pelo transporte de ida e volta de seu pessoal até as dependências da **CONTRATANTE**, por meios próprios, nos casos de paralisação dos transportes coletivos;
16. Promover cursos de formação, capacitação, treinamento, atualização, relações interpessoais e segurança no trabalho aos seus empregados, de acordo com a necessidade de cada categoria profissional e a critério da Administração, preferencialmente fora do expediente normal de trabalho;
17. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação, apresentando à administração, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes;



18. O atraso no pagamento de fatura por parte da **CONTRATANTE**, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

19. Pagar, quando devido, adicional de insalubridade a seus empregados;

20. Fornecer, a cada empregado, o devido quantitativo de vale-refeição e/ou alimentação suficiente para cada mês, atualizados de acordo com o percentual do **Dissídio Coletivo** da categoria, bem como vale-transporte, também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque no percurso residência/trabalho e vice-versa, durante todo o mês;

21. Fornecer à **CONTRATANTE**, acompanhado da fatura mensal, comprovantes das guias de recolhimento do INSS, FGTS e Relação de Empregados, acompanhadas dos originais para conferência, ou devidamente autenticadas, bem como comprovação de que a empresa cumpre as exigências legais previstas no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, que dispõe:

“A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados2%;

II – de 201 a 5003%;

III – de 501 a 1.0004%;

IV – de 1.001 em diante5%”, sob pena de não ser atestada a fatura;

22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente solicitação, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

23. Será vedada à empresa, sob pena de rescisão contratual, caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

24. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do **CONTRATANTE**, por culpa ou dolo de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato;

25. Efetuar o controle do material de consumo em estoque, que poderá ser, a qualquer momento, vistoriado pela Administração, visando conferir a qualidade dos produtos, bem assim a existência do quantitativo mínimo acordado;

26. Fornecer outros materiais necessários e/ou repor o estoque, caso este seja reduzido em razão da variação do consumo;

27. Assumir toda a responsabilidade e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, em caso de acidentes ou mal súbito, inclusive para atendimento em casos de emergência;

28. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua



contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira e operacional;

29. Fornecer à Administração, previamente à contratação, a planilha de custo e formação de preços a que se referem o Anexo deste Termo. A referida planilha deverá refletir o preço mensal dos serviços de limpeza e conservação de forma que corresponda ao valor global mensal ofertado na sessão de pregão pela Contratada;

30. Encaminhar, anualmente, **informações atualizadas sobre o Risco de Acidente de Trabalho - RAT, e Fator Acidentário de Prevenção - FAP**, para fins de apuração dos custos de execução do contrato.

31. Fornecer os uniformes completos na forma proposta abaixo:

32. O conjunto de uniformes deverá ser composto das peças descritas no Subitem 3.1.2, TABELA 3, do Termo de Referência – Anexo I do Edital 2/2022, que é parte integrante deste Contrato, devendo a empresa submeter amostra para aprovação do modelo e cor, estando resguardado à **CONTRATANTE** o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados;

33. A empresa deverá fornecer, ainda, uniformes apropriados às empregadas gestantes, caso haja, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

34. O custo com os uniformes não poderá ser descontado do empregado da empresa;

35. Fornecer os dados funcionais dos terceirizados admitidos, para cadastramento nos sistemas informatizados da contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da solicitação;

36. Havendo paralisação total ou parcial do transporte coletivo no município de Anápolis-GO que impossibilite de alguma forma o deslocamento dos profissionais ao trabalho e respectivo retorno às suas residências, a **CONTRATADA** obriga-se, por meios próprios, a efetuar o transporte destes, de forma a cumprir fielmente os horários estabelecidos para a realização dos trabalhos.

37. Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelas despesas de instalações, testes, seguros, laudos, encargos sociais e legais, honorários, multas, obrigações trabalhistas, fiscal, previdenciária, comercial e civil, pagamentos, vestimenta, treinamento, segurança e assistência médico-hospitalar dos trabalhadores envolvidos nas atividades contratadas, bem como, por todos os dispêndios, judiciais ou extrajudiciais, salários, seguros de acidentes, tributos, impostos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo incidentes sobre a prestação dos serviços;

38. Manter seu cadastramento e documentação fiscal junto ao SICAF bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) devidamente atualizados, para efeito de pagamento. A Procuradoria da República no Estado de Goiás – PR-GO, por ocasião da licitação, fará consulta ao Portal da Transparência para verificação de possíveis registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU e consulta ao Portal do CNJ para averiguação de existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações



Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, estas últimas em atendimento ao ACÓRDÃO N° 1793/2011 – TCU – Plenário;

39. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, bem como, em caso excepcional, aceitar supressões decorrentes de eventual fechamento da unidade, conforme tópico específico;

40. Permitir, com a assinatura deste contrato, à Administração, a critério discricionário desta, a fazer o desconto nas faturas a crédito da Contratada e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos; (letra “d” do item 1.2. do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017);

41. Atentar-se e cumprir as determinações contidas na Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

42. fornecer endereço eletrônico (e-mail) da **CONTRATADA** para recebimento das comunicações da **CONTRATANTE**, as quais servirão como prova para todos os efeitos legais;

43. fornecer ao Fiscal do Contrato, nomes, telefones e endereços físicos e eletrônicos, dos representantes/prepostos da **CONTRATADA**, mantendo-os atualizados.

CLÁUSULA QUARTA – Das responsabilidades da contratada

Constituem responsabilidades da CONTRATADA todas as despesas relacionadas aos seus empregados, decorrentes da execução do serviço, tais como:

1. salários;
2. adicionais devidos por imposição legal ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho;
3. encargos previdenciários;
4. seguros de acidente;
5. taxas, impostos e contribuições;
6. indenizações;
7. vales refeição;
8. vales transporte;
9. outras porventura existentes ou que venham a ser criadas e exigidas por lei ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho;
10. todos os encargos e obrigações trabalhistas, uma vez que seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;



11. todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da **CONTRATANTE**;

12. todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

13. responder civilmente pelos prejuízos causados ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, inclusive pelos furtos e roubos que, porventura, venham a ocorrer nas dependências da **CONTRATANTE**;

14. na hipótese de verificação dos danos previstos no subitem anterior, a **CONTRATADA** ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de **30 (trinta) dias**, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês.

Parágrafo primeiro – Dos uniformes

A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento de uniformes aos seus empregados, atendendo-se ao seguinte:

Item	Descrição	Qtde semestral
1	Calça, em tecido tipo 100% algodão liso ou mistura algodão/poliéster, com elástico e cadarço, com um bolso atrás, cor a definir	3
2	Blusa em tecido tipo 100% algodão liso ou mistura algodão/poliéster, manga curta, com um bolso frontal, cor a definir, com a logomarca da CONTRATADA	3
3	Blusa (tipo “Moletom”) em tecido tipo 100% algodão liso ou mistura algodão/poliéster, com costuras reforçadas, cor a definir, manga longa, com gola e punhos em retilínea.	1
4	Tênis de couro sintético (par)	1
5	Meias em algodão tamanho único, cor a definir (par)	5

Observação:

- No início da execução dos serviços, a Contratada fornecerá o conjunto de uniforme e seus complementos para seus funcionários, conforme descrição constante na tabela acima, de acordo com o



disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria, mediante recibo (relação nominal), com cópia para a PRM-ANÁPOLIS.

- O uniforme completo deverá ser apresentado à fiscalização da PRM-ANÁPOLIS para aprovação prévia, antes do início da prestação dos serviços, resguardado o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados.

- O primeiro fornecimento dos conjuntos de uniforme deverá ocorrer antes do início da prestação dos serviços, sendo que, impreterivelmente **no 1º (primeiro) dia do início dos trabalhos, todos os seus funcionários deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados.**

- A Contratada deverá substituir, a partir do início da execução dos serviços, os conjuntos de uniformes e seus complementos, independentemente de notificação, a cada 6 (seis) meses ou a qualquer tempo, sempre que não atenderem as condições mínimas de apresentação e, se for o caso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados de sua notificação.

Parágrafo segundo

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal, sempre assinada e datada por profissional), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização e controle da Coordenadoria de Administração. O conjunto de uniformes deverá ser composto pelas peças, conforme especificações descritas no quadro anterior, devendo a empresa submeter amostra do modelo e cor a ser fornecido aos empregados para aprovação pela **CONTRATANTE**, estando resguardado à Instituição o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, conforme especificado acima.

CLÁUSULA QUINTA – Do preço e do pagamento

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços ora contratados, o valor **global anual** de **R\$ 62.838,47** (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos) durante a vigência deste contrato.

Parágrafo primeiro – Do preço mensal

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor **global mensal** de **R\$ 5.236,54** (cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), no mês subsequente ao da realização dos serviços, até o 5º (quinto) dia útil, após o atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo Gestor Contratual, acompanhada das guias de recolhimento de FGTS e INSS e comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos dos pagamentos de férias, e no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias.

Parágrafo segundo – Das condições de pagamento

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, a importância mensal CONTRATADA, nas seguintes condições:



1. o pagamento será efetuado até o **5º (quinto) dia útil** após o atesto da Nota Fiscal/Fatura, por meio de depósito em conta-corrente via Ordem Bancária;

1.1. a Nota Fiscal/Fatura e os documentos anexos deverão ser preferencialmente encaminhados digitalizados **ao fiscal do contrato** para atesto.

2. a liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados;

2.1. o fiscal do contrato terá até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços para atestar a sua efetiva prestação, desde que tenha recebido a Nota Fiscal/Fatura em tempo hábil.

3. a respectiva Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado de Goiás, CNPJ nº 26.989.715/0014-27;

4. qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação em favor da CONTRATANTE;

5. nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

6. a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

6.1. do pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, referente ao mês anterior ao que se refere a Nota Fiscal apresentada, incluindo férias, 13º salário, bem como vales-transportes e vales-refeições (quando previstos na convenção coletiva);

6.2. do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes à remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, e pagas no mês anterior ao que se refere a Nota Fiscal apresentada;

6.3. da regularidade fiscal, através da apresentação de: a) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e c) Certidão de Regularidade do FGTS;

6.4. da apresentação dos documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes



no arquivo SEFIP-RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET, Relação Tomador/Obra(RET) – Resumo, Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

6.5. do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

6.6. do comprovante de pagamento do seguro de vida referente ao mês anterior, acompanhado da relação dos empregados segurados.

7. no caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga;

8. o atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados pontualmente.

9. a data de emissão da ordem bancária em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – Da garantia contratual

Para assegurar o cumprimento das obrigações, a CONTRATADA deverá apresentar prestação de garantia, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da vigência deste contrato, no valor de R\$ **3.141,92** (três mil, cento e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global anual previsto no *caput* da Cláusula Quinta deste instrumento.

Parágrafo primeiro

A garantia prestada deverá vigorar durante todo o prazo do presente Contrato, devendo seu valor ser atualizado nas mesmas condições e datas daquele.

Parágrafo segundo



A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou de preposto seu ou ainda para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

Parágrafo terceiro

A autorização contida no item anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, observada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto

A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 02 (dois) dias úteis após recebimento de notificação, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, devendo o montante ser mantido em sua totalidade durante toda a vigência contratual.

Parágrafo quinto

A garantia prestada deverá vigorar por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser integralizada, **no prazo de 05 (cinco)** dias úteis após recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do contrato ou **repactuação de preços**, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global anual do contrato.

Parágrafo sexto

A garantia prestada pela CONTRATADA será restituída, automaticamente ou por solicitação, somente após comprovação de integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo sétimo

A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

1. ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
2. ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;
3. ter validade durante todo o prazo de vigência do contrato, observado o Parágrafo Quinto anterior;
4. conter renúncia expressa ao benefício de ordem;
5. estabelecer prazo máximo de 48 horas para cumprimento;
6. ser irrevogável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, previamente aprovado pela **CONTRATANTE**.



CLÁUSULA SÉTIMA – Da repactuação do contrato

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no parágrafo que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à **CONTRATADA** justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da **CONTRATANTE**, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Parágrafo primeiro

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

Parágrafo segundo

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

1. para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
2. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;
3. nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

Parágrafo terceiro

O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Parágrafo quarto

Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:



- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- c) caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **CONTRATANTE** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

Parágrafo quinto

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo sexto

A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

Parágrafo sétimo

Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Parágrafo oitavo

Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a **CONTRATADA** demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
2. as particularidades do contrato em vigência;
3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de



Preços da CONTRATADA.

Parágrafo nono

A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
- c) a repactuação de insumos fixos, uniformes e materiais de consumo deverá observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses e estará limitada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, divulgada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tabela nacional geral.

Parágrafo décimo primeiro

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos conforme o estabelecido nesta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA – Do prazo de vigência

O presente contrato **terá vigência** de 12 (doze) meses, **contados da data do início das atividades na PRM Anápolis, com data prevista para 13/04/2022**, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a duração total de 60 (sessenta) meses.

NOTA: Tramita, no âmbito da PR/GO, o PGEA 1.18.000.000765/2021-92, que visa analisar alternativas quanto à fusão, desinstalação ou incorporação das PRM's no âmbito da Procuradoria da República em Goiás, conforme deliberação na 2ª Reunião Plenária Virtual do Colégio de Procuradores, realizada em 05/04/2021. Tendo em vista que essa informação é relevante, a CONTRATADA dá-se por ciente da possibilidade de rescisão contratual antecipada, em caso de modificação da estrutura administrativa da PR/GO.

Parágrafo único – Da prorrogação



Este Contrato poderá ser prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços foram prestados regularmente;
- b) A **CONTRATADA** não tenha sofrido punições de natureza pecuniária que ultrapasse os limites previstos na tabela abaixo (as infrações e suas respectivas graduações estão definidas na Cláusula Décima – Das Penalidades e Recursos Administrativos);
 - bi) A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
 - bii) O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
 - biii) A **CONTRATADA** concorde com a prorrogação.

CLÁUSULA NONA – Da dotação orçamentaria

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão, no presente exercício, à conta dos recursos consignados no Orçamento do Ministério Público Federal para o ano de 2022 (Célula Orçamentária – Esfera 1, PTRES 172236, Fonte de Recurso 0100000000, Natureza da Despesa 339037, UGR 200097, Plano Interno MBASIC).

Parágrafo único

Para cobertura da despesa advinda desta contratação, foi emitida a nota de empenho nº 2022NE0078, em 30/03/2022, no valor de R\$ 5.236,54 (cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA – Das penalidades e recursos administrativos

Caso a CONTRATADA não cumpra as obrigações estabelecidas no Edital e em seus Anexos, ocasionará descumprimento às condições contratadas, ficando sujeita a multas, rescisão contratual e demais sanções previstas nesses documentos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019 e demais legislações pertinentes, na forma da Instrução Normativa SG/MPF nº 2, de 3 de março de 2020.

1. A inexecução, total ou parcial, do Contrato poderá, garantida a prévia e ampla defesa, ensejar, segundo a extensão da falta cometida, a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019 e nas demais legislações pertinentes, na forma da Instrução Normativa SG/MPF nº 2, de 3 de março de 2020, com aplicação das seguintes sanções:



1.1. Advertência;

1.2. Multa moratória pode ser aplicada em virtude do atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas e corresponderá ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 10% (dez por cento).

1.3. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado pelo inadimplemento a quaisquer outras obrigações pactuadas e que venham a causar prejuízos à CONTRATANTE, independentemente do ressarcimento dos danos à Administração;

1.4. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas;

1.5. Multa de até 20% (dez por cento) sobre o valor total contratado pelo inadimplemento total da contratação, pela cessação da prestação dos serviços, bem como no caso de quaisquer danos aos bens da Procuradoria causados por negligência ou imperícia dos profissionais, sem a reposição ou conserto do bem pertinente ou pelo fornecimento/reposição de peças incompatíveis ou recondiçionadas;

1.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Unidade Sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/1993;

1.7. Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, bem como o descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

1.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração



pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

2. A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a instrução ou instauração do processo sancionador nos casos em que o valor a ser potencialmente aplicado como penalidade de multa seja irrisório e a conduta não tiver alto grau de reprovabilidade.

2.1. Será considerado irrisório o valor igual ou inferior a 0,1% (zero vírgula um por cento) do constante do art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666, de 1993, segundo parâmetros atualizados na forma do art. 120 do mesmo diploma legal.

3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Procurador-Geral da República. As sanções de advertência e multa são de competência exclusiva do Secretário Estadual do MPF/GO e a sanção de suspensão temporária é de competência do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

Parágrafo primeiro – Do desconto do valor da multa

Se o valor da multa ou indenização devida não for depositado no Banco do Brasil S.A. no prazo de 5 (cinco) dias úteis por meio da GRU – Guia de Recolhimento da União, emitida ou orientada a sua emissão pela CONTRATANTE, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo segundo – Da defesa prévia

Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação do ato.

Parágrafo terceiro – Dos recursos

Das penalidades referidas no item 1 desta Cláusula, exceto para aquela definida no subitem 1.8., caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato (publicação no D.O.U.) ou lavratura da ata.

Parágrafo quarto – Do pedido de reconsideração

No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 1.8., caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, sendo dirigido ao Sr. Procurador-Geral da República.

Parágrafo quinto – Do endereçamento dos recursos

Os recursos serão dirigidos ao Sr. Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Goiás, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



observado o § 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, ou encaminhará para deliberação do Sr. Procurador-Chefe, quando couber a decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

A CONTRATADA se declara ciente, aceitando e reconhecendo o direito da Contratante de rescindir o presente instrumento, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, no caso de sua inexecução total ou parcial, conforme previsto no artigo 77 da Lei nº 8.666/93, atualizada. O contrato poderá, ainda, ser rescindido na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, observados os preceitos dos artigos 79 e 80, todos do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do vínculo empregatício

O(s) empregado(s) e prepostos da CONTRATADA não terão quaisquer vínculos empregatícios com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios e regras do Direito Civil e do Direito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do foro

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Capital do Estado de Goiás, para dirimir as questões derivadas deste contrato. E, por estarem de acordo, lavraram o presente contrato, assinado de forma eletrônica pelas partes e testemunhas abaixo.

Pela CONTRATANTE:

(assinatura digital)
GINA LOBRÍGIDA MENDES
Secretária Estadual da
PR-GO/MPF

Pela CONTRATADA:

(assinatura digital)
FABIANO FIRMINO

Testemunhas:

(assinatura digital)
JAIME COSTA FERREIRA
CPF nº 169.642.921-87

(assinatura digital)
SHEILA MACHADO WAGNER BATISTA
CPF nº 486.529.031-15

(assinatura digital)
**Aprovado pela Chefia
da PR-GO/MPF**

jacf/JCF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-GO-00012835/2022 TERMO DE CONTRATO nº 4-2022**

Signatário(a): **LEA BATISTA DE OLIVEIRA MOREIRA LIMA**

Data e Hora: **04/04/2022 16:27:16**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SHEILA MACHADO WAGNER BATISTA**

Data e Hora: **04/04/2022 14:37:01**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **GINA LOBRIGIDA MENDES**

Data e Hora: **04/04/2022 14:33:28**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JAIME COSTA FERREIRA**

Data e Hora: **04/04/2022 14:05:15**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FABIANO FIRMINO**

Data e Hora: **05/04/2022 14:49:05**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave fd110901.dfe5a5a5.25b67af4.4316cefa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-GO-00012835/2022 - TERMO DE CONTRATO nº 4-2022

PR-GO-00012835/2022

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Contrato 02-2022 - SAMMA Limpeza PRM APS.odt](#)

Anexo V - Contrato 17-2022 - TCE-GO.pdf

CONTRATO Nº 017/2022

Contrato de prestação de serviços continuados de limpeza, higienização e conservação da sede administrativa deste Tribunal, conforme especificações e quantidades do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2022, que entre si celebram o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e a empresa JC&L Empreendimentos em Serviços de Limpeza Ltda.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 02.600.963/0001-51, com sede na Rua 68, nº 727, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-100, neste ato representado pelo Conselheiro Presidente, **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**.

CONTRATADA: JC&L EMPREENDIMENTOS EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 38.111.123/0001-72, localizada na Rua Gastão Pereira Gonçalves, nº 111, AP 01A, setor Santa Lucia, Paracatu - MG, CEP: 38.600-354, neste ato representada por LANNA SOARES GOMES ARAÚJO, portadora da Cédula de Identidade nº 18.892.183 PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 117.275.076-90.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº 002/2022, no ato homologatório exarado no Despacho nº 02679/22, de 30 de junho de 2022, da Presidência do TCMGO, nos autos do Processo nº 06607/22, que ficam fazendo parte integrante deste instrumento realizada nos termos da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93 e da Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos

supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste CONTRATO a contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, e o fornecimento de insumos e ferramentas, descritos no **LOTE II**, sob o regime de execução por demanda, conforme especificações estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2022 e seus anexos.

1.2. Fazem parte integrante deste CONTRATO, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

a) Edital Pregão Eletrônico n. 002/2022 e seus anexos.

b) Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ser prestados na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, situado na Rua 68, nº 727, Goiânia-GO, CEP: 74055- 100, ou em outras localidades que o TCMGO venha solicitar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

3.1.1. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;

3.1.2. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações do TCMGO, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para execução dos serviços;

3.1.3. Conferir todas as anotações na (s) Carteira (s) de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do (s) empregado (s), e verificar se ela (5) coincide (m) com o informado pela empresa e pelo (s) empregado (s). Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante

esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

3.1.4. Verificar se o número de terceirizado (s) coincide com o previsto no contrato administrativo e se os salários correspondem ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), o qual foi pactuado quando da contratação;

3.1.5. Estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação e produtividade mínima dos serviços, bem como promover alterações nas execuções das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir as determinações do CONTRATANTE;

3.1.6. Analisar e aprovar o planejamento dos serviços elaborados pela CONTRATADA;

3.2. O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

4.1.1. Executar o serviço conforme estabelecido neste contrato, de acordo com as necessidades do Tribunal;

4.1.2. Apresentar, por escrito, os dados relativos ao Preposto pelos serviços, que deverão incluir nome, qualificação, telefone e e-mail, além da relação dos funcionários responsáveis pela execução dos serviços;

4.1.3. Assumir a responsabilidade por toda e qualquer despesa com pagamento de seu pessoal, inclusive com traslados, alimentação, acomodação, etc. e também por todos os danos e perdas causados a terceiros, diretamente resultantes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos;

4.1.4. Disponibilizar a fiscalização todas as informações referentes ao controle da frequência e da jornada de trabalho, bem como do banco de horas dos

empregados que estiverem atuando no posto de trabalho, com o devido registro dos dias e horários trabalhados (folha de frequência);

4.1.5. O trabalho extrajornada deverá ser solicitado pela respectiva Fiscalização, mediante a necessidade da Administração e qualquer compensação do banco de horas deverá ser autorizada previamente pela Fiscalização, conforme a necessidade deste Tribunal;

4.1.6. Assumir a responsabilidade por toda e qualquer despesa necessária para o devido cumprimento de todas as Normas Técnicas Brasileiras e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego vigentes e aplicáveis;

4.1.7. Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio do TCMGO ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, durante a prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato (como por exemplo, a avaria de equipamentos resultante do contato com água jogada indevidamente durante a rotina de limpeza nas dependências das unidades do TCMGO);

4.1.8. Auxiliar a implantação de boas práticas ambientais por meio do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos;

4.1.9. Conceder férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuídos aos profissionais dispostos nos postos de trabalho, mantendo sempre o quantitativo determinado na planilha orçamentária do contrato;

4.1.10. Manter seus empregados em serviço devidamente uniformizados e equipados, correndo as despesas por sua conta;

4.1.11. Respeitar as normas estabelecidas no planejamento e horário de trabalho da instituição, de forma que as atividades da mesma não sejam prejudicadas pelos serviços de limpeza e conservação. A limpeza pesada (lavação, enceração, raspção, etc.) deverá ser executada nos horários de menor fluxo de pessoas.

4.1.12. Designar encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços;

4.1.13. Durante a execução de serviços que utilizem máquinas, equipamentos ou ferramentas, deverão ser observados todas as recomendações de segurança

previstas em normas específicas bem como as orientações complementares dos profissionais de segurança e saúde do trabalho do TCMGO;

4.1.14. Observar e respeitar as normas e horários de funcionamento de cada setor do TCMGO;

4.1.15. Executar os serviços contratados em conformidade com todas as normas técnicas e de segurança do trabalho brasileiras vigentes, bem como as recomendações técnicas das fabricantes dos materiais e ferramentas que serão fornecidas pelo TCMGO;

4.1.16. Garantir a adequada apresentação do empregado, além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental, asseio, buscando manter-se sempre limpos e com bom padrão de higiene pessoal;

4.1.17. Garantir a economia de produtos químicos, insumos de limpeza, água potável e energia elétrica;

4.1.18. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do TCMGO;

4.1.19. Instruir seus funcionários quanto à proibição da utilização dos bens e serviços do TCMGO para fins particulares, como a utilização dos telefones e veículos para tratar de assuntos alheios às atividades da instituição;

4.1.20. Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá com nome e foto recentes, devendo substituir imediatamente aquele tido por inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE.

4.1.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.22. Orientar seus empregados por meio de ordens de serviços sobre os procedimentos de segurança do trabalho a serem adotados no TCMGO;

4.1.23. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TCMGO, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

4.1.24. Registrar e controlar diariamente, a assiduidade e a pontualidade do seu quadro de funcionários;

- 4.1.25.** Responsabilizar-se perante a Administração pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da CONTRATANTE, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber;
- 4.1.26.** Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação formal, qualquer funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e as normas disciplinares do órgão ou ao interesse do serviço público;
- 4.1.27.** Treinar os funcionários da CONTRATADA para manusear corretamente produtos químicos e seus resíduos;
- 4.1.28.** Treinar os funcionários da CONTRATADA que manusearão utensílios e equipamentos limpeza ou manutenção predial, garantindo a produtividade prevista;
- 4.2.** A CONTRATADA deverá prestar os serviços de limpeza em todas as áreas internas ou externas dos prédios, nos horários estabelecidos;
- 4.3.** A CONTRATADA deverá zelar pela ordem e boas condições das áreas sob limpeza;
- 4.4.** A CONTRATADA deverá assegurar o funcionário em caso de acidente de trabalho.
- 4.5.** A CONTRATADA deverá arcar com o pagamento de taxas, impostos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, necessários à prestação dos serviços;
- 4.6.** A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões no valor atualizado do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), consoante estabelece ao art. 65 da Lei de Licitações;
- 4.7.** A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 4.8.** A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta da classificação orçamentária 2022 0301 01 032 1006 2.008, Grupo 03 - Outras Despesas Correntes, Fonte 1500 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso (Tesouro Estadual), na Natureza de Despesa 3.3.90.37.02 – Segurança, guarda e vigilância, no valor mensal estimado em R\$ 6.119,67 (seis mil, cento e dezenove reais, sessenta e sete centavos), perfazendo para este exercício o montante estimado em R\$ 36.717,96 (trinta e seis mil, setecentos e dezessete reais, noventa e seis centavos), se contados a partir de 01/07/2022.

5.2. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 73.436,00 (setenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais).

5.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da Ordem de Serviço, sendo que as despesas relativas ao exercício de 2022 correrá à conta do respectivo orçamento.

5.4. Para fazer face à despesa, será emitida Nota de Empenho nº 00194 pela CONTRATANTE, em 30/06/2022.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A contratada apresentará Nota Fiscal/Fatura, em 02 (duas) vias, discriminando, detalhadamente, todos os bens, assim como os impostos incidentes sobre os mesmos e respectivos valores.

6.2. Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pelo Gestor do Contrato.

6.3. O pagamento será efetuado até o 30 (trigésimo) dia do mês subsequente ao do recebimento dos serviços constantes na Ordem de Fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pelo Gestor do contrato.

6.3.1. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

6.4. A Nota Fiscal/Fatura incompleta ou que apresentar qualquer tipo de rasura ou incorreção será devolvida para substituição.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

6.6. A contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante o fornecimento dos bens objetos desta aquisição. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou de sanções com penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de julho de 2022.

7.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Em caso de não cumprimento da execução do contrato, erro de execução, execução parcial (imperfeita), demora injustificada na execução e inadimplemento contratual, a CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

8.2. Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado.

8.3. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

8.4. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TCMGO ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

8.5. Sempre que não houver prejuízo para o TCMGO, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

8.6. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas assegurada a defesa prévia.

9.2. Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- b) Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
- c) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- d) Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) No interesse da CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos serviços prestados até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do art.7 9 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A gestão do contrato competirá ao Diretor da Divisão de Serviços Gerais que será designado mediante portaria para exercer a gestão do contrato;

10.2. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor que anotar, em registro próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

10.3. Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter o preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O presente Contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e vincula-se ao Edital e seus Anexos do Pregão Eletrônico nº 002/2022, constante do Processo nº 06607/22, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

13.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

13.2. Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela CONTRATADA, e isso motivar a interrupção dos serviços, esta incorrerá nas penalidades previstas neste edital, e não será paga a nenhuma atualização de valor, inclusive a referida neste edital.

13.3. Na hipótese de eventual reajuste de preços por simples apostilamento ou repactuação deste contrato por meio de Termo Aditivo, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.

13.4. Os custos unitários dos salários e benefícios da mão de obra serão repactuados com base no reajuste percentual geral estabelecido na Convenção Coletiva do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de mão de obra do Estado de Goiás, de acordo com a vigência e data-base da categoria prevista na mesma e independente da periodicidade de reajuste dos demais custos unitários, visando garantir o equilíbrio econômico-financeiro para ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. A publicação do presente Contrato no Diário Oficial do Estado, por extrato, será providenciada até o 5 (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas e expensas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução dos serviços objetos deste Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

15.2. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, o licitante vencedor deverá, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, apresentar ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, com validade para todo o período de execução dos serviços solicitados, mediante a opção por uma das modalidades previstas em lei, na forma delineada no Termo de Referência - Anexo 1 do presente Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia - Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

18.2. E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Goiânia, 30 de junho de 2022.

Cons. JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO
Tribunal de Contas dos Municípios

LANNA SOARES GOMES ARAÚJO
JC&L Empreendimentos em serviços de limpeza Ltda

Anexo VI - Contrato 49-2022 - TRE-GO.pdf



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

CONTRATO - SECNT

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, NOS EDIFÍCIOS QUE ABRIGAM A SEDE DO TRE/GO E ANEXOS I, II E III, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS** E A EMPRESA **UNISERVE COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**.

CONTRATO TRE/GO Nº 49/2022

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, situado na Praça Cívica nº 300 - Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.526.875/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral em substituição, **PEDRO HENRIQUE GOMES PEREIRA DE SOUZA AZZI**, portador da Carteira de Identidade nº 3516019 expedida pela SSP-GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 887.214.001-30, e de outro lado, a empresa **UNISERVE COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.742.245/0001-73, estabelecida no Setor Scia Quadra 12 Conj 01 Lote 01 - Guará/DF, CEP: 71.250-410, telefone: (61) 3022-0082, (61) 99690-0045, e-mail Institucional: contratos@uniservedf.com.br, neste ato representada por **LUCAS OFUGI RODRIGUES MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade n.º 2303164, expedida pela SESP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 033.480.471-02 daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019 da Presidência do TRE-GO, o presente contrato de prestação de serviços continuados, por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização, asseio e conservação predial nas dependências internas e externas dos edifícios que compõem a Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e seus Anexos, com fornecimento de todos os produtos e equipamentos adequados à execução dos serviços, de acordo com as descrições, especificações, quantitativos e detalhamentos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços contratados obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Pregão Eletrônico TRE-GO nº 23/2022) e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em 27/05/2022, constante do documento de nº 0281585 no Processo SEI nº 21.0.000009425-8, e dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número **23/2022**, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela prestação dos serviços e fornecimento dos materiais/insumos, objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global estimado de **R\$ 2.245.243,01 (dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e um centavo)**, referente às seguintes localidades:

Localidades	Valor Mensal dos Serviços Habituais	Valor anual dos Serviços Habituais	QTD Estimativa anual de serviços adicionais (horas)	Valor unitário dos serviços Adicionais	Valor anual dos serviços Adicionais
Edifício sede do TRE-GO (prédio histórico)	R\$ 4.849,05	RS 58.188,60	504	R\$ 22,04	R\$ 11.108,73
	VALOR TOTAL ESTIMADO POR LOCALIDADE (Considerando 36 meses de vigência contratual)				R\$ 207.892,00
Anexo I do TRE-GO (Centro)	R\$ 12.182,16	R\$ 146.185,92	504	R\$ 55,37	R\$ 27.908,22
	VALOR TOTAL ESTIMADO POR LOCALIDADE (Considerando 36 meses de vigência contratual)				R\$ 522.282,42
Anexo II do TRE-GO (Setor Aeroporto)	R\$ 14.888,21	R\$ 178.658,52	504	R\$ 67,67	R\$ 34.107,54
	VALOR TOTAL ESTIMADO POR LOCALIDADE (Considerando 36 meses de vigência contratual)				R\$ 638.298,17
Anexo III do TRE-GO (Setor Bueno)	R\$ 20.450,54	R\$ 245.406,48	504	R\$ 92,96	R\$ 46.850,33
	VALOR TOTAL ESTIMADO POR LOCALIDADE (Considerando 36 meses de vigência contratual)				R\$ 876.770,42
VALOR GLOBAL ESTIMADO (considerando 36 meses de vigência contratual)					2.245.243,01

§ 1º Em períodos eleitorais, revisão do eleitorado, fechamento do cadastro e eventos excepcionais poderão ser solicitadas horas adicionais de serviço, limitado a 2016 (duas mil e dezesseis) horas anuais para os serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial.

§ 2º O valor total anual é meramente estimativo, uma vez que neste está incluso o serviço (hora) adicional, que ocorrerá de acordo com a demanda necessária.

§ 3º Incluem-se no preço avençado todas as despesas necessárias à execução deste Contrato, inclusive obrigações tributárias, acidente de trabalho, parafiscais, transporte, seguros e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS INDICADORES DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

O valor fixado neste instrumento para a realização dos serviços objeto deste Contrato se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, para aferição do cumprimento do contrato serão utilizados Indicadores de Medição de Resultado – IMR. A cada mês, os serviços prestados serão computados, medindo-se as áreas que foram efetivamente atendidas pelos serviços fixos de limpeza, higienização, asseio e conservação predial, e assim gerando o Valor da Medição. A qualidade da prestação dos serviços será medida pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR). Caso a Contratada não execute os serviços com a qualidade mínima exigida, terá como consequência a redução do Valor a Faturar no mês de referência, até o limite de 10% de redução, conforme detalhado nos item 15.3 do TR.

I - Serão adotadas as seguintes regras de **MEDIÇÃO DE RESULTADO**:

A - A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “bom”, “razoável”, “insatisfatório” e “péssimo”, equivalente aos valores dos pontos para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário. Serão dez módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

Módulos	Peso da Avaliação	Pontuação Máxima
1 e 2	1	6
3 e 8	2	36
9 e 10	3	18
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		60

B - As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto
54 a 60	0%
48 a 53	2%
41 a 47	3%
31 a 40	5%
18 a 30	10%

C - Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 40 pontos.

D - O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela **CONTRATADA**.

E - A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pelo **CONTRATANTE**, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

F - Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

f1. Desconto de 10% (dez por cento) por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 (doze) meses, se houver prorrogação;

f2. Pontuação abaixo de 18 (dezoito) pontos;

f3. Pontuação inferior a 40 (quarenta) pontos por 06 (seis) meses consecutivos.

G - Os módulos para medição dos resultados estão descritos no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS				
Módulo 1: Equipamentos e Produtos de Limpeza	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todos os aspectos adequados (especificação, limpeza, organização, quantidade e identificação)	3		1	
Um aspecto inadequado (descrever)	2			
Dois aspectos inadequados (descrever)	1			
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 2: Equipe de Limpeza	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todos os aspectos adequados (quantidade, capacitação, comportamento, uniforme, EPI)	3		1	
Um aspecto inadequado (descrever)	2			
Dois aspectos inadequados (descrever)	1			
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 3: Cumprimento da Programação de Atividades	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todas as atividades programadas para o mês foram cumpridas conforme o cronograma	3		2	
Mais de 90% das atividades cumpriram o cronograma	2			
Entre 70% e 90% das atividades cumpriram o cronograma	1			
Menos de 70% das atividades cumpriram o cronograma	0			
Módulo 4: Móveis	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Móveis limpos	3		2	
Móveis com pouca sujeidade nos cantos de sua superfície	2			
Presença de sujeidades nos cantos e pés	1			
Presença de pó e manchas em sua superfície	0			

Módulo 5: Pisos e paredes	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todas as superfícies estão limpas à observação ordinária	3		2	
Superfícies sem poeira acumulada. Sob observação rigorosa pode-se encontrar alguma poeira, mancha, marca de dedos ou mofo em pontos localizados	2			
Pode-se ver com facilidade a presença de manchas, pó ou outras sujidades	1			
Aspecto de sujidade generalizada, com manchas de secreção, restos de alimentos e respingos, papel, detritos, pó ou outros elementos	0			
Módulo 6: Esquadrias	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Vidros limpos à observação visual ordinária	3		2	
Vidros com sujidade discreta se observados criteriosamente	2			
Vidros com sujidade facilmente visível	1			
Vidros com presença de sujidades sólidas e manchas generalizadas	0			
Módulo 7: Áreas Externas	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todos os aspectos adequados (limpeza, quantidade de folhas e detritos)	3		2	
Um aspecto inadequado (descrever)	2			
Dois aspectos inadequados (não foi realizada a limpeza do portão e do gradil externo)	1			
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 8: Limpeza dos Banheiros	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todos os aspectos adequados (piso, sanitários, pias, espelho, paredes, portas, lixeiras, odor)	3		2	
Um aspecto inadequado (descrever)	2			
Dois aspectos inadequados (descrever)	1			
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 9: Material de higiene pessoal dos banheiros e copas	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todos os aspectos adequados (especificação, quantidade, organização, abastecimento)	3		3	
Um aspecto inadequado (descrever)	2			
Dois aspectos inadequados (descrever)	1			
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 10: Obrigações trabalhistas	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Todos os aspectos adequados (pagamento de salários e benefícios nos prazos previstos em lei, antecipação de Vale-Alimentação/Lanche e antecipação de Vale-Transporte, recolhimento de contribuições	3		3	

previdenciárias e depósitos de FGTS nos prazos previstos em lei)				
Um aspecto inadequado (descrever)	2			
Dois aspectos inadequados (descrever)	1			
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos valores contratados será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a execução contratual, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, até o 10º (décimo) dia útil, contado do ateste da fatura/nota fiscal protocolada na sede do TRE-GO, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

I – no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal na sede do TRE-GO, em Goiânia-GO, o **CONTRATANTE** deverá atestá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

II – o prazo para pagamento das faturas ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade dos sistemas informatizados de tramitação processual do **CONTRATANTE**;

III – como condição para a fatura/nota fiscal ser atestada, além da comprovação da conformidade dos serviços executados, a **CONTRATADA** deverá comprovar o correto e tempestivo adimplemento das verbas trabalhistas e obrigações sociais e previdenciárias referentes à mão de obra diretamente envolvida na execução do presente ajuste, devendo a fatura/nota fiscal, obrigatoriamente, ser acompanhada de:

- a) comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada;
- b) certidão negativa de débitos trabalhistas;
- c) folha de pagamento;
- d) comprovante de quitação dos salários (Contracheque e/ou depósito), bem como férias e 13º;
- e) comprovantes de pagamento de vale-transporte (recibo/comprovante de depósito/contracheque) ou declaração de desistência;
- f) folha de ponto de funcionários;
- g) extratos comprobatórios de recolhimento das contribuições previdenciárias;
- h) extratos comprobatórios de depósitos do FGTS;
- i) guia de recolhimento do FGTS quitada;
- j) guia de recolhimento das contribuições previdenciárias quitada.

IV – não sendo satisfeitas as condições listadas no inciso III, a nota fiscal/fatura apresentada não será atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Sétima – Das Penalidades e Recursos Administrativos e demais cominações legais, além de ser levado o caso ao conhecimento dos órgãos de controle como Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, dentre outros, conforme o caso.

§ 1º A **CONTRATADA** deverá apresentar documento para liquidação da despesa que possibilite a retenção dos tributos respectivos, a ser emitido no primeiro dia útil posterior

ao período de prestação dos serviços, sem rasuras, em letra legível, fazendo constar na mesma o número de sua conta bancária, o nome do banco e respectiva agência.

§ 2º Independentemente do dia do início da execução do contrato, no primeiro mês serão pagos os dias restantes até o final do mês em curso, e a partir de então, para efeito de pagamento, a prestação dos serviços será contada sempre do primeiro ao último dia de cada mês, à exceção do último mês de execução contratual, que será contado do primeiro dia até o termo final do prazo de vigência do ajuste.

§ 3º A fatura/nota fiscal apresentada deverá estar acompanhada das certidões comprobatórias da regularidade da **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional e da documentação exigida pela Instrução Normativa MDOG n. 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 4º A mora nos pagamentos a cargo do **CONTRATANTE**, causada pela inviabilização do ateste, nos termos previstos no item "IV" da presente cláusula, não gera para a **CONTRATADA** o direito à correção monetária descrita no § 15 desta cláusula.

§ 5º O **CONTRATANTE**, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a regularidade trabalhista e fiscal da **CONTRATADA**.

§ 6º Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** providenciará sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa.

§ 7º O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

§ 8º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) pela Administração, para que acionem os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§ 9º Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

§ 10. Havendo a efetiva prestação de serviços, desde que, e a partir de quando, a fatura/nota fiscal apresentada preencha os requisitos para ser atestada, nos termos do inciso III desta Cláusula, os pagamentos serão realizados, até que se decida acerca da rescisão ou manutenção contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho.

§ 11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência perante ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho.

§ 12. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, e nos casos de insuficiência da garantia à execução do contrato prestada, quaisquer valores correspondentes a multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta.

§ 13. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a fatura/nota fiscal, que deverá ser o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico TRE-GO 23/2022, facultando-se o pagamento à filial desde que seja apresentada a documentação desta no citado prélio licitatório e previamente comprovada a regularidade fiscal e trabalhista.

§ 14. Será devido o ISS, sobre o valor pactuado, na porcentagem pertinente, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 116/03.

§ 15. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até a do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0.00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0052 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado de Goiás, Natureza de Despesa 339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, subitem 78 – plano interno IEF LIMPEZ; UGR 70133; PTRES 167818, FONTE 100, compromissada pela Nota de Empenho nº 2022NE000342, emitida em 01/07/2022.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

I - O presente contrato terá vigência de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir de 18/07/2022, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93;

II - para a demonstração da vantajosidade econômica para fins de prorrogação deste contrato, será dispensada a realização de pesquisa de mercado, nos termos da alínea “b” do item VII do Anexo IX da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designados(as), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cumprindo observar:

a) o representante do **CONTRATANTE** anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

II - permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** em suas dependências, de acordo com as normas de segurança vigentes, para a execução dos serviços contratados;

III - observar, durante a vigência do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame que deu origem a este Contrato;

IV - rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito;

V - analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, caso os serviços sejam realizados mediante dedicação exclusiva de mão de obra;

VI - rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros, sem expressa e prévia anuência do **CONTRATANTE**, sendo admitida a **subcontratação** dos serviços nos termos do **item 19** do Termo de Referência;

VII - notificar a **CONTRATADA** a apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, os documentos de abertura de conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa, bem como assinatura de termo específico do banco público oficial que permita a este Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, conforme o disposto no art. 6º da Resolução CNJ nº 169/2013 e da Portaria nº 70/2019- PRES.

§ 1º Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do contrato, o representante do **CONTRATANTE** poderá, ainda, recusar o fornecimento dos insumos e suspender qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e, ainda, notificar a **CONTRATADA** a restabelecer e manter a regularidade contratual, sob as penas da lei.

§ 2º Persistindo a irregularidade contratual, após as providências acima, o representante do TRE-GO informará a situação à Administração do **CONTRATANTE** para que tome as medidas necessárias para implementar o descrito na Cláusula Décima Sétima - Das Penalidades e Recursos Administrativos, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis à espécie.

§ 3º Configura-se a REGULARIDADE CONTRATUAL quando as partes signatárias do presente ajuste cumprem fielmente todos os seus termos. Já a IRREGULARIDADE CONTRATUAL, ao revés, resta configurada pelo descumprimento de qualquer dos direitos, deveres e obrigações expressos e/ou implícitos no presente instrumento contratual, seus anexos, e ainda, no edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº. 23/2022.

§ 4º É assegurada ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

I - executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, além das condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO 23/2022;

II - iniciar a execução dos serviços contratados na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

III - utilizar na execução dos serviços, em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, os profissionais Servente de Limpeza e Auxiliar de Limpeza;

IV – fornecer dois conjuntos novos, completos, de uniformes e EPI's por ocasião do início da prestação dos serviços (devendo todos os profissionais dispor do conjunto completo no início do contrato) e dois conjuntos novos **a cada 6 (seis) meses de vigência contratual, ou quando se fizer necessário a substituição por defeito ou desgaste excessivo**;

V - apresentar preposto, devidamente credenciado por procuração, aceito pelo TRE-GO, para representá-la na execução do Contrato, que deverá ser qualificado para exercer atribuições de supervisão, orientação, movimentação de seus empregados e manter entendimentos com o fiscal técnico, sobre a execução dos serviços;

VI - apresentar, antes de iniciar os serviços, a lista de todos os empregados terceirizados que prestarão serviços no órgão, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, salário, gratificações, benefícios a serem recebidos, horário de trabalho, férias, licenças, faltas e ocorrências;

VII – fornecer, aos empregados, uniformes completos, crachás de identificação e todos os equipamentos de proteção individual - EPI's legalmente exigidos e/ou conforme a natureza das tarefas a serem executadas, bem como todo o material necessário à plena execução dos serviços, exigindo-lhes o seu uso, e quando for o caso, afastar aqueles que se negarem a usá-los;

VIII - comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

IX - contratar somente profissionais que atendem a habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 23/2022;

X - comunicar imediatamente o desligamento de empregado(s) utilizado(s) na execução deste contrato, apresentando a versão original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) comprovantes de quitação das respectivas verbas rescisórias;

c) guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;

d) extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

e) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XI – registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, devendo fornecer ao fiscal do contrato, informações sobre o registro de ponto dos colaboradores vinculados ao contrato;

XII - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo representante do **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, refazendo/sanando as inadequações sem ônus adicionais ao **CONTRATANTE**;

XIII - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

XIV - manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços contratados;

XV - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do **CONTRATANTE**, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

XVI - cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, práticas sustentáveis, normas disciplinares e demais regulamentos do **CONTRATANTE**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;

XVII - cuidar para que o(s) empregado(s) designado(s) para a execução dos serviços objeto deste Contrato zelem pelo patrimônio público;

XVIII - arcar com todo dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, excetuados o caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e que serão avaliadas pelo **CONTRATANTE**, cumprindo-se observar que:

a) eventuais valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** poderão ser descontados dos pagamentos pendentes ou vincendos;

b) o fato de o **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar todo o procedimento não exclui nem reduz a obrigação expressa no presente item.

IXX - realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nas normas coletivas;

XX- comprovar mensalmente, através da pertinente documentação, o cumprimento de todas as obrigações devidas aos empregados vinculados à execução do presente contrato, sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição desta, inviabilizar o ateste da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), obstando, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, o(s) pagamento(s) que lhe for(em) devido(s) até que seja cumprida a exigência, e ainda, sujeitando à aplicação das penalidades previstas neste contrato;

XXI - prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**;

XXII - providenciar o transporte dos seus empregados vinculados à execução contratual, em caso de greve/indisponibilidade no sistema de transporte coletivo do local da prestação dos serviços;

XXIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, sendo admitida a subcontratação nos termos do item 19 do Termo de Referência;

XXIV- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e obrigações sociais resultantes da execução do presente contrato;

XXV – manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados, inclusive no caso de solicitações extraordinárias nos períodos eleitorais e em eventos especiais, cumprindo-se observar que não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregado;

XXVI – substituir imediatamente os empregados que não forem qualificados para a execução dos serviços ou que não atenderem a quaisquer exigências atribuídas a **CONTRATADA**;

XXVII - responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ocorridos ou não nos locais de prestação dos serviços;

XXVIII- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Pregão Eletrônico TRE-GO nº. 23/2022;

XXIX - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

XXX - apresentar, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) de serviço/fatura(as), como condição para ser(em) atestada(s), a documentação exigida pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, descritas na Cláusula Do Pagamento;

XXXI - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do **CONTRATANTE**;

XXXII - comunicar, ao representante do **CONTRATANTE**, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

XXXIII - indicar e manter atualizados seus números de telefone fixo, fax, endereço, e-mail, a fim de que o **CONTRATANTE** efetue quaisquer comunicações oficiais;

XXXIV - responsabilizar-se diretamente pelo pagamento, nos prazos legais, de todas as despesas relativas aos profissionais que alocar para a execução das atividades estabelecidas neste instrumento, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho;

XXXV - cumprir os indicadores quanto à qualidade na execução dos serviços, consoante especificado no IMR;

XXXVI - não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXXVII - autorizar, no momento da assinatura do Contrato, o **CONTRATANTE** a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019-PRES;

XXXVIII - autorizar a abertura, em nome da **CONTRATADA**, de conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação, onde serão depositados os valores relativos às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019-PRES;

XXXIX - autorizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da empresa, até o momento da regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento contratual;

XL - estar ciente de que, em atendimento ao art. 9º da Resolução CNJ nº 169/2013 e art. 10 da Portaria nº 70/2019-PRES, os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da referida Resolução deixarão de compor o valor do pagamento mensal à **CONTRATADA**, e serão depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação:

a) férias;

b) 1/3 constitucional;

c) 13º salário;

d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

§ 1º Os profissionais designados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços deverão apresentar-se no local de trabalho pontualmente, mantendo boa aparência e com crachá de identificação.

§ 2º A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, conseqüentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todo o ônus e encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e social vigente, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

§ 3º A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato.

§ 4º O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta Cláusula, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais.

§ 5º A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I - atos de improbidade administrativa;

II - crimes:

- a) contra a administração pública;
- b) contra a incolumidade pública;
- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

- a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;
- b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;
- c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irreversível do órgão competente.

IV - não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo;

V - deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

- a) extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;
- b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;
- c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas; ou
- d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

§ 6º A **CONTRATADA** autoriza, ainda, o **CONTRATANTE** a:

- a) reter, a qualquer tempo, a garantia prevista na Cláusula Décima Segunda deste Contrato;
- b) fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

I – As provisões de encargos trabalhistas relativas às férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagas pelo Tribunal à **CONTRATADA** para prestar os serviços objeto desta contratação, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da **CONTRATADA**.

a) A movimentação da conta vinculada será mediante autorização do **CONTRATANTE**, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações;

b) A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - serão providenciadas pelo Ordenador de Despesa ou servidor designado pelo **CONTRATANTE**.

II - A fração do preço mensal do contrato que corresponda ao somatório dos encargos sociais devidos aos empregados da **CONTRATADA** alocados nos postos de trabalho será provisionada pelos seguintes percentuais abaixo:

CONTA VINCULADA PROVISIONAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS
LUCRO REAL (LR)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS*
35,30%

13º SALÁRIO + FÉRIAS + 1/3 CONSTITUCIONAL (A)
19,44%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE 13º SALÁRIO, FÉRIAS E 1/3 CONSTITUCIONAL (B)
6,86%
MULTA SOBRE O FGTS (C)
3,2%
PERCENTUAIS TOTAIS DE PROVISIONAMENTO (A+B+C)
29,5%

III - Os valores provisionados para o atendimento do disposto no item II serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes no edital e neste contrato;

IV - O **CONTRATANTE** promoverá abertura de conta vinculada, em banco público oficial, nos termos da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, e da Portaria nº 70/2019, de 21 de março de 2019 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, sendo que não haverá despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada em razão de negociação com a instituição financeira;

V - A assinatura deste contrato, a ser firmado entre o TRE-GO e a empresa vencedora, será sucedida dos seguintes atos:

a) solicitação pelo **CONTRATANTE** ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, no nome da **CONTRATADA**, devendo o banco público oficial ao **CONTRATANTE** sobre a abertura da referida conta corrente;

b) assinatura, pela **CONTRATADA**, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do **CONTRATANTE**, sob pena de multa, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao **CONTRATANTE** ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do **CONTRATANTE**, conforme modelo (Anexo XI).

VI - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, serão remunerados pelo índice da poupança ou por outro definido no acordo de cooperação com o banco oficial, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

VII - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item II desta Cláusula, depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à **CONTRATADA**;

VIII - Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta vinculada mediante autorização do **CONTRATANTE**, que deverá expedir ofício ao banco público oficial;

IX - A **CONTRATADA** poderá solicitar autorização do **CONTRATANTE** para:

a) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item II desta Cláusula, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela **CONTRATADA** para prestação dos serviços contratados; e

b) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item II desta Cláusula.

X - Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, conforme previsto na alínea “a” do item IX, a **CONTRATADA**, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item II desta Cláusula, podendo requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas pela **CONTRATADA**;

XI - O **CONTRATANTE** expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata a alínea “a” do item IX, acrescido do valor do lucro incidente sobre as rubricas pagas, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela **CONTRATADA**;

XII - Na situação descrita na alínea “b” do item IX, o **CONTRATANTE** solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos;

XIII - eventuais saldos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, serão liberados à **CONTRATADA** no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados;

XIV - Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a **CONTRATADA** e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 1 (um) ano de serviço, o **CONTRATANTE** deverá requerer, por meio da **CONTRATADA**, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos;

XV - No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a **CONTRATADA** poderá adotar um dos procedimentos indicados nas alíneas do item IX desta Cláusula, devendo apresentar ao **CONTRATANTE**, na situação consignada na alínea "b" do referido item, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA À EXECUÇÃO DO CONTRATO

Para garantir o fiel cumprimento de todas as disposições do presente instrumento, a **CONTRATADA** prestará, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia à execução contratual, correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor global atualizado do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

§ 1º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) ressarcimento à Administração, no caso de rescisão contratual havida por culpa da **CONTRATADA**;

c) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

d) multas moratórias e/ou punitivas aplicadas à **CONTRATADA**, ainda que não cumuladas com a rescisão contratual;

e) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

§ 2º A garantia prestada deverá vigor da data de assinatura deste contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência do mesmo, salvo se o **CONTRATANTE** tiver instaurado, em desfavor da **CONTRATADA**, processo administrativo destinado à aplicação de sanções, apuração de prejuízos, de descumprimento contratual e etc., situação na qual a garantia deverá vigor por até 30 (trinta) dias contados da decisão final daquele processo administrativo, devendo o garantidor ou fiador, nos casos de seguro-garantia e fiança bancária, ser comunicado, por intermédio da unidade gestora da contratação, da instauração daquele processo.

§ 3º Não serão aceitas garantias que restrinjam ou excluam de sua cobertura os eventos indicados no § 1º, bem como aquelas que não prevejam, expressamente, as disposições do § 2º, ambos da presente cláusula.

§ 4º A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada, conforme o modelo constante do Anexo VII, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº. 23/2022.

§ 5º A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e, caso o referido pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII-B, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

§ 6º Findo o prazo de vigência contratual, não havendo pendências a serem satisfeitas pela garantia, esta poderá ser levantada antes do término do trimestre estabelecido no § 2º desta Cláusula.

§ 7º Havendo prorrogação do prazo de vigência deste contrato, cumprirá à **CONTRATADA** providenciar, se necessário, a prorrogação/renovação da garantia à execução contratual.

§ 8º A **CONTRATADA** obriga-se, nos casos em que a garantia não mais representar 5% (cinco por cento) do valor total global deste contrato, a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que for notificada pelo **CONTRATANTE**.

§ 9º A inobservância do prazo fixado para apresentação e/ou reposição da garantia poderá acarretar para a **CONTRATADA**, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, a aplicação de multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até no máximo 2% (dois por cento).

§ 10. O atraso injustificado na apresentação e na reposição da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias poderá acarretar a rescisão unilateral deste contrato, sem prejuízo da multa prevista no § 9º e demais cominações contratuais e legais.

§ 11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do **CONTRATANTE**.

§ 12. O **CONTRATANTE** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

§ 13. Cabe ao **CONTRATANTE** apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas c e d do § 12 desta cláusula.

§ 14. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REPACTUAÇÃO

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitada pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor consignado no presente Contrato poderá ser repactuado, competindo à solicitante justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior posicionamento do **CONTRATANTE**, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 2017, conforme abaixo disciplinado.

§ 1º O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

§ 2º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

§ 3º A **CONTRATADA** poderá exercer, perante o **CONTRATANTE**, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente ou antes do encerramento do contrato.

§ 4º Caso a **CONTRATADA** não apresente de forma tempestiva seu pedido de repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ou então, caso haja o seu encerramento, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

§ 5º As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, com memória de cálculo de cada item de custo que compõe o preço do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria envolvida na execução dos serviços contratados, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

§ 6º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 7º Quando da solicitação da repactuação, a variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos mesmos, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e) a disponibilidade orçamentária do **CONTRATANTE**.

§ 8º O **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

§ 9º Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação como regra geral;

b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 10. O **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços contratados somente poderão ser reajustados após o decurso de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta a qual se vincula o ajuste, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 1º – A **CONTRATADA**, após a divulgação do índice, deverá solicitar formalmente o reajuste, juntando ao pedido os documentos comprobatórios do incremento e sua repercussão no preço dos serviços, de acordo com os custos demonstrados na Planilha de Formação de Preços;

§ 2º – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

§ 3º – Os efeitos financeiros do reajuste serão contados a partir da data do pedido formal, implementada a anualidade respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

Parágrafo Único - A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, referida no Anexo II, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 23/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Por força do presente instrumento, com supedâneo nos termos expressos na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, considerar-se-á infração administrativa cometida pela **CONTRATADA** quando:

I – inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência dessa contratação;

II – ensejar o retardamento da execução do objeto;

III – fraudar a execução do contrato;

IV – comportar-se de modo inidôneo;

V – cometer fraude fiscal;

VI – descumprir a proposta.

§ 1º Se a **CONTRATADA** cometer quaisquer das infrações discriminadas acima, ficará sujeita, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;

b) multa moratória de 0,666% (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como pelo atraso na abertura da conta-depósito vinculada, até o limite de 10% (dez por cento);

c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da **CONTRATADA**, que será concedida pela autoridade coatora mediante o ressarcimento ao **CONTRATANTE** dos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”.

§ 2º Também ficará sujeita às sanções descritas acima, se a **CONTRATADA**:

a) tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 3º A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.

§ 4º A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração cometida pela **CONTRATADA**, o caráter educativo da

pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 5º As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

§ 6º As cláusulas penais estabelecidas neste instrumento não excluem a possibilidade do **CONTRATANTE** exigir da **CONTRATADA** ressarcimentos complementares excedentes às multas.

§ 7º As multas impostas à **CONTRATADA**, decorrentes de inexecução parcial ou total do presente ajuste, serão cobradas em dobro nos casos de reincidência, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor total do contrato (artigo 412 CCB), sem prejuízo de cobrança de perdas e danos causados à Administração e eventual rescisão contratual, cumprindo-se observar que:

a) independentemente da aplicação de multa, deverá a **CONTRATADA** realizar o ressarcimento integral das perdas e danos causados ao **CONTRATANTE**, decorrentes da inexecução, parcial ou total, das obrigações contratadas;

b) para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto;

c) as multas a serem aplicadas, a título de reincidência, considerarão todo o período de vigência da execução do contrato, inclusive eventuais prorrogações.

§ 8º Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.

§ 9º Os valores referentes às multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela **CONTRATADA** serão descontados de eventuais créditos de qualquer natureza devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

§ 10. Se ainda restar crédito ao **CONTRATANTE**, após se valer de eventuais créditos devidos à **CONTRATADA**, ficará obrigada, esta última, a pagar a importância remanescente devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, conforme os termos e dados especificados no documento.

§ 11. Esgotados os meios administrativos de cobrança, os valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

§ 12. Para os fins deste contrato, entende-se:

a) inexecução contratual – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que não mais poderá ser cumprida pela **CONTRATADA**, seja por não mais existir utilidade para o **CONTRATANTE**, seja por outros motivos apurados conforme o caso concreto, caracterizando inadimplemento contratual absoluto;

b) mora – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que ainda poderá ser cumprida pela **CONTRATADA** por ser útil para o **CONTRATANTE**, caracterizando atraso no cumprimento da obrigação;

c) comportamento inidôneo – a realização de atos tais como os descritos nos artigos 90, 92, parágrafo único, 93, 94, 95, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Sétima – Das Penalidades e Recursos Administrativos, do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

§ 2º Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá:

a) reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos/danos ao erário, já calculados ou estimados;

b) executar, para ressarcimento da Administração, a garantia prestada pela **CONTRATADA**, nos termos do § 1º, alínea “b”, da Cláusula Décima Segunda - Da Garantia à Execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade de Goiânia - GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

E, por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, que, lido e achado conforme, será assinado pelos representantes dos contratantes, na forma manuscrita ou digital, sendo uma via anexada ao Processo SEI nº 21.0.000009425-8.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em Goiânia, na data registrada na última assinatura digital.

Assinatura Eletrônica

PEDRO HENRIQUE GOMES PEREIRA DE SOUZA AZZI

DIRETOR-GERAL DO TRE/GO

Em substituição

Assinatura Eletrônica

LUCAS OFUGI RODRIGUES MIRANDA

UNISERVE COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE GOMES PEREIRA DE SOUZA AZZI, DIRETOR-GERAL**, em 06/07/2022, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS OFUGI RODRIGUES MIRANDA, Usuário Externo**, em 08/07/2022, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0305506** e o código CRC **6DF7DD93**.

21.0.000009425-8

0305506v28

"É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil"
Para denúncia disque 100 e/ou (62) 3286-1540 (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente)

Anexo XI - Nota Técnica 2-2018-CGAC-CISET-SG-PR.pdf

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA CONTÍNUA

Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR

Assunto: Orientações para aperfeiçoamento nas contratações de serviços terceirizados nas unidades vinculadas à Presidência da República

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Com a edição do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, foi criada, na estrutura da Secretaria de Controle Interno (CISSET/SG/PR), a Coordenação-Geral de Auditoria Contínua, responsável por realizar testes e avaliações em tempo real, utilizando informações disponíveis em sistemas informatizados para acompanhar processos de modo a auxiliar a gestão das Unidades na identificação de situações de risco e no incremento de seus controles internos. A Auditoria Contínua tem como objetivo informar ao gestor, de forma tempestiva, situações que possam contribuir com o fortalecimento dos controles internos e melhoria dos processos de gestão.
2. Ao longo do exercício de 2017, a CISSET/SG/PR analisou por amostragem os editais publicados no âmbito dos órgãos da Presidência da República, examinando principalmente as situações que representaram maior risco para a gestão como: adequabilidade dos preços estimados, dimensionamento dos serviços/materiais, critérios para mensuração dos serviços, existência de cláusulas de restrição de competitividade e composição dos termos de referência.
3. Nesse período, foram publicados 365 editais, sendo analisados 82 casos, num total de R\$ 201.000.000,00, o que representou 52% do montante de R\$ 389.000.000,00. As análises geraram 42 diligências com sugestão de melhoria nos editais, das quais 33 estavam relacionadas à estimativa de preço.
4. Dispondo como fulcro as diligências e a inovação trazida pela Instrução Normativa MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, quanto à imprescindibilidade do Gerenciamento de Riscos no processo licitatório, verificamos que a estimativa de preço dos serviços que envolvem mão de obra com dedicação exclusiva nos respectivos editais é um fator de risco no processo licitatório. Tendo em vista esse fator de risco, decidimos aprofundar o estudo sobre os fatores que tornam a estimativa de preço um item vulnerável.
5. Apesar de o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão apresentar conceitos e metodologias aplicáveis para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (Orientação ENAP - https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-servios_CAPACITAO_28.06.17.-1.0.pdf) e estabelecer preços mínimo e máximo para serviços de limpeza e segurança (Valores Limites - <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites>), as áreas demandantes ainda encontram dificuldade em estimar preços para os demais serviços.
6. A principal dificuldade encontrada pelos gestores para realizar a pesquisa está na utilização do Painel de Preços e do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet). Além dessa dificuldade técnica, verificamos ainda que o gestor precisa ter conhecimento sobre Planilha de Custos e Formação de Preços, que é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes que impactam na formação do preço de referência de cada categoria profissional.
7. Diante da necessidade de conhecimento dos módulos da Planilha de Custos, elaboramos a presente nota técnica com o objetivo de orientar o gestor na elaboração da sua própria planilha de custos, que poderá ser utilizada como método subsidiário para definir o custo máximo de uma respectiva categoria profissional, bem como de demonstrar em quais módulos há as maiores distorções nas propostas encaminhadas pelos fornecedores.
8. Preliminarmente, apresentaremos as principais dificuldades encontradas pelos gestores ao utilizarem o Painel de Preços e o Comprasnet para estimar os preços das contratações, principalmente em função da ausência de padronização das unidades de fornecimento de serviços.
9. Em seguida, visando subsidiar os gestores na formação dos preços estimados para contratação de serviços terceirizados, analisaremos os cálculos e a legislação aplicada a cada um dos itens dos módulos e submódulos que compõem a Planilha de Custos exigida no Anexo VII-D da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017.

10. Após a apresentação dos módulos que compõem a Planilha de Custos e Formação de Preço, indicaremos as situações com maior suscetibilidade e impacto na formação dos preços, utilizando como exemplo 30 contratos de copeiragem analisados pela Ciset/SG/PR, firmados no Distrito Federal (Anexo III). Demonstraremos, ainda, inclusive, em anexo, as planilhas de custos com simulações baseadas nos índices orientados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como na média dos índices encontrados nos respectivos contratos de copeiragem.
11. Por fim, apontaremos as vantagens para os gestores utilizarem um fator de economicidade para que seja possível identificar propostas de fornecedores com algum indício de custos superestimados. Desse modo, a partir de um cálculo simples, esse fator permitirá à Administração Pública perceber se o custo de um posto de trabalho está dentro de parâmetros aceitáveis pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, seja na fase de pesquisa de preço, seja na fase da licitação e do encaminhamento das propostas pelo fornecedor.
12. A aplicação prática desse fator de economicidade também será demonstrada nas planilhas de simulação de custo para a categoria profissional de copeiragem (Anexo II-A e B), evidenciando o impacto das variações dos índices na formação do preço final.
13. Acreditamos que o conhecimento aprimorado da planilha de custos pelos gestores deverá resultar em contratos mais econômicos e consequentemente impactar em longo prazo no orçamento, pois são serviços de duração continuada, em regra 5 anos.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS GESTORES AO UTILIZAREM O PAINEL DE PREÇOS

14. A Instrução Normativa MPDG nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
15. O artigo 2º e seus respectivos parágrafos trazem o modo como a pesquisa deve ser realizada e ainda estabelece inclusive a prioridade das fontes de pesquisa, conforme disposto a seguir:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

I - PAINEL DE PREÇOS disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

16. Esses parâmetros poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser **priorizados os previstos nos incisos I e II** e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.
17. Serão utilizados como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.
18. Como a prioridade da fonte de pesquisa de preço deve advir de contratos praticados pela Administração Pública, o PAINEL DE PREÇOS constitui-se na principal ferramenta que o gestor tem para construir seu preço de referência.
19. Essa ferramenta é imprescindível para definição de preços em uma licitação, mas, quando objeto da licitação é a contratação de serviços que envolvem mão de obra, essa pesquisa se torna mais complexa, pois não há padronização das unidades de fornecimento, impossibilitando verificar o custo de cada funcionário, que é o fator que realmente interessa na estimativa do custo. Assim, talvez isso seja um dos fatores que influenciam alguns órgãos a realizarem pesquisa de preço diretamente com o fornecedor, não respeitando o § 1º do artigo 2º da Instrução Normativa supracitada.
20. É importante elucidar sobre o esforço do gestor em construir seu preço de referência quando o objeto é a contratação de serviços que envolvem mão de obra. Dessa maneira apresentamos a seguir o resultado da pesquisa no PAINEL DE PREÇOS sobre serviços de copeiragem, no âmbito do Distrito Federal:

		00001/2017	00058	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	DIÁRIA (8H)	6	R\$ 216,67	BARRETOS EVENTOS PRODUCOES & TURISMO EIRELI - EPP	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL ± MPF	200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.	13/07/17
		00001/2017	00203	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	DIÁRIA (8H)	16	R\$ 216,67	IDEE AMAZONIA COMUNICACAO INTEGRADA E PROMOCOES LTDA - EPP	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL ± MPF	200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.	13/07/17
		00034/2016	00181	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	DIÁRIA	1	R\$ 260,05	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA	BANCO CENTRAL DO BRASIL- ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	179087 - BANCO CENTRAL DO BRASIL/DF	02/06/17
		00017/2017	00002	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	UNIDADE	1	R\$ 3.319,51	J MACEDO PEREIRA - ME	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	925158 - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	18/09/17
		00125/2016	00001	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	MESES	12	R\$ 3.908,33	INCONFIDENCIA LOCADORA DE VEICULOS E MAO-DE-OBRA LTDA	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	290002 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	17/10/17

21. Nota-se que o Painel de Preços permite encontrar os preços praticados no âmbito da Administração Pública, entretanto a área demandante precisará de tempo e estudo para encontrar o preço de mercado para um determinado serviço, porque, como no caso concreto acima, a área só conseguirá fazer a correlação dos preços entre as diversas unidades de fornecimento se for ao Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>, em “consulta de Atas de Pregão”, posteriormente “anexo de proposta”, e, por fim, extrair a planilha de custo apresentada pelo fornecedor vencedor. Somente dessa maneira poderá verificar o custo por posto (por categoria do serviço), como demonstrado abaixo:

Portal de Compras do Governo Federal
Comprasnet
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Portal de Compras Governamentais

➔ CONSULTA ATA DE PREGÃO

- Caso queira fazer a pesquisa pela Uasg clique no botão selecionar.
- Caso seja informado o código da Uasg, a pesquisa será feita pelo código, a lista de UASGs será ignorada.

Pregão ☒ Eletrônico ☐ Presencial
Registro de Preço Equalização por ICMS
UF

Lista de Órgãos

Cód. UASG (Unid. de Compra) ou

Número Pregão (Preencha número e ano. Ex: 102005)

Período de Abertura da Sessão Pública De (dd/mm/aaaa) Até (dd/mm/aaaa)

➔ CONSULTA ATAS

- Clique no número da licitação para ver a ata

Pregão Eletrônico	Cód. UASG (Unid. de Compra)	Nome da UASG (Unid. de Compra)	Data de Realização
<input checked="" type="button" value="12032"/>	200100	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.	30/06/2017



22. Ainda será necessário avaliar se o edital de origem desses pregões incluíram materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Se os editais previram materiais ou equipamentos, deve-se avaliar se foram diluídos mensalmente no custo de cada funcionário ou se foram cotados separadamente, por exemplo.

23. Diante desse contexto, apresentaremos de forma detalhada cada item dos módulos da planilha de custos com os seus respectivos cálculos.

COMPOSIÇÃO DAS PLANILHA DE CUSTOS PARA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

24. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, em seu Anexo I, define que planilha de custos é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custos que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

25. A planilha de custos tem como **função estimar custos da contratação (principal foco desta nota técnica)**, sendo utilizada também como base para repactuação de contratos, como parâmetro para julgamento das propostas encaminhadas pelo fornecedor e como instrumento de fiscalização.

26. Como o objetivo da presente nota técnica é auxiliar o gestor a elaborar sua própria planilha de custos, previamente à licitação, para estimar o preço de referência para cada profissional, detalharemos os módulos e seus respectivos submódulos para sua elaboração, conforme o Anexo VII-D da referida Instrução Normativa.

27. A planilha de custos recomendada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão contém seis módulos:

- **Módulo 1** - Composição da Remuneração;
- **Módulo 2** - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários;
- **Módulo 3** - Provisão para Rescisão;
- **Módulo 4** - Custo de Reposição do Profissional Ausente;
- **Módulo 5** - Insumos Diversos; e
- **Módulo 6** - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração

28. O módulo 1 é composto pelos submódulos Salário-Base, Adicional de Periculosidade, Adicional de Insalubridade, Adicional Noturno, Adicional de Hora Noturna Reduzida, Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalho, além de outros adicionais que devem ser especificados conforme o caso.

29. **O salário-base é estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho ou lei. Quando não houver, poder-se-á utilizar o valor praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.**

30. O embasamento legal do **adicional de periculosidade** encontra-se no artigo 193 e artigos subsequentes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A Norma Regulamentadora (NR) nº 16 do Ministério do Trabalho e Emprego destaca que é responsabilidade do empregador a caracterização ou a descaracterização da periculosidade, mediante laudo técnico elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, nos termos do artigo 195 da CLT.

31. As Leis nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012, e nº 12.997, de 18 de junho de 2014, de conferiram o direito para os que exercem atividades de vigilantes bancários, segurança patrimonial de empresas, seguranças pessoais e motoqueiros. Logo, para os empregados que se enquadram nessas condições não há necessidade de emissão de laudo pericial.

32. A Súmula nº 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sinaliza que *o adicional de periculosidade incide apenas sobre o **salário básico** e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.*
33. O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, segundo a Súmula nº 361 do TST.
34. Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. É indevido apenas quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido, conforme estabelece a Súmula nº 364 do TST. Além disso, sinaliza que não é válida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei e proporcional ao tempo de exposição ao risco, pois tal parcela constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública.
35. O valor do adicional de periculosidade é **calculado em 30% do salário-base da categoria** e somente se altera com o aumento do **valor do salário de referência (salário-base)**. Caso a empresa tenha conhecimento que suas atividades estão enquadradas na condição de periculosidade e na cotação da Planilha de Custos, na fase de apresentação das propostas, e não incluir esse adicional, deverá acrescentá-lo sem alterar o valor da proposta inicial.
36. O embasamento legal do **adicional de insalubridade** encontra-se no artigo 189 e artigos subsequentes da Consolidação das Leis Trabalhistas. A Norma Regulamentadora (NR) nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego descreve as atividades e operações insalubres e a Súmula nº 448 do TST destaca que não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.
37. A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR nº 15 aprovada pela Portaria do MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.
38. O adicional de insalubridade varia entre **10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo, quando não existir lei ou instrumento coletivo estabelecendo a base de cálculo.**
39. É importante destacar que o valor do adicional de insalubridade somente se altera com o aumento do valor da base de cálculo. Caso a empresa tenha conhecimento que suas atividades estão enquadradas na condição de insalubridade e na cotação da Planilha de Custos, na fase de apresentação das propostas, e não incluir o adicional, deverá acrescentá-lo sem alterar o valor da proposta inicial.
40. Quando a Convenção Coletiva enquadra a atividade como perigosa ou insalubre não é necessário laudo pericial. Quando não há Convenção Coletiva é necessário perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.
41. O embasamento legal do **adicional noturno** encontra-se no artigo 73 da Consolidação das Leis Trabalhistas. Se a categoria profissional estiver prevista em Convenção Coletiva, haverá cláusula do adicional noturno, a qual deverá ser observada na elaboração da Planilha de Custos. Ressaltamos que a jornada noturna é de 22h a 5h do dia seguinte.
42. O adicional noturno é calculado **em pelo menos 20% (mínimo) sobre o salário-base mais o adicional de periculosidade.**
43. Em função dessa peculiaridade, apresentaremos detalhadamente a metodologia para o cálculo conforme a seguir:

Exemplo: trabalho noturno 12x36

Primeiro cálculo:

Adicional noturno (por hora) = [(salário-base + adicional de periculosidade)/220h] x 20%	
Por que 220h?	<p><u>Base legal:</u> art. 64 CLT c/c art. 7º, XIII, da Constituição Federal.</p> <p>O divisor de horas para quem trabalha de segunda a sábado é 220h, sendo 8h de segunda a sexta e 4h no sábado - 44h semanais</p> <p>Para quem trabalha apenas de segunda a sexta deve usar 200h como divisor, conforme Súmula do TST nº 431. Entretanto já está pacificado no TST que em postos de trabalho 12x36 deve-se utilizar o divisor de 220h.</p>

Por que 20%?	Índice mínimo estabelecido por lei, logo não é fixo.
--------------	---

Segundo cálculo:

Valor do adicional noturno (mensal) = [7h x (7 dias x 4,345 semanas por mês) x adicional noturno (por hora)]/2	
Por que 7h?	22h até 5h (período que o funcionário recebe adicional noturno)
Por que divide por 2?	Corresponde ao número de funcionários no respectivo posto, por exemplo.

44. Cabe salientar que antes da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a Súmula nº 60 do TST estava vigente, dessa forma o adicional noturno era prorrogado até o fim do expediente quando ultrapassasse, por exemplo, 5h da manhã. Assim, antes era usado 10h e não 7h para o cálculo.

45. Segundo orientação do Ministério do Planejamento, a Administração Pública deve se atentar para os contratos vigentes que contemplam serviços com jornada 12x36, pois as Súmulas nº 444 (remuneração em dobro dos feriados trabalhados) e a Súmula nº 60, ambas do TST, foram mitigadas.

46. O **adicional de hora noturna reduzida** corresponde ao salário-hora mais o adicional noturno. Lembramos que a hora noturna reduzida equivale a 52 minutos e 30 segundos, sendo considerada entre 22h da noite e 5h da manhã. Conforme a Súmula nº 91 do TST, esse tempo de serviço da diferença é calculado à parte.

MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

47. O Módulo 2 é composto pelos seguintes submódulos:

- Submódulo 2.1: 13º Salário, Férias e Adicional de Férias;
- Submódulo 2.2: GPS, FGTS e Outras Contribuições; e
- Submódulo 2.3: Benefícios Mensais Diários.

Submódulo 2.1: 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		%	Valor
A	13º Salário		
B	Férias e Adicional de férias		
TOTAL			

48. O embasamento jurídico do 13º salário encontra-se amparado na Constituição Federal, artigo 7º, inciso VIII, e no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965. *A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.* Na tabela abaixo verifica-se o cálculo para se definir o percentual do 13º salário e sua incidência:

Base de cálculo	Total do módulo 1 (Composição da Remuneração)
Cálculo	8,33% sobre a base de cálculo OBS: IN nº 5/2017: $(1/12) \times 100 = 8,33\%$

49. É importante destacar que o valor é alterado com o aumento salarial. Salientamos que, se na proposta da empresa o percentual vier diferente, o pregoeiro só poderá aceitar se o valor cobrir o gasto com as férias do empregado e esse percentual deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

Férias e Adicional de Férias

50. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 definiu o percentual para férias de 9,075% e para abono de férias de 3,025%, sendo que o somatório dos percentuais deve corresponder a 12,10% e incidir sobre o total do módulo 1, conforme quadro abaixo:

Base de cálculo	Total do módulo 1 (Composição da Remuneração)
Cálculo	Férias + abono de férias = 12,10% Férias: Definido na IN nº 5/2017 = 9,075% Abono de férias: IN nº 5/2017: 3,025% sobre a base de cálculo. OBS: A IN nº 5/2017 estabelece que as férias apresentem um percentual de 9,075%, logo, para calcular o abono, basta dividir $9,075/3 = 3,025\%$.

51. Esse submódulo sofreu alterações quando comparado com o módulo da Instrução Normativa MPDG nº 2, de 30 de abril de 2008. É importante trazer a Planilha de Custos nos moldes antigos porque os percentuais encontrados nas Planilhas de Custos vigentes atualmente pela Administração Pública estão ainda nesse formato.

52. Este submódulo correspondia ao **Submódulo 4.2 - 13º salário e adicional de férias**, conforme abaixo:

4.2 13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º Salário ⁴²	Ex.: R\$ XXX,XX
B	Adicional de Férias ⁴³	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias ⁴⁴	
Total:		Ex.: XXX,XX

53. Assim, comparando o submódulo do novo modelo (Instrução Normativa MPDG nº 5/2017) com o módulo da Instrução Normativa MPDG nº 2/2008, nota-se que no anterior as férias não estão incluídas juntamente no item B, as quais eram calculadas no **Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**, e há o item C - **Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias**. Demonstraremos a seguir como esse item C era calculado:

$$(\text{Percentual do 13º salário} + \text{Percentual do adicional de férias}) \times \text{Percentual do Módulo 4.1} [8,33\% + (8,33/3) \%] \times 36,80\% = \mathbf{4,08\%}$$

Percentual do Adicional de Férias: com a Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 não se usa mais o percentual de 8,33% para as férias, mas sim **9,075%**, alterando, conseqüentemente, o índice do adicional de férias.

Percentual do Módulo 4.1: somatório de todos os encargos previdenciários. Na nova planilha corresponde ao somatório dos índices do Módulo 2.2 (Encargos Previdenciários)

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições

54. O embasamento legal de cada um dos itens que compõe esse submódulo encontra-se no quadro abaixo:

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Base Legal
A	INSS	Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.
B	Salário Educação	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.
C	SAT	Art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.
D	SESC ou Sesi	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.
E	SENAI ou SENAC	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).
F	SEBRAE	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.
G	INCRA	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.
H	FGTS	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.

55. Os índices de cada item e a base de cálculo desse submódulo estão nos quadros abaixo:

Submódulo 2.2 – GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	RAT/FAP		
H	SEBRAE		
TOTAL			

56. Nota-se que itens desse submódulo são estabelecidos por lei, mas somente o SAT(RAT/FAP) que sofre variação. O **RAT** (Riscos Ambientais de Trabalho) consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica, no qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT) variando em 1%, 2% e 3%. O **FAP** (Fator Acidentário de Prevenção) afere o desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade econômica, relativamente a acidentes de trabalho ocorridos num determinado período, apresentando valores entre 0,5 e 2. Assim, o valor máximo poderá ser 6% e sugere-se utilizar este valor máximo no momento de elaborar a Planilha de Custos com vistas a estabelecer limites referenciais para contratação.

Base de cálculo	Módulo 1 + Submódulo 2.1
Cálculo	Percentual de cada item (A a H) deve incidir sobre a base de cálculo

57. Como medida preventiva, é importante que, no momento do encaminhamento da proposta pela empresa vencedora, o pregoeiro confira se o RAT/FAT utilizado para compor a Planilha de Custos coaduna com o apresentado na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informação à Previdência Social (GFIP), documento necessário na fase de análise da proposta vencedora.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE				MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF				DATA: 28/01/2015	
GFIP - SEFIP 8.40 (20/08/2014) TABELAS 34.0 (15/01/2015)								HORA: 10:55:02	
								PAG: 0001/0004	
RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP									
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA									
858500000053 319001791508 207577050800 005799600017									
EMPRESA: COND DO BAIRRO SANTO ONOFRE		COMP: 01/2015 COD REC:115		COD GPS: 2100		FPAS: 566		OUTRAS ENT: 0099	
TOMADOR/OBRA:						SIMPLES: 1		RAT: 3,0	
								INSCRIÇÃO: 00.057.996/0001-71	
								FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 3,00	
								INSCRIÇÃO:	
NOME TRABALHADOR				PIS/PASEP/CI		ADMISSÃO		CAT OCOR DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	
REM SEM 13° SAL		REM 13°SAL		13°SAL PREV SOC		CONTRIB		SEG DEVIDA	
				BASE CÁL				DEPÓSITO	
				BASE CÁL				CBO	
				PREV SOCIAL				JAM	
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA				107.86160.17-6		02/08/1999		01	
1.579,78		0,00		0,00		142,18		126,39	
EDSON LIMA DO NASCIMENTO				122.60330.14-4		01/05/2003		01	
1.324,74		0,00		0,00		105,97		105,97	
HELIO ZEI RODRIGUES MARREIROS				108.52673.04-0		01/04/2014		01	
1.106,88		0,00		0,00		88,55		88,55	
JOSE PORFIRIO DE BRITO				107.04970.75-6		01/09/2007		01	
1.530,47		0,00		0,00		137,74		122,44	
MARCOS FRANCISCO DO NASCIMENTO				120.20199.69-8		01/03/2013		01	
1.106,88		0,00		0,00		88,55		88,55	

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

58. O Submódulo 2.3 corresponde aos benefícios mensais e diários do trabalhador. Nesse submódulo é importante atentar para os benefícios "Transporte" e "Auxílio Alimentação", principalmente quanto aos cálculos dos dias, quando envolver turnos 12x36, por exemplo, bem como para os valores das passagens de transporte público. A seguir apresentaremos as peculiaridades de cada benefício de acordo com a característica do serviço.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		%	Valor
A	Transporte		
B	Auxílio Refeição/ Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Outros		
TOTAL			

59. Cabe salientar que, no momento da elaboração desse submódulo, é necessário se atentar tanto aos casos supracitados quanto ao destacado no artigo 6º da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 sobre benefícios contidos em Acordo, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho:

Art. 6º A Administração **não se vincula** às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam **direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários**, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Transporte

60. O embasamento jurídico do pagamento desse direito está amparado no inciso III do § 2º do artigo 458 da Consolidação da Leis Trabalhistas, e o artigo 9º do Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987 e o Acórdão TCU nº 282/2009 - 1ª Câmara também abordam sobre o tema.

61. Na previsão de custo do vale-transporte devem-se observar os dias trabalhados de acordo com as peculiaridades do serviço, fazendo, por exemplo, algumas perguntas:

- Serviço é de segunda a sexta?
- Serviço é em escala 12x36? (Como trabalha 1 dia e folga 2, o número de vale-transportes será inferior ao serviço que exige a ida do funcionário de segunda a sexta, por exemplo)
- Serviço é de segunda a sábado?
- Funcionário terá que trabalhar nos feriados?

<u>Base de cálculo</u>	<u>Salário-base</u>
<u>Cálculo</u>	[2 (deslocamento de ida e volta) x valor da passagem x dias trabalhados no mês] – (<u>salário-base</u> x 6%)

62. Nota-se que isso faz diferença no custo mensal do funcionário, tanto no momento de estimativa na Planilha de Custos para definir o preço de referência do serviço no edital, quanto para verificar se a proposta vencedora encaminhada pela empresa apresenta a base de cálculo compatível com as características do serviço.

63. É importante destacar que o aumento do piso salarial (salário-base) reflete na diminuição desse valor na planilha, pois os 6% incide sobre o salário-base, que é valor que deve ser deduzido.

64. Outro fato também que merece ser destacado é em relação ao aumento da tarifa de transporte na REVISÃO contratual. Se no momento da contratação o fornecedor apresentar em sua Planilha de Custos uma tarifa inferior à tarifa real praticada na respectiva cidade, e se a tarifa, no decorrer da execução do contrato, sofrer reajuste, a REVISÃO deve ser proporcional ao aumento dado à tarifa real e não reajustada pela nova tarifa.

Auxílio-alimentação

65. O embasamento jurídico desse auxílio está previsto no artigo 458 §§ 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas. Deve-se observar também a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda de pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Alimentação do Trabalhador (PAT).

66. Como já explicado no item acima, o pagamento do auxílio-alimentação também deve ser calculado com base nos dias trabalhados.

<u>Cálculo</u>	<p>= (<u>Dias trabalhados no mês</u> X vale-alimentação)</p> <p>OBS:</p> <p>Deve-se atentar também quanto aos dias trabalhados no mês, como já demonstrado acima.</p> <p>Vale-alimentação: o valor, em regra, está previsto nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos.</p> <p>ATENÇÃO: se a jornada for de segunda a sábado (44h semanais), entende-se que o funcionário almoçará em casa (no sábado), por isso não será necessário pagar o vale-alimentação.</p>
----------------	--

Demais Benefícios

67. Os valores dos demais itens estão previstos nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos. Sugerimos a leitura do Parecer nº 15/2014/CPCL/DEPCONSUS/PGF/AGU, que aborda esse assunto, ficando sua previsão à discricionariedade do gestor.

68. Vale destacar o parágrafo único do artigo 6º da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017: *é vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.*

MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão

69. Nesse módulo estão presentes as verbas indenizatórias que incidem no momento de desligamento do empregado da empresa. Os percentuais não são estabelecidos por lei, mas há previsão na Convenção Coletiva, quando a categoria profissional estiver enquadrada. Com intuito de auxiliar a área demandante a elaborar sua Planilha de Custos para estimativa de valor máximo no edital, elucidaremos sobre as metodologias de cálculo, baseadas nos índices orientados pelo TCU, nos dados do IBGE, nos estudos do CNJ, que podem ser utilizadas como parâmetros. Esses parâmetros correspondem ao percentual máximo que Administração Pública deve pagar para cada item. Salienta-se que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação das propostas pela empresa vencedora esses itens podem vir com percentuais diferentes, pois são baseados em seu histórico de incidência.

Item	Módulo 3 – Provisão para rescisão	%	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
	TOTAL		

70. Assim, na fase licitatória, deve-se verificar cada item desse módulo no momento do recebimento da proposta pelo fornecedor, pois os percentuais não são estabelecidos por lei, mas sim no histórico da própria empresa para aquele tipo de contrato. O custo da empresa para o aviso prévio trabalhado é de 7 dias, já no aviso prévio indenizado é de 30 dias.

71. Cabe salientar que o Ministério do Planejamento, em sua Nota Técnica nº 652/2017, aborda sobre os custos renováveis nas prorrogações contratuais, como no trecho abaixo:

29. Assim, considerando o exposto, serão objeto de balizamento para exclusão da planilha de formação de preços, como custos não renováveis, os itens “A”, “B”, “D” e “E” do submódulo 4.4, anexo III-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 (item 25 desta Nota Técnica) - Aviso Prévio Indenizado; Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; e Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado.

30. Já em relação aos custos que compõem a Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado e a Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado, constantes das alíneas “C” e “F” do submódulo 4.4 referenciado, considera-se custos renováveis, tendo em vista que são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, conforme abaixo será demonstrado.

72. Mais adiante, em Sustentabilidade, compararemos os parâmetros, baseados em índices orientados pelo TCU, nos dados do IBGE e nos estudos do CNJ, para cada um dos itens do Módulo 3 com os dados estatísticos (índices mínimo, máximo, média e mediana) extraídos de 30 contratos de copeiragem da Administração Pública realizados no Distrito Federal.

Aviso Prévio Indenizado

73. Os artigos 477 e 487 a 491 da CLT, a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, e o Acórdão TCU nº 2.217/2010 - Plenário remetem a respeito desse assunto. A base de cálculo do Aviso Prévio Indenizado, bem como o índice balizador, encontra-se no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$(5,55\%) \times (1/12) = 0,46\%$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> . <u>OBS:</u> $5,55\%$ = dado estatístico, em regra, utilizado. Ler o Acórdão TCU nº 1.904/2007. $1/12$ = (1 mês não trabalhado/12 meses)

Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado

74. A Súmula nº 305 do TST e o Acórdão TCU nº 2.217/2010 - Plenário abordam sobre a incidência do FGTS. A base de cálculo da Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, bem como o índice balizador, encontra-se no quadro a seguir:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$(8\%) \times (0,46\%) = 0,03\%$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> . <u>OBS:</u> 8% = FGTS $0,46\%$ = correspondem ao percentual do Aviso Prévio Indenizado.

Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado

75. Nesse item é importante destacar a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (artigo 18, § 1º) com redação dada pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, pois ambas abordam sobre esse tema. A base de cálculo da Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado, bem como o índice balizador, está descrito no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
------------------------	--

<u>Cálculo</u>	$[0,08*(0,40+0,10)*0,9]*(1+0,0833+0,09075+0,03025) = \mathbf{4,35\%}$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> <u>OBS:</u> (0,08) = Alíquota do FGTS (8%) (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%) (0,10) = Contribuição Social sobre o FGTS (10%) (0,90) = 90% dos funcionários remanescentes (LC nº110/2001. Estudos CNJ – Resolução nº 98/2009) 1 = remuneração integral (0,0833) = % do 13º salário (0,09075) = % de férias (definida pela IN nº 5) (0,03025) = % adicional de férias
-----------------------	---

Aviso Prévio Trabalhado

76. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXI, e os artigos 477, 487 a 491 da CLT instituem o Aviso Prévio Trabalhado. Na elaboração da Planilha de Custos é importante que a área demandante se atente às recomendações dos Acórdãos TCU nº 3.006/2010 e nº 1.094/2007 - Plenário. A base de cálculo do Aviso Prévio Trabalhado, bem como o índice balizador, encontra-se no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[(1/30)*7]/12 = \mathbf{1,94\%}$ sobre a <u>base de cálculo</u> <u>OBS:</u> 1 = remuneração integral 30 = número de dias no mês 7 = nº de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar 12 = nº de meses no ano

Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado

77. A base de cálculo e o índice balizador deste item estão no quadro abaixo. Vale ressaltar que esse índice incide sobre o percentual do Submódulo 2.2 e sobre o valor do Aviso Prévio Trabalhado.

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$(\% \text{ do Submódulo 2.2}) \times (\% \text{ Aviso Prévio Trabalhado}) = \mathbf{0,71\%}$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> .

Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado

78. A base de cálculo e o índice balizador da Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado estão no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[0,08 \times (0,4+0,1)] \times [\% \text{ Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2}] = \mathbf{0,03 \%}$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> OBS: (0,08) = Alíquota do FGTS (0,40) = Valor da Multa do FGTS trabalhado (0,10) = Contribuição Social sobre o FGTS (% Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2) = % do item E

79. Depois de apresentar os parâmetros do Módulo 3, que, em regra, são utilizados para elaborar a Planilha de Custos para estimar os custos do posto de trabalho na fase anterior à licitação, demonstramos a consolidação, no quadro abaixo, de cada item:

Item	Módulo 3 – Provisão para rescisão	% de Orientações TCU e/ou dados IBGE
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,71%
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,03%
	TOTAL	7,52%

MÓDULO 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente

80. Esse módulo segue o mesmo preceito do módulo anterior, tendo sua previsão também baseada no histórico da empresa para determinado serviço e não em percentuais legais. Importante destacar a nota constante no Anexo II-D da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 sobre esse tema: *as alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.*

Item	Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente	%	Valor
Submódulo 4.1 – Ausências Legais			
A	Férias		
B	Ausências Legais		
C	Licença Paternidade		
D	Ausência por acidente de Trabalho		
E	Afastamento Maternidade		
F	Outros		
	TOTAL		
G	Incidência do Submódulo 2.2		
	Total Módulo 4		

Férias

81. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 definiu férias sendo 9,075%. Esse percentual incide sobre todo o Módulo 1, conforme tabela a seguir:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	9,075% incidem sobre a <u>base de cálculo</u> .

Ausências Legais

82. O artigo 473 da CLT e os Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 1.753/2008 - Plenário abordam sobre ausências legais.

83. A ausência legal corresponde ao período em que a empresa deve manter os custos do empregado. No caso de auxílio-doença, por exemplo, a empresa tem o custo nos primeiros 15 dias.

84. Como já supracitado sobre esse módulo, o percentual da ausência legal varia conforme o histórico da empresa. Nesse sentido, para estimar o custo da planilha por posto de trabalho, podem-se utilizar os parâmetros abaixo destacados. Em seguida serão apresentados, na tabela, o cálculo, considerando o dado do IBGE e a base de cálculo para incidência do percentual.

- IBGE (5,96 dias/ano)
- CCT (em regra são 7 dias)
- Contratos vigentes na Administração Pública
- Contratos anteriores do próprio órgão

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
------------------------	--

<u>Cálculo</u>	$(5,96/365 \text{ dias}) \times 100 = \mathbf{1,63\%}$
-----------------------	--

Licença Paternidade

85. A licença paternidade está prevista no inciso XIX do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e no §1º do artigo 10 do ADCT. Como no item acima, na elaboração da Planilha de Custos deve-se atentar aos Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 1.753/2008 - Plenário. A base de cálculo e o índice balizador, que no caso foi utilizado o índice do IBGE, seguem no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[(5/30)/12] \times 0,015 \times 100 = \mathbf{0,02\%}$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> <u>OBS:</u> 0,015: esse índice pode variar. Em regra, utiliza-se 0,015 porque, de acordo com os dados do IBGE, 1,5% é a média de trabalhadores que são pais durante o ano.

Ausência por Acidente de Trabalho

86. O inciso III do artigo 131 da CLT e a Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991, dispõem sobre ausência por acidente de trabalho. Vale destacar a Súmula nº 46 do TST: *as faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina*. A base de cálculo e o índice balizador, que no caso foi utilizado o índice do IBGE para cálculo, seguem no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[(15/30)/12] \times 0,08 \times 100 = \mathbf{0,33\%}$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> <u>OBS:</u> 15 = número de dias em que o empregado repousa e contratada remunera 30 = número de dias no mês 12 = número de meses no ano 8% = média dos trabalhadores que sofrem acidente/ano, de acordo com estatísticas do IBGE 100% = salário integral

Afastamento Maternidade

87. O embasamento jurídico sobre o tema encontra-se nos artigos 6º, 7º, inciso XVIII, 201 da Constituição Federal de 1988, bem como no artigo 392 da CLT. A base de cálculo e o índice balizador, que no caso foi utilizado o índice do IBGE para cálculo, seguem no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[0,02 \times (4/12)/12 \times 100] = \mathbf{0,055\%}$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> <u>OBS:</u> 0,02 = índice de ocorrência. Dado utilizado do IBGE. 4/12 = 4 meses de licença maternidade por ano 12 = meses do ano 100 = porcentagem

88. O custo final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo de afastamento maternidade, do número de meses de licença maternidade, do percentual de mulheres no tipo de serviço e do número de ocorrências de maternidade.

89. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, continuam sendo contados os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em Norma Coletiva de Trabalho, Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos).

Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição

90. Apesar do modelo do Anexo VII-D da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 não constar o item "Incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição", este deve ser considerado para cálculo, como indica a "Nota 2" do próprio anexo. Para ser calculado é necessário o somatório de todos os percentuais do módulo 4. Dessa maneira, considerando os percentuais supracitados, temos:

<u>Base de cálculo</u>	$[\sum(\text{valores dos itens de Módulo 4})] \times (\sum \text{da \% do Submódulo 2.2})$
-------------------------------	--

91. Depois de apresentar os parâmetros do Módulo 4 que, em regra, são utilizados para elaborar a Planilha de Custos para estimar os custos do posto de trabalho na fase anterior à licitação, demonstramos a consolidação, no quadro abaixo, de cada item:

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente		
Item	Submódulo 4.1 – Ausências Legais	% de Orientações TCU e/ou dados IBGE
A	Férias	9,075%
B	Ausências Legais	1,63%
C	Licença Paternidade	0,02%
D	Ausência por acidente de Trabalho	0,33%
E	Afastamento Maternidade	0,055%
F	Outros	0,000%
	TOTAL	11,11%
G	Incidência do Submódulo 2.2	4,422%
	TOTAL	15,53%

MÓDULO 5 - Insumos Diversos

Item	Módulo 5 – Insumos Diversos	Valor
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	TOTAL	

92. É comum nesse módulo os valores de cada item estarem diluídos no custo mensal de cada funcionário. Nesse sentido, é imprescindível detalhar no edital todos os materiais e equipamentos necessários para execução contratual, estabelecer o preço máximo para cada um dos itens e avaliar a metodologia de dispêndio para cada item, principalmente quanto ao item equipamentos.

93. É importante também atentar, nas prorrogações contratuais, à previsão de reajuste no edital, em que deve constar cláusula do índice adequado para cada item.

94. As peculiaridades abordadas no Módulo 5 serão abordadas nos tópicos a seguir.

Uniforme

95. Primeiramente, para estimar os preços desse item no edital, é necessário obter os preços médios praticados no âmbito da Administração Pública no Painel de Preços, atentando principalmente para o número de conjuntos por ano e característica/qualidade do uniforme. As respectivas Convenções Coletivas, em regra, trazem o número de uniformes por ano. Vale lembrar que cada órgão possui uma vestimenta adequada, e o gestor, no momento de estimar o valor, poderá considerar essas peculiaridades.

96. Como exemplo, a CCT nº DF000115/2017 DF dispõe:

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – UNIFORMES

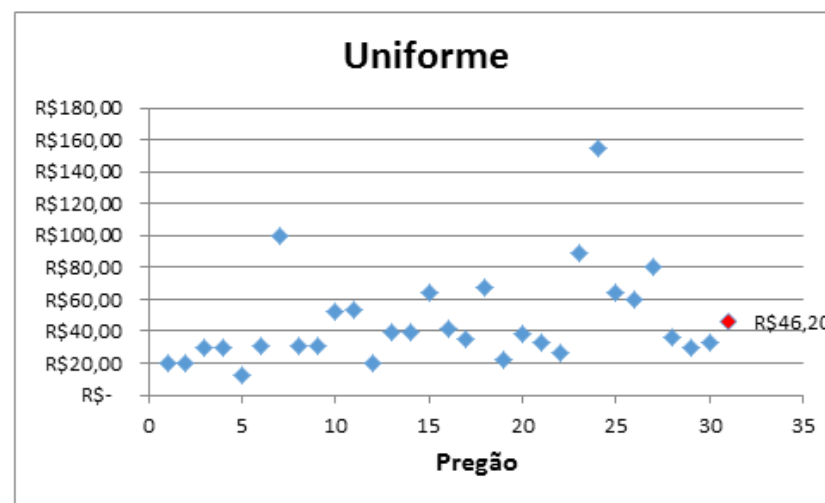
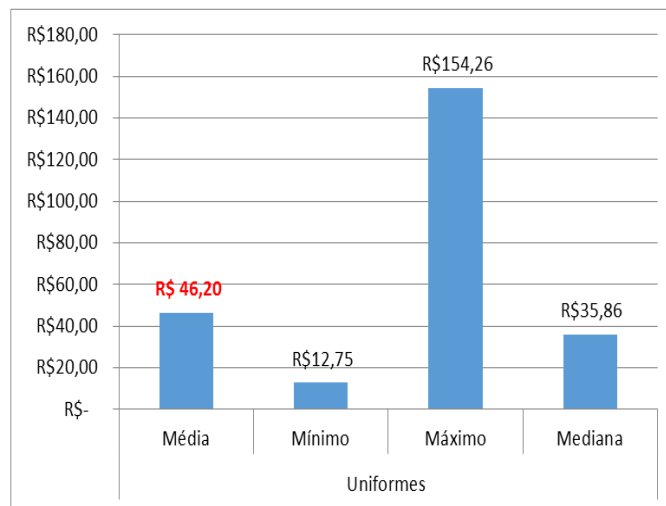
Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada seis meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japonsa (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

Parágrafo Segundo – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente.

Parágrafo Terceiro – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes obedecendo a frequência de 06 (seis) meses prevista no caput.

97. Com intuito de demonstrar o valor do uniforme, realizamos a pesquisa de preço nos contratos de serviços de copeiragem no Distrito Federal praticados pela Administração Pública e o preço médio encontrado foi R\$ 46,20, conforme os gráficos abaixo. Esse valor, por exemplo, deverá ser utilizado na Planilha de Custos para estimar o preço de referência de cada funcionário.



Materiais

98. O edital pode ou não prever esse item, dependendo da necessidade do órgão. Alguns órgãos preferem fazer outra licitação para contratar esses insumos. No caso de copeiragem, esses itens seriam, por exemplo, café, açúcar, leite e etc.

99. Se houver previsão de tais insumos, deve-se atentar pelo índice escolhido para o reajuste no caso de prorrogação contratual, como já supracitado, pois, se não corresponder à realidade de mercado, pode onerar substancialmente o valor do contrato com o passar dos anos.

Equipamentos

100. Os equipamentos seguem a mesma lógica do item acima “Materiais”, podendo ter previsão editalícia ou não, pois às vezes o próprio órgão já tem os equipamentos necessários.

101. Cabe salientar que, se houver previsão editalícia de aquisição de equipamentos, estes devem estar em uma lista, com seus respectivos preços máximos, conforme pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública, bem como cláusula que estabeleça as regras que serão adotadas para cálculo da depreciação desses equipamentos.

102. Dessa forma, no momento do encaminhamento da proposta pelo fornecedor vencedor, o pregoeiro, juntamente com a equipe de licitação, deve verificar se na proposta do fornecedor os custos dos equipamentos foram diluídos anualmente ou se há previsão possível dos cinco anos de execução do serviço, quando não estabelecido no edital.

103. Se, por exemplo, a cláusula de metodologia para depreciação de equipamentos não constar no edital, o fornecedor, no momento do encaminhamento da proposta da sua Planilha de Custos, pode diluir o valor dos equipamentos no custo de cada funcionário. Aparentemente, o valor para cada funcionário ficaria "barato", mas, se o número de funcionários for grande, a Administração poderia pagar anualmente o valor de todos os equipamentos, como se estivesse adquirindo-os. E isso, ao longo dos cinco anos de contrato, poderia resultar em uma aquisição de cinco vezes o número necessário de equipamentos, sendo que, a princípio, a Administração não tinha o interesse de adquirir nenhum deles.

104. O caso acima foi apenas uma maneira para exemplificar o impacto da ausência de regras no edital, principalmente nesse módulo. Mas diversas situações podem acontecer quando as regras não são bem estabelecidas. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, em seu Anexo V, destaca essa importância: *previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.*

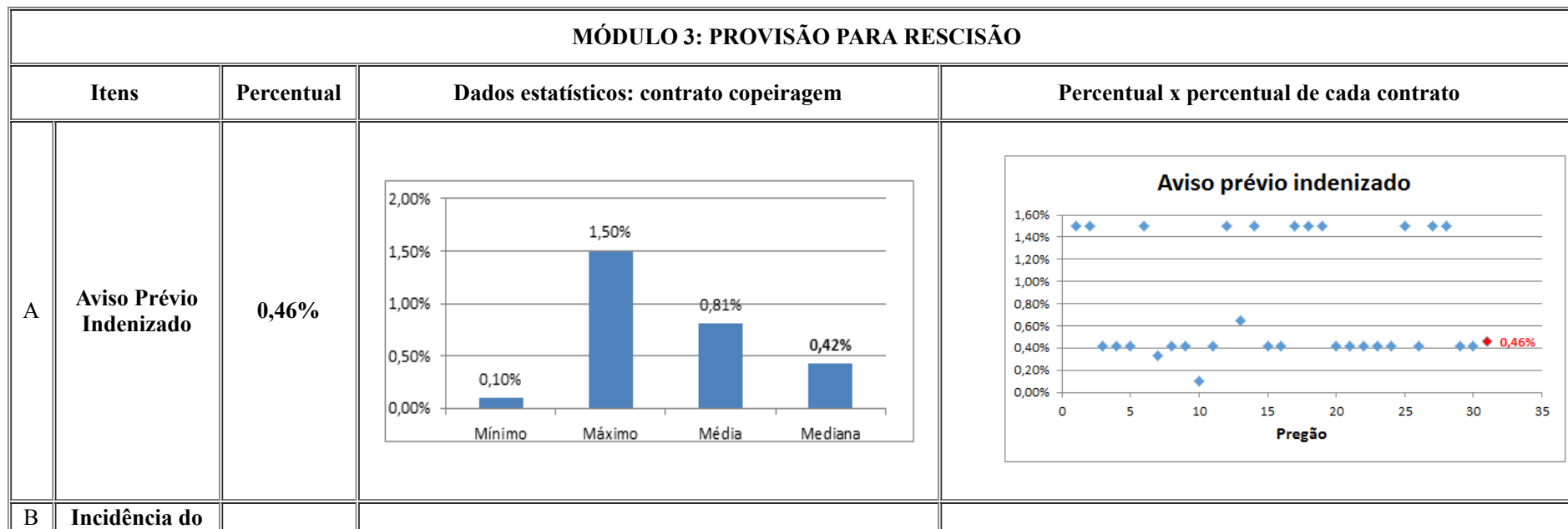
MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

105. O Módulo 6 será abordado no item Suscetibilidade.

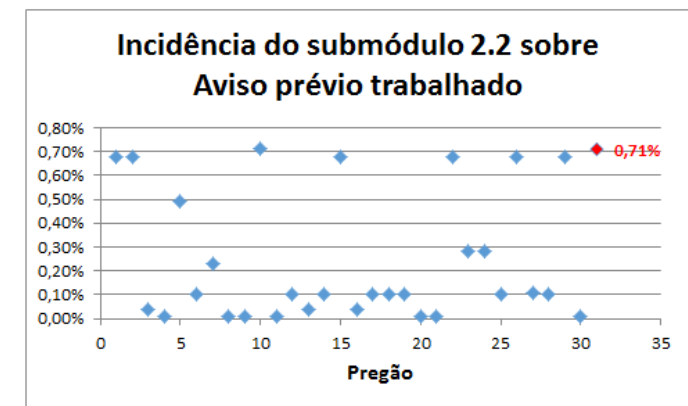
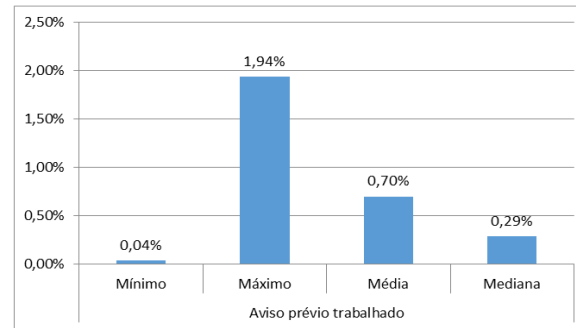
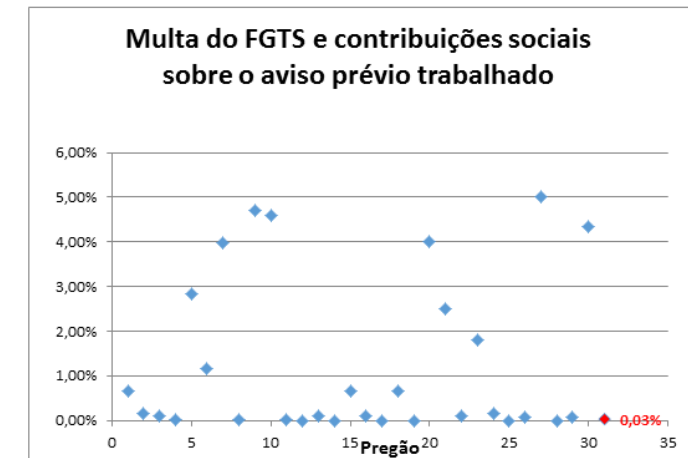
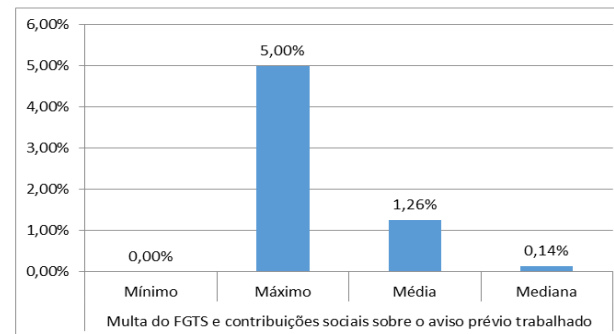
SUSCETIBILIDADE

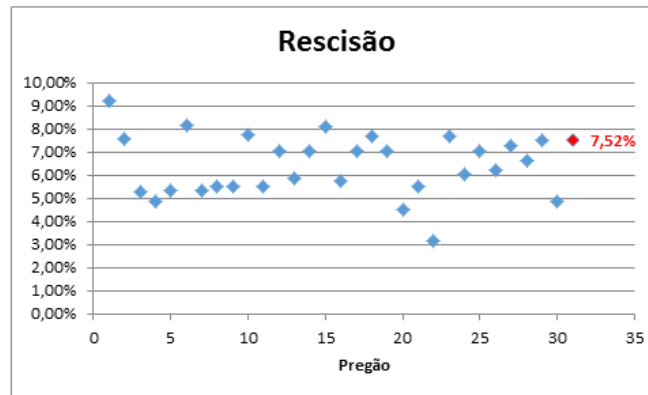
106. Esta parte da presente nota técnica tem o propósito de demonstrar que os percentuais dos Módulos 3,4 e 6 são factíveis aos contratos realizados pela Administração Pública. Acredita-se que com o conhecimento desses três principais módulos, além de ser possível avaliar a Planilha de Custos na fase anterior à licitação, poder-se-á, no momento do encaminhamento da proposta pelo fornecedor, verificar as possíveis fragilidades da planilha.

107. Inicialmente compararemos, nas tabelas abaixo, os percentuais consolidados, baseados em **jurisprudências do TCU, dados do IBGE e/ou estudos do CNJ**, de cada item dos Módulos 3 e 4 com os 30 contratos de copeiragem analisados no âmbito do Distrito Federal. Assim, o gráfico de coluna corresponde aos dados estatísticos (média, mediana, mínimo e máximo) e o gráfico de dispersão demonstra o quantitativo de contratos que se enquadram dentro desses percentuais apresentados nesta nota técnica:

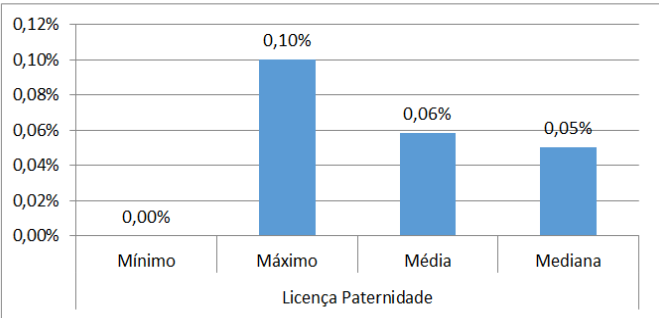
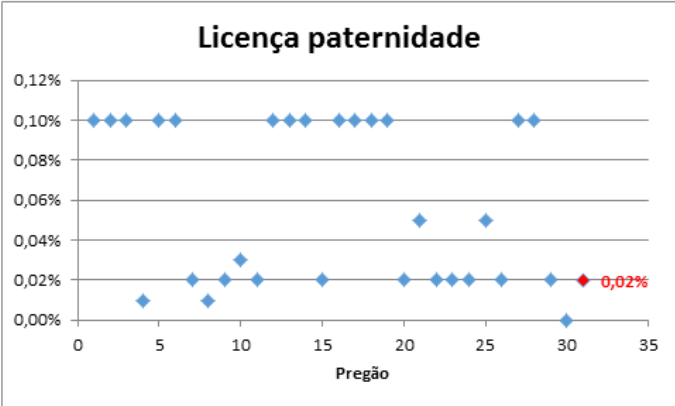
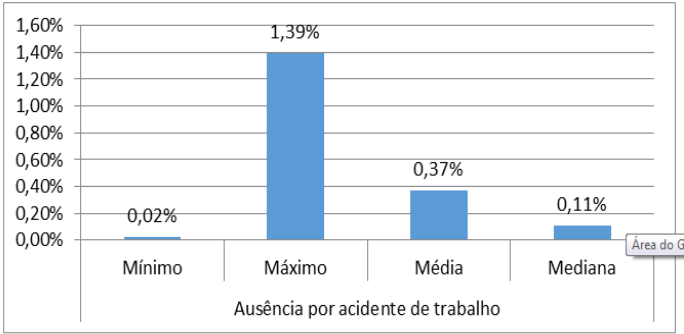
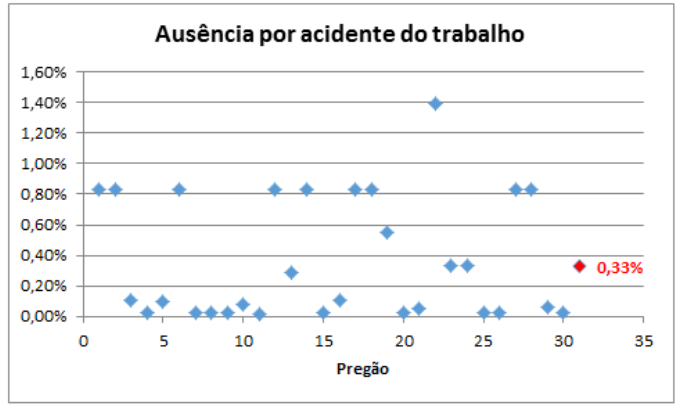
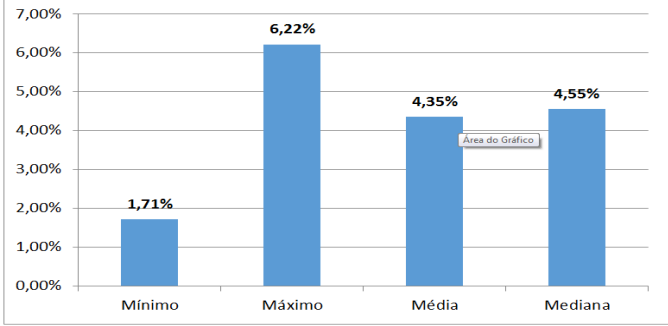


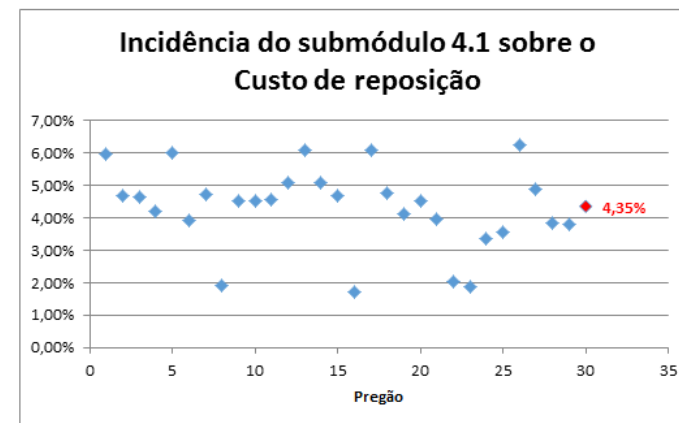
	FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	<p>0,14% 0,12% 0,10% 0,08% 0,06% 0,04% 0,02% 0,00%</p> <p>0,01% 0,12% 0,06% 0,03%</p> <p>Mínimo Máximo Média Mediana</p> <p>Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado</p>	<p>Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado</p> <p>0,14% 0,12% 0,10% 0,08% 0,06% 0,04% 0,02% 0,00%</p> <p>0 5 10 15 20 25 30 35</p> <p>Pregão</p> <p>0,03%</p>
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	<p>6,00% 5,00% 4,00% 3,00% 2,00% 1,00% 0,00%</p> <p>0,01% 5,00% 3,32% 4,36%</p> <p>Mínimo Máximo Média Mediana</p> <p>Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado</p>	<p>Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado</p> <p>6,00% 5,00% 4,00% 3,00% 2,00% 1,00% 0,00%</p> <p>0 5 10 15 20 25 30 35</p> <p>Pregão</p> <p>4,35%</p>
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	<p>2,50% 2,00% 1,50% 1,00% 0,50% 0,00%</p> <p>0,04% 1,94% 0,70% 0,29%</p> <p>Mínimo Máximo Média Mediana</p> <p>Aviso prévio trabalhado</p>	<p>Aviso prévio trabalhado</p> <p>2,50% 2,00% 1,50% 1,00% 0,50% 0,00%</p> <p>0 5 10 15 20 25 30 35</p> <p>Pregão</p> <p>1,94%</p>
E	Incidência dos			

Encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado**0,71%****Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado****0,03%****Total****7,52%**



MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE				
Itens		Percentual	Dados estatísticos: contratos copeiragem	Percentual x percentual de cada contrato
A	Férias	9,075%	Definido pela Instrução normativa MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.	
B	Ausências Legais	1,63%		
C	Licença Paternidade	0,02%		

				
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%		
E	Afastamento Maternidade	0,055%	Como é um percentual que varia pouco nas propostas dos fornecedores, não é oportuno fazer a comparação entre os contratos.	
F	Incidência dos Submódulo 2.2-Encargos Sociais sobre o Custo de Reposição (*)	4,35%		



(*) Ressalta-se que não se encontra na Planilha de Custos do Anexo VII da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, o item F - **Incidência do Submódulo 2.2 - Encargos Sociais sobre o Custo de Reposição**, apesar de haver orientação da necessidade de sua incidência.

108. Quanto ao Módulo 6 (Custo Indireto, Tributos e Lucros), este apresenta dois itens (Custo Indireto e Lucro) que variam consideravelmente no encaminhamento das propostas pelo fornecedor e afetam substancialmente o preço, pois incidem sobre os módulos (1, 2, 3, 4 e 5) da planilha, tornando difícil definir os percentuais desses itens para elaborar a sua própria Planilha de Custos, previamente à licitação.

109. Nesse sentido, apresentamos detalhadamente cada item, dando subsídio para o gestor elaborar sua Planilha de Custos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual	Considerações
A	Custos Indiretos	5%	Máximo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1753/2008- Plenário)
B	COFINS	3,0%	Lucro Presumido
C	PIS	0,65%	Lucro Presumido
D	ISS	5%	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003(e alterações)
E	LUCRO	Média dos contratos	Deve-se utilizar a média obtida na pesquisa de preço

Custos Indiretos

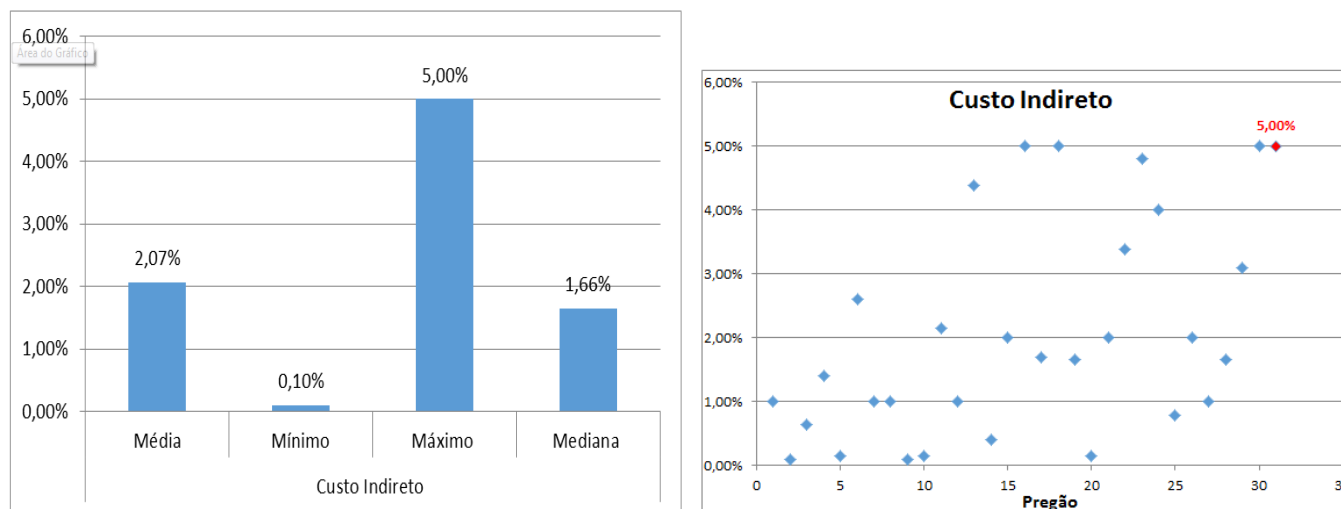
110. São os gastos da contratada com sua estrutura administrativa e organizacional e gerenciamento de seus contratos, como manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, IPTU, pessoal administrativo, material e equipamento de escritório, prepostos e seguros. A base de cálculo (sobre o que incide) está destacada a seguir:

<u>Base de cálculo</u>	% incide sobre a <u>Soma (Módulo 1+ Módulo 2+ Módulo 3+ Módulo 4+ Módulo 5)</u> .
-------------------------------	--

111. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fixou o mínimo e máximo do custo indireto apenas para os serviços de limpeza, conservação e vigilância. Dessa forma, para o gestor/responsável estabelecer o índice máximo do Custo Indireto na Planilha de Custos sugere uma pesquisa dos índices utilizados em contratos do

respectivo serviço no âmbito da Unidade de Federação pretendida e fazer a **média aritmética**. Ressalta-se que o Acórdão TCU nº 1.753/2008 - Plenário dispõe que o **percentil máximo** utilizado para outros serviços vinculados à mão de obra é de 5%.

112. Tendo em vista que o gestor poderá elaborar seu percentil baseado na sua própria pesquisa de preço ou utilizar o percentil máximo de 5%, segundo orientação do Tribunal de Contas da União, decidimos utilizar o percentil máximo para demonstrar que esse índice, além de atender a todas as contratações de copeiros analisadas na comparação, demonstra estar bem acima da média.



113. Cabe destacar que, nos contratos da Administração Pública Federal de serviços de copeiragem em Brasília, os percentuais encontrados foram todos inferiores a 5%.

114. Assim, é imprescindível analisar as Planilhas de Custos dos contratos vigentes no âmbito a Unidade de Federação pretendida, pois esses índices variam consideravelmente e impactam substancialmente no custo total do funcionário, tendo em vista que incide sobre todos os módulos anteriores.

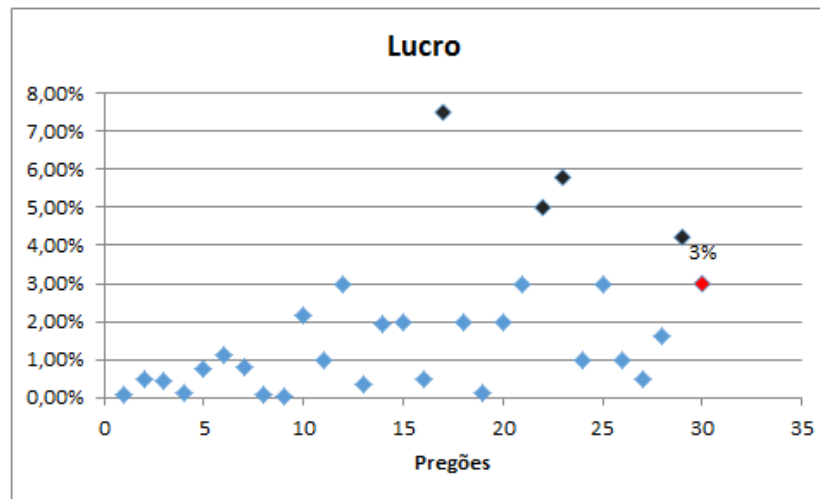
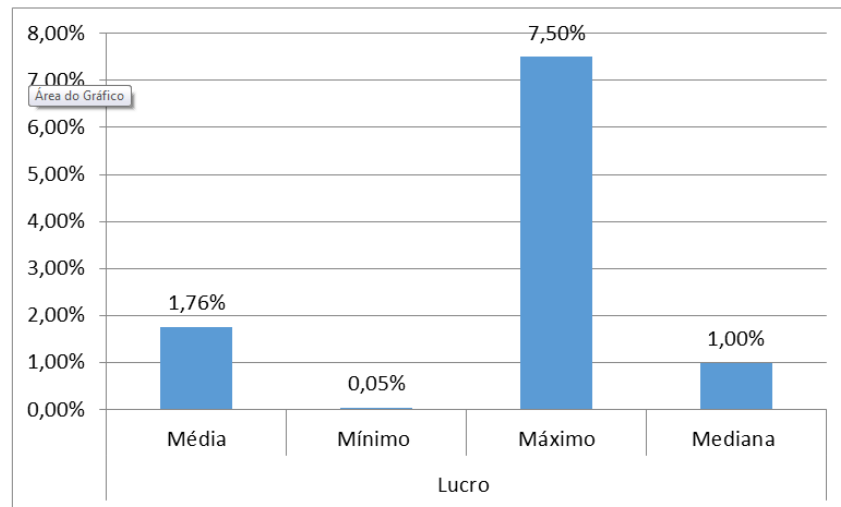
Lucro

115. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fixa limites mínimo e máximo para serviços de limpeza e vigilância, conforme estudos realizados pela Fundação Instituto e Pesquisas (FIA), sendo o máximo 6,79% e o mínimo 3,90%.

116. Quanto aos outros serviços, não há estabelecimento mínimo e/ou máximo de percentual, assim sugere-se que seja utilizada a **média aritmética** dos contratos realizados pela Administração Pública no âmbito da Unidade de Federação correspondente. A metodologia para calcular o lucro da Planilha de Custos é:

Base de cálculo	% incide sobre a Soma (Módulo 1+ Módulo 2+ Módulo 3+ Módulo 4+ Módulo 5) + Custo Indireto
------------------------	--

117. Vale destacar os percentuais de lucro encontrados nos contratos de copeiragem no âmbito Distrito Federal:



118. Nota-se que a maioria dos contratos vigentes de copeiragem apresentou percentual inferior a 3%. O gestor, com base na sua pesquisa de preço, deverá avaliar o percentual mais adequado, tendo em vista que, no caso concreto acima, não deveria utilizar um percentual superior a 3% para construir sua planilha estimativa de custos.

Tributos

119. Tributos destacados na Planilha de Custos para serviços terceirizados são os federais PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o imposto municipal ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza).

120. A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, dispõe sobre o imposto municipal ISS e estabelece, em seu artigo 8º, a alíquota máxima de 5% e, no artigo 8º-A, a alíquota mínima de 2%, acrescentado pela Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016. Assim, para a estimativa de custo na planilha sugerimos a utilização do índice máximo.

121. Em relação ao PIS e COFINS, ressalta-se que essas contribuições são variáveis conforme enquadramento tributário da empresa. Se for Lucro Presumido, os índices são 0,65% para PIS e 3,00% para COFINS, já pelo Lucro Real os índices são 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS.

122. Na Planilha de Custos para estimar o preço de referência para cada posto de trabalho, sugerimos a utilização do Lucro Presumido, pois, apesar de o Lucro Real apresentar alíquotas de PIS e COFINS superiores, a empresa pode se beneficiar por esse tipo de regime, permitindo o desconto de créditos apurados em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica, dependendo de quanto é o faturamento bruto mensal da organização e de quais são suas formas de crédito.

Base de cálculo	% de cada um dos Tributos x $[\sum(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5}) + (\text{Custo Indireto}) + (\text{Lucro})] \div (1 - \sum \text{Tributos})$
------------------------	--

123. Entretanto, a Planilha de Custos que a empresa vencedora encaminha no momento do processo licitatório deve corresponder ao seu enquadramento tributário no que se refere às alíquotas desses respectivos tributos.

124. Após apresentação da compatibilidade dos percentuais usualmente utilizados com os contratos realizados pela Administração Pública, no próximo item demonstraremos como esses módulos interferem no fator economicidade.

CONTA VINCULADA - GERENCIAMENTO DE RISCO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E COM FGTS DA CONTRATADA

125. Vale acrescentar que Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, no artigo 18, aborda dois tipos de controle para o tratamento de riscos para a contratação de serviços terceirizados, quais sejam, a conta vinculada e o pagamento pelo fato gerador.

126. Cabe destacar que esta nota técnica visa trazer a estimativa de índices da Planilha de Custos ajustada para conta vinculada, pois o pagamento pelo fator gerador só será válido após a publicação do caderno de logística, conforme descrito abaixo:

Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§2º A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

§ 3º **Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.**

FATOR DE ECONOMICIDADE - FATOR K

127. O Fator K é um parâmetro usual de mercado para se estimar o custo de um serviço com base na remuneração do profissional que prestaria o serviço. Não existe um percentual fixo para o Fator K, pois este depende da estrutura de composição de preço definida tanto por requisitos legais quanto estratégicos da empresa.

128. Nesse contexto, o TCU, conforme Acórdãos nº 1.753/2008 e nº 289/2018 - Plenário, entre outros, destaca como referência de custo, o Fator K, indicador de economicidade aplicado aos dispêndios com serviços terceirizados de natureza continuada, que corresponde à razão entre o custo total de um trabalhador (remuneração, encargos sociais, insumos, reserva técnica, despesas operacionais/administrativas, lucro e tributos) e sua própria remuneração. O Fator K, portanto, indica quantos reais são pagos pela Administração à contratada para cada real pago por esta ao trabalhador. Com o propósito de exemplificar esse índice, apresentamos a seguir quadro com a descrição hipotética da aplicação do Fator K nos custos mensais de contratação de um Auxiliar Administrativo:

Fórmula	Descrição	Valor
A	Custo total do trabalhador no mês	R\$ 2.700,00
B	Remuneração Total = (Σ Módulo 1)	R\$ 1.000,00
C = (A/B)	Fator K	2,7*
*2,7: quando não envolver materiais ou equipamentos diluídos nos custos dos funcionários. Atenção: não cabe para serviços de limpeza e segurança, pois estes são definidos (preço máximo e mínimo) pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.		

129. Com intuito de demonstrar que os gestores devem se atentar para o fator de economicidade nas contratações que envolvem mão de obra exclusiva, apresentamos alguns trechos do recente Acórdão TCU nº 289/2018 - Plenário, de 21 de fevereiro de 2018, sobre o tema:

7.1.6.10 Em outras palavras, depreende-se, de todo o exposto, que o referencial utilizado nesta fiscalização foi o mais conservador possível, uma vez que adotou-se o maior fator 'k' encontrado no mercado (2,70) , acima dos valores constantes do Acórdão 1.753/2008 – Plenário, dos contratos similares na Câmara dos Deputados e dos demais serviços terceirizados do próprio Senado, o que se coaduna com o limite estabelecido pelo TCU e adotado pela auditoria interna do Ministério Público da União, bem como com os valores observados na contratação vigente do Senado para a categoria em exame.'

6. Quanto aos indícios de superfaturamento, considero que os elementos até então existentes nos autos podem caracterizar a irregularidade que motivou a instauração da presente tomada de contas especial. Ressalto que a unidade técnica realizou ampla pesquisa dos preços praticados pela administração pública federal (inclusive Câmara e Senado) , para chegar à conclusão de que o

fator k máximo a ser admitido em contratações análogas seria de 2,7 ao passo que o fator k associado ao Contrato 100/2006 variava entre 3,6 e 3,9, o que demonstraria o descolamento do preço contratado junto à empresa Aval em comparação com os preços de mercado.

Logo, a existência do fator k discrepante associada a sobrepreço indicaria, no mínimo, a existência de um conluio entre as empresas que apresentaram cotações de preços [...].

130. Com propósito de esclarecer sobre o fator de economicidade e seus impactos no custo final de cada funcionário, demonstramos no **Anexo II** desta nota técnica variações dos módulos sensíveis já supracitados (Módulos 3, 4 e 6), considerando, no **Anexo II-A**, a Planilha de Custos com os parâmetros recomendados segundo orientações do TCU e dados do IBGE e, no **Anexo II-B**, a Planilha de Custos com a média dos contratos de copeiragem encontrados no âmbito do Distrito Federal

131. Comparando essas três Planilhas de Custo, presentes no Anexo II, pode-se verificar como os percentuais, especificamente de cada um dos itens dos Módulos 3, 4 e 6, interferem no custo total da remuneração de cada profissional e, por isso, a necessidade de estabelecer parâmetros para os módulos sensíveis. O fator economicidade utilizando os parâmetros desta nota técnica ficou em 2,7 (**Anexo II-A**), utilizando a média dos contratos analisados de copeiragem no Distrito Federal ficou 2,65 (**Anexo II-B**).

132. Assim, esse fator de economicidade é um cálculo simples que permite o gestor perceber se o custo do profissional está compatível com custo real desse profissional pela empresa. Além de permitir que o seu preço de referência por posto de trabalho no edital esteja compatível com os contratos praticados no âmbito da Administração, poderá verificar se os contratos vigentes em cada órgão atendem o critério economicidade.

CONCLUSÃO

133. Portanto, o objetivo da presente nota técnica é apresentar os parâmetros (percentuais) para elaboração de Planilha de Custos para contratação de serviços que envolvem mão de obra exclusiva, na fase que **antecede** a licitação, especialmente para os Módulos 3, 4 e 6, por apresentarem variações percentuais nas Planilhas de Custos dos fornecedores, bem como demonstrar como esses índices influenciam no fator economicidade ("K").

134. Dessa forma, o gestor, adotando as orientações desta nota técnica, como mecanismo subsidiário ou complementar à sua pesquisa de preço, mitigará o risco de preços superestimados por posto de trabalho nas licitações que envolvem serviços com mão de obra exclusiva. Logo, são mecanismos de controle, como o Fator Economicidade - **Fator K**, que o gestor deve se apropriar para gerir os contratos dessa natureza.

À consideração superior.

Brasília, 3 de abril de 2018.

RAFAELLA MOISA ALVARENGA
Supervisora

MÁRCIO ALVES SANTIAGO
Chefe de Divisão

De acordo. Submeto a presente nota técnica ao Senhor Secretário de Controle Interno.

Brasília, 3 de abril de 2018.

EDUARDO JOSÉ COSTA MELLO
Coordenador-Geral CGAC/CISET/SG/PR

Aprovo a Nota Técnica nº 2/2018 nos termos propostos.

Sugiro a adoção dos parâmetros previstos no denominado Fator K para as contratações futuras, bem como renegociação de contratos vigentes cujos parâmetros estejam demasiadamente superiores aos adotados nesta nota orientativa.

Por fim, informo que eventuais consultas técnicas sobre o tema poderão ser realizadas, nos termos da Portaria CISET nº 43, de 25 de setembro de 2017.

Brasília, 3 de abril de 2018.

EDSON LEONARDO DALÉSCIO SÁ TELES
Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Alves Santiago, Chefe de Divisão**, em 03/04/2018, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Moisa Alvarenga, Supervisor(a) (GR V)**, em 03/04/2018, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo José Costa Mello, Coordenador-Geral**, em 03/04/2018, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Leonardo Dalescio Sa Teles, Secretário de Controle Interno**, em 09/04/2018, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0497655** e o código CRC **BBD35754** no site:
(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0).



Referência: Processo nº 00010.000083/2018-55

SEI nº 0497655

**Anexo XII - Convenção Coletiva de Trabalho 2024-2025
GO000832-2023 e Aditivos.pdf**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000832/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/12/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR070487/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 10162.202006/2023-15
DATA DO PROTOCOLO: 13/12/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: 10162200001202439e **Registro nº:** GO000009/2024

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST GOIAS, CNPJ n. 02.851.939/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUISEDEQUE SANTOS DE SOUZA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO, CNPJ n. 02.552.768/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO GONCALVES DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os empregados das empresas de Asseio e Conservação e de Outros Serviços Terceirizados, exceto os empregados em empresas prestadoras de serviços de limpeza pública/urbana**, com abrangência territorial em **GO**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO**

A partir de 1º de janeiro de 2024, todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, terão um dispêndio com repercussão direta sobre os preços dos seus serviços a serem demonstrados através de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais, cabendo ao Sindicato Patronal e Laboral conjuntamente a emissão de Certidão Salarial com a demonstração do dispêndio total para os pisos salariais e benefício alimentação assim praticados desde 01º de janeiro de 2023.

Parágrafo Primeiro. Dispêndio de 11,8260% (onze vírgula oito mil duzentos e sessenta por cento) sobre o piso salarial vigente em 1º de janeiro de 2023 (R\$ 1.380,00), representado por 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) de reajuste dos salários normativos e 3,1304% (três vírgula mil trezentos e quatro por cento) a título de reajuste do auxílio alimentação.

Parágrafo Segundo. O auxílio alimentação de que trata o caput desta cláusula, teve um aumento de R\$ 39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos) mensal, passando de R\$ 400,40 (quatrocentos reais e quarenta centavos) para o limite de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês limitados a 22 (vinte e dois dias nas jornadas efetivamente trabalhadas acima de 06h (seis horas) diárias, e de R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos) para R\$ 20,00 (vinte reais) por dia trabalhado cuja a jornada seja acima de 06h (seis horas) inclusive os sábados trabalhados, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira.

I – Piso da Categoria: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

Parágrafo Terceiro – O reajuste de que trata o Parágrafo Primeiro da presente Cláusula será aplicado sobre os pisos salariais praticados em 1º de janeiro de 2023 ora previsto no Quarto Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, registrada sob o nº GO000018/2023 em 10/01/2023, para as seguintes funções: Ajudante/Amarrador; Ajudante de Cozinheiro; Artífice de Limpeza Ambiental; Artífice de Limpeza de Ar Condicionado; Ascensorista; Assistente Técnico no Serviço Público (CBO 4110-10); Auxiliar de Jardinagem e equivalentes; Auxiliar de Lavanderia; Auxiliar de Limpeza; Auxiliar de Manutenção Predial; Auxiliar de Serviços Gerais; Auxiliar metrológico (CBO 3523-05); Banheirista; Camareira; Carregador/Chapa; Comim; Contínuo; Controlador de Estacionamento; Copeiro; Cozinheiro; Cozinheiro-Auxiliar; Dedetizador; Desratizador e equivalentes; Digitador; Eletricista; Empilhador; Encanador; Encarregado/Chefe de Turma/Supervisores e equivalentes até 50 funcionários; Encarregado de Equipe/Supervisores e equivalentes superior a 50 funcionários; Faxineiro; Faturista; Garagista e Assemblhados; Garçom; Jardineiro; Lavador de carro; Lavador de fachada em edifício acima 05 (cinco) pavimentos utilizando balancim; Limpador; Limpador de Banheiro; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Motor; Mensageiro; Office-Boy; Operador de Áudio e Vídeo (CBO 3731-45); Operador de Máquina Fotocopiadora; Operador de Empilhadeira; Pedreiro; Pintor; Porteiro; Recepcionista; Recepcionista Bilíngue; Salgadeira; Secretária; Tratorista; Vigia; Zelador. As funções Assistente Técnico no Serviço Público nível II (CBO 2505-20); Motorista de carros leves; Operador de Máquinas Agrícolas – (CBO 6410-10); Recepcionista de Condomínio (juntamente com a função Porteiro); Trabalhador volante da agricultura- (CBO 620-20); Tratador de Animais – (CBO 6230-20) e Vaqueiro (CBO 6231-10) passará a ter piso salarial definido a partir da vigência desta CCT e integrará a Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS.

Parágrafo Quarto – Caberá ao sindicato patronal (SEAC-Goiás) conjuntamente com o laboral (SEACONS) a emissão de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais - CDPS com a amostragem dos valores apurados pela variação do reajuste de 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) e valor do benefício alimentação a serem assim praticados a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme previstos no caput e parágrafo primeiro desta Cláusula. A CDPS será emitida mediante comprovação de cumprimento do Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexagésima Quinta desta CCT – Certidão de Regularidade Trabalhista.

Parágrafo Quinto. Para os empregados que exercerem a função de porteiro bilíngue, através de contratos terceirizados, estes farão jus a uma gratificação de 50% sobre o piso reajustado do porteiro em 01º de janeiro de 2024.

Parágrafo Sexto. Aos empregados que percebem valores superiores aos pisos que serão estabelecidos, bem como para as demais funções não constantes desta Cláusula, inclusive o pessoal de escritório/administração e burocráticos, que em 31 de dezembro de 2023 percebiam salários de até R\$ 2.577,42 (dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos, aplica-se 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) de reajuste salarial. Acima deste valor, o percentual de reajuste será objeto de livre negociação e concessão.

Parágrafo Sétimo. Em decorrência do reajuste ora previsto para as funções contidas na Cláusula Terceira Parágrafo Terceiro, ficam integralmente repostas todas as perdas salariais até dezembro/2023.

Parágrafo Oitavo. É facultado às empresas a compensação de todos os reajustes concedidos, sejam compulsórios, sejam os espontâneos, ocorridos desde a última negociação.

Parágrafo Nono. Aos empregados admitidos após 1º de janeiro de 2023, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados, observados os pisos salariais estipulados nesta cláusula.

Parágrafo Décimo. Os salários normativos hora das categorias representadas na presente CCT, será conhecido através do resultado da divisão por 220.

Parágrafo Décimo Primeiro. Não serão considerados dias úteis os sábados, pontos facultativos e feriados nos órgãos públicos e instituições bancárias, para fins de cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Segundo. Para os serviços implantados a partir de 31/12/2008, deverá ser respeitado o piso de que trata a presente cláusula para jornada de até 44 horas semanais.

Parágrafo Décimo Terceiro. A jornada de trabalho do intérprete de libras poderá chegar até 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - DEPÓSITO PAGAMENTO SALARIAL

A todos trabalhadores da empresa, esta poderá optar por depositar o líquido de seu pagamento salarial através da rede bancária, via crédito em conta corrente, cujo recibo servirá de comprovante de quitação.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO PARA PAGAMENTO

As empresas têm o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado para efetuarem o pagamento dos salários, exceto apenas para as situações comprovadas, registradas nos Parágrafos Terceiro e Quarto da Cláusula Sétima da presente Convenção Coletiva ou nos casos de endividamento de empregado que requerem pagamento de salário por cheque bancário.

Parágrafo Único. O não cumprimento do disposto no caput, ensejará multa constante na Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA ACERTO

Ao empregado demitido ou demissionário, a empresa fará o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação até no máximo dez dias contados a partir do término do contrato.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas colocarão à disposição de seus empregados, o comprovante de pagamento (contracheques, holerith ou cópia de recibo) discriminando detalhadamente os valores de salários de proventos do trabalho e respectivos descontos, até o dia 10 (dez) subsequente ao seu pagamento. Os comprovantes, poderão ser disponibilizados no local de trabalho do empregado, ou através de qualquer meio eletrônico, e-mail, sites, aplicativos de celular ou entrega em documento físico.

Parágrafo Primeiro - A data de recebimento, ou quitação no recibo de pagamento será posta de próprio punho do empregado.

Parágrafo Segundo - Fica facultado a empresa proceder o pagamento através de depósito em conta corrente do empregado, sem ônus para este, caso em que a empresa deverá indicar no contracheque, a data da disponibilidade do pagamento, sendo considerado como quitação automática do valor líquido discriminado, quando disponibilizado na rede bancária;

Parágrafo Terceiro - As empresas que acumularem duas ou mais faturas de seus serviços prestados a determinado cliente, sem a respectiva quitação, quando comprovadamente justificado aos Sindicatos Profissional e Patronal, e mediante autorização de ambos, simultaneamente, poderão pagar os salários de seus empregados, lotados respectivamente naquela contratante em débito, em duas parcelas, sendo a primeira parte de 50% (cinquenta por cento) do total bruto do salário paga até o 5º dia útil, e a complementação será quitada até o 22º (vigésimo segundo) dia do mês subsequente ao mês trabalhado;

Parágrafo Quarto - Quando do pagamento da fatura em atraso for devidamente corrigida pelo tomador de serviços (Lei 8.666 Art. 40, XIV, "c"; art. 55, III), aplicar-se-á o mesmo percentual nos valores salariais pagos em atraso, na devida proporção até a data do adimplemento.

a) Estando a empresa com crédito a receber acima de duas faturas em havendo pagamento de uma dessas faturas em atraso, a empresa deverá providenciar o pagamento restante dos salários em 48 (quarenta e oito) horas após o crédito em conta.

b) Em havendo uma fatura em atraso, a empresa deverá comunicar ao SEACONS no prazo de até 10 (dez) dias antes do segundo atraso para que o mesmo promova gestões para recebimento, junto aos clientes, buscando evitar o parcelamento a que se refere o Parágrafo Terceiro.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

De forma opcional, fica facultado às empresas efetuarem o pagamento do 13º Salário (gratificação natalina) anualmente em um só tempo, até o dia 12 (doze) de dezembro, na proporção a que fizer jus o empregado, com a finalidade de compensar a fixação de aumento de multa de 10% para 20% em caso de descumprimento de Cláusula de Convenção Coletiva prevista na Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS

Fica estabelecido que serão remuneradas as horas extras, com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo sobre a hora normal.

Parágrafo Primeiro. O cálculo da hora extra, já incluso o DSR, deverá ser destacado em separado na folha de pagamento e no holerith, o qual será efetivado pela divisão do salário mensal do trabalhador por 220, acrescentando-se ao resultado o percentual de 50%.

Parágrafo Segundo. As empresas deverão proceder o destaque em separado na folha de pagamento do DSR relativo às horas extras no percentual de 16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do total apurado.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário mínimo nacional:

Parágrafo Primeiro. Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e/ou não sejam de propriedade particular. Para os demais estabelecimentos e funções que lidam com agentes biológicos e insalubres, as partes estabelecem que a aferição acerca da existência de agente insalubre no trabalho, bem como o grau incidente será apurada através de PGR e LTCAT, emitido por engenheiro de segurança do trabalho. Na ausência dos mencionados laudos/estudos, a aferição da existência de agente insalubre no trabalho, bem como o grau incidente será apurada via perícia judicial cujo custo será arcado pela parte sucumbente.

Parágrafo Segundo. Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

Parágrafo Terceiro. As partes ajustam que os adicionais de insalubridade e periculosidade não são cumulativos e, quando as condições de labor forem insalubres e perigosas simultaneamente, aplicar-se-á o adicional mais vantajoso ao trabalhador, somente enquanto perdurar a condição ensejadora do adicional, conforme parágrafo 2º do artigo 193 da CLT. Bem como deixa de ser devido pela empregadora ao empregado, caso a Súmula 448, II, do TST seja cancelada ou declarada inconstitucional.

Parágrafo Quarto. O manuseio do lixo domiciliar, assim considerado proveniente de condomínios residenciais, acondicionados em sacos descartados pelos moradores, quando retirado pelo empregado para o local apropriado de condicionamento, não se equipara aos termos de que trata a NR-38, por não se tratar de coleta de limpeza urbana, em razão que o lixo residencial se difere do lixo urbano que é coletado em diversos locais da cidade num volume bastante intenso e possui materiais de todos os tipos, enquanto o residencial é proveniente de um só local e de pequeno volume.

Parágrafo Quinto - Para os condomínios residenciais estes não se enquadram como insalubres.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

Aos empregados em serviços nos locais perigosos, será devido o adicional de periculosidade, desde que este não seja cumulativo com o adicional de insalubridade. O adicional de periculosidade, quando houver, será calculado e definido, exclusivamente, na forma estabelecida nos artigos 193 e 195, ambos da CLT.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREMIAÇÃO POR POSTO DE SERVIÇOS

Quando o tomador do serviço, através de exigência sua ou de negociação com a empresa prestadora, vier a estabelecer remuneração superior ao salário normativo de que trata a Cláusula Terceira e Parágrafos da presente CCT, para alguma das funções ali citadas, cujos valores serão descritos na Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS, esta se dará através de premiação específica e vinculada àquele posto de serviço.

Parágrafo Primeiro. A CTPS será assinada com o salário normativo, ficando a diferença a ser paga em folha, como premiação de posto de serviço (PPS).

Parágrafo Segundo. O trabalhador que, por qualquer motivo deixar de laborar no posto de serviço, de que trata sua premiação, não mais fará jus ao recebimento da mesma, já que referida premiação não está vinculada ao trabalhador mas tão somente ao posto de serviço.

Parágrafo Terceiro. Nos termos do art. 611-A c/c art. 457, §§ 4º e 22 da Consolidação das Leis do Trabalho, os prêmios assim considerados as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, poderão ser pagos de forma mensal, mantida a sua condição de parcela que não integra a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário, conforme § 3º do mesmo art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A partir de 01º de janeiro de 2024, o auxílio alimentação de que trata a Cláusula Terceira Caput e Parágrafos Primeiro e Segundo desta CCT passará de R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos) para R\$ 20,00 (vinte reais), para qualquer dia trabalhado cuja a jornada seja acima de 06h (seis horas) inclusive aos sábados, e somente será devido nos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Primeiro. Fica facultado às empresas que aderirem ao PAT, o pagamento do Auxílio Alimentação, em tíquete alimentação ou tíquete refeição exclusivamente em vales ou cartão magnético, ou a refeição propriamente dita entregues em refeitório que atendam as exigências do atual Ministério da Economia, vedado a entrega de marmitas ou marmitex, pagos por dia trabalhado no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) podendo ser estendido até 24 (vinte e quatro) dias no mês em jornadas superiores a 06 (seis) horas diárias, a ser pago ou entregue no 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente.

Parágrafo Segundo. As empresas terão o direito de descontar dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 11% (onze por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

Parágrafo Terceiro. Ante a inabitualidade de seu pagamento, face à sujeição ao adimplemento de condições para a sua concessão, o Auxílio Alimentação, diárias para viagem, ou qualquer ajuda de custo ainda que habitual em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não se computando nas férias, 13º salário, horas extras, gratificações, adicionais, e outros prêmios pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSPORTE DE TRABALHADORES

As empresas concederão aos seus empregados na forma da Legislação vigente, os vales-transportes necessários para sua locomoção de ida e volta ao local de trabalho, de acordo com os dias trabalhados, que lhes serão entregues, obrigatoriamente, até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês.

Parágrafo Primeiro. Possuindo a empresa transporte alternativo, desde que regular e eficiente, poderá o empregador optar por sua utilização, tornando-se desnecessário a concessão de vale-transporte.

Parágrafo Segundo. O fornecimento do benefício está condicionado à declaração escrita firmada pelo empregado, onde conste o endereço residencial, trajeto e meio utilizado.

Parágrafo Terceiro. A declaração falsa ou uso indevido do vale- transporte constituem falta grave.

Parágrafo Quarto. As empresas deverão promover o recadastramento de todos os trabalhadores, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de Registro desta CCT na SRTE/GO.

Parágrafo Quinto - O Vale-Transporte será custeado pelo empregado, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seus salários básicos, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens.

Parágrafo Sexto. Mesmo quando a ajuda para os deslocamentos dos empregados se der em espécie, a empresa poderá deduzir o percentual legal, sendo que os valores recebidos pelo empregado não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, porque constituem-se em reembolso de despesas de deslocamentos e acessórios, indispensáveis à prestação dos serviços e não contraprestação (art., 458, § 2º, da CLT), e também porque destinam-se ao cumprimento da finalidade da Lei, a qual prevê a não integração (alíneas “a” e “b” do artigo 2º da Lei 7418/85), mas apenas ajuda do empregador para o empregado nas suas passagens de ônibus. Ademais, a

própria jurisprudência do TST entende que "o recebimento da verba em pecúnia não modifica sua natureza indenizatória" (TST-RR-745/2003-421-02-00).

Parágrafo Sétimo - Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/ trabalho.

Parágrafo Oitavo - Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo Nono - No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo Décimo- No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE DE RESERVAS

As empresas assegurarão transportes gratuitos aos empregados para deslocamento em serviços, quando não tiver ponto fixo ou estiver em equipe de reserva, ressalvada a hipótese de escala previamente comunicado por escrito ao empregado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO DE SAÚDE

Fica facultado as empresas o oferecimento de plano de saúde médico para seus empregados, desde que haja plano de saúde que seja compatível com os requisitos dispostos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Os contratos de plano de saúde deverão obedecer os percentuais de descontos firmados nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta cláusula como limite, sendo que valores oriundos de coparticipação devidos pelo empregado não poderão ser incluídos na fatura para o desconto em folha de pagamento no salário do empregado.

Parágrafo Segundo - A adesão ao Plano de Saúde Médico é facultativa mediante prévia e expressa adesão e autorização de desconto, sendo que o empregado que aderir ao plano estipulado, deverá custear cada um no limite máximo de 9% (nove por cento) do piso salarial da categoria, descontado mensalmente.

Parágrafo Terceiro - Havendo interesse do empregado na inclusão de seus dependentes, o custo da inclusão se dará por conta exclusiva do empregado, que pagará o mesmo percentual de até 9% (nove por cento) do piso salarial da categoria, nos termos do Parágrafo Segundo, por cada inclusão efetivada.

Parágrafo Quarto. Fica a liberalidade da empresa a aceitação ou não dos termos contratuais impostos pela Operadora de Saúde, que contrarie o disposto em Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quinto - O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição.

Parágrafo Sexto - Aos empregados que estiverem às expensas do INSS, por auxílio doença ou por auxílio acidente, lhes ficam garantidos o benefício do plano de saúde, observando para tanto as condições estabelecidas pela empresa conveniada, inclusive quanto a existência de carência sob as condições oferecidas, continuando os empregados a contribuírem mensalmente com o valor estipulado do referido plano, pagando diretamente a firma/operadora do plano de saúde ou diretamente ao seu respectivo empregador, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, sob pena de não o fazendo ficar caracterizada a inadimplência, concorrendo assim para a perda do plano de saúde.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTÊNCIA FUNERAL E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Por esta cláusula fica convencionado que as empresas contratarão Seguro de Vida, Assistência Funeral e Auxílio Alimentação em favor de todos os seus empregados, nos termos do convênio e da apólice de seguro estipulada pelo SEAC-GOÍÁS – Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás, emitida pela seguradora **Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A** ou outra que vier a substituí-la, a critério do **SEAC-GO**.

Parágrafo Primeiro – Para o pagamento do seguro ora estipulado, as empresas poderão descontar mensalmente, em folha de pagamento, até o limite de **R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos)** do empregado, que será repassado a Seguradora, sendo que a diferença a maior será custeado integralmente pelas empresas, conforme contrato firmado com a seguradora.

Parágrafo Segundo - Havendo aumento do seguro de vida com assistência funeral e auxílio alimentação, no decorrer da vigência desta Convenção, pela mesma seguradora e não sendo conveniente a substituição da mesma, o acréscimo será suportado proporcionalmente pelas respectivas empresas e seus trabalhadores.

Parágrafo Terceiro - As empresas poderão optar por outra apólice de seguro de vida para seus trabalhadores, caso o SEAC-GO venha decidir por outra seguradora, permanecendo, porém, em ambos casos, inalterado o valor do desconto do empregado para este fim.

Parágrafo Quarto - Fica assegurada cobertura nas 24 horas do dia, dentro e fora do trabalho, considerando incluídas indenizações por morte natural e acidental pelos valores e condições abaixo:

4.1 - Em caso de Morte Natural ou Acidental do Empregado(a) a indenização será de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** a serem pago após a entrega de todos os documentos comprobatórios junto à seguradora, pelos beneficiários do seguro.

4.1.1 – Assistência Funeral: O conjunto dos serviços e itens garantidos estará limitado ao valor máximo de despesas de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

4.1.2 – Os serviços de assistência funeral serão prestados exclusivamente mediante o acionamento da central de atendimento a assistência 24 horas (**0800 730 0011**), um membro da família ou porta voz, deverá comunicar o falecimento do segurado (a) de imediato para que seja providenciado tudo que for necessário para a execução do funeral de acordo com o padrão de serviço contratado (o conjunto dos serviços está devidamente descritos no contrato de seguro).

4.1.3 – No caso da não utilização dos serviços será reembolsado na conta bancária do(a) beneficiário(a) e/ou a pessoa que se apresentar como responsável pelo velório e sepultamento, mediante apresentação dos documentos solicitados pela seguradora e de notas fiscais comprobatórias, no valor máximo de até **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

4.2. - Auxílio Alimentação: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de **R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais)** equivalente a 06 (seis) parcelas de despesas com alimentação de **R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)** cada, aos beneficiários do seguro conforme subitens beneficiários.

4.2.1 – Beneficiários: São as pessoas ou a pessoa expressamente designada(s) pelo Segurado, a quem deve ser paga a indenização do seguro em caso de morte daquele.

4.2.2 – O Segurado poderá indicar livremente seus Beneficiários, ressalvadas as restrições legais, devendo fazê-lo por escrito e/ou através de formulário próprio da Seguradora.

4.2.3 – Na ausência de indicação, os beneficiários serão os definidos nos Artigos 792 e 793 do Código Civil Brasileiro, transcritos a seguir:

“Art. 792 – Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária.

Parágrafo Único – Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a Morte do Segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

“Art. 793 – É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o Segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.”

4.2.4 – O Segurado poderá, a qualquer tempo, alterar a indicação de Beneficiários mediante manifestação por escrito perante a Seguradora, para a qual valerá sempre a última comunicação recebida, nos termos do artigo 791 do Código Civil.

4.3 – Em caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, a indenização ao segurado será de até **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

4.3.1 – Se a Invalidez for Parcial, a indenização será calculada tomando-se por base a tabela para calculo de indenização da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e Capitalização.

Parágrafo Quinto - Fica convencionado que as comunicações de eventos e atendimentos aos empregados e seus familiares, deverão obrigatoriamente ser feitas às suas empresas empregadoras.

Parágrafo Sexto - Ocorrendo eventos que gerariam o direito ao recebimento de indenização, sem prejuízo das demais sanções legais as empresas que não cumprirem na íntegra a presente cláusula, indenizarão diretamente o trabalhador ou os seus dependentes com importância em dinheiro equivalente ao triplo das aqui previstas, na data dos benefícios gerados, sem contudo deixar de cumprir com suas obrigações pecuniárias junto a Seguradora.

Parágrafo Sétimo - A fiscalização do cumprimento desta cláusula cabe às entidades sindicais que firmam esta norma coletiva, sendo obrigatório as empresas enviarem mensalmente ao SEAC/SEACONS as respectivas apólices de seguro, acompanhado do comprovante de pagamento.

Parágrafo Oitavo - Para retirada de Certificados de Regularidade e outros serviços solicitados aos sindicatos, às empresas deverão apresentar comprovante do Seguro contratado para o mês correspondente e devidamente quitado na forma desta Convenção.

8.1 – As empresas terão o prazo de 30 dias a contar do registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho na SRTE/GO, para aderir a apólice estipulada pelo SEAC/GO, ou enviar aos

sindicatos, cópia da apólice que garanta este benefício aos trabalhadores na qual deve ser parte integrante de suas condições especiais a íntegra da presente cláusula de seguro de Vida em Grupo com assistência funeral e auxílio alimentação.”

Parágrafo Nono – Nos casos de acidente de trabalho com empregado da categoria, será aplicado exclusivamente a responsabilidade subjetiva à empresa, nos termos do art. 7º, XXVII da CF/88. Na ocorrência de qualquer fato ensejador de indenização ao empregado, seja de que natureza for, a indenização do seguro previsto nesta Cláusula, será compensado nos valores indenizatórios arbitrados em juízo.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de descumprimento desta cláusula, consoante ao que dispõe a Cláusula Septuagésima Primeira, a fiscalização do cumprimento desta cláusula caberá o sindicato laboral SEACONS, sendo atribuído legitimidade para pleitear o pagamento deste benefício judicial ou extrajudicialmente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO APOIO, AUXÍLIOS E SERVIÇOS AOS TRABALHADORES

As empresas concederão Apoio, auxílios e serviços, em favor de todos os seus empregados, nos termos desta cláusula e de acordo com relação de benefícios e serviços, cursos e treinamentos, definida e aprovada pelo instituto IAFAS - Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra.

Parágrafo Primeiro. As empresas recolherão compulsoriamente à entidade gestora especializada IAFAS, o valor de R\$ 16,00 (dezesseis reais) por trabalhador que possua registrado, a título de contribuição do apoio, auxílios e serviços ao trabalhador previsto no caput desta Cláusula, até o dia 25º (vigésimo quinto) de cada mês, por meio de boleto disponibilizado somente pela gestora especializada IAFAS.

Parágrafo Segundo. O custeio do apoio/auxílios/serviços será de responsabilidade integral das empresas, e a gestão exclusivamente através do Instituto IAFAS, ficando vedado qualquer desconto no salário do empregado.

Parágrafo Terceiro. Estará a disposição dos trabalhadores do segmento, a utilização da farmácia IAFAS, localizada na Rua dos Bombeiros n.95, Quadra 250, Lote 09, Setor Parque Amazônia, CEP 74.835-210, na Cidade de Goiânia, com atuação no Estado de Goiás, através de aquisição de medicamentos via aplicativo IAFAS e que poderá ser realizada entrega desses medicamentos em domicílio ou posto de serviço do empregado, desde que cumprido os requisitos estabelecidos na presente cláusula pela empresa a ele vinculada.

Parágrafo Quarto. A critério das entidades convenientes e sob a chancela do Ministério do Trabalho e Emprego através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, poderá ser instituído, gerido e administrado pelo IAFAS, SESMT Comum/Compartilhado.

Parágrafo Quinto. É de responsabilidade da empresa, o envio a Gestora especializada IAFAS, de toda documentação necessária para a viabilidade do apoio/auxílios/serviços, bem como atualização de dados no sistema e envio do eSocial/SEFIP ou outro instrumento substituto do mês anterior ao vencimento do boleto ou o último declarado ao MTE, acompanhado da listagem de todos os empregados da empresa com a

discriminação territorial do serviço de cada colaborador, devendo também informar a listagem dos admitidos e desligados.

Parágrafo Sexto. Ocorrendo eventos que gerará o direito ao recebimento de benefício pelo empregado, a empresa deverá comunicar formalmente, acompanhado da documentação comprobatória do evento, a gestora especializada IAFAS no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência.

Parágrafo Sétimo. Visando o cumprimento das normas de proteção ao trabalhador, deverá constar a rubrica do Apoio, auxílios e serviços ao trabalhador, nas planilhas de custos e formação de preços em licitações públicas, em observância ao que dispõe o art. 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo. Em quaisquer casos de afastamento do empregado será devido o recolhimento do valor do disposto nessa cláusula se constante seu nome em folha de pagamento, e-Social/SEFIP ou qualquer documento oficial comprobatório do mês correspondente. Haja vista que ao trabalhador é devido o benefício que o mesmo comprovar direito de obtê-lo em qualquer período contratual celetista.

Parágrafo Nono. Ocorrendo eventos que gerariam o direito ao recebimento de apoio/auxílio/serviços ofertados pelo Instituto IAFAS sem prejuízo das demais sanções legais, as empresas que não cumprirem na íntegra a presente cláusula, indenizarão diretamente ao trabalhador com importância em dinheiro equivalente ao valor do benefício mais um piso da categoria, sem contudo deixar de cumprir com suas obrigações pecuniárias junto ao IAFAS.

Parágrafo Décimo. Para retirada de Certificado de Regularidade que trata a Cláusula Sexagésima Quinta da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, e recebimento de Termo de Quitação Anual disposto na Cláusula Vigésima Terceira da referida Convenção, e outros serviços solicitados aos sindicatos, às empresas deverão apresentar comprovantes dos pagamentos mensais ao IAFAS dos meses correspondentes e quitados a partir da competência março/2017 na forma Convenção, ou apresentação de Certidão de Quitações fornecida pelo Instituto, se for o caso, acompanhado da GFIP para recolhimento do FGTS do mês correspondente também se for o caso.

Parágrafo Décimo Primeiro. O Apoio/Auxílios/serviços disponibilizado ao trabalhador, não possui natureza salarial, tendo caráter compulsório e eminentemente assistencial. Em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não se computando nas férias, 13º salário, horas extras, gratificações, adicionais e outros prêmios/verbas pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

Parágrafo Décimo Segundo. A empresa deverá observar na sua integralidade, em todos os seus termos a presente cláusula, sob pena de pagamento de multa por descumprimento, correspondente ao previsto no parágrafo nono da presente cláusula, a ser pago por cada funcionário, a título de danos materiais por cada mês que o benefício não der a devida cobertura, conforme ora convencionado, sendo que do montante apurado, cinquenta por cento (50%) da multa será paga diretamente ao sindicato obreiro e o outros cinquenta por cento (50%) se dará em cesta básica para os empregados da empresa contratante em situação de regularidade perante o Instituto.

Parágrafo Décimo Terceiro. Aplica-se a responsabilidade civil, aquele que por negligência, imprudência ou imperícia descumprir a presente cláusula, nos termos da legislação.

Parágrafo Décimo Quarto. Na hipótese de descumprimento de cláusula, consoante ao que dispõe a Cláusula Septuagésima Primeira da CCT em vigor, a fiscalização do cumprimento desta cláusula caberá ao

IAFAS e ao Sindicato Laboral SEACONS, sendo atribuído a estes a legitimidade para pleitear o pagamento deste benefício judicial ou extrajudicialmente.

Parágrafo Décimo Quinto. Em se tratando de Acordos Judiciais e Extrajudiciais, esses somente poderão ser firmados mediante a apresentação prévia de Certidão de Regularidade do IAFAS como condição essencial de sua validade.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Às empresas ficam obrigadas a proceder o desconto de empréstimo consignado em folha de pagamento dos trabalhadores que autorizarem prévia e expressamente, observado o parágrafo segundo desta cláusula, conforme convênio firmado pelo sindicato Laboral, desde que em documento válido para tal, conforme prevê a legislação em vigor, Lei 13.172 de 21/10/2015 que altera a Lei nº 10.820 de 17/12/2003, e Decreto nº 4.840/2003, devendo o repasse ser feito para a instituição financeira até o máximo do décimo dia de cada mês.

Parágrafo Primeiro. As empresas não serão responsabilizadas por futuro descontos aos empregados que, rescindindo o contrato de trabalho, deixarem despesas pendentes pelos serviços empréstimos consignados contratados e observado o limite de 35% (trinta e cinco por cento) de desconto, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. Da mesma forma, as mesmas empresas não serão comprometidas ao pagamento desses empréstimos consignados, haja vista que os descontos salariais possuem a mesma natureza que os adiantamentos de salários.

Parágrafo Segundo. As empresas se obrigam a observarem o grau de endividamento do empregado, antes da consolidação do limite do empréstimo consignado, referente a parcela mensal que será comprometida.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

Ao empregado dispensado por justa causa, a empresa fornecerá carta de aviso alegando os motivos. O empregado acusará o recebimento da cópia sem a necessária confissão da culpa. Se não aceitar, a carta de dispensa será assinada por testemunha(s).

Parágrafo Único. O mesmo procedimento será adotado quanto ao recebimento de cartas de advertências e suspensões.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

As rescisões contratuais de empregados que tenham mais de 1 (um) ano de trabalho na empresa, serão homologados obrigatoriamente na entidade laboral conveniente – SEACONS e no ato da homologação a empresa deverá apresentar todos os documentos previstos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e nesta CCT.

Parágrafo Primeiro. As verbas rescisórias homologadas conforme disposto na presente Cláusula, sobre as quais não houve ressalvas específicas, entender-se-ão quitadas de forma plena, rasa e geral, nos termos do Enunciado 330 do TST.

Parágrafo Segundo. A empresa que optar por depositar as verbas rescisórias na conta corrente ou conta salário do trabalhador, fica obrigada a proceder à homologação prevista no caput desta cláusula, em no máximo 10 (dez) dias após o respectivo depósito. Após o prazo máximo estipulado neste parágrafo, aplica-se a Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

Parágrafo Terceiro. A critério da empresa e mediante agendamento prévio, a obrigatoriedade homologatória prevista na presente Cláusula poderá ser realizada através do meio virtual a ser disponibilizado pela entidade obreira SEACONS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TAXA DE SERVIÇOS

Em caso de solicitações de serviços, a parte solicitante deverá arcar com os custos, conforme tabela abaixo:

Homologação -----	R\$ 330,00 por empregado.
Termo de quitação anual-----	R\$ 330,00 por empregado.
Esclarecimento de dúvidas trabalhistas-----	R\$ 275,00 por dúvida.
Certidões GPS -----	R\$ 440,00 por certidão.
Certidões de Regularidade-----	R\$ 1.100,00 por certidão.

Parágrafo Primeiro. Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, podendo ser firmados perante o sindicato dos empregados da categoria, com a anuência do Sindicato Patronal.

Parágrafo Segundo. O Termo de quitação anual somente será emitido após o envio de toda documentação comprobatória das verbas que se pretende quitar e discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

Parágrafo Terceiro. As certidões GPS e as certidões de regularidade somente serão emitidas após o envio de toda documentação comprobatória, inclusive a documentação constante da Cláusula Sexagésima Quinta, Parágrafo Terceiro desta CCT.

Parágrafo Quarto. Fica vedado o desconto de qualquer valor do empregado.

Parágrafo Quinto. Ficam dispensadas da obrigatoriedade pecuniária as empresas que apresentarem a entidade laboral conveniente Certidão de Regularidade Trabalhista, a ser emitida pelo Sindicato Patronal, consoante Cláusula Sexagésima Quinta – Parágrafo Terceiro, acompanhada de Certidão de Regularidade perante o IAFAS (Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, podendo ser firmados perante o sindicato dos empregados da categoria, com a anuência do Sindicato Patronal, podendo ser atribuído taxa pelos serviços prestados, sendo obrigatório a presença do empregado.

Parágrafo Único. O termo previsto no caput desta cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO

Fica autorizado às empresas, tornar sem efeito o aviso prévio de comum acordo com o trabalhador, nas hipóteses de renovação do contrato de prestação de serviço da empresa com o Tomador de Serviço ou de advento de novo contrato.

Parágrafo Único. Essa medida visa manter o trabalhador no emprego, com todas as garantias Celetistas e Constitucionais vigentes, mantendo o contrato de trabalho original da mesma forma como fora celebrado, em perfeita harmonia à exegese do artigo 489 da CLT.

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REGIME EM TEMPO PARCIAL

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 30 horas semanais, sem à possibilidade de horas suplementares semanais (extras), ou ainda, aquele cuja duração não exceda à 26 horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até 06 horas suplementares semanais (extras).

Parágrafo Primeiro. Deverá ser observado pelas empresas as disposições contidas no artigo 58-A da CLT, que regulamenta o regime em tempo parcial, sendo que não se aplica o Parágrafo Décimo Segundo da Cláusula Terceira desta Convenção, nos contratos regidos por este artigo.

Parágrafo Segundo. As empresas poderão, a seu critério, recontratar funcionários que trabalhavam em regime de tempo parcial, conforme previsão no art.58-A, para trabalhar como funcionário mensalista, imediatamente após o término do primeiro vínculo empregatício, desde que

realizado o respectivo acerto rescisório, pagamento das verbas devidas e homologação no sindicato laboral em caso de empregados com mais de um ano de empresa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REGIME DE CONTRATO INTERMITENTE - CONVOCAÇÃO

Nos contratos em regime intermitente, poderá haver a convocação do empregado em até 04h (quatro horas) antes da prestação do serviço, ficando livre o empregado de qualquer penalidade em caso de recusa.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS NOS POSTOS DE SERVIÇOS

Fica vedado ao trabalhador que exerça suas atividades fora do local da sede, filial ou escritório de representação da empresa, o recebimento de Notificação, Aviso de Recebimento, Auto de Infração e Correspondências diversas que esteja endereçada à empresa empregadora. No caso de desobediência e por colocar em risco os interesses da empresa, o empregado faltoso poderá ser punido com falta grave e até demissão por justa causa, dependendo da gravidade do caso.

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderão contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado. Caso o aviso prévio seja trabalhado, deverá ser observado os termos da Lei 12.506/2011. Em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração. A utilização ou não desta cláusula, é faculdade da empresa sucedida e do empregado em conjunto.

Parágrafo Primeiro - Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT, devendo neste caso ser observado a obrigação do recolhimento da respectiva contribuição social.

Parágrafo Segundo - Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego.

Parágrafo Terceiro - No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

Parágrafo Quarto. Esta cláusula somente poderá ser utilizada de forma integral, não podendo as partes utiliza-la de forma parcial de acordo com a própria conveniência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO TRINTÍDIO

As empresas que demitirem os empregados, em razão de perda de contrato e/ou redução de postos de serviços, desde que seja devidamente comprovados as entidades sindicais laboral e patronal, em até 10 (dez) dias após o encerramento e/ou redução do contrato de prestação de serviços, ficarão isentas do pagamento do trintídio que antecede a data base, nos termos do artigo 9º da Lei nº 7.238/84.

Parágrafo Único. Para fazer jus a aplicação desta cláusula, a empresa deverá comprovar junto ao SEACONS, as quitações das obrigações trabalhistas e da CCT.

ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DISPENSA DE ESTABILIDADE

Durante o período de estabilidade, previstos nas Cláusulas Trigésima Segunda e Quinquagésima Quarta da presente Convenção, e as demais previstas em Lei, o empregado poderá abrir mão da mesma, total ou parcialmente desde que o instrumento de desistência seja elaborado com a assistência do Sindicato Laboral.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ALTA PREVIDENCIÁRIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias (Súmula 32 do TST).

Parágrafo Primeiro. Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa via e-mail, carta registrada, através de terceiros ou pessoalmente, mediante comprovante com cópia para ambas as partes, também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo - Caso o empregado tenha sido considerado apto ao trabalho pelo INSS, todavia, não concorde com a decisão, siga com a interposição de recurso/ação em face do INSS e não labore, deverá declarar expressamente a empresa de próprio punho ou por outro meio esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

Parágrafo Terceiro - Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE AO APOSENTADO

É assegurado aos empregados estabilidade provisória durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao tempo mínimo necessário para a aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço e/ou idade, devidamente comprovado, desde que o empregado interessado se manifeste por escrito com a prova do tempo de serviço por extrato emitido pelo INSS, e, que o mesmo pertença aos quadros de empregados da empresa a pelo menos 3 (três) anos.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Fica assegurado ao empregado em substituição a outro, salário igual ao percebido pelo substituído, sem as vantagens pessoais, desde que a substituição não seja eventual.

Parágrafo Único. Considera não eventual para o disposto no caput da cláusula, o período superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADO ESTUDANTE

Concede-se licença não remunerada nos dias de prova ao empregado estudante, desde que avisado o patrão com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - SESMT COLETIVO/ COMPARTILHADO

Na forma das normas legais atuais ou outra que vier a substituí-la, as empresas, o sindicato patronal ou sua respectiva Associação IAFAS - Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra, poderão formar SESMT Coletivo/Compartilhado, ou ainda poderão os empregados serem assistidos no SESMT do contratante.

Parágrafo Único. A instituição, valores, dentre outros requisitos necessários ao funcionamento do SESMT Coletivo/Compartilhado pelo Instituto IAFAS será definido em instrumento normativo

próprio, seguindo todos os trâmites dispostos em lei e na Norma Regulamentadora nº.4 com as alterações trazidas pela Portaria MTP nº. 2.318 de 03/08/2022, ou outra que vier a substituí-la, tendo como objetivo a promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INCENTIVO AO ESTUDO

O empregado que participar do curso de curta duração (treinamento/aperfeiçoamento) e média/longa duração (graduação/pós-graduação) custeados total ou parcial pela empresa e venha a demitir-se ou ser dispensado por justa causa, dentro de 02 (dois) anos, posterior ao término dos cursos de curta duração, e 04 (quatro) anos dos cursos de média/longa duração, ficará obrigado a ressarcir à empresa as despesas por ela efetuadas com o custeio do curso, incluindo-se as relativas a transporte, hospedagem e outras pertinentes, limitado a 50% (cinquenta por cento) das verbas rescisórias.

Cláusula 36.1 - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO MEDIANTE BOLSA QUALIFICAÇÃO

Como forma de qualificação profissional, fica as empresas autorizadas a suspensão temporária do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, conforme previsto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que realizado mediante Acordo Coletivo de Trabalho a ser firmado junto ao sindicato profissional SEACONS, com anuência do sindicato patronal SEAC/GO.

Parágrafo Único. Como forma de manutenção do emprego e da renda, inclusive dos grupos de risco, definidos pelas autoridades de saúde, ficam as empresas autorizadas a suspensão temporária do contrato de trabalho, em razão da pandemia do COVID-19, nos termos do caput da cláusula 36.1.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DADOS PESSOAIS EMPREGADOS

Em face da Lei n.13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, §3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, poderão ser compartilhados sempre que necessário, assim entendida largo sensu, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança, ficando a empresa responsável por seu devido tratamento. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal, a quem der causa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - BANCO DE HORAS

Fica autorizada as empresas de constituírem Banco de Horas a serem compensados no período de 12 (doze) meses, limitados à 10 (dez) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Primeiro. O empregado que tiver horas a serem compensadas, poderá sair mais cedo, ou chegar mais tarde em seu posto de serviço, desde que previamente comunicado pela empresa e autorizado por esta.

Parágrafo Segundo – No caso da não compensação no período de 12 (doze) meses, será devido o pagamento de horas extras com acréscimo de 50% sobre a hora normal.

Parágrafo Terceiro – Em ocorrendo desligamento do empregado, antes que tenha havido a compensação, será devido o pagamento em horas extras com acréscimo de 50% sobre a hora normal.

Parágrafo Quarto - Nos termos do artigo 59 §6º da CLT, as empresas estão autorizadas a firmarem Acordo Individual de Compensação de Jornada, desde que esta compensação ocorra dentro do mês respectivo.

Parágrafo Quinto - Ficam as empresas autorizadas a instituírem banco de horas, mediante a obrigatoriedade expressa do aval das entidades sindicais profissional e patronal.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - 12 X 36 - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação.

Parágrafo Primeiro. Será concedido intervalo intrajornada de acordo com o artigo 71 da CLT, com uma hora para refeição e descanso. A não concessão ou concessão parcial do intervalo para refeição e descanso, implica no pagamento de natureza indenizatória apenas do período suprimido com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal suprimida.

Parágrafo Segundo. Considerando-se a realidade da prestação de serviços e, ainda a natureza empresarial, fica estabelecida a possibilidade de ampliar-se o descanso intrajornada além do limite

de 01 (uma) hora na forma do artigo 71 da CLT, bem assim ser adotado o intervalo intrajornada de 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Terceiro. Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo descanso nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

Parágrafo Quarto. Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 20% (vinte por cento) para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h. A prorrogação da jornada de trabalho após as 05h00 min do dia seguinte não implicará na obrigação de pagamento do adicional noturno correspondente ao período excedente conforme definição prevista no parágrafo 2º do art. 73 da CLT.

Parágrafo Quinto. Ficam autorizadas as empresas a jornada de 12 x 36h nos ambientes insalubres, inclusive em hospitais, clínicas e unidades de saúde em geral, sendo desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho, por não tratar-se de sobrejornada.

Parágrafo Sexto. Os empregados que trabalham na escala 12 x 36h noturna, o adicional noturno será devido somente nas noites trabalhadas.

Parágrafo Sétimo. Fica autorizada a compensação no sábado das horas laboradas em excesso de jornada de 2ª a 6ª feira, até o limite de 44 horas semanais e 10 (dez) horas diárias.

Parágrafo Oitavo. No posto de serviço em que é utilizado o trabalho em dias alternados, no sistema de trabalho de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, independentemente de o trabalho ser noturno ou diurno, em face da compensação não será devido hora extra, pagando-se como remuneração o piso da categoria mais o adicional noturno, quando for o caso, proporcional aos dias laborados, desde que respeitado as 12 horas trabalhadas.

Parágrafo Nono. Os empregados poderão ter uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, e nos finais de semana, sábado e domingo, em escala de 12 x 36, alternando os finais de semana, cumprindo o descanso obrigatório de 2 domingos por mês. Não haverá prejuízo no salário, pois haverá compensação do excesso de horas trabalhadas em determinado período pelo descanso no período seguinte.

Parágrafo Décimo. Não descaracteriza o regime convencionado no caput desta cláusula, caso seja ultrapassada a jornada para ele estabelecida, por necessidade do serviço, mas, nessa hipótese, as horas excedentes desse sistema de trabalho deverão ser remuneradas como horas extras, considerando-se o divisor 220 estabelecidos nesta convenção. Fica a liberalidade do empregado, aceitar ou não aceitar labor na continuidade da jornada, não havendo punição em caso de recusa.

Parágrafo Décimo Primeiro. As empresas poderão acordar com seus funcionários administrativos a compensação de horários nos dias úteis visando a dispensa de trabalho aos

sábados, respeitando o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Décimo Segundo. Não será considerado desvio de função, quando o empregado substituto na função de portaria, na hora intervalar em Jornada 12 x 36h, não sofrer quaisquer prejuízos, quer seja no salário ou na carga horária, inerentes à função do empregado substituído, cabendo a empresa repassar o valor da hora correspondente da função do substituído, mensalmente, ao funcionário substituto. A substituição de portaria poderá se dar por outra função.

Parágrafo Décimo Terceiro. Extensão Eventual de Jornada - Entende-se por Extensão, quando por necessidade imperativa, a empresa empregadora solicita ao colaborador que este seja convocado/ permaneça no posto de serviço, para cobrir a jornada imediatamente consecutiva do empregado com o qual faria revezamento. Na hipótese de realização de extensão, apenas a extensão será remunerada como horas extras 50%, fato este que não descaracteriza a presente jornada. As empresas ficam obrigadas a fornecer alimentação sem ônus para o empregado. Não sendo devido o vale-transporte.

Nos casos em que o empregado não estiver no posto de serviço, quando convocado/ solicitado será devido além do pagamento de horas extras 50%, o fornecimento do respectivo vale-transporte, além de Ticket Refeição ou Cartão equivalente, na forma prevista nesta Convenção sem ônus para o trabalhador. Fica a liberalidade do empregado, aceitar ou não aceitar a solicitação/convocação, não havendo punição em caso de recusa.

Parágrafo Décimo Quarto. O SEACONS, nos casos comprovados de implantação do sistema 12 x 36, assume o compromisso de não patrocinar, ou dar qualquer assistência, em qualquer demanda judicial, ou administrativa, objetivando ao pagamento de horas extras, quando observada a jornada de serviços supramencionadas, uma vez que expressamente reconhece e afirma a conveniência da cláusula e a considera do interesse dos empregados, conforme decidido em Assembleia Geral da Categoria, desde que respeitado os termos desta Cláusula.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO

Será concedido intervalo intrajornada de acordo com o artigo 71 da CLT, com uma hora para refeição e descanso. A não concessão ou concessão parcial do intervalo para refeição e descanso implica no pagamento, de natureza indenizatória. O período não gozado será pago com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal suprimida.

Parágrafo Primeiro. Considerando-se a realidade da prestação de serviços, e, ainda a natureza empresarial, fica estabelecida a possibilidade de ampliar-se o descanso intrajornada, na forma do Parágrafo Segundo e Terceiro desta Cláusula, bem assim ser adotado o intervalo intrajornada mínimo de 30 (trinta) minutos, devendo ser indenizado o período restante suprimido.

Parágrafo Segundo. Fica permitido que as empresas implantem opcionalmente, total ou parcial, no quadro de empregados que trabalhem no regime de 8h diárias, o intervalo para repouso ou alimentação de no máximo 5 (cinco) horas.

Parágrafo Terceiro. Quando o intervalo for superior a 4 (quatro) horas a empresa fica obrigada a conceder vales-transportes – além dos já mencionados na Cláusula Décima Quarta, na forma da lei.

Parágrafo Quarto. A concessão de horário para alimentação independente da extensão deste, não desnatura e nem reduz a jornada de trabalho de 12 x 36 (Doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) quando for o caso.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - REPOUSO SEMANAL

O trabalho realizado em dia de feriado ou em dia da folga, poderá ser compensado, no prazo máximo de dois meses. Não havendo a compensação aqui permitida, ficará a empresa obrigada ao pagamento do feriado/folga em dobro.

Parágrafo Único. As empresas ficam autorizadas a fazer o remanejamento dos feriados.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - HORÁRIO DE FREQUÊNCIA

Fica estabelecido que os Cursos e Reuniões, quando do comparecimento obrigatório do trabalhador, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho, ou, quando fora deste horário, ensejarão pagamento de horas extras.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DE REGISTRO DE EMPREGADOS

Face à natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfazer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO CONTROLE DE REGISTRO DE PONTOS

As empresas poderão fazer o fechamento do controle de frequência entre os dias 16 (dezesesseis) do mês corrente e 15 (quinze) do mês subsequente.

Parágrafo Único. O controle de registro de pontos poderá ser feito através de qualquer meio de registro, inclusive eletrônico/digital, aplicativos de celular, documento físico, ou qualquer outro meio que melhor satisfazer a viabilidade operacional do empregador, conforme Portaria nº 671, de 08 de

novembro de 2021, do Ministério do Trabalho servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TRABALHO NO SÁBADO

Fica vedado a utilização do empregado em mais de um posto de serviços no sábado.

Parágrafo Primeiro. Os empregados em serviços de copa, portaria, fotocopiadoras e contínuos, não poderão ser colocados pela empresa, nos sábados, para executarem serviços distintos de sua função, com exceção do serviço de limpeza, na seção, do local de trabalho onde executam suas tarefas.

Parágrafo Segundo. Fica autorizada a compensação no sábado das horas laboradas em excesso de jornada de 2ª a 6ª feira.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Com base no direito constitucional esculpido no artigo 7º, inciso XXVI, as empresas que se interessarem, ficam autorizadas a fecharem o registro de frequência de seus empregados em data anterior ao último dia de cada mês, para que as mesmas possam elaborar suas folhas de pagamento em tempo hábil a procederem o recolhimento dos encargos sociais, desde que observado para efeito do pagamento dos salários, o mês normal.

Parágrafo Único. Os acréscimos devidos e os descontos legais, originados após a data de fechamento do ponto, serão automaticamente contemplados no(s) mês(es) subsequente(s).

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS E CONCESSÃO DE FÉRIAS

Conforme disposto no artigo 145 da CLT, as empresas deverão promover o pagamento das férias + 1/3 até 2 (dois) dias antes do início do respectivo gozo pelo empregado.

Parágrafo Primeiro. Fica convencionado entre as partes que o início das férias coletivas ou individuais somente não poderá coincidir com domingo ou feriado, bem como sábados em que não haja expediente normal de trabalho.

Parágrafo Segundo. Para os empregados que trabalhem em regime de compensação, o início das férias não poderá coincidir com o dia da folga de sua escala de serviço, exceto para os

empregados que laboram em escala 12x36h que em razão das características da escala não é possível evitar que o início recaia nestes dias, podendo as férias ser iniciadas em qualquer data a ser definida pelo empregador.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DE APARELHO CELULAR E SIMILARES NO EXPEDIENTE DE TRABALHO

Diante da natureza da prestação de serviços a terceiros, fica expressamente proibido durante o horário correspondente ao seu expediente e durante toda a sua prestação de serviço, exceto do período de gozo do intervalo de intrajornada, a utilização de aparelho celular, smartphone, tablete e similares que não seja por determinação do EMPREGADOR ou para ações necessárias a execução do serviço, ficando sujeitos os empregados à penalidades.

Parágrafo Primeiro. Nos casos de urgência/emergência do empregado, fica este autorizado ao uso do telefone celular.

Parágrafo Segundo. Para informação aos empregados quanto a disposição supra mencionada, inclusive com previsão da punição aos que infringirem a regra, as empresas poderão utilizar-se da adequação ao Regulamento Interno, com a fixação do mesmo em local visível, fazer constar em cláusula do contrato de trabalho individual, ou ainda através de comunicado individual assinado pelos empregados, respeitados os regulamentos internos já existentes.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - EPIS

As empresas fornecerão aos seus empregados as ferramentas e equipamentos de proteção individual – EPIs, de uso obrigatório no trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE e em especial com a Portaria 3.214 de 1978 em sua NR-06, e serão de uso exclusivo em serviço, respondendo o empregado pela não utilização dos mesmos, uma vez que a entrega dos EPI's, mediante recibo, obriga, por si só, o empregado a utilizá-los, independentemente da fiscalização do empregador.

Parágrafo Primeiro. Quando, por sua culpa ou dolo devidamente comprovados, ocorrer extravio dos bens sob sua guarda ou danos decorrentes da utilização para fins estranhos ao serviço, fica convencionado nesses casos, o desconto em folha do valor integral do prejuízo causado.

Parágrafo Segundo. Caso o empregado tenha seu contrato rescindido, fica ele obrigado a devolver os equipamentos recebidos, na condição em que se encontrarem, também sob pena de desconto.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES

As empresas fornecerão gratuitamente 02 (dois) uniformes completos, novos e confeccionados, por ano, tendo como referência o mês de admissão do empregado, durante a vigência do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro. Se a empresa exigir tipo e/ou cor de calçado o mesmo passa a integrar o uniforme.

Parágrafo Segundo. A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho, ficando o faltoso passível de punição.

Parágrafo Terceiro. O uniforme será fornecido mediante cautela. O empregado indenizará a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

Parágrafo Quarto- A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

Parágrafo Quinto- Por não fazer uso regularmente do uniforme por decorrência de sua jornada de trabalho, esta cláusula não se aplica ao empregado contratado sob o regime intermitente. Este empregado terá direito ao uso do uniforme apenas no momento do trabalho, devendo ser devolvido limpo no término do contrato.

Parágrafo Sexto. Fica ajustado que o tempo dispendido diariamente pelo empregado para entrada e saída do posto de serviço, incluindo-se a troca de uniforme, não integra a jornada de trabalho, bem como não constitui tempo de serviço efetivo à disposição do empregador, não se considerando assim trabalho extraordinário.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA PREVALÊNCIA DOS ATESTADOS MÉDICOS

Para efeito de legislação trabalhista e previdenciária, as faltas dos empregados por razão de sua saúde, serão abonadas mediante comprovação por atestados médicos, odontológicos e declaração de consultas, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, obedecendo a triagem dos serviços médicos próprios da empresa ou conveniados, e pelo SESMT Coletivo a ser implantado pela AGEPS, bem como os despachos na legislação pertinente;

Parágrafo Primeiro- Dispondo a empresa de serviço médico e odontológico próprio ou formalmente contratado, estes deverão proceder com a avaliação e aprovação dos referidos atestados sem o que os mesmos não serão válidos.

Parágrafo Segundo - Os atestados fornecidos na forma legal, por médicos ou dentistas de entidades classistas e/ou instituições credenciadas pelo SUS, não poderão ser recusados, desde que observado o disposto no caput;

Parágrafo Terceiro - Os atestados médicos na forma legal, serão obrigatoriamente encaminhados pelos integrantes da categoria no departamento de pessoal das empresas, no mesmo dia de sua

emissão ou, no máximo 03 (três) dias, após a expedição sob pena de invalidade e de serem considerados nulos, sendo que os atestados apresentados após o fechamento da folha de pagamento, estes serão incluídos na folha do mês subsequente.

Parágrafo Quarto - Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo Quinto - Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos artigos 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo Sexto- Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482 da CLT.

RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - REPRESENTANTE CLASSISTA

Os empregados que fizerem parte da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegação Federativa e Conselho Disciplinar, inclusive suplentes, não poderão ser mudados de local de trabalho unilateralmente, salvo se por motivo de força maior.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE SINDICALISTAS

Nenhuma empresa poderá impedir o afastamento dos diretores, delegados sindicais e conselheiros do Sindicato Profissional quando convocados por este, no máximo uma vez por mês, a fim de que possam participar das reuniões da Diretoria, sem prejuízo da remuneração, desde que as mesmas estejam fixadas durante o horário de trabalho do convocado titular.

Parágrafo Único. Fica acertado ainda, que as empresas liberarão, com abono de ponto, seus empregados investidos em Representação Sindical, quando convocados pelo Sindicato para participarem de Encontros, Congressos e/ou outros eventos classistas, observando o seguinte:

- a) Só poderá o empregado ausentar-se do emprego por 03 (três) vezes no decorrer da vigência da presente Convenção.
- b) Cada período afastado não poderá ser superior a 08 (oito) dias.

c) O total de dias afastados pelo mesmo empregado, durante a vigência da presente Convenção, não poderá ultrapassar a 15 (quinze) dias.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL

Fica assegurada a estabilidade para o Delegado Sindical, durante o exercício do mandato, o qual não poderá ter seu local de trabalho trocado unilateralmente, salvo os casos de força maior.

Parágrafo Único. O sindicato laboral só poderá indicar Delegados Sindicais nos locais de trabalho onde trabalham o mínimo de 200 (duzentos) empregados da mesma empresa, sendo o limite máximo de 01 (um) por local e 05 (cinco) por empresa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - REMUNERAÇÃO DE SINDICALISTA

As empresas pagarão o piso aos empregados investidos em cargos de direção sindical no SEACONS e que estiverem a disposição do sindicato, até o limite de um salário normativo de um trabalhador de limpeza, limitando a 1 (um) diretor por empresa, ficando às expensas do sindicato o valor que ultrapassar esse limite.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL ASSISTENCIAL LABORAL

Com fundamento na Tese de repercussão geral nº 935 do STF, e de acordo com o que restou aprovado em assembleia geral extraordinária de trabalhadores realizada no dia 23/10/2023, as empresas deverão descontar anualmente de cada trabalhador pertencente à categoria, e em toda base territorial (Goiás), o valor total equivalente a 10% (dez por cento) do valor do piso da categoria, a ser realizado em duas prestações de 5% (cinco por cento) cada, como recolhimento de contribuição Negocial, a ser revertido para o Sindicato Laboral (SEACONS).

Parágrafo Primeiro. Os descontos da referida contribuição Negocial previstos no *caput* dessa cláusula se darão nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e setembro de cada ano, devendo ser repassado ao SEACONS até o dia 20/02 e 20/10, respectivamente.

Parágrafo Segundo. No caso do desconto da folha de setembro de cada ano, os trabalhadores terão do dia 01º até o dia 10 de outubro de cada ano para oferecer oposição. Para o desconto da folha de janeiro de cada ano, os trabalhadores terão do dia 01º até o dia 10 de fevereiro de cada ano para oferecer oposição.

Parágrafo Terceiro. A oposição deverá, obrigatoriamente, ser feita pessoalmente e de próprio punho na sede do sindicato (em duas vias), sob pena de preclusão. A referida oposição será assinada pelo representante do sindicato laboral e pelo empregado, e será entregue às empresas pelo Seacons.

Parágrafo Quarto. Ficam as empresas obrigadas a encaminhar ao sindicato laboral, via e-mail (seacons.financeiro@terra.com.br) até o dia 10 (dez) do mês de cada desconto, o rol de empregados que prestam serviços na base territorial do SEACONS - GO, juntamente com a apresentação de documentos comprobatórios, quais sejam: Relatórios do e-Social (Conectividade Social e Arquivo SEFIP), ou outro documento oficial que quantifique inequivocamente o rol de empregados, sob pena de multa constante na Cláusula Septuagésima Primeira em favor do sindicato laboral. No presente caso fica o sindicato profissional obrigado a proteção e destinação correta dos referidos dados, sob pena de descumprimento e responsabilização nos Termos da Lei Geral de Proteção de Dados nº. 13.709/2018.

Parágrafo Quinto. Após o recebimento da documentação em questão, o departamento financeiro do SEACONS - GO acusará o recebimento e fará a análise do quantitativo, e encaminhará à empresa o boleto bancário para repasse dos descontos, o qual terá como vencimento os dias 20/02 (para os descontos ocorridos no mês de janeiro) e 20/10 (para os descontos ocorridos no mês de setembro), ou primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Sexto. O descumprimento total ou parcial desta cláusula ou qualquer ato da empresa que dificulte o seu cumprimento (condutas antissindicais, tais como: estímulo ao empregado fazer oposição, impedimento que o empregado se dirija ao sindicato para entrega da oposição quando não em serviço, ausência/atraso no envio da documentação comprobatória da quantidade de empregados e etc.) ensejará multa indenizatória prevista na Cláusula Septuagésima Primeira da Convenção Coletiva de Trabalho.

- a) Além da penalidade estipulada acima, as empresas que atrasarem ou deixarem de descontar e/ou recolher, tempestivamente, as importâncias avençadas nesta cláusula, estará sujeita às seguintes penalidades: a) multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mora diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento). E, no caso de cobrança judicial, além dos acréscimos já mencionados, incidirão também à empresa, as custas processuais e honorárias advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o total apurado.

Parágrafo Sétimo. Os pedidos de devolução realizados dentro do prazo estipulado nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula deverão ser feitos pessoalmente e de próprio punho na sede do sindicato (em duas vias), sob pena de preclusão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA MENSALIDADE SOCIAL (FILIAÇÃO)

No caso dos empregados que desejarem filiar-se ao sindicato laboral ou que já forem filiados, fica obrigada a empresa empregadora a promover o desconto mensal no salário do empregado, no percentual de 1% (um por cento) do salário base da categoria, obrigando-se ainda a promover o respectivo repasse ao SEACONS, por meio de pagamento de boleto bancário.

Parágrafo Primeiro: Ao receber a filiação de cada empregado, o SEACONS deve enviar comunicação oficial a empresa, constando a data de filiação, o nome de cada empregado filiado e a respectiva autorização assinada pelo funcionário.

Parágrafo Segundo: Até o dia 30 (trinta) de cada mês, a empresa fica obrigada a informar ao SEACONS, via e-mail (seacons.financeiro@terra.com.br e seacons@terra.com.br) a quantidade de filiados que laboram na empresa, e o valor do boleto referente a mensalidade social a ser gerado, devendo nesta mesma oportunidade informar sempre que um empregado filiado for desligado da empresa, mediante documentação oficial comprobatória do desligamento.

Parágrafo Terceiro: Não havendo o envio do e-mail pela empresa, fica o SEACONS autorizado a enviar, entre o dia 10 (dez) e o dia 18 (dezoito) de cada mês, o boleto bancário referente a mensalidade social, com prazo de vencimento até o dia 20 (vinte), devendo a empresa empregadora providenciar o respectivo pagamento na data aprazada.

Parágrafo Quarto: Em caso de descumprimento, atraso ou ausência de pagamento, fica a empresa sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mora diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento), bem como a aplicação da multa constante da Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme decisão da Assembleia Geral da categoria econômica, as empresas de asseio e conservação, que operam ou vierem a operar no Estado de Goiás, sindicalizadas ou não, recolherão com recursos próprios ao SEAC/GO – Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e de Outros Serviços Similares Terceirizáveis do Estado de Goiás, através de guias fornecidas pelo mesmo o equivalente a 3% (três por cento) do montante bruto, das folhas de pagamento dos meses de abril de 2024 e abril de 2025, a ser pago em parcela única com vencimento em 10/05/2024 e 10/05/2025.

Parágrafo Único. Após o prazo estabelecido para os recolhimentos, será cobrado para resgate destes débitos 2% (dois por cento) de multa, e 0,5% (meio por cento) de juros por mês de atraso mais correção monetária.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Consoante decisão da Reunião Ordinária da FECOMÉRCIO-GO realizada em 17/12/2021, as empresas recolherão com recursos próprios, através de guias bancárias fornecidas pelo Sindicato, 3% (três por cento) sobre o montante bruto da folha de pagamento do mês de maio de 2024 e maio e 2025, com vencimento para 20/06/2024 e 20/06/2025, limitado a valor mínimo de R\$ 254,10 (duzentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) e máximo de R\$ 2.369,00 (dois mil, trezentos e sessenta e nove reais).

Parágrafo Único. Após os prazos estabelecidos para os recolhimentos, será cobrado para resgate destes débitos, 10% (dez por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros por mês de atraso, mais correção monetária.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Conforme decisão da Assembleia Geral da categoria econômica, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/GO, associadas ou não, deverão recolher a entidade patronal a Contribuição Negocial mediante guia a ser fornecida por este, equivalente a 6% (seis por cento) do montante bruto das folhas de pagamento do mês de junho de 2024, a ser pago em duas parcelas de 3% (três por cento) cada uma, com vencimentos em 10/07/2024 e 10/08/2024; e junho

de 2025, a ser pago em duas parcelas de 3% (três por cento) cada uma, com vencimentos em 10/07/2025 e 10/08/2025.

Parágrafo Único. Após os prazos estabelecidos para os recolhimentos, será cobrado para resgate destes débitos, 10% (dez por cento) de multa, 0,5% (meio por cento) de juros por mês de atraso, mais correção monetária.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DESPESAS ODONTOLÓGICAS

As empresas efetuarão desconto no pagamento dos seus empregados mediante autorização prévia e expressa dos empregados, alusivo às despesas por serviços odontológicos prestados pelo SEACONS e por qualquer outro sistema de assistência odontológica firmado pelas empresas, Instituto IAFAS, para beneficiar os funcionários e seus dependentes.

Parágrafo Primeiro. A entidade profissional ou a empresa conveniada, encaminhará as empregadoras a relação dos créditos juntamente com a autorização do desconto firmado pelo empregado.

Parágrafo Segundo. As empresas efetuarão os repasses das importâncias levantadas até o 10º (décimo) dia posterior ao desconto, diretamente na tesouraria da entidade profissional e/ou à empresa conveniada na forma contratual.

Parágrafo Terceiro. As empresas não serão responsabilizadas por futuros descontos aos empregados que, rescindindo o contrato de trabalho, deixarem despesas pendentes pelos serviços odontológicos prestados. Da mesma forma, as mesmas empresas não serão comprometidas ao pagamento desses mesmos serviços, haja vista que os descontos salariais possuem a mesma natureza que os adiantamentos de salários.

Parágrafo Quarto. Os descontos se aterão ao limite estabelecido em Lei.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - GUIAS DE RECOLHIMENTO

As empresas estão obrigadas a encaminharem as guias de recolhimento do INSS (GPS) ao Sindicato Profissional.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DAS CONQUISTAS E CONCESSÕES

Os sindicatos convenientes declaram, que na negociação coletiva ora formalizada, houveram concessões mútuas, razão pela qual os direitos e deveres, benefícios e restrições expressos nas diversas cláusulas, não devem ser vistos isoladamente, e sim como insertos na integralidade do pactuado, respeito ao costume e, principalmente, da busca da possibilidade de manutenção e geração de empregos, bem como de se viabilizar a atividade econômica (art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DOCUMENTAÇÃO PARA CONCORRÊNCIA

As empresas que participarem de licitações públicas ou que apresentarem quaisquer propostas a clientes particulares, obrigatoriamente deverão juntar à documentação ou à proposta, respectivamente, mesmo que não solicitados pelo tomador de serviços, a certidão de regularidade trabalhista sindical e uma cópia da presente Convenção Coletiva, a fim de que fiquem cientes das obrigações ajustadas, evitando descumprimento de seus termos.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

Por força desta Convenção Coletiva, e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para obterem benefícios previstos nesta CCT e para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar Certidão de Regularidade para com suas obrigações trabalhistas.

Parágrafo Primeiro. Esta Certidão será expedida individualmente, pelo Sindicato Patronal e pelo Sindicato profissional, assinadas por seus Presidentes ou seu substituto legal, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após o pedido formal da empresa interessada. Havendo pendências legais com quaisquer das Entidades, a certidão não será emitida.

Parágrafo Segundo. A emissão das referidas Certidões serão específicas para cada tomador de serviços, cujo nome e demais dados serão fornecidos quando do seu requerimento pela empresa interessada, associada ou não do Sindicato Patronal. Os custos da Certidão poderão ser cobrados dos interessados, ficando o valor da Certidão emitida pelo Sindicato Patronal estipulado em 10% (dez por cento) do valor do menor piso estabelecido na presente Convenção. Sua validade será de 30 (trinta) dias e fica vedada a emissão de Certidões ou Declarações de cumprimento parcial das obrigações.

Parágrafo Terceiro. Para fins de emissão da Certidão de Regularidade Trabalhista de que trata a presente cláusula e para a emissão da Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS de que trata o caput da Cláusula Terceira da atual CCT, as empresas deverão estar em situação de regularidade para com as duas Entidades convenientes, com as seguintes obrigações:

a) Imposto Sindical, em situação de regularidade conforme previsto no art. 607 e 608 da CLT;

- b) Cumprimento integral desta Convenção, a ser confirmada individualmente pelas entidades sindicais;
- c) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT bem como na legislação complementar concernente às matérias trabalhista e previdenciária;
- d) Comprovante do pagamento e da Apólice do Seguro de Vida atualizado, na forma da Cláusula Décima Sétima da atual CCT;
- e) Certidão de Regularidade de pagamentos mensais efetuados do benefício Amparo Familiar fornecida pelo Instituto de Assistência Familiar e Amparo Social dos Trabalhadores do Setor de Terceirização de Mão de Obra e Comércio em Geral – IAFAS, na forma da Cláusula Décima Oitava da atual CCT;
- f) Na apresentação de requerimento ao SEACONS, obrigatoriamente deverá ser acompanhado por CND do INSS e do FGTS.
- g) Apresentação de requerimento e, a critério do Sindicato Patronal, fazer-se acompanhar por CND do INSS, do FGTS, da Dívida Ativa da União, da Receita Federal, bem como por certidões negativas de falência, concordata e CNDT e GFIP para recolhimento do FGTS do mês correspondente, ou outro que vier a substituir.

Parágrafo Quarto. A falta de Certidão ou a sua apresentação com prazo vencido, permitirá às demais empresas licitantes, nos casos de licitações públicas, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas acordadas, e em outras contratações acionarem os tomadores de serviços dando conhecimento, em qualquer dos casos, às autoridades competentes, inclusive o Ministério Público do Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria/ fiscal de piso, recepcionista, garagista, zelador, jardineiro, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho (exceto artífice de limpeza ambiental, auxiliar de limpeza, auxiliar de serviços gerais, banheirista, faxineiro, lavador de fachada, limpador, limpador de banheiro) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo art. 17, inciso XII da Lei Complementar 123/2006; artigos 115 e 191 §2º da Instrução Normativa 971/2009 e Ato Declaratório Interpretativo RFB nº. 07 de 10/06/2015.

Parágrafo Primeiro. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, §5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no caput da referida cláusula.

Parágrafo Segundo. A inobservância à vedação legal ensejará comunicação ao tomador de serviços (contratante) e à Secretaria da Receita Federal para que promova as atuações cabíveis.

DISPOSIÇÕES GERAIS

REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO/ACORDO COLETIVO

Para a manutenção de empregabilidade e de outros casos de interesse do trabalhador, os Acordos Coletivos poderão ser firmados nos termos da Cláusula Sexagésima Oitava da presente Convenção, sendo vedado outra forma de negociação.

Parágrafo Único. Para firmar Acordos Coletivos de Trabalho as empresas devem comprovar estar quitas com suas obrigações trabalhistas e Sindicais, conforme disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexagésima Quinta desta CCT, e requisitar a assistência obrigatória do Sindicato Patronal.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Considerando as disposições da Lei 13.467/2017, art. 611-A, as partes acordam entre si criar a Comissão de Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem, com base nas condições abaixo enunciadas:

Parágrafo Primeiro. Com base na Lei nº 9.958/2000 fica criada a Comissão de Conciliação Prévia – CCP entre os sindicatos signatários para que empregadores e trabalhadores possam celebrar acordo acerca de parcelas e direitos de natureza trabalhista, sendo que com base no parágrafo único do artigo 625-E da referida lei, o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

Parágrafo Segundo. Constitui objetivo geral da Comissão de Conciliação Prévia, a solução dos conflitos individuais decorrentes das relações de trabalho, por acordo entre as próprias partes, com a intermediação dos sindicatos dos empregados e dos empregadores, através de seus representantes conciliadores, sem a intermediação da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão público.

Parágrafo Terceiro. Todos os acordos coletivos serão firmados perante a presente comissão, com a mediação dos Sindicatos signatários, com assinatura do Sindicato Laboral e anuência do Sindicato Patronal.

Parágrafo Quarto. A presente Comissão também funcionará como Câmara de Arbitragem para os empregados enquadrados no art. 507-A da CLT, que percebam remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social e

que em seus contratos de trabalho haja cláusula compromissória pactuada com concordância do empregado em submeter seus litígios a essa Comissão, nos termos previstos na Lei 9.307/96.

Parágrafo Quinto. A forma de organização, funcionamento e manutenção da Comissão prevista na presente cláusula será definida pelos Sindicatos signatários, através de Regimento Interno.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - EFEITOS E GARANTIAS

Não haverá restituição ou diminuição de salários por efeito da presente Convenção.

Parágrafo Primeiro. Fica sem efeito a vigência da CCT-MTE nº GO000091/2022 registrada em 25/02/2022 sob o Processo nº 10162.101002/2022-30 (22/02/2022) que se encerra em 29 de fevereiro de 2024, bem como o Primeiro Termo Aditivo – GO000447/2022 registrado em 08/07/2022; Segundo Termo Aditivo – GO000709/2022 registrado em 28/09/2022; Terceiro Termo Aditivo – GO000856/2022 registrado em 07/12/2022 e Quarto Termo Aditivo – GO000018/2023 registrado em 10/01/2023.

Parágrafo Segundo. Em 1º de janeiro de 2025, serão negociados os pisos salariais e o auxílio alimentação, disposto nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro. A partir de 1º de janeiro de 2025 fica consignado que o Amparo Familiar previsto na Cláusula Décima Oitava da presente CCT será reajustado pelo mesmo percentual do piso salarial.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - REFORMA TRABALHISTA

Em havendo alteração na Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), as partes convenientes, deixam previamente acordado de promover através de Termo Aditivo à esta convenção o ajustamento/ acréscimo das cláusulas que se fizerem necessárias.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Fica estabelecida às partes convenientes, a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do salário básico mensal da função de Artífice de Limpeza, por infração de qualquer das cláusulas da presente Convenção, por ocorrência, cujo valor será revertido, obrigatoriamente, à parte prejudicada e ao sindicato profissional.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do cumprimento e da interpretação da presente Convenção, em detrimento de outros por mais privilegiados que sejam.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, devendo uma via ser encaminhada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/Goiás para o registro.

Goiânia/GO, 13 de dezembro de 2023.

}

MELQUISEDEQUE SANTOS DE SOUZA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST
GOIAS

PAULO GONCALVES DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA
DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO

ANEXOS

ANEXO I - ATA SEACONS

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENCAS SEACONS

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000009/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 03/01/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR000012/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 10162.200001/2024-39
DATA DO PROTOCOLO: 02/01/2024

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10162.202006/2023-15
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 18/12/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST GOIAS, CNPJ n. 02.851.939/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUISEDEQUE SANTOS DE SOUZA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO, CNPJ n. 02.552.768/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO GONCALVES DA SILVA;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os empregados das empresas de Asseio e Conservação e de Outros Serviços Terceirizados, exceto os empregados em empresas prestadoras de serviços de limpeza pública/urbana**, com abrangência territorial em **GO**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA**

A **Cláusula Terceira – Remuneração** da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2024, todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, terão um dispêndio com repercussão direta sobre os preços dos seus serviços a serem demonstrados através de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais, cabendo ao Sindicato Patronal e Laboral conjuntamente a emissão de Certidão Salarial com a demonstração do

dispêndio total para os pisos salariais e benefício alimentação assim praticados desde 01º de janeiro de 2023.

Parágrafo Primeiro. Dispêndio de 11,5651% (onze vírgula cinco mil seiscentos e cinquenta e um por cento) sobre o piso salarial vigente em 1º de janeiro de 2023 (R\$ 1.380,00), representado por 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) de reajuste dos salários normativos e 2,8695% (dois vírgula oito mil seiscentos e noventa e cinco por cento) a título de reajuste do auxílio alimentação.

Parágrafo Segundo. O auxílio alimentação de que trata o caput desta cláusula, teve um aumento de R\$ 39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos) mensal, passando de R\$ 400,40 (quatrocentos reais e quarenta centavos) para o limite de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês limitados a 22 (vinte e dois dias nas jornadas efetivamente trabalhadas acima de 06h (seis horas) diárias, e de R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos) para R\$ 20,00 (vinte reais) por dia trabalhado cuja a jornada seja acima de 06h (seis horas) inclusive os sábados trabalhados, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira.

I – Piso da Categoria: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

Parágrafo Terceiro – O reajuste de que trata o Parágrafo Primeiro da presente Cláusula será aplicado sobre os pisos salariais praticados em 1º de janeiro de 2023 ora previsto no Quarto Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, registrada sob o nº GO000018/2023 em 10/01/2023, para as seguintes funções: Ajudante/Amarrador; Ajudante de Cozinheiro; Artífice de Limpeza Ambiental; Artífice de Limpeza de Ar Condicionado; Ascensorista; Assistente Técnico no Serviço Público (CBO 4110-10); Auxiliar de Jardinagem e equivalentes; Auxiliar de Lavanderia; Auxiliar de Limpeza; Auxiliar de Manutenção Predial; Auxiliar de Serviços Gerais; Auxiliar metrológico (CBO 3523-05); Banheirista; Camareira; Carregador/Chapa; Comim; Contínuo; Controlador de Estacionamento; Copeiro; Cozinheiro; Cozinheiro-Auxiliar; Dedetizador; Desratizador e equivalentes; Digitador; Eletricista; Empilhador; Encanador; Encarregado/Chefe de Turma/Supervisores e equivalentes até 50 funcionários; Encarregado de Equipe/Supervisores e equivalentes superior a 50 funcionários; Faxineiro; Faturista; Garagista e Assemelhados; Garçom; Jardineiro; Lavador de carro; Lavador de fachada em edifício acima 05 (cinco) pavimentos utilizando balancim; Limpador; Limpador de Banheiro; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Motor; Mensageiro; Office-Boy; Operador de Áudio e Vídeo (CBO 3731-45); Operador de Máquina Fotocopiadora; Operador de Empilhadeira; Pedreiro; Pintor; Porteiro; Recepcionista; Recepcionista Bilíngue; Salgadeira; Secretária; Tratorista; Vigia; Zelador. As funções Assistente Técnico no Serviço Público nível II (CBO 2505-20); Motorista de carros leves; Operador de Máquinas Agrícolas – (CBO 6410-10); Recepcionista de Condomínio (juntamente com a função Porteiro); Trabalhador volante da agricultura- (CBO 620-20); Tratador de Animais – (CBO 6230-20) e Vaqueiro (CBO 6231-10) passará a ter piso salarial definido a partir da vigência desta CCT e integrará a Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS.

Parágrafo Quarto – Caberá ao sindicato patronal (SEAC-Goiás) conjuntamente com o laboral (SEACONS) a emissão de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais - CDPS com a amostragem dos valores apurados pela variação do reajuste de 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) e valor do benefício alimentação a serem assim praticados a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme previstos no caput e parágrafo primeiro desta Cláusula. A CDPS será emitida mediante comprovação de cumprimento do Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexagésima Quinta desta CCT – Certidão de Regularidade Trabalhista.

Parágrafo Quinto. Para os empregados que exercerem a função de porteiro bilíngue, através de contratos terceirizados, estes farão jus a uma gratificação de 50% sobre o piso reajustado do porteiro em 01º de janeiro de 2024.

Parágrafo Sexto. Aos empregados que percebem valores superiores aos pisos que serão estabelecidos, bem como para as demais funções não constantes desta Cláusula, inclusive o pessoal de escritório/administração e burocráticos, que em 31 de dezembro de 2023 percebiam salários de até R\$ 2.577,42 (dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos, aplica-se 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) de reajuste salarial. Acima deste valor, o percentual de reajuste será objeto de livre negociação e concessão.

Parágrafo Sétimo. Em decorrência do reajuste ora previsto para as funções contidas na Cláusula Terceira Parágrafo Terceiro, ficam integralmente repostas todas as perdas salariais até dezembro/2023.

Parágrafo Oitavo. É facultado às empresas a compensação de todos os reajustes concedidos, sejam compulsórios, sejam os espontâneos, ocorridos desde a última negociação.

Parágrafo Nono. Aos empregados admitidos após 1º de janeiro de 2023, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados, observados os pisos salariais estipulados nesta cláusula.

Parágrafo Décimo. Os salários normativos hora das categorias representadas na presente CCT, será conhecido através do resultado da divisão por 220.

Parágrafo Décimo Primeiro. Não serão considerados dias úteis os sábados, pontos facultativos e feriados nos órgãos públicos e instituições bancárias, para fins de cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Segundo. Para os serviços implantados a partir de 31/12/2008, deverá ser respeitado o piso de que trata a presente cláusula para jornada de até 44 horas semanais.

Parágrafo Décimo Terceiro. A jornada de trabalho do intérprete de libras poderá chegar até 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego em 18/12/2023 sob número: GO000832/2023 permanecem inalteradas.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Goiânia/GO, 02 de janeiro de 2024.

}

MELQUISEDEQUE SANTOS DE SOUZA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST
GOIAS

PAULO GONCALVES DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA
DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO

ANEXOS
ANEXO I - ATA SEACONS

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇAS

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo XIII - Certidão Demonstração Pisos Salariais -
INTERATIVA.pdf**

CERTIDÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE PISOS SALARIAIS CCT 2023 – CDPS Nº 032/2023

Conforme previsto no Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2022/2024, firmada entre o Sindicato das Empresas, **SEAC-Goiás** e o Sindicato dos Empregados **SEACONS-GO**, solicitação nº MR007550/2022, protocolada na SRTE-GO em 22/02/2022 sob o número 10162.101002/2022-30 e registrada em 25/02/2022 sob o nº GO000091/2022, **CERTIFICAMOS** a empresa **Interativa Facilities Ltda.**, inscrita no CNPJ 05.058.935/0001-42, que os pisos salariais dos trabalhadores da referida empresa sofreram reajustes a partir de 1º/01/2023 (nova data base da categoria para reajustes de salários e benefícios), nos termos dos Parágrafos Primeiro ao Terceiro da Cláusula Terceira em 9,850% (nove vírgula oitocentos e cinquenta por cento) de dispêndio, representado por 7,788% (sete vírgula setecentos e oitenta e oito por cento) de reajuste dos Pisos Salariais março/2022 previsto na CCT 2022 e 2,062% (dois vírgula zero sessenta e dois por cento) sobre o Auxílio Alimentação, assim demonstrados:

Descrição	Valor Nominal Anterior (R\$)	Aumento	Valor Nominal Atual (R\$)	Percentual de Dispêndio Sobre o Piso Salarial Vigente em 1º/03/2022 (R\$ 1.280,29)
Piso Salarial	1.280,29	99,71	1.380,00	7,788%
Auxílio Alimentação	374,00	26,40	400,40 (*)	2.062%
Total				9,850%

Assim, os valores dos Pisos Salariais a vigorar a partir de 1º/01/2023 serão:

Item	Funções	Piso 01/03/2022	Reajuste para 2023		
			%	Aumento	Piso 1º/01/2023 (R\$)
1.	Ajudante de Cozinheiro	1.600,36	7,788%	124,64	1.725,00
2.	Ajudante/Amarrador	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
3.	Artífice de Limpeza Ambiental	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
4.	Artífice de Limpeza de Ar Condicionado	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
5.	Ascensorista	1.440,23	7,788%	112,17	1.552,40
6.	Assistente Técnico no Serviço Público (CBO 4110-10)	3.719,24	7,788%	289,65	4.008,89
7.	Auxiliar de Jardinagem e equivalentes	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
8.	Auxiliar de Lavanderia	1.600,36	7,788%	124,64	1.725,00
9.	Auxiliar de Limpeza	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
10.	Auxiliar de Manutenção Predial	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
11.	Auxiliar de Serviços Gerais	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
12.	Auxiliar metrológico (CBO 3523-05)	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
13.	Banheirista	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
14.	Camareira	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
15.	Carregador/Chapa	1.920,43	7,788%	149,56	2.069,99
16.	Comim	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
17.	Contínuo	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
18.	Controlador de Estacionamento	1.440,23	7,788%	112,17	1.552,40
19.	Copeiro	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
20.	Cozinheiro	2.176,49	7,788%	169,51	2.346,00
21.	Cozinheiro-Auxiliar	1.600,36	7,788%	124,64	1.725,00
22.	Dedetizador	1.472,33	7,788%	114,67	1.587,00
23.	Desratizador e equivalentes	1.472,33	7,788%	114,67	1.587,00
24.	Digitador	1.707,01	7,788%	132,94	1.839,95
25.	Eletricista	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
26.	Empilhador	1.920,43	7,788%	149,56	2.069,99
27.	Encanador	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
28.	Encarregado de Equipe e Supervisores e equivalentes acima de 50 empregados	2.624,55	7,788%	204,40	2.828,95
29.	Encarregado/Chefe de Turma e Supervisores e equivalentes até 50 funcionários	1.664,35	7,788%	129,62	1.793,97


Item	Funções	Piso 01/03/2022	Reajuste para 2023		
			%	Aumento	Piso 1º/01/2023 (R\$)
30.	Faturista	2.144,42	7,788%	167,01	2.311,43
31.	Faxineiro	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
32.	Garagista e Assemelhados	1.526,48	7,788%	118,88	1.645,36
33.	Garçom	1.600,36	7,788%	124,64	1.725,00
34.	Jardineiro	1.641,37	7,788%	127,83	1.769,20
35.	Lavador de carro	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
36.	Lavador de fachada em edificio acima 05 (cinco) pavimentos utilizando balancim	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
37.	Limpador	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
38.	Limpador de Banheiro	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
39.	Manobrista	1.472,33	7,788%	114,67	1.587,00
40.	Marceneiro	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
41.	Mecânico de Motor	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
42.	Mensageiro	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
43.	Office-Boy	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
44.	Operador de Áudio e Vídeo (CBO 3731-45)	2.952,44	7,788%	229,94	3.182,38
45.	Operador de Empilhadeira	1.920,43	7,788%	149,56	2.069,99
46.	Operador de Máquina Fotocopiadora	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
47.	Pedreiro	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
48.	Pintor	2.581,91	7,788%	201,08	2.782,99
49.	Porteiro	1.413,42	7,788%	110,08	1.523,50
50.	Recepcionista	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
51.	Recepcionista Bilíngue	1.440,23	7,788%	112,17	1.552,40
52.	Salgadeira	1.280,29	7,788%	99,71	1.380,00
53.	Secretária	1.440,23	7,788%	112,17	1.552,40
54.	Tratorista	1.886,49	7,788%	146,92	2.033,41
55.	Vigia	1.413,42	7,788%	110,08	1.523,50
56.	Zelador	1.664,35	7,788%	129,62	1.793,97

(*) Auxílio Alimentação – Cláusula 13ª da CCT em vigor – de R\$ 17,00 para R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos) por dia trabalhado.

Essa Certidão só tem validade se for utilizada pela empresa **Interativa Facilities Ltda.**

Por ser verdade, firmamos a presente.

Goiânia/GO, 17 de janeiro de 2023.


Valdivino Reis de Melo
VRMELO – Serviços Especializados
de Apoio Administrativo
Gestor Superintendente
SEAC-GO

Melquisedeque Santos de Souza
Presidente do SEACONS/GO

Anexo XIV - Deliberação 85-2019 - RMTC.pdf

CÂMARA DELIBERATIVA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CDTC

DELIBERAÇÃO Nº 085, DE 17 DE ABRIL DE 2019.

ACOLHE O RELATÓRIO TÉCNICO DE N.º 001/2019 DE LAVRA DA DIRETORIA TÉCNICA DA CMTC, RECEPCIONA O CONTIDO NOS AUTOS DE PROCESSO N.º 76530386/2018 E HOMOLOGA O REAJUSTE ANUAL DA TARIFA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA REDE METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS – RMTC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

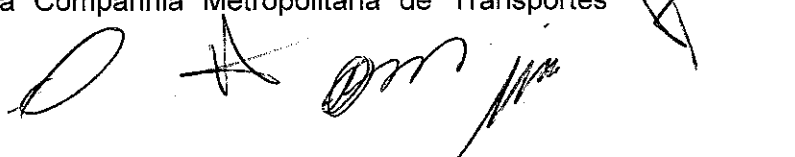
A CÂMARA DELIBERATIVA DE TRANSPORTES COLETIVOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (CDTC-RMG), instituída por força da Lei Complementar Estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999, consolidada pela Lei Complementar nº 34, de 3 de outubro de 2001, e modificações posteriores, no uso das suas atribuições legais, e:

Considerando que o Edital de Licitação n.º 001/2007-CMTC e os contratos de concessão dele derivados estabelecem as condições de atualização da tarifa dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – RMTC, compreendida na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), na modalidade de reajuste tarifário (Cláusula 24ª);

Considerando o teor da memória de cálculo oriunda da Diretoria Técnica da CMTC, inclusa no Processo n.º 76530386/2018, que conclui pela atualização da tarifa dos serviços do transporte coletivo da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – RMTC;

Considerando os termos da Resolução nº 101, de 18 de janeiro de 2019, de lavra da Diretoria Colegiada da CMTC, que aprova o Relatório Técnico CMTC nº 001/2019, acolhe os termos do Parecer Jurídico que instrui os referidos autos e submete à homologação da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC) a fixação do novo valor para a tarifa da RMTC;

Considerando o contido no Despacho nº 003/2017 – PRES-CMTC, de 26 de março de 2017, assinado pelo presidente da Companhia Metropolitana de Transportes



CÂMARA DELIBERATIVA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CDTC

Coletivos - CMTC, incluso nos autos do Processo Administrativo CMTC nº 76530386/2018, por meio do qual, e em respeito aos termos do inciso V do artigo 29 da Lei Geral das Concessões (Lei Federal nº 8.987/1995) e parágrafo único da Cláusula 24ª dos contratos de concessão dos serviços da RMTC, celebrados na data de 25/03/2008, direciona os autos a esta Câmara Deliberativa para apreciação dos atos administrativos que resultaram no cálculo tarifário que instrui o mencionado processo;

Considerando a oitiva e o pronunciamento favorável da Agência Goiana de Regulação e Controle dos Serviços Públicos – AGR exarados em conformidade e por força do disposto no § 7º, do art. 9º, da Lei Complementar n.º 027/1999;

Considerando, por último, o que ficou deliberado e aprovado na reunião deste colegiado metropolitano, realizada na data de 17 de abril de 2019.

DELIBERA:

Art. 1º. Ficam homologados, para que surtam seus efeitos legais, os atos administrativos contidos nos autos de processo de n.º 76530386/2018, restando aprovada a Memória de Cálculo que o instrui e fixada em **R\$4,30 (quatro reais e trinta centavos)** a tarifa básica contratual aplicável aos serviços da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos - RMTC da Grande Goiânia, a qual entrará em vigência a partir das **5:00 (cinco) horas do dia 19 de abril de 2019**.

Art. 2º. Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua assinatura, encaminhando-se à posterior publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DELIBERATIVA DE TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (CDTC/RMG), em Goiânia, 17 de abril de 2019.


JÂNIO CARLOS ALVES FREIRE

Presidente da CDTC

Prefeito de Trindade







CÂMARA DELIBERATIVA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CDTC



IRIS REZENDE MACHADO
Prefeito de Goiânia

GUSTAVO MENDANHA DE MELO

Prefeito de Aparecida de Goiânia



ANDREA VULCANIS
Secretária de Estado da SECIMA

EURÍPEDES BARSANULFO

DA FONSECA

Presidente da AGR



HENRIQUE ALVES LUIZ PEREIRA
Secretário da SEPLANH



LUIS FERNANDO SANTANA
Secretário da SMT



BENJAMIN KENNEDY MACHADO
DA COSTA
Presidente da CMTC

ALISON FRANCISO DE LIMA
Representante da Assembléia
Legislativa

LUCAS FERREIRA PIRES BUENO
Representante da Câmara de Goiânia



AGNEUSON ALVES DA SILVA
Representante das Câmaras
Municipais da RMTC

Anexo XVI - Mapa Estratégico Rede LFDA.pdf

Missão:
Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
LFDA

Visão:
Ser referência em ações laboratoriais de Defesa Agropecuária.

MAPA ESTRATÉGICO

LABORATÓRIOS FEDERAIS DE DEFESA AGROPECUÁRIA

